UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

CARLOS ROBERTO FILADELFO DE AQUINO

A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)

São Paulo
2008

CARLOS ROBERTO FILADELFO DE AQUINO

A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)

Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em antropologia.

Área de concentração: Antropologia Social
Orientador: Prof. Dr. Heitor Frúgoli Jr.

São Paulo
2008

Dedico este trabalho a Luís
Fernando Pereira, grande amigo,
que com sua maravilhosa e intensa
presença sempre foi capaz de
aliviar minhas agruras tanto
pessoais como acadêmicas e me
incentivar a buscar o melhor.
Amigo incondicional e antropólogo
brilhante, Luís nos deixou por um
desses absurdos inexplicáveis.
Sinto muito sua falta.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, pela bolsa concedida por dois anos.

A Heitor Frúgoli Jr., por todo seu constante apoio, dedicação e incentivo à reflexão durante o processo de orientação.

Às pessoas sem as quais nada disso seria possível. São muitas, mas gostaria de destacar algumas fundamentais. Agradeço a toda a coordenação do MSTC, principalmente Ivaneti de Araújo e Solange Carvalho, que sempre foram muito atenciosas e prestativas com meus questionamentos incessantes. Agradeço a todos os moradores da Mauá e ex-moradores da Prestes Maia, em especial Andréia, Edson, Joelma, Roberta, Seu Severino, Tia Romilda e Vanda cuja hospitalidade, atenção e amizade fizeram com que o trabalho de campo tenha sido uma das experiências mais agradáveis que já tive.

Aos integrantes do Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC), pelas sempre instigantes discussões e leituras compartilhadas que muito contribuíram para a confecção desse trabalho. Em especial: Daniel DeLucca; Inácio de Carvalho Dias de Andrade; Isadora Zuza; Jessica Sklair, que também leu meus primeiros esboços; Laís Silveira; Marina Capusso, também pela leitura cuidadosa das primeiras versões deste trabalho; e Paula Faria. Além dos citados, queria destacar Enrico Spaggiari, que se tornou um grande amigo e leitor de primeira ordem dos meus muitos escritos.

Aos professores do Departamento de Antropologia da USP: Lilia Schwarcz, Ana Cláudia Marques, Vagner da Silva e Dominique Gallois. Suas aulas foram muito enriquecedoras para minha formação enquanto antropólogo. Além destes, também agradeço Marcio Goldman, do Museu Nacional, e Vera da Silva Telles, do Departamento de Sociologia da USP, com os quais também aprendi muito nas suas disciplinas.

A José Guilherme Magnani e Maria Filomena Gregori (Bibia), por suas leituras criteriosas e sugestões nas bancas de qualificação e de defesa. A Bibia, agradeço também por seu apoio e sua atenção comigo desde os tempos em que fiz minha graduação na Unicamp, quando ela me orientou no início da pesquisa que viria a resultar nesta dissertação.

Na Unicamp, além de Bibia, também merecem agradecimentos especiais professores que gestaram o início da minha formação nas ciências sociais: Ângela Araújo, Armando Boito, Evelina Dagnino, Laymert Garcia dos Santos, Omar Ribeiro Thomaz e Ricardo Antunes. Também a Antonio Augusto Arantes Neto, responsável por minha descoberta da antropologia.

A Simone Miziara Frangella, pelas leituras do meu projeto de pesquisa e relatório de qualificação, além dos primeiros esboços desta dissertação; também Marko Monteiro contribuiu com muitas sugestões nos primeiros esboços; e Liliam Abram dos Santos, pela revisão cuidadosa de parte desta dissertação.

O mestrado foi uma oportunidade de conhecer amigos inestimáveis, com quem aprendi muito academicamente, mas que também me ensinaram que a antropologia pode ser algo mais divertido. Aos amigos: Ana Cecília Venci Bueno, Alexandre Vega, Eva Gutjahr, Frederic Pouget, Igor Scaramuzzi, Marcelo Florido e Natacha Leal. E não poderia deixar de mencionar novamente Luís Fernando Pereira.

Aos amigos que por vezes não entendiam tanto tempo dedicado para "essa dissertação que não acaba nunca", mas que sempre me deram muito apoio: Carlos Pimentel (Baiano), Joana Cunha, Matheus Munhoz, e Mariu Monteiro.

Aos que, morando comigo, acompanharam diferentes momentos da produção e sempre me deram suporte: Cássio Quitério, Fernando Novaes e Camila Antonino Pinto.

À minha família: meus pais, Carlos Aquino e Maria Helena Filadelfo de Aquino, pelo apoio incondicional; meu irmão, Felipe Aquino; meu primo, Guilherme Gusmão; meus avós, Clóvis e Lety Aquino; e meus tios Marcelo e Lúcia Filadelfo. Apesar da distância, eles sempre se fizeram presentes.

A Maira Rodrigues, minha namorada, a quem amo muito, e que sempre esteve presente, dos momentos mais angustiantes aos mais felizes, dando muito carinho, apoio e força.

RESUMO

FILADELFO, Carlos. **A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC).** 201 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Este estudo antropológico tem por base uma etnografia sobre os processos de significação de um movimento social enquanto sujeito coletivo. Trata-se do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), movimento de moradia a partir do qual são articuladas famílias de baixa renda com o objetivo de obter atendimento por programas habitacionais públicos, principalmente no centro de São Paulo. O MSTC só adquire corpo e sentido a partir da percepção das múltiplas relações que permeiam esse campo. Assim, esta dissertação tem como objetivo apreender o processo de coletivização do MSTC com foco em três principais configurações relacionais: 1) processo de formação do MSTC por segmentação e relações condicionantes de sua estrutura e forma de atuação; 2) relações internas ao movimento, a partir da articulação entre cotidiano e política; e 3) relações entre o movimento e o poder público.

Palavras-chave: centro de São Paulo; coletivização; movimentos de moradia; segmentaridade; sem-teto.

ABSTRACT

FILADELFO, Carlos. **The collectivization as the process of elaboration of a housing movement: an ethnography of Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC).** 201 f. Thesis (Masters) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

This anthropological work is based upon an ethnography on the processes of meaning of a social movement while a collective subject. It is the Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), a movement for housing from which low income families are articulated with the aim of being attended by governmental housing projects, especially in downtown São Paulo. The MTSC only has meaning and purpose if seen from the many relations that stretch throughout this field. Thus, this dissertation aims at apprehending the MTSC collectivization process while focusing on three main relational settings: 1) the process of formation of the MTSC by segmentation and the conditioning relations in its structure and manner of acting; 2) internal relations of the movement, from the articulation between quotidian and politics; e 3) relations between the movement and public power.

Keywords: downtown São Paulo; collectivization; housing movements; segmentarity; homeless.

LISTA DE SIGLAS

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

CDHU: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo

CEF: Caixa Econômica Federal

CMH: Conselho Municipal de Habitação

CMP: Central de Movimentos Populares

CMSP: Câmara Municipal de São Paulo

COHAB: Companhia Metropolitana de Habitação

COHRE: Centre on Housing Rights and Evictions (Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos)

CUT: Central Única dos Trabalhadores

FCV: Fórum Centro Vivo

FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FLM: Frente de Luta por Moradia

FMH: Fundo Municipal de Habitação

FNHIS: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

MMC: Movimento de Moradia do Centro

MMRC: Movimento de Moradia da Região Centro

MSTC: Movimento Sem-Teto do Centro

MTSTRC: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto da Região Central

OEA: Organização dos Estados Americanos

ONG: Organização Não Governamental

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PAC: Programa de Atuação em Cortiços (estadual)

PAR: Programa de Arrendamento Residencial (federal)

PFL: Partido da Frente Liberal

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPB: Partido Progressista Brasileiro

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PT: Partido dos Trabalhadores

TCM: Tribunal de Contas do Município

ULC: Unificação das Lutas de Cortiços

UMM: União dos Movimentos de Moradia

UNMP: União Nacional por Moradia Popular

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....12
O Campo.....17
Estrutura da dissertação.....26

CAPÍTULO 1: O MSTC – o processo de construção de um movimento de moradia
1.1 Apresentação institucional.....28
1.2 Construção histórica da luta por moradia no centro de São Paulo a partir de narrativas: processo de formação do MSTC por segmentação.....32
1.3 O centro de São Paulo como arena política.....49
1.4 As relações entre o MSTC e os outros movimentos: aproximações e contrastes.....65
1.5 Estrutura organizacional apreendida a partir das relações internas.....74

CAPÍTULO 2: Cotidiano e política: etnografia das ocupações Prestes Maia e Mauá
2.1 Ocupação Prestes Maia
2.1.1 Narrativas sobre o início da ocupação.....85
2.1.2 Controle interno do cotidiano.....89
2.1.3 Trajetórias, identidades, discursos e práticas das famílias.....92
2.1.4 O subsolo, a biblioteca e Seu Severino.....101
2.1.5 Rede de relações no subsolo.....104
2.2 Mauá
2.2.1 A ocupação: descrição da ação, realizada por três movimentos.....109
2.2.2 Relações entre os três movimentos.....119
2.2.3 Reuniões da coordenação.....122

CAPÍTULO 3: O atendimento às famílias da ocupação Prestes Maia: relações do MSTC com o poder público
3.1 As ameaças de despejo.....130
3.2 Início das negociações.....140
3.3 Centro ou periferia? Ponderações reveladoras de diferentes territorialidades.....150
3.4 O atendimento em Itaquera: desafio à coletivização.....153

3.5 A lentidão do atendimento: conflitos e negociações com o poder público e internos ao movimento.....156
3.6 Múltiplas articulações entre o poder público e o MSTC.....169

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....175

BIBLIOGRAFIA.....178

ANEXOS.....185
I. Por um programa habitacional para os trabalhadores sem-teto da cidade de São Paulo
II. Regulamento dos Grupos de Base
III. Termo de cooperação entre Prefeitura e MSTC

INTRODUÇÃO

Este estudo antropológico tem por base uma etnografia sobre os processos de significação de um movimento social enquanto sujeito coletivo. Trata-se do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), movimento de moradia a partir do qual são articuladas famílias de baixa renda com o objetivo de obter atendimento por programas habitacionais públicos.

Partindo do princípio de que o centro de São Paulo é a região da cidade com melhor infra-estrutura e oferta de serviços, trabalhos e acessibilidade e, por outro lado, concentra muitos imóveis abandonados, tal movimento tem atuado prioritariamente nessa região, reivindicando o acesso à moradia permanente. Adota como principal instrumento político a realização de ocupações de muitos desses prédios como forma de denúncia e com o intuito de que sejam transformados pelo poder público em moradia popular[1].

O supracitado movimento de moradia é composto por diferentes indivíduos, constituindo uma coletividade heterogênea a partir do acionamento da expressão "luta por moradia"[2] para denotar o caráter conflituoso, atribulado e difícil de obtenção da casa própria. Expressão essa que é acionada para justificar a necessidade de práticas coletivas e organizadas, a partir da conformação de um grupo social coeso em torno do mesmo objetivo e legitimação de certas pessoas no papel de lideranças, características essas responsáveis pela construção de um "movimento de moradia".

Ainda que haja diferentes sentidos associados a este termo, que serão explorados ao longo da dissertação, "luta" representa uma convenção das características associadas à atuação dessa coletividade sob o nome de movimento. A escolha de não usar luta analiticamente se explica por esse termo ter várias conotações, o que poderia prejudicar

[1] "Moradia popular" é apenas um dos termos para se referir a empreendimentos habitacionais realizados pelo poder público destinados ao atendimento de população de baixa renda que possa arcar com o financiamento da compra dos imóveis a partir de seus rendimentos. Outros termos com que tive contato no campo foram: habitação popular, habitação social, moradia social e habitação de interesse social. Embora esse último seja o termo acionado por programas públicos, todos são tratados como sinônimos. A maior parte dos atores com quem travei contato em campo tende a usar "moradia popular", motivo pelo qual usarei prioritariamente esse termo ao longo da dissertação. O uso de "ocupação" em vez de "invasão", ao contrário do que a imprensa costuma noticiar, também se justifica pelo uso que eles fazem dessa expressão como maneira de legitimar suas práticas: ocupação de algo abandonado ou "sem função social da propriedade" a fim de que seja desapropriado pelo poder público e transformado em moradia popular e não "invasão" que denota características ilegais.

[2] A utilização de luta entre aspas explica-se pelo fato de este termo ser uma categoria nativa, cotidianamente acionada pelos atores nesse campo específico. Ao longo da dissertação, todas as expressões, discursos, narrativas e categorias nativas estarão escritas entre aspas.

a apreensão etnográfica de seus diferentes sentidos empregados pelos atores do meu campo. Usar analiticamente, portanto, implicaria numa reificação de um único sentido, o que seria contraproducente do ponto de vista etnográfico, já que eu estaria tipologizando um termo tão rico de significados e atributos, que merecem ser descritos em ato.

Outro termo que merece uma explicitação e é acionado enquanto marcador de identidade dos integrantes do movimento é "sem-teto". Este termo também será explorado ao longo da dissertação, mas seria importante destacar que seu uso, ainda que possa ser referido genericamente às pessoas que não têm condições de obter casa própria, a partir da pesquisa de campo ficou claro que "sem-teto" é uma categoria identitária acionada para caracterizar integrantes desses movimentos de moradia, em geral, e do MSTC, em particular. É uma categoria política, incorporada pelos atores a partir de sua inserção no movimento, ainda que essa incorporação também implique diferentes conotações, principalmente no cotidiano.

Já o termo "movimento" é acionado para denotar uma coletividade que só pode ser tomada enquanto tal a partir de uma etnografia que revele seu processo de elaboração e construção e não para definir aprioristicamente um grupo social homogêneo, não fragmentado e sem variabilidades e conflitos internos.

Para tanto, a presente pesquisa pretende pensar como essa coletividade é construída e, a todo tempo, reafirmada e problematizada nos discursos, práticas e representações de seus integrantes, processo que chamo de 'coletivização'.

Para se pensar esse processo, foi necessária especial atenção à relação das bases com suas lideranças, já que estas alertam a todo tempo sobre a importância da coesão e da coletivização, ressaltada para não haver brigas, interesses conflitantes e para o sucesso das ocupações e do movimento. No discurso, é muito clara a percepção da acentuada fragmentação, mas que esta deve ser deixada de lado em prol de união. Ou seja, percebe-se que, no discurso nativo, a coletivização é pensada enquanto processo, construção e não algo dado, apriorístico. Tem-se, assim, um esforço permanente, numa espécie de percepção de que a conformação desse grupo social é instável, fluida, inconstante[3].

[3] Ver, a esse respeito, Wagner (1974), que propõe uma abordagem etnográfica que não trate os grupos sociais como apriorísticos ou como ponto de partida de análise. Ao contrário, a etnografia deveria privilegiar os processos relacionais, com atenção à forma como os nativos se criam socialmente. Inspirando-me nesse autor, pretendo dar especial ênfase à apreensão de como essa coletividade é elaborada e problematizada do ponto de vista nativo.

Com efeito, ao longo da dissertação, quando me refiro às práticas e discursos do MSTC a partir de um sujeito coletivo, não quero com isso partir do princípio de que seja possível haver uma unidade discursiva e de práticas de todos os integrantes do movimento, de que haja um grupo social coeso e harmônico; mas descrever certas ações a partir de uma articulação interna, principalmente entre suas lideranças e suas bases, sempre a partir de práticas e discursos de coletivização.

No entanto, não se pode pensar a coletivização como condicionada unicamente pelas relações internas ao movimento, entre sua coordenação e sua base. Assim, para se pensar o MSTC enquanto uma coletividade ou grupo social, há que se lançar luz a algumas das relações nas quais ele se insere. Logo, tal coletividade não é essência, apriorística, fechada ou endogâmica, mas percebida situacionalmente.

Com efeito, suas conformações identitárias e discursos, práticas e representações só podem ser apreendidos a partir de um maior foco nas relações. Parafraseando Marilyn Strathern (2006), o MSTC seria uma espécie de objetificação de múltiplas relações, ou seja, só adquiriria corpo e sentido a partir da percepção das relações que permeiam esse campo[4].

Se, de acordo com Strathern, as pessoas e os objetos são constituídos a partir de múltiplas relações, o mesmo pode ser dito sobre o MSTC. Assim, torna-se necessário apreender a rede de relações que conectam os mais diversos atores sociais envolvidos nesse campo e que dotam de sentido o MSTC enquanto coletividade. Se, num determinado momento, há um foco etnográfico em uma determinada configuração relacional, isso não quer dizer que outras não continuem exercendo influência. Assim, se pensarmos as relações entre o MSTC e o poder público e de como estas o dotam de significado, nem por isso as relações do movimento com outros movimentos ou internas a ele deixam de ter influência.

A noção de redes de relações pode lançar luz justamente a essa multiplicidade de relações que dotam de sentido o MSTC. Alguns autores, como Barnes (1987), Boissevain (1987) e Mayer (1987) aplicaram o conceito a fim de revisar os pressupostos

[4] Para Strathern (2006: 267), objetificação é "a maneira pela qual as pessoas e as coisas são construídas como algo que tem valor, ou seja, são objetos do olhar subjetivo das pessoas ou objetos de sua criação.". Alfred Gell (1998) realiza um interessante exame sobre a obra *Gênero da Dádiva*, de Marilyn Strathern, que torna mais clara a acepção de relações da autora. De acordo com este autor, Strathern analisa o sistema de relações de troca na Melanésia, tomado como sistema ideal e não real, pensando essas relações como sendo necessariamente entre termos, mas os próprios termos são constituídos a partir das relações nas quais participam. Assim, os termos trocados (objetos) ou os responsáveis pelas trocas (pessoas) são objetificações das relações, só adquirem sentido e forma a partir da análise das múltiplas relações nas quais estão inseridos.

do estrutural-funcionalismo da antropologia britânica que estudava sociedades consideradas *a priori* isoladas e em equilíbrio. Como afirma Feldman-Bianco (1987: 19-20) na introdução da coletânea que contém os artigos dos autores acima:

> Ao se confrontarem com estes desafios, antropólogos começaram a se desfazer desses sistemas artificialmente delimitados por seu modelo ideal de sociedade de pequena escala. Como corolário, procuraram desenvolver instrumentais de pesquisa capazes de captar o conflito, a contradição, a variação e o fluxo social, através de um enfoque que privilegia o estudo microscópico dos assim chamados 'interstícios sociais'

A noção de rede de relações passa a ser assim fundamental para evitar estudos com pressupostos de sistemas sociais isolados, a partir de culturas delimitadas num determinado espaço e associada a um único grupo social (GUPTA; FERGUSON, 2000). Tal noção desconstrói o pressuposto de contextos de separação, ampliando o recorte etnográfico que passa a contemplar as relações, as fronteiras, as variações, as instabilidades[5].

A apropriação de tal proposta se torna adequada à pesquisa, uma vez que para pensar a coletivização do MSTC é indispensável tratá-lo enquanto reflexo de suas relações de alteridade com, por exemplo, o poder público, outros movimentos e muitas outras relações. Não pretendo, portanto, tratá-lo isoladamente, mas a partir da apreensão de sua inserção em uma ampla rede articuladora de diversos atores, o que dota de sentido os diferentes interesses em jogo.

Há, portanto, uma superação do recorte de grupo tomado isoladamente com uma conformação identitária muito particular. Com isso, passo a frisar as diferenças internas aos conjuntos que sempre adquirem sentido a partir das múltiplas relações nas quais estão inseridos.

Por outro lado, essas relações que significam o MSTC enquanto sujeito coletivo adotam um caráter segmentar, motivo pelo qual, partindo, principalmente de Deleuze e

[5] Dominique Gallois (2005) propõe um novo enfoque metodológico para estudos etnológicos que também inspira a acepção de redes de relações dessa pesquisa. A autora propõe uma maior ênfase nas fronteiras entre grupos que anteriormente eram tratados como fortemente isolados, pensando não sistemas sociais de maneira separada, mas como um único sistema social amplo, constituído a partir das redes que se instauram entre os diversos grupos estudados. A proposta metodológica da autora de se pensar essas coletividades a partir da rede que as conecta é explicitada em quatro principais eixos: superar o recorte localista, buscando um campo maior de relações; superar o recorte étnico; estudar essas relações intercomunitárias e entre os diferentes grupos através de abordagens multilocais; e superar recortes geográficos (idem: 14).

Guattari (1996) e Goldman (2001, 2006), proponho um resgate da noção de segmentaridade para pensar as relações que perpassam tal movimento.

A noção de segmentaridade foi desenvolvida por Evans-Pritchard e Meyer-Fortes, nas décadas de 1930 e 1940, para explicar a integração de sociedades de linhagem que não contavam com aparelho estatal[6]. Um dos casos mais paradigmáticos de aplicação desse conceito para pensar "sociedades sem Estado" é a etnografia sobre os Nuer de Evans-Pritchard (2005 [1940]: 149), na qual o princípio de segmentaridade assim pode ser sintetizado:

> Uma característica de qualquer grupo político é, conseqüentemente, sua invariável tendência para divisões e oposição de seus segmentos, e outra característica é sua tendência para a fusão com outros grupos de sua própria ordem em oposição a segmentos políticos maiores do que o próprio grupo. Os valores políticos, portanto, estão sempre em conflito, falando-se em termos de estrutura.

No entanto, Deleuze e Guattari (1996) e Goldman (2001, 2006) propõem que a noção de segmentaridade não se restringe às sociedades de linhagem, que seu alcance deve ser ampliado, uma vez que o princípio de segmentaridade é universal na constituição das relações. Assim, tal princípio pode ser pensado como aquilo que orienta e, ao mesmo tempo, explica relações contínuas e inseparáveis de composição e oposição: "O princípio de segmentaridade significa apenas que oposição e composição formam sempre uma totalidade indecomponível" (Goldman, 2006: 144).

Deve-se acrescentar que a segmentaridade não se opõe inteiramente à centralização do Estado. A segmentaridade e a centralidade estatal se opõem e se combinam simultaneamente, o que supõe que o Estado não funciona de modo inteiramente centralizado e quaisquer outras unidades obedeçam apenas a princípios segmentares.

As relações entre o MSTC e o poder público foram, portanto, apreendidas etnograficamente a partir de suas múltiplas maneiras e não apenas por oposição. Por outro lado, tanto os movimentos como o poder público não podem ser pensados enquanto blocos unívocos, e a noção de segmentaridade deixa claro justamente como os dois são multifacetados e se relacionam de várias formas, sempre contingencialmente.

---

[6] "De modo sucinto, tratava-se da hipótese de que, na ausência do Estado, outras instituições desempenhariam as funções próprias a ele. Rebatia-se, assim, na sincronia, a célebre oposição diacrônica evolucionista, que opunha as sociedades baseadas no *status* àquelas centradas no *contrato*: entre ambas estariam situadas justamente as 'sociedades segmentares', em que as *linhagens* fariam uma espécie de mediação entre o 'sangue' e o 'território'" (GOLDMAN, 2006: 142).

Por outro lado, é necessário afirmar que a segmentaridade, tal como entendida aqui, não se restringe ao modelo Nuer. Não parto do princípio de equilíbrio estrutural, tal como proposto por Evans-Pritchard, mas, ao contrário, pretendo descrever essas relações segmentares de maneira processual[7]. Outro afastamento fundamental em relação a esse autor é que há diferentes modalidades de segmentaridade que não se limitam à "forma piramidal da estrutura segmentar" (Goldman, 2006: 145) do modelo Nuer. Essas diferentes modalidades e arranjos processuais serão descritos etnograficamente ao longo da dissertação.

Assim, a presente dissertação pretende apreender o processo de coletivização do MSTC com foco em três principais configurações relacionais que denotam tal coletividade: 1) processo de formação do MSTC por segmentação e relações condicionantes de sua estrutura e forma de atuação; 2) relações internas ao movimento, a partir da articulação entre cotidiano e política (ocupações); e 3) relações entre o movimento e o poder público.

Como fiz campo tomando como referencial empírico o MSTC, pretendo abordar as configurações acima a partir dos limites do que se convencionou nomear MSTC. Por isso, até mesmo as relações entre os diferentes movimentos serão pensadas principalmente a partir dos integrantes desse movimento específico.

O campo

Para o projeto inicial, eu havia feito um levantamento dos movimentos de moradia que atuavam predominantemente no centro de São Paulo. Em 2001, havia quatro movimentos que atendiam tais condições: Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), Movimento de Moradia do Centro (MMC) e Fórum de Cortiços. Verifiquei que todos eram tidos como responsáveis não só por ocupações, como por pressionar o poder público e desenvolver propostas para a

[7] "Encarada como processo, ao contrário, a segmentaridade pode aparecer como fenômeno universal, o que basta para afastar toda tentação tipológica" (GOLDMAN, 2006: 143). Para uma crítica ao pressuposto de Evans-Pritchard de sistemas em equilíbrio, ver Leach (1996), cuja etnografia revela como os sistemas sociais estão a todo tempo sofrendo processos de mudança estrutural e que são dotados de uma forte instabilidade: "A magnífica lucidez dos próprios escritos de Evans-Pritchard só é possível porque ele se limita à descrição de certos tipos irreais de situação – a saber, a estrutura dos sistemas em equilíbrio" (LEACH, 1996: 324).

questão da moradia popular (CMSP, 2001: 13). A partir de um levantamento preliminar de reportagens da Folha de São Paulo no período de 2003 a 2005, constatei que esses quatro movimentos continuavam muito atuantes, participando de boa parte das ações de movimentos de moradia em São Paulo[8]. Depois de ter elencado esses movimentos, pretendia definir quantos e quais dos quatro eu iria pesquisar[9].

Iniciei minha pesquisa realizando uma longa entrevista com Verônica Kroll, principal liderança do Fórum de Cortiços, um movimento de moradia que atua no centro de São Paulo. Considerei que entrevistá-la seria um bom início, já que as ações do seu movimento eram largamente noticiadas por importantes veículos de mídia impressa brasileira, como Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo. Ela teria sido uma das fundadoras do primeiro movimento de moradia com lutas mais abrangentes no centro de São Paulo, a ULC, e teria dedicado boa parte de sua vida à luta por moradia. Ao seu nome era constantemente dado destaque e ela sempre havia sido tratada publicamente como uma das principais lideranças dos movimentos de moradia.

De fato, a partir do levantamento preliminar de reportagens da Folha de São Paulo, pude constatar que Verônica Kroll era muito requisitada a dar entrevistas sobre a questão da moradia para as classes populares e sobre a atuação dos movimentos de moradia. No início da pesquisa também tive contato com uma publicação que realizava um balanço das ações e discursos da Comissão de Estudos sobre Habitação na Área Central (CMSP, 2001), constituída por diversos segmentos envolvidos com questão de habitação, inclusive representantes da prefeitura e dos movimentos de moradia, para a elaboração de propostas para moradia popular no centro de São Paulo.

E, finalizando essa etapa, analisei uma dissertação de mestrado na área de arquitetura e urbanismo, de Nilce Aravecchia (2005), que tinha como mote a questão de moradia popular a partir de uma análise dos movimentos de moradia[10]. A autora propõe

[8] Ver, como exemplo: Baptista (6.7.2005); Capriglione (26.4.2004); Carvalho (17.08.2003); Fernandes (26.10.2004); Fernandes e Ramos (2.11.2004); Folha de S. Paulo (1.8.2004; 21.4.2004; 8.3.2005; 20.4.2004); e Mena e Fernandes (9.11.2004).

[9] A partir do início da pesquisa de campo, identifiquei também outros dois movimentos atuantes no centro de São Paulo, o Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC) e o Movimento de Trabalhadores Sem-Teto da Região Centro (MTSTRC), que acabaram sendo incorporados na pesquisa indiretamente por terem ocupado um prédio conjuntamente com o MSTC, como veremos no segundo capítulo.

[10] Preocupada em apontar os condicionantes que impossibilitaram a efetivação deste tipo de habitação em São Paulo, Aravecchia (2005) tenta compreender as "ocorrências sociais que são inerentes às transformações dos meios de produção" (idem: 12). Para ela, ainda que muitos urbanistas tenham realizado diagnósticos propondo "soluções" para a questão da habitação social, "os acontecimentos demonstram os limites da ordem técnica diante dos processos políticos" (idem: 13). A autora destaca, assim, a importância dos movimentos de moradia na transformação da realidade, bem como na reestruturação da própria ordem técnica.

uma certa evolução linear dos movimentos de moradia no sentido de práticas cada vez mais efetivas de solução do problema da habitação de interesse social[11]. Verônica Kroll tem certo destaque na dissertação, com algumas de suas falas pautando momentos do texto sobre os movimentos de moradia. É como se sua história pessoal se confundisse com a própria história da luta por moradia, uma vez que ela teria participado das principais formas de luta desde a década de 1980.

Em sentido contrário, a entrevista que realizei com Verônica não tinha a intenção de tratar o seu discurso como representativo de todos os movimentos de moradia, mas sim como um discurso que deveria ser fortemente contextualizado nas minhas análises. Queria tratar sua fala como mais uma dentre uma multiplicidade de vozes, que poderia apontar muitas divergências e tensões tanto internas ao seu movimento específico como entre os demais movimentos de moradia.

Não pretendo aqui realizar uma análise exaustiva da entrevista, mas principalmente apontar rumos que minha pesquisa tomou a partir de questões levantadas por Verônica Kroll.

A entrevista ilustrou como o discurso dessa liderança é construído de forma a legitimar a ação dos movimentos de moradia, e do Fórum de Cortiços em especial, enquanto melhor maneira de resolver a questão de moradia popular ou habitação para as classes populares. Isso se deveria ao fato da "luta por moradia" ter se intensificado e se aprimorado ao longo dos anos, num esforço teleológico.

Além disso, seu discurso é construído em cima de uma contraposição dicotômica em relação ao poder público. O uso constante de termos como "embates" e "lutas" deixou claro o caráter conflituoso que ela atribui a essa relação e de como essa polarização é responsável por uma certa clivagem identitária do movimento a partir de uma alteridade em relação ao poder público[12].

No entanto, o Fórum de Cortiços só promoveu ocupações durante um período limitado, entre 1997 e 1999. O encerramento desse ciclo se dá, em um primeiro

[11] A ULC, por exemplo, foi criada em 1991, a partir da articulação de grupos de luta por moradia de algumas regiões de São Paulo, muitos dos quais moradores de cortiços. Aravecchia (2005) realiza todo um panorama histórico de como esses grupos foram constituídos a partir de práticas locais iniciadas pelas Comunidades Eclesiais de Base, ainda na década de 1970. Tais práticas teriam se desdobrado em lutas urbanas de maior abrangência, através das atuações das organizações encortiçadas, que culminaram na criação da ULC, que acabou representando, segundo a autora, a principal origem dos atuais movimentos de moradia da região central de São Paulo.

[12] Penso identidade aqui no sentido proposto por Manuela Carneiro da Cunha (1985) como algo situacional, contrastivo e político. Trechos dessa entrevista estão reproduzidos no primeiro capítulo.

momento, a partir da morte de Alan, uma criança que morreu acidentalmente na ocupação[13], que acaba funcionando como uma baliza temporal[14]. Mas quando perguntei se as ocupações teriam durado somente até 1999, Verônica Kroll deslocou o motivo do fim dessas práticas para uma vitória, ao conseguir que suas lutas tivessem ocasionado o surgimento de programas habitacionais: "nessa luta que a gente fazia pela denúncia de não ter um programa habitacional na região do Centro, a gente também forçava o governo a criar programa".

Percebe-se, aqui, uma certa mudança em seu discurso sobre sua relação com o poder público. Enquanto inicialmente ela se colocava numa posição de conflito, ou "embate" contra o governo, agora sua resposta indica um progressivo entendimento de vários níveis de diálogo com os poderes públicos. Como Verônica me revelou em outro momento, ela é filiada ao PT (Partido dos Trabalhadores), fato que condicionou um discurso que pautava a relação com governantes de outros partidos como sendo mais conflituosa, como com José Serra[15], ao passo que em relação a Marta Suplicy[16] parece ter havido maior convergência de interesses. Contudo, isso não a impediu de realizar algumas críticas também em relação à gestão desse partido: "Tanto o Parque do Gato quanto a Rua das Olarias que são os dois projetos de locação social da gestão da Marta, é que é inviável, que isso não dá certo, que locação nessa cidade não funciona, totalmente descaso"[17].

O que seria uma aparente contradição no seu discurso me fez revisar alguns pressupostos teóricos que orientavam a pesquisa. Em vez de tratar os movimentos de moradia apenas enquanto contraponto dicotômico em relação ao poder público, passei a pensar essa relação, do ponto de vista analítico, como constituída de múltiplas articulações. Assim, embora haja uma inegável oposição entre os movimentos de moradia e o poder público, marcada por muitos conflitos, dos quais as ações de despejo

[13] Sobre esse episódio, ver FCV (2006:24).
[14] Após ler Nádia Farage (2002), apropriei-me da noção de balizas temporais, justamente para não limitar minha análise a acontecimentos muito bem definidos numa linha histórica evolutiva e tentar apreender como determinados acontecimentos e datas são acionados de forma a pautar certas rupturas ou continuidades entre tempos distintos.
[15] Prefeito da cidade de São Paulo durante o ano de 2005 e parte de 2006 pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Foi eleito governador do Estado em outubro de 2006 e, por isso, renunciou à prefeitura, assumindo o cargo seu vice-prefeito, Gilberto Kassab, do PFL (Partido da Frente Liberal), hoje Democratas.
[16] Marta Suplicy foi prefeita de São Paulo no período de 2001 a 2004 pelo PT, partido de oposição ao PSDB.
[17] Referência ao programa Locação Social, instituído na Gestão de Marta Suplicy visando atender a população com renda de até três salários mínimos. As pessoas atendidas pagam aluguéis para morar nesses imóveis da prefeitura municipal que comprometam no máximo 15% da renda familiar (FCV, 2006; Marques; Saraiva, 2005).

perpetradas pela polícia militar são somente um exemplo, essa nuance em relação à gestão do PT, que no geral pôde ser considerada uma aliada, mas que nem por isso fica livre de críticas, foi só o primeiro momento que me fez perceber como as relações com o poder público são multifacetadas e contextuais. Há assim um feixe de relações segmentares entre esses dois pólos que alternam momentos de oposição com composição, de conflitos e negociações, entre seus múltiplos segmentos.

Por outro lado, uma hipótese inicialmente levantada era a de que as regras que orientam a sociabilidade interna e mesmo a esfera privada dos seus componentes articular-se-iam às suas ações políticas e seriam indispensáveis para se apreender a dimensão simbólica que condiciona suas práticas e representações. Com efeito, a partir da entrevista fiquei ainda mais atento ao fato dos chamados "sem-teto" desenvolverem suas ações no sentido de obter sua casa própria devido às suas condições muitas vezes precárias de habitação.

Tal observação fez com que eu passasse a privilegiar intensamente as dimensões políticas e cotidianas dos integrantes desses movimentos como fortemente indissociáveis. Portanto, em vez de focar minha etnografia principalmente nos discursos e práticas políticas dos movimentos, passei a considerar cada vez mais necessária uma observação participante do cotidiano das famílias integrantes desses movimentos nos cortiços e ocupações.

Dessa forma, promovi uma revisão de muitas das linhas iniciais da pesquisa para encaminhamentos etnográficos e analíticos posteriores. Ainda que eu tenha passado a focar outro movimento de moradia, o MSTC, a construção do discurso de Verônica Kroll serviu como parâmetro para apreensão dos discursos das lideranças desse segundo movimento. Foi possível averiguar ressonâncias entre os discursos dos dois movimentos, além de sua construção identitária, que, de forma similar, ocorre a partir da alteridade com o poder público.

Após tal entrevista, meu foco deslocou-se para o MSTC – Movimento Sem-Teto do Centro – que ocupava um prédio que estava abandonado no centro de São Paulo em uma via de grande circulação, a Avenida Prestes Maia. No prédio moravam aproximadamente 468 famílias e sua localização aliada à criação de uma biblioteca comunitária no seu subsolo dotou não só a ocupação e o MSTC, mas também a "luta por moradia" de uma forte visibilidade pública[18].

[18] Como confirma a larga divulgação da biblioteca em grandes veículos da mídia impressa. Além de muitas matérias em jornais diários como Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, ver, por exemplo, as

Toda a atenção que estava voltada a essa ocupação em particular e a grande quantidade de famílias que lá morava revelaram um excelente espaço para minha pesquisa sobre os movimentos de moradia. Com efeito, a escolha do MSTC para a etnografia se deu a partir da ocupação da Prestes Maia. A primeira vez que fui a esse espaço foi devido a palestras que aconteceram no subsolo num sábado.

O subsolo do prédio foi se revelando aos poucos um lócus privilegiado para o início da minha pesquisa de campo, uma vez que era um espaço de mediação entre os moradores da ocupação e os integrantes do movimento, de um lado, e toda uma miríade de atores externos, por outro. Além da biblioteca, o subsolo era continuamente usado para atividades desenvolvidas por atores diversos, geralmente não residentes, além de festas dos próprios moradores.

Meu contato inicial se deu com Seu Severino, responsável pela biblioteca. Ele iniciou a biblioteca a partir de 600 títulos que havia coletado no lixo, uma vez que ele trabalha como catador nas ruas do centro de São Paulo. Meu orientador, Heitor Frúgoli Júnior, já havia se encontrado com ele anteriormente e me contou como ele discursava sobre a importância da biblioteca e relatava sua história de vida, sempre ressaltando a melhora que ocorreu quando ele aprendeu a escrever e passou a ter um contato mais assíduo com os livros. Ocorreu-me que comigo não seria diferente e, de fato, quanto travei o primeiro contato com Seu Severino, ele teceu um discurso muito próximo ao que eu já esperava. Para um antropólogo que iniciava sua inserção no campo, essa primeira experiência com quem viria a ser um dos meus principais interlocutores foi muito frutífera, já que Seu Severino é bastante eloqüente. Pude, dessa forma, coletar muitas informações sobre a ocupação e o MSTC a partir de sua ótica.

Posteriormente, organizei, junto com meu orientador, uma ida a campo dos alunos da disciplina ministrada por ele, da qual fui monitor[19]. Foi uma experiência muito interessante que acabou por render vários desdobramentos para minha pesquisa, ao permitir um estreitamento de laços com Seu Severino e a visita a várias famílias, o que me proporcionou um conhecimento mais amplo da ocupação e das condições de vida de seus moradores, reforçando minha consideração de que seria altamente

revistas Carta Capital (LÍSIAS, 2006), Época (BRUM, 2006), Rolling Stones (CAMPOS, 2007), dentre outros. Em certos eventos, era possível observar a presença de emissoras de televisão também.

[19] "Espaço Urbano, Segregação e Urbanismo na Perspectiva Antropológica", ministrada no curso de graduação em Ciências Sociais no primeiro semestre de 2006.

pertinente uma observação participante do cotidiano das famílias ocupantes do prédio na avenida Prestes Maia[20].

Minha relação com Seu Severino e Roberta, sua esposa, foi de fundamental importância na minha inserção no campo, uma vez que eles se tornaram interlocutores privilegiados da minha pesquisa. Com efeito, passei a freqüentar cada vez mais a ocupação e desenvolvi uma relação mais próxima com outros moradores. Seu Severino e Roberta continuaram sendo meus principais contatos e quando decidi dormir algumas noites na ocupação, fiquei hospedado na casa deles.

Para que minha pesquisa fosse aprovada pela coordenação da ocupação, acabei por presenciar a dinâmica de relações de poder internas ao movimento e à ocupação, pois tive que obedecer à hierarquia interna a fim de que não houvesse problemas e para que as lideranças tivessem conhecimento sobre o que se tratava a minha pesquisa.

Após a aprovação do meu campo, iniciei novos contatos e aprofundei minha relação com Seu Severino e Roberta. O fato de Seu Severino ter me apresentado a algumas pessoas parece ter aberto muitas portas. Num primeiro momento, parecia haver muita desconfiança de vários moradores em relação à minha presença, mas conforme me conheciam, muitos deles tendiam a ser mais receptivos e muito mais simpáticos comigo. A partir daí, aproximei-me ainda mais dos meus interlocutores, desenvolvendo uma relação de confiança e mesmo de amizade com alguns deles, o que me possibilitou ir além dos discursos políticos e perceber outras nuances nas suas práticas e representações[21].

Muito influenciado por autores que discutem a natureza ética do diálogo etnográfico[22], fui a campo tomando o cuidado de deixar claro o teor da minha pesquisa, explicando todos os procedimentos que eu adotaria e quais eram meus objetivos[23]. Como o MSTC é um movimento social que realiza práticas como ocupações de prédios, tidas como ilegais por alguns segmentos do poder público e quase invariavelmente entre proprietários desses prédios abandonados, eu teria que ter muito cuidado para não ser responsável por expor nomes e dados que poderiam comprometer o movimento junto ao

[20] Parte dessas impressões iniciais sobre a ocupação Prestes Maia pode ser encontrada em Frúgoli Jr. (2006).
[21] Sobre os tipos de relação com os informantes travadas em campo e sua influência na produção do conhecimento etnográfico, ver Mintz (1984).
[22] Ver Cardoso de Oliveira (1990), Laraia (1993) e Silva (1994).
[23] Tomei como referência principalmente a postura ética que o antropólogo deve ter e as possíveis cobranças que os grupos e atores estudados costumam fazer em relação à explicitação do teor das pesquisas realizadas e o retorno do resultado das mesmas. Ver, a esse respeito, Silva (1994).

poder público. Deixei claro que usaria caderno e gravador somente quando a pessoa permitisse e só divulgaria o que fosse assentido.

Seu Severino e Roberta me falaram que, de fato, nomes e imagens de certas lideranças não poderiam de forma alguma ser divulgados. Além da preocupação ética, também tomei todos esses cuidados para construir uma relação de confiança, caso contrário minha inserção no campo poderia ser muito dificultada.

Eu não era o primeiro a entrar em contato com moradores da ocupação, o início da minha interação com eles foi muito parecido com o de diversos outros atores ali presentes. Muitos freqüentavam o local de forma a contribuir para a solução de seus problemas, como ONGs, professores universitários, estudantes, artistas plásticos; outros queriam divulgar as condições precárias de moradia no prédio e ainda havia a imprensa que constantemente noticiava questões referentes à ocupação, mas principalmente o papel de Seu Severino na biblioteca. E, pelo que soube por meio dos próprios moradores, muitas pessoas já haviam feito certas pesquisas pontuais, mas nenhuma de caráter etnográfico. Com efeito, o subsolo era o espaço mais freqüentado por esses atores externos.

Mas o que mais me despertou a atenção foi o fato de que, embora o subsolo fosse um espaço muito utilizado para as relações de sociabilidade interna dos moradores, os responsáveis pela transformação estética da antiga garagem, organização de palestras, apresentações de música e sessões de filmes eram sempre pessoas e grupos de não moradores. Como constatei a partir de observações e contatos com muitas pessoas presentes, esses eventos contavam com uma participação mínima dos moradores, restringindo-se às lideranças e a alguns curiosos, mas eram muito freqüentados por toda essa miríade de atores externos, atraindo a cada vez novos visitantes.

A presença freqüente dessa multiplicidade de atores no subsolo do prédio foi se tornando cada vez mais interessante do ponto de vista etnográfico, pois a intervenção deles era responsável por boa parte da visibilidade pública da ocupação. Passei, portanto, a estar mais atento às redes de relações construídas entre esses atores e os movimentos de moradia a partir de suas intervenções e discursos. Dessa maneira, minha proposta inicial foi enriquecida com um enfoque em outros atores que não apenas o movimento e o poder público.

Além do campo na Prestes Maia, também assisti a muitas reuniões do MSTC em sua sede durante aproximadamente um ano, com algumas intermitências. E tentei

participar de eventos e reuniões que me permitissem apreender as redes de relações em torno da "luta por moradia" no centro de São Paulo, ainda que de maneira não tão intensa, já que meu foco se concentrou no MSTC.

Pude participar do momento da ocupação de um outro prédio abandonado na região da Luz, na Rua Mauá, e de manifestações e práticas realizadas pelo movimento externas a esses locais. Realizei algumas entrevistas também com lideranças do MSTC, a fim de apreender como esses atores elaboram seus discursos, representam suas redes de relações e promovem conexões entre práticas e questões que dotam de significado esse movimento de moradia.

Além de um registro etnográfico atento às articulações entre cotidiano e política em relação aos moradores da Prestes Maia, presenciei parte do processo de atendimento das famílias por programas habitacionais a partir de procedimentos metodológicos de observação participante e análise de documentos referentes às reiteradas tentativas de reintegração de posse do prédio.

O atendimento às famílias foi resultado de uma, até então, inédita articulação de instituições responsáveis por programas habitacionais das três diferentes esferas do governo – federal, estadual e municipal – que ofereceu basicamente duas opções aos moradores da Prestes Maia: morar em empreendimentos já prontos em Itaquera, na periferia paulistana, ou obter atendimento em prédios vazios no Centro que seriam convertidos em moradia popular.

No entanto, até o fim da minha pesquisa de campo, o atendimento à totalidade das famílias ainda não havia sido efetivado. Após a reintegração de posse da ocupação Prestes Maia, uma parte menor das famílias optou por morar em Itaquera, mas a maioria preferiu continuar no Centro. Com isso, a coordenação iniciou reuniões específicas para essas famílias na sede do MSTC para repassar todas as informações referentes ao atendimento. Os constantes prolongamentos dos atrasos do atendimento me propiciaram apreender etnograficamente muitas práticas e discursos de coletivização dos integrantes do MSTC a fim de que não houvesse dispersão e, por outro lado, foram importantes para a apreensão das articulações do MSTC com o poder público, pautadas por diversos fatores.

Mas meu foco sobre relações entre cotidiano e ocupação não se fixou unicamente na Prestes Maia. Também adotei a ocupação da Rua Mauá como um dos locais de pesquisa, aproveitando contatos com ex-moradores da Prestes Maia que estavam morando ali enquanto o atendimento não se realizava. Com o tempo, fui

aprofundando relações pessoais com os ex-moradores da Prestes Maia, tanto na Mauá como em outros locais de residência e nas reuniões, o que também me levou a uma maior inserção junto à coordenação do movimento, o que por sua vez me permitiu participar das reuniões da coordenação da Mauá e de algumas reuniões de negociação com o poder público, referentes ao atendimento da Prestes Maia. Se não me foi possível acompanhar o fim do atendimento a essas famílias, não ocorrido até o encerramento do meu campo, isso não impediu que eu pudesse registrar importantes processos que lançam luz à elaboração do MSTC enquanto sujeito coletivo a partir de práticas, principalmente, de coletivização.

Estrutura da dissertação

O foco principal dessa dissertação é sobre os processos de coletivização do MSTC a partir, tal como já dito anteriormente, da apreensão de algumas das relações que o dotam de significado. Ainda que eu esteja pensando essa coletivização principalmente a partir das relações entre lideranças e bases desse movimento específico, essa configuração relacional constitui apenas uma das relações condicionantes da constituição do MSTC enquanto um sujeito coletivo e, ao mesmo tempo, todas essas relações estão intimamente conectadas, significando umas às outras. Assim, para se pensar a coletivização desse movimento enquanto processo, é preciso lançar luz a alguns aspectos relacionais das redes de relações que perpassam essa coletividade intitulada MSTC.

Dessa forma, no primeiro capítulo procedo à análise etnográfica de narrativas de atores que participaram do processo de formação do MSTC. A idéia é apreender como essas pessoas acionam redes de relações e conexões entre diversos temas e questões que justificariam a constituição de um movimento de moradia com características particulares, denominado de MSTC. Para isso, é dada atenção ao campo múltiplo de relações em torno do que se convencionou chamar "luta por moradia no centro de São Paulo". Realizo também uma discussão etnográfica de algumas relações que determinam a dinâmica de atuação do MSTC a partir de sua conformação enquanto uma entidade.

No segundo capítulo, toma forma a discussão etnográfica das articulações entre as dimensões cotidiana e política das práticas e discursos do MSTC a partir de duas

ocupações do movimento: a da Avenida Prestes Maia e a da Rua Mauá. O objetivo é compreender como o cotidiano de ambas é regulado por sua coordenação de forma a favorecer os processos de negociação com o poder público. Há, desse modo, esforços de coletivização no sentido de fazer com que a heterogeneidade interna aos moradores e suas diversas segmentações ressoem na conformação de uma coletividade que consiga um objetivo que seria comum a todos: o atendimento por programas habitacionais.

No terceiro capítulo, a partir do acompanhamento das reiteradas tentativas de despejo das famílias ocupantes da Prestes Maia até sua definitiva desocupação a partir do atendimento realizado por uma articulação entre os três níveis de governo, realizo uma discussão etnográfica das articulações entre o movimento e o poder público. Parto do princípio de que não só o MSTC é segmentado, como também o Estado, o que leva a uma complexa articulação entre os dois pólos dessa relação a partir de fatores como vínculos partidários, relações pessoais, diferentes programas habitacionais, as diferentes funções inerentes aos três níveis de governo e às diferentes instituições públicas responsáveis por programas habitacionais. Além disso, há uma relação de determinação mútua entre essas relações e àquelas internas ao movimento, no sentido de elaboração de um sujeito coletivo a partir de seus coordenadores que travam negociações com o poder público.

A última parte dessa dissertação é destinada à síntese das discussões ao longo do texto e tentativas de contribuição para uma abordagem etnográfica dos movimentos sociais.

CAPÍTULO 1: O MSTC – o processo de construção de um movimento de moradia

1.1 Apresentação institucional

A citação abaixo é uma transcrição do modelo de carta elaborado pela coordenação da coletividade intitulada Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) costumeiramente endereçada a responsáveis por espaços onde possa haver reuniões de grupos de base. A carta representa a maneira pela qual a coordenação do movimento apresenta institucionalmente esse movimento e, em linhas gerais, seu objetivo, sua estrutura e forma de atuação.

> O MSTC – Movimento Sem-Teto do Centro, entidade civil sem fins lucrativos, tem como objetivo principal organizar e conscientizar as famílias de trabalhadores de baixa renda da cidade de São Paulo, na conquista de seu direito constitucional à moradia digna. Recentes pesquisas oficiais apontam para um déficit habitacional, no Brasil, de mais de 6 milhões de unidades. Somente na Região Metropolitana de São Paulo o déficit é de cerca de 600 mil moradias. E, na cidade de São Paulo, metade da população vive em condições precárias, sub-humanas.
>
> Nossa equipe de formadores e animadores realiza visitas às famílias nos cortiços, pensões, quintais, favelas, e promove reuniões semanais de reflexão, troca de informações e de experiências. São atualmente cerca de 50 grupos, em diversos bairros, que se reúnem em espaços cedidos por Igrejas, Sindicato de Trabalhadores, Associações de Bairro e outras entidades da sociedade civil.
>
> Visando ampliar o nosso trabalho, e tendo avaliado a necessidade de se criar um grupo de base nesta região, dirigimo-nos à sua Entidade para solicitar seu apoio no sentido de nos ceder um espaço para realizarmos as reuniões bem como divulgar os convites para as famílias da comunidade local participarem das reuniões e se juntarem ao nosso trabalho[24].
>
> Estamos à disposição para maiores esclarecimentos e entrega de exemplares de nosso material de divulgação e nossas publicações.
>
> Contando com o seu apoio, agradecemos a atenção.
>
> Ivaneti de Araújo
> Coordenadora Geral

A carta costuma ser enviada conjuntamente com documentos do MSTC, como seu estatuto, sua tese e o regulamento dos grupos de base. Tal conjunto de documentos é chamado por alguns coordenadores como "kit padre", numa alusão aos principais destinatários.

[24] Grifos dos autores.

O MSTC adota como principal meio político de reivindicação por moradia na região central de São Paulo a realização de ocupações de prédios abandonados. Essa prática tem por objetivo pressionar o poder público a atender as famílias do movimento por algum programa habitacional para população de baixa renda, seja pela transformação desses imóveis em moradia para essa população, seja pelo atendimento por outras vias, como será explorado mais adiante.

Tal movimento foi criado em 2000 e atua em boa parte do território paulistano. Com uma estrutura organizacional bem articulada e ramificada em vários bairros da cidade, o movimento conta com grupos de base, responsáveis pela inserção de novos integrantes para a transmissão de conhecimento sobre a forma de atuação e maneiras de se conseguir casa própria. São aproximadamente 20 grupos de base[25], e cada um equivale a um bairro da região da qual faz parte. Além dos grupos de base, o movimento também é constituído por associações de moradores das ocupações e projetos já conquistados.

Até 2007, os grupos de base eram divididos em sete regiões – Centro-Leste I, Centro-Leste II, Centro-Oeste I, Centro-Oeste II, Centro-Norte I, Centro-Norte II, Sul/Sudeste – divisão essa feita para uma espacialização dos grupos a serem atendidos pelos diferentes coordenadores. Recentemente, muitos grupos foram incorporados, reduzindo esse número e não mais se usando essa distinção entre as regiões. Na última relação a que tive acesso, havia os seguintes grupos: Alamandas, em Artur Alvim; Campo Limpo; Bela Vista II; Dom Bosco, no Bom Retiro; Inácio Monteiro; Ipê, na Praça da Bandeira; Limão 1/Limão II e Cachoeirinha, na Casa Verde; Mauá II; Nossa Senhora de Fátima do Lauzane; Parque do Gato; Santa Cecília I; Santa Cecília II; Santa Efigênia; e Sé. Realizei campo apenas na Mauá II, que tem o número romano no nome para diferenciá-lo da Associação Mauá. Pretendi, com isso, perceber interfaces entre a ocupação e o grupo de base, ou processo de formação de potenciais novos moradores.

Em relação às associações, a última relação contava com seis: Brigadeiro Tobias, projeto conquistado, antigo prédio ocupado pelo movimento, que foi desapropriado e reformado pelo PAR (Programa de Arrendamento Residencial)[26];

[25] Esse número varia muito, sendo condicionado, principalmente, pelo número de pessoas que participam em cada grupo e a disponibilidade de coordenadores do MSTC. Assim, pode haver dissolução de alguns ou incorporação de grupos menores se a freqüência de um determinado grupo for reduzida. Na carta, por exemplo, escrita em 2006, são indicados 50 grupos. No começo de 2007, quando pela primeira vez tive acesso a uma relação dos grupos, eram cerca de 36.

[26] O PAR é um programa habitacional do governo federal, financiado pela Caixa Econômica Federal (CEF). Destina-se a famílias de baixa renda em grandes centros urbanos. A família atendida paga um

Laranjeiras; Parque do Gato; 9 de julho; e Mauá. Durante a pesquisa de campo, houve a dissolução da Associação Prestes Maia devido ao atendimento das famílias e de outras associações após a dissolução do Bolsa Aluguel[27], pois suas famílias eram atendidas pelo programa. Meu campo deteve-se em duas associações: a Mauá e a Prestes Maia, cuja etnografia tomará corpo no capítulo 2, com especial foco nas articulações entre as dimensões cotidiana e política das práticas a partir desses espaços.

Embora haja uma disseminação das práticas do MSTC por diferentes regiões da cidade, há uma predominância de articulação política na área central e seu entorno. O próprio nome do movimento originou uma forte associação simbólica de sua atuação ao centro de São Paulo e suas ocupações de maior destaque pela mídia impressa aconteceram principalmente no Centro.

No entanto, a apresentação do movimento na carta parte de uma representação específica, de suas lideranças ou, mais especificamente, de sua "coordenação"[28]. É uma apresentação institucional que reflete uma linha de atuação de uma coletividade, mas que é representada, nesse caso, a partir de sua coordenação. Há uma estrutura institucional com regras bem claras de funcionamento, que correspondem aos aspectos normativos da atuação desse movimento. Todavia, um dos intuitos dessa pesquisa é perceber como essa estrutura significa as práticas dessa coletividade e, em sentido oposto, mas complementar, como essa organização institucional é significada pelas práticas políticas e cotidianas do conjunto de pessoas que perfazem o MSTC.

Será feita, assim, uma análise etnográfica que privilegie os processos relacionais de constituição da idéia de movimento, a fim de perceber também o acionamento desse movimento enquanto entidade, seja institucionalmente, seja em práticas cotidianas e políticas do movimento enquanto sujeito coletivo.

Com efeito, a conformação do movimento enquanto um sujeito coletivo é fundamental para se apreender suas linhas de atuação. A partir de uma orientação da

---

valor mensal de acordo com sua renda por 15 anos, e ao final desse período a família tem a opção de comprar o imóvel onde morou devendo pagar o saldo residual. Para maiores detalhes sobre o seu funcionamento, ver www.caixa.gov.br/habitacao. Em São Paulo, o PAR desapropriou alguns imóveis e os repassou através de arrendamento a famílias de movimentos de moradia que negociaram diretamente com a CEF, além de realizar investimentos em parceria com a prefeitura municipal (FCV, 2006; Marques e Saraiva, 2005).

[27] Programa municipal instituído na gestão de Marta Suplicy (2001-2004) que viabilizava um subsídio mensal de 300 reais para as famílias atendidas, possibilitando o pagamento de aluguel por 30 meses, com previsão de uma única renovação, mas que foi cancelado pela gestão seguinte (FCV, 2006). Esse programa será discutido mais detidamente no terceiro capítulo.

[28] Termo nativo que se refere às pessoas que atuam como coordenadores do movimento, dos grupos de base e das associações.

coordenação, as práticas em nome do movimento devem ser realizadas de maneira coletiva e organizada para se efetivarem. A base passa a ser, assim, fundamental, para a ação da coletividade como um todo. Deve-se deixar claro que ainda que essa apresentação reflita uma certa coletividade homogênea, dentro de uma estrutura pré-determinada, as análises de outras situações permitem inferir diferentes conotações do termo "movimento".

Portanto, o MSTC não pode ser pensado única e exclusivamente enquanto uma coletividade homogênea que atua de maneira uníssona. Mesmo que seja dado um nome para tentar definir essa coletividade, o termo "movimento" tem diferentes conotações, a partir de quem fala ou da situação analisada. Essa coletividade tem múltiplas e fluidas fronteiras, diferentes modulações de vínculos a ele, inserções diferenciadas.

A noção de sujeito coletivo de Eder Sader (1988: 55) pode, por ora, lançar luz ao resultado pretendido pela coordenação quando tenta desenvolver práticas coletivas:

> Quando uso a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas.

No entanto, o MSTC, ainda que por diversas vezes atue enquanto um sujeito coletivo, só o faz situacionalmente, ocorrendo, assim, o que chamo de processo de coletivização, ou seja, processo através do qual a coordenação orienta uma coletividade heterogênea num sentido comum, constituindo, nesse caso específico, o que se convencionou chamar de um movimento de moradia.

Iniciei o capítulo com essa apresentação institucional, não para realizar uma etnografia que tome o MSTC como uma entidade apriorística, mas mostrar como se dá a estabilização (Latour, 2005) do movimento a partir das suas características institucionais. Fiz isso para dar maior inteligibilidade ao problema de pesquisa para o leitor e a partir daí poder começar a acompanhar a rede de relações e conexões entre diversos discursos, práticas e questões que levaram à necessidade de constituição do MSTC. Com efeito, a institucionalização ou formalização do MSTC, assim como parece ocorrer com os outros movimentos de moradia, como algumas narrativas à frente mostrarão, é posterior ao início das atividades da coletividade.

Parto do princípio aqui que os sujeitos, assim como os objetos, não são apriorísticos, nem ponto de partida de análise, mas sim construções continuamente elaboradas, cuja atribuição de sentidos é variável. Segundo Latour (2005), as entidades

não podem ser classificadas de antemão unicamente em dois pólos explicativos, natureza ou cultura, sujeito ou objeto. O que existem aprioristicamente são heterogêneos, híbridos ou mistos de difícil classificação. Sua essencialização enquanto entidades é resultado de trajetórias e não algo *a priori*. Para tanto, torna-se necessário perceber o grau de estabilização desses híbridos, ou seja, "o gradiente que varia a estabilidade das entidades continuamente do acontecimento até a essência" (idem: 85)[29].

Portanto, para se entender como se dá a conformação dessa coletividade enquanto um movimento de moradia, faz-se necessário, neste primeiro capítulo, contextualizar o movimento para perceber sua dinâmica de atuação e estrutura interna. Para isso, será feito um breve balanço de seu processo de formação a partir de narrativas de atores envolvidos nesse processo a fim de perceber, diacronicamente, sua estabilização. Além disso, tentarei traçar algumas relações que o perpassam e um panorama etnográfico de alguns atores centrais para essa análise, notadamente, algumas de suas lideranças, a partir das quais se pode compreender mais claramente a rede de relações que significam esse movimento enquanto uma coletividade.

Não se pode pensar a atuação do MSTC sem tecer algumas breves representações nativas sobre o Centro, o que será feito tomando como base algumas narrativas, principalmente em relação ao início da atuação dos movimentos de moradia nessa região específica e como esta acabou por se tomar um campo político a partir dos anos 1990.

1.2 Construção histórica da luta por moradia no centro de São Paulo a partir de narrativas: o processo de formação do MSTC por segmentação

As narrativas levantadas durante a pesquisa de campo e alguns estudos realizados sobre movimentos de moradia são muito claros quanto ao início do processo de formação dos movimentos que atuam no centro de São Paulo. O movimento embrionário teria sido a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), formada a partir da

[29] Latour (2005: 84-5) realiza uma analogia cartográfica para a apreensão das essências, em que o grau de estabilização é necessário para localizar as entidades: "Classificar todas as entidades segundo uma única linha que vai da natureza à sociedade seria o mesmo que elaborar mapas geográficos somente com a longitude, o que os reduziria a um único traço! A segunda dimensão permite dar qualquer latitude às entidades (...) Como iremos definir este equivalente do Norte e do Sul?".

reunião de reivindicações, antes isoladas, de moradores de cortiços na Mooca, Brás, Santa Cecília, Ipiranga, Barra Funda, entre outras, em 1991[30].

Desse movimento específico, originaram-se todos os outros movimentos de moradia atuantes no centro de São Paulo por um processo de segmentação[31]. Freqüentemente se atribui a essas separações, causas em divergências políticas, prioritariamente entre suas lideranças.

Para se entender o processo de formação da ULC e sua correlação com a reivindicação por moradia no Centro e não mais na periferia, região até então destinada aos principais programas habitacionais para a população de baixa renda, seguirei o ponto de vista de uma das principais lideranças do MSTC, Manoel Del Rio, que participou de todo esse processo.

Iniciando sua narrativa, Manoel Del Rio disse que sua "inserção no movimento social é muito antiga, muito longa", que teve vários períodos. Em relação à moradia, mesmo no período de sua militância em que ele não estava envolvido diretamente com tal questão, a mesma sempre tangenciou suas atividades políticas: "Que como eu sempre trabalhei com organização dos trabalhadores, inicialmente era o movimento sindical. E a questão dos trabalhadores sempre está com o problema de moradia".

Ainda nos anos 1970, assim ele define sua militância:

> Nós fazíamos um trabalho sindical, e a gente procurava organizar os trabalhadores de fábrica, de empresas. Então você ia na fábrica, fazia serviço de... que a gente chamava de agitação e propaganda. Quer dizer, soltar boletim, mas o objetivo sempre era contatar o trabalhador daquela empresa e depois organizar ele no sindicato, organizar uma oposição, fazer uma organização de fábrica.
> Então, normalmente a gente pegava esses contatos nas fábricas e a gente ia visitar as pessoas. Isso era a época da ditadura, então esse trabalho não era muito explícito, era meio camuflado, ele nunca aparecia. E aí eu sempre ia nas casas. Então você chegava nas casas e você encontrava o operário da fábrica, mecânico de manutenção, então você falava: 'Pô, esse cara tem uma vida, né?'. De repente, você ia visitar o cara e ele morava num buraco, num negócio assim... estúpido, que você falava assim: 'Como um operário, vamos dizer assim, pode

[30] Para uma construção histórica dos movimentos de moradia na região central, ver Aravecchia (2005), Bloch (2007) e Kohara e Caricari (2006). Todos esses autores acionam o papel embrionário da ULC na constituição dos movimentos de moradia na região central de São Paulo, a partir da reivindicação dos moradores de cortiços em permanecer nessa região específica, mas com melhores condições de vida, ou seja, a "luta por moradia digna no Centro".

[31] Um termo utilizado por alguns autores que discutem segmentaridade para denominar processos de separação de um segmento em dois é "fissão". No entanto, Goldman (2006:144) enfatiza que esse termo remete a um fenômeno de ordem morfológica e não processual, de uma separação diacronicamente irreversível; o autor, assim, defende a utilização do termo "segmentação" para dar conta de processos reversíveis, relativos e contextuais. No plano das reuniões, da mesma forma, "fusão", que teria os mesmos limites que "fissão", poderia ser substituído por "agregação segmentar".

> morar numa situação dessa?'. O que é diferente um pouco hoje, embora os operários também continuem morando mal.
> Agora recentemente eu trabalhei com o sindicato dos vidreiros, e onde moram os vidreiros? Que ganham 700, 800 reais por mês? Moram em Franco da Rocha, Francisco Mourato, Ferraz Vasconcelos, Itaquaquecetuba, que são periferias da periferia de São Paulo, situações mais difíceis ainda.
> Embora a gente fizesse um trabalho organizativo dos trabalhadores produtivos, a moradia sempre tangenciou.
> Nesse trabalho aí, com os trabalhadores sindicais, desde 75, 76, por aí.

Destacando as dificuldades impostas pela ditadura militar à militância sindical, ele faz uma interessante comparação entre os anos 1970 e o presente, dizendo que hoje:

> É uma moleza para esse pessoal, é uma moleza. Você se reúne em qualquer lugar, você se organiza do jeito que você quiser, você faz o boletim que você quiser, você fala o que você quiser, você expressa o que você quiser. Na nossa época, não! Na nossa época, não tinha sindicatos, estava tudo fechado; não tinha partido, só tinham os partidos clandestinos na época. Não tinha onde o jovem participar, onde ninguém participar. Não tinha associação de moradores, não tinha movimentos sem-teto, sem-terra, sem nada. Não tinha nada disso, não existia.

Participando de uma comunidade eclesial de base na qual estudava teologia da libertação, Manoel Del Rio se envolveu com o movimento estudantil da época já que no seu grupo havia universitários, o que fez com que ele mesmo voltasse a estudar. Considera que sua militância se iniciou com o movimento estudantil quando ele participou de uma grande manifestação contra o Ato Institucional 5, em dezembro de 1968. Ele e outros estudantes formaram um grupo e montaram cursos supletivos nos bairros, para operários, com apoio da igreja onde ele participava do grupo de jovens, na zona leste de São Paulo.

Segundo ele, quando o movimento sindical estourou em 1977, o seu grupo já tinha evoluído para além de ter o curso supletivo, ter cursos profissionalizantes. Ele fazia a divulgação na Igreja e chamava os trabalhadores para fazer os cursos, mas todos esses cursos, o de alfabetização, o profissionalizante, os supletivos, que eles montavam, tinham o objetivo de reunir operários: "Então tem algumas lideranças do movimento sindical que passaram por esses cursos nossos. João Antônio, que é vereador hoje, ele foi aluno dos cursos nossos. Tem inclusive líderes sindicais da CUT que foram alunos nossos". Com a ampliação do movimento sindical, eles já tinham essas bases e eles simplesmente se juntaram, porque esses cursos eram ligados à pastoral operária da igreja.

Com isso, Manoel Del Rio se ligou a um grupo de trabalhadores que era da oposição metalúrgica de São Paulo, cuja proposta principal era organizar grupos de fábrica e organizar os operários para fazer oposição ao sindicato que era controlado pela ditadura:

> E, então, eu entrei nisso, na greve de 78, apoiei eles e aí me fixei aqui na Mooca, como eu morava para esses lados. Fixei meu trabalho aqui na Mooca. A região da Mooca, era uma região que tinha 411 metalúrgicas. Tinha Ford, Fundição Brasil...
> Muitas metalúrgicas. Não só metalúrgicas, ela tinha o Açúcar União, que era enorme, tinha quase 5 mil trabalhadores; Antarctica, tinha quase 5 mil trabalhadores; Alpargatas, a maior fábrica de São Paulo, tinha 8 ou 10 mil trabalhadores. Então, era uma região que tinha quase 200 mil operários, a região da Mooca.
>
> Nosso trabalho, então, foi apoiar as greves e a organização de fábrica desse pessoal, que eu fazia. Então, a gente ia nas fábricas, fazer essa organização. E aí nós fundamos uma associação, que tem até hoje lá. Em 79, depois da greve dos metalúrgicos, porque nesse período a gente não tinha nem lugar pra se reunir. Não tinha lugar para você se reunir. Então, nós nos reuníamos nos bares. Chamava os trabalhadores e ia no bar, tomar uma cerveja. A igreja, ela dava um espaço para nós de quarta feira, das 7 às 9. E tinha que ser das 7 às 9, não podia ser 9 e 5, tinha que ser das 7 às 9. E mesmo se você chegava fora do horário, era difícil de entrar porque era um salão lá, que também era meio escondido, tal.
> E aí, quando houve a greve de 79 na região, a gente falava: 'A gente precisa de um lugar com a chave na mão', que era um lugar que a gente pudesse ir e fazer as nossas coisas. Então, nós fundamos uma associação de trabalhadores, ali na Mooca. Tem muitas histórias ali, mas não dá tempo de contar as muitas coisas que ocorreram lá dentro. Foi naquela greve que mataram o operário Santo Dias, em 79.

Se sua militância estava focada no "trabalho sindical", a Mooca representava um bairro fundamental para as suas atividades, por sua alta concentração de fábricas. Mas boa parte dos operários que lá trabalhavam, também fixava residência na região, o que foi gradualmente deslocando o foco principal de atuação da recém fundada Associação dos Trabalhadores da Mooca para também reivindicar melhores condições de habitação para os operários, questão essa colocada em pauta de vez quando de uma grave crise econômica de 1981:

> Depois, na greve de 80 nós também apoiamos. Apoiamos... criamos os comitês de apoio às greves nos bairros, na greve de 80. Então, meu trabalho era esse, mas ele sempre tangenciava a moradia. Por exemplo, na Mooca a gente ia visitar os operários, eles moravam nos cortiços. Muito cortiço, a Mooca era o local que mais tinha cortiços, eu acho, da região de São Paulo, talvez mais que a Sé. Porque os caras moravam ali porque era pertinho. Trabalhava perto, tinha emprego, então eles

> moravam muito em cortiço, na Mooca. E especialmente os nordestinos que moravam nesses cortiços.
> Aí na Mooca, nós formamos a associação, mas na Associação era um trabalho operário, que a gente fala. De organização do pessoal da fábrica. E paralelamente a isso, foi trabalhar uma companheira com a gente, lá na associação e a igreja pagou para ela fazer uma pesquisa no bairro, nos cortiços. Ela fez uma pesquisa nos cortiços da região na época, e a pesquisa, que a gente chama, é a "pesquisa participante", que a gente fala. Aquela pesquisa que o entrevistado, ele não vai ser só o entrevistado. Que ela fez a pesquisa, coletou os dados, sistematizou os dados, devolveu os dados, aí se reuniu com o pessoal com os dados. E aí, depois, no final, tira assim: 'Bom, e aí?'. Então, a grande reclamação na época, dessa pesquisa, era que as mães queriam creche, não era nem moradia. Isso em 80; 79, 80. Porque moradia eles conseguiam pagar, tinham emprego, essas coisas todas.
> E então houve uma luta por creche. Outro problema grave que era ali era a questão do preço da energia. Que eles moravam em cortiço, a conta ficava muito cara, então teve um movimento, que inclusive a Erundina participou, que abrangeu esse pessoal de cortiço e movimento de favelados também, por uma taxa social da energia. E isso tem hoje essa lei, nas favelas eles pagam a taxa social só, da energia. Mas, ainda a questão da moradia não tinha.
> Mas, depois, em 80, 81, especialmente em 81, houve uma grande crise econômica. Tanto é que a ditadura foi caindo ali. A partir de 81, a crise econômica, demissão em massa. Eu lembro que nas fábricas da Mooca, nós até montamos lá um comitê de desempregados. É... quando tinha uma vaga numa placa, virava a esquina atrás da vaga. Então, ali, na verdade, começou a queda daquele modelo da ditadura militar, começou a quebra, eles não se sustentaram, inclusive. Tiveram que fazer a transição que eles falam "democrática". Mas que eles não se sustentaram economicamente, porque aí arrebentou greve pra tudo quanto foi lado e tal.
> Mas essa crise colocou a questão da moradia na ordem do dia. E aí, foi organizado um grupo de moradia na nossa associação da Mooca, mas não era eu diretamente, eu estava junto com trabalho operário. Eu estava na diretoria da associação, a gente discutia, mas era outra pessoa que fazia isso lá. Então, nós começamos, lá na associação, a organizar os cortiços, formar um grupo de pessoas dos cortiços e luta por moradia. Aí nesse período, já começou a estourar movimento em outras regiões também, não era só lá, estourou na Leste...
> E naquela época chamava sem-terra, não era sem-teto.

Vê-se, assim, como Manoel Del Rio articula na sua fala o surgimento da moradia enquanto questão política a partir da atuação sindical. E se a reivindicação por moradia não foi imediata, a grave crise econômica rapidamente coloca a busca por melhores condições de habitação na "ordem do dia", além de representar a queda da ditadura militar.

Ainda que ele fale que houve o surgimento de diversos movimentos, o papel da Associação dos Trabalhadores da Mooca é acionado enquanto fundamental na gênese

dos fundamentos da "luta por moradia" no centro da cidade de São Paulo. Interessante notar também o uso político de uma outra categoria identitária, a de "sem-terra" e não de "sem-teto" como atualmente, o que denota diferentes configurações de "luta" por moradia. Quando eu quis esclarecer o uso inicial da categoria "sem-terra", atualmente identificada por reivindicações por reforma agrária do Movimento Sem-Terra, perguntei: "Ah é? Mesmo lutando por moradia?". Ao que ele respondeu:

> Por moradia, era sem-terra. Porque a luta maior na época... não era que nem você vê hoje, que luta por um prédio ou por uma política para implantar o PAR, ou para implantar o Locação Social, ou isso ou aquilo. Não! Não tinha essas políticas. Então, a luta era assim: você ocupava a terra.
> Nós temos um grande projeto aqui na Leste que o pessoal participa, da Frente, que é a Fazenda da Juta. Ela foi ocupada 3, 4 vezes, até que houve um enfrentamento e uma negociação com o Quércia. E a Erundina era a prefeita, então negociaram e hoje a Fazenda da Juta tem 5 mil moradias. Na sul, também tem muitas experiências.
> Mas não tinha política pública, então você ocupava a terra, fazia os barracões na terra e ficava negociando com o governo. Se você tinha força, você segurava, se você não tinha, tinha que se retirar.
> Então, a partir dessa época que eu estou falando... aí, o grupo de moradia foi se fortalecendo. Aí, ali na Mooca, o trabalho com cortiços, ele é pioneiro, na verdade. Ali na Mooca, o que foi feito? Como o grupo cresceu, o pessoal ocupou um órgão da prefeitura. Quando foi? Em 83, quando o Covas foi prefeito. Tinha aquela Marta Godinho, que era da Igreja, ligada à Comissão de Justiça e Paz, que era a secretária de assistência social. E lá tinha um órgão de assistência social, então o nosso grupo de gente de cortiço ocupou a Secretaria de Assistência Social.
> Você conhece outras lideranças? Por exemplo, a Verônica?
>
> *Conheço.*
>
> Conhece a Verônica. A Verônica é dessa época, ela era empregada doméstica e morava num cortiço lá na Mooca e ela vem desse trabalho nosso, na época. E tem outros também por aí.
> E aí, então, ocupou lá e de lá se negociou. E aí já era o Covas, o Covas, ele tinha uma... sei lá... uma preocupação social maior, ele não era um brucutu. Como tinha os outros prefeitos, que era tudo mais ou menos tipo Maluf. Os outros.
> E aí foi negociado com essa Marta Godinho, nós conquistamos na época, 83 pra 84, ali na Mooca, três projetos. Então conquistou o Chabilândia, que é um conjunto que está lá no Guaianazes, chama Chabilândia, um negócio lindo, que tem uma praça no meio das casas; o Jardim Ivone; e Santa Etelvina. Acho que foram 96 lotes no Jardim Ivone, 55 no Chabilândia, e 24 no Santa Etelvina, na Cidade Tiradentes. Se conquistou isso, isso acabou se concluindo com o governo de Jânio Quadros.
> Mas aí o movimento de moradia cresceu. Havia um grupo só, daí precisou fazer dois turnos, que não cabia tudo na sala, e depois fizeram no domingo também, então o grupo de moradia cresceu. E

> paralelamente a esse crescimento, o grupo se articulava dentro dos sem-terra Leste 1, Leste 2... Se articulava a nível mais geral.
>
> *Mas tinha alguma associação maior que agregava esses...*
>
> Então, os sem-terra. Era chamado de sem-terra, que é a União hoje. Que depois ganhou o nome de União dos Movimentos de Moradia. E no início, não tinha departamento dos cortiços dentro, não existia. Então, nós propusemos formar um movimento dos cortiços. E se criou a ULC.

Na narrativa acima, Manoel Del Rio contextualiza as ações dos movimentos de "sem-terra" a partir das relações com o poder público, atribuindo diferentes características aos governantes, o que incide distintamente em cada momento de articulação com o governo municipal. Se com Orestes Quércia, quando governador do Estado pelo PMDB (1987-1991), foi uma relação de enfrentamento e negociação, isso causou um atendimento pela prefeita Luíza Erundina, à época do PT (1989-1992), tida como uma grande aliada dos movimentos sociais e favorecedora dos mutirões de autoconstrução.

Mário Covas, quando prefeito pelo PSDB (1983-1985), é considerado como um governante com maior "preocupação social", o que de certa forma ocasionou o atendimento, ainda que para isso, eles tenham que ter ocupado um órgão da prefeitura.

Mas algo que interessa para lançar luz às atuais lutas por moradia no centro de São Paulo são certas características definidoras das ações dos sem-terra dos anos 1980. Ainda que haja claras diferenças entre as duas configurações, pode-se perceber continuidades, como a ocupação enquanto instrumento de pressão política que só se efetivaria pela resistência em permanecer no local, o que define sua "força" frente ao não atendimento espontâneo de políticas públicas de habitação para população de baixa renda. Se antes elas eram inexistentes, hoje em dia elas igualmente só atendem por pressão política e posterior negociação.

Se ainda nos anos 1980, a "luta" por moradia se dava prioritariamente através de ocupações de terrenos vazios e a negociação para construções de empreendimentos habitacionais, inclusive com participação de moradores dos cortiços da Mooca, estes passam a reivindicar moradia na Mooca ou em áreas urbanizadas. Começa a ocorrer, assim, um processo de discussões em torno de lutas para solução dos moradores de cortiços nas regiões onde já residem. Na narrativa de Manoel Del Rio acima, com a expansão de muitos movimentos de sem-terra, na zona leste, eles passam a se articular em torno de uma associação mais abrangente que viria a ser chamada de União dos

Movimentos de Moradia (UMM)[32]. Paralelamente a isso, portanto, começa a ocorrer uma união de muitas pessoas em torno dos cortiços, questão não privilegiada anteriormente, o que logo também deslocaria a reivindicação por atendimento no Centro, região com maior concentração de cortiços. A ULC surge, assim, como resultado desse deslocamento, dentro da estrutura da UMM, mas não imediatamente e nem de maneira consensual:

> *Ah, o senhor fez parte, então, da ULC?*
>
> Claro. Todo fundamento da ULC, fomos nós que criamos lá na Mooca. Todo... esse negócio de morar no Centro... Porque aí o que aconteceu lá na Mooca? O pessoal ia morar na periferia, só que o pessoal não queria, eles queriam morar na Mooca. Então, nós, na época, que levantamos a bandeira de morar no Centro, ou seja, morar nas áreas urbanizadas. Porque na época, o metrô estava indo aqui para leste e todo o entorno do metrô tinha sido desapropriado e ia ser feito o que fizeram com a COHAB aqui depois. Fizeram uns predinhos da COHAB. Mas aí a indicação do movimento era que fosse feito pros trabalhadores sem-teto, mas aí eles fizeram para a classe média, praticamente a classe média que mora ali.
> Então, nós passamos, a partir dali, a falar que a gente não queria ir para periferia, queria morar no Centro. Então, nós apresentamos a proposta de morar no Centro ali. Fazer moradia no Centro desde aquela época. E nós só fomos conseguir isso quando a Erundina ganhou a eleição em 88.
> Então, o projeto de morar no Centro, ele começou ali, mas a reivindicação já era nossa, da ULC, que era estruturada ali na Associação da Mooca.
>
> *Quando foi criada a ULC?*
>
> Olha, primeiro ela funcionou como uma secretaria dentro da União, porque eles não queriam um movimento. Mas, depois se impôs como a ULC. Ela foi... dentro desse processo que eu estou te falando.
>
> *E era só Mooca ou pegava outras regiões também?*
>
> Aí depois se articulou com a Santa Cecília, se articulou aqui com gente que tinha trabalho aqui no Centro. Eu acho que era o pessoal do Gaspar Garcia principalmente. Aqui no Centro. Aí eles tinham uma reunião que articulava todo o... e chamava União das Lutas dos Cortiços. Mas todo o fundamento, ele foi gerado ali dentro, no... na... Associação da Mooca. Proposta de morar no Centro...

Com efeito, a ULC, inicialmente, funcionava na mesma sede da Associação dos Trabalhadores da Mooca. Manoel Del Rio acaba por dar muita ênfase na importância da

[32] Sobre a UMM, ver Cavalcanti (2006).

Associação na formação da ULC e na reivindicação pelo centro da cidade de São Paulo, pauta presente até hoje na linha de atuação de vários movimentos enquanto sujeitos coletivos e que, não por coincidência, formaram-se quase todos a partir da ULC[33].

Como Manoel Del Rio citou o Centro Gaspar Garcia como um dos articuladores desse processo, faz-se necessária uma breve apresentação da narrativa de seu coordenador, Luiz Kohara, a fim de se acompanhar a rede de relações responsável pela formação da ULC. Quando o entrevistei, ele afirmou, sobre a criação do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos:

> Em 1984, várias pessoas que atuavam em várias realidades começam a discutir um pouco a problemática do centro da cidade. E principalmente as pessoas que atuavam na Pastoral da Arquidiocese aqui na região da Sé e Pari, catedral, aqui na região centro e levanta que uma das preocupações centrais aqui no Centro, entre as outras, era a questão da população que mora em cortiços. Então, muita gente que mora em cortiço aqui no Centro, a grande maioria dos cortiços estão localizados no Centro e a condição dessas moradias, dos cortiços, é muito precária. Então, e o Centro Gaspar Garcia nasce nesse momento e vem a ser registrado somente em 1988, com uma das bandeiras de atuar especificamente no Centro; até porque no Centro, ao contrário de muitos discursos do poder público e de muita gente que também militava, como se a pobreza estivesse só na periferia, a gente veio para trazer uma discussão de que existia uma grande pobreza no centro da cidade. E um dos personagens que fazia parte dessa pobreza no Centro eram os moradores de cortiços, tanto que uma das primeiras bandeiras de luta que o Gaspar Garcia levava na discussão era a questão da moradia digna no Centro. Então, o direito de você morar no Centro e o direito de você morar dignamente aqui no centro da cidade.

Assim, ainda nos anos 1980, o Gaspar Garcia já reivindicava "moradia digna" no centro de São Paulo. Partindo do princípio de que existia sim pobreza nessa região, colocava em pauta a melhoria das condições de vida dos moradores dos cortiços, o que ia ao encontro do esforço de constituição da ULC:

> Então, só vem a nascer o primeiro movimento organizado já no fim dos anos 80, que lógico vem a ser formalizado em 91, mas já começa toda a discussão nos anos 80, da importância de ter um movimento. Porque o que se tinha eram vários grupos organizados, você tinha cortiços, onde se tinha reuniões regulares; tinha alguns grupos que se reuniam em torno da problemática da água; tinham alguns grupos que se reuniam em torno da problemática do despejo, da forma do despejo; tinha muitos grupos que se reuniam em torno da pastoral da moradia,

[33] Luís, um dos coordenadores da FLM disse, certa vez, que a Associação dos Trabalhadores da Mooca foi, na verdade, a "mãe" de todos os movimentos do Centro, já que a ULC havia sido formada por reivindicações da Mooca, Brás, Belém e região sudeste de São Paulo, com um papel importante da Associação nesse processo. A importância da Associação dos Trabalhadores da Mooca também é destacada por Aravecchia (2005), que coletou muitas narrativas de várias lideranças que participaram desse processo.

> da arquidiocese da região centro. Então, só que não tinha um movimento assim, onde fosse uma articulação de movimentos explicitamente de moradia. E aí, no fim dos anos 80 começa uma discussão que vem na verdade formar a ULC que foi o primeiro movimento que atua no Centro, que é a Unificação de Lutas dos Cortiços.
>
> Eu acho que a ULC nasce um pouco da articulação de várias regiões do centro aqui da cidade de São Paulo. Centro, eu tô dizendo centro expandido porque é Sé, próximo da Sé, da Mooca, do Ipiranga. Então, todos que atuavam com a realidade de cortiço, no centro ampliado da cidade de São Paulo. Em termos de perfil desses grupos, tinha a Associação dos Trabalhadores da Mooca, o pessoal participava; o Gaspar Garcia ajudou a puxar bastante que nascesse o movimento de moradia; tinha a Pastoral da Moradia também com uma atuação bastante intensa e alguns grupos um pouco soltos também. Então, a ULC foi um primeiro exercício de agregar todos numa luta mais ou menos comum.

Ele igualmente destaca a importância da Associação dos Trabalhadores da Mooca, mas ressalta também a influência de uma outra organização, ao contrário de Manoel Del Rio, a da Pastoral da Moradia:

> *E a Associação dos Trabalhadores da Mooca, que também se organizou no começo dos anos 80, ela teve papel importante no processo de...*
>
> Teve. A Associação... eu acho que antes de existir organização e mesmo antes de existir o Centro Gaspar Garcia, existiam dois trabalhos importantes que eu acho que são também referência para o nascimento dos movimentos. Um trabalho é a pastoral da moradia, que ela atuava em várias regiões, conforme a organização da Igreja, e a Associação dos Trabalhadores da Mooca. Acho que assim, a Associação dos Trabalhadores da Mooca, por ter um vínculo também com pessoas envolvidas no sindicato, ela trazia um debate mais politizado. E isso, juntando com a mobilização dos moradores de cortiços que a pastoral da moradia fazia, acho que isso contribuiu bastante. E aí, nasce o movimento e mesmo o Centro Gaspar Garcia nasce um pouco desse debate, junto com a pastoral e os debates políticos que existiam na época.

A importância do trabalho da Associação é destacada por Kohara a partir da influência da politização dos militantes sindicais. A relação entre o sindicalismo e a luta por moradia, assim como para Manoel Del Rio, foi fundamental para a construção política da ULC. O deslocamento gradual da luta sindical para a luta pela moradia se concretiza ainda nos anos 1980, mas não sem o esforço de continuar organizando os trabalhadores:

> A crise de 81 foi enfraquecendo o trabalho sindical, e por outro lado fortalecendo a área de moradia.

> Fui me ligando cada vez mais à moradia e saindo dessa área sindical. Isso a partir de 86, 87.
> Mas todos esses fundamentos da luta por moradia, nós desenvolvemos na Mooca. Tem várias coisas, tem um caderninho que nós fizemos na época, que eu acho que você nem conhece, que a gente fundamentava... [levanta-se e procura o caderninho]. Na época, a gente já fundamentava...
> E aí, o que que... dentro da associação, o que a gente propôs? Eu fazia esse trabalho sindical... Se não tem condições de organizar os trabalhadores pelo lado sindical, vamos trazer para a moradia. Porque como tinha muito desemprego, fica muito difícil a luta sindical. E aí nós começamos a ir nas fábricas e nos cortiços, juntar os trabalhadores pra lutar por moradia. Isso cresceu muito o movimento de moradia. Na época. E ficou a ULC, nós trabalhando ali com a ULC.

O tal caderninho citado por Manoel Del Rio é uma publicação da Associação dos Trabalhadores da Mooca (1990) com o princípio de que melhores salários e moradia digna compunham uma só luta. Como propostas de atuação, elencava: 1) Realizar a reforma agrária e a reforma urbana de fato; 2) Lutar pela moradia nas áreas centrais; 3) Auto-gestão e propriedade coletiva; 4) Auto-defesa: continuar o processo de organização da nossa classe; 5) Lutar pelo salário mínimo real; 6) Lutar pelas 40 horas semanais; 7) Lutar pelo controle do FGTS; 8) Unir o movimento operário e popular. Em relação à "luta por moradia nas áreas centrais", a publicação propunha: "a) Desapropriação de cortiços, principalmente nos casos em que há uma concentração maior (por exemplo: vários cortiços no mesmo quarteirão). E onde os moradores estão mobilizados; b) Desapropriação de prédios, casarões e terrenos particulares vazios; c) Aproveitamento dos terrenos públicos sem destinação ainda vazios que se encontram nessas regiões".

Outra experiência que, de acordo com Kohara, teria ajudado na politização e forma de atuação dos movimentos foi a das comunidades eclesiais de base, citadas por Manoel Del Rio, em outro momento da entrevista, como inspiradoras da organização dos grupos de base do MSTC, como veremos adiante. Nesse sentido, Kohara afirma:

> Olha, no centro da cidade acho que a gente nunca teve propriamente as comunidades de base organizadas como teve em vários locais, principalmente nas periferias. Agora, as comunidades de base foram uma inspiração principalmente para muitos trabalhos aqui no Centro, porque as comunidades de base, elas traziam vários elementos de educação popular, onde você reconhece a importância do protagonismo da população, a questão da importância do debate político, a questão de investimento na formação. Então, ela é inspiradora dos trabalhos que existem aqui, ela é uma referência importante.

Depois dessa breve apresentação de algumas narrativas sobre o processo de formação da ULC, deve-se entender seu processo de segmentação, a fim de lançar luz à formação do MSTC, movimento que interessa mais de perto a essa pesquisa.

A ULC, como visto acima, foi construída a partir de relações de pessoas moradoras de cortiços organizadas por certas lideranças que passou, enquanto um sujeito coletivo, a reivindicar moradia, contudo não mais na periferia e sim no centro de São Paulo, região com forte concentração de cortiços.

Embora a reivindicação pelo Centro tenha continuado a pautar as linhas de atuação dos movimentos constituídos a partir desse movimento embrionário, houve divergências internas que levaram à constituição de outros movimentos de moradia.

Assim, da ULC saíram dois coordenadores que viriam a fundar dois movimentos. Inicialmente, Verônica Kroll formou o Fórum de Cortiços; posteriormente, Gegê (Luiz Gonzaga da Silva) saiu e constituiu o MMC. Esses dois movimentos também viriam a originar outros dois: do Fórum de Cortiços, um grupo constituiu o MSTC; e do MMC, foi formado o MMRC, coordenado por Nelson da Cruz Souza.

Todos esses cinco movimentos continuam atuantes e sempre são acionados enquanto representantes de um mesmo processo ou de uma mesma origem. Além deles, ainda atuam no centro de São Paulo o MTSTRC, liderado por Hamilton Silvio de Souza, que teria participado de outros movimentos antes de criar o seu próprio movimento, mas que raramente é acionado enquanto oriundo de um dos outros movimentos[34]; e um outro grupo de dois irmãos que saíram do MSTC e atualmente coordenam uma ocupação no centro de São Paulo.

Deve-se deixar claro que quando se fala dessa segmentação dos movimentos, não está se falando de diferentes coletividades homogêneas que atuam de maneira uníssona separadamente. As divergências que ocasionaram as divisões ocorreram entre suas lideranças, o que leva a uma percepção da relação desses movimentos principalmente enquanto coincidentes com as relações pessoais de seus líderes que acabam por orientar os discursos e práticas coletivas dos integrantes de seus movimentos. As lideranças, assim, tendem a acionar os movimentos enquanto sujeitos coletivos; quando os movimentos são acionados enquanto sujeitos de ação durante esse processo, portanto, eles devem ser pensados a partir de suas lideranças.

[34] Coletei apenas um depoimento durante minha pesquisa de campo que disse que Hamilton formou o seu movimento, o MTSTRC, a partir de um "racha" do Fórum de Cortiços.

Ao longo da dissertação, tentarei deixar claro a que tipo de relação ou pessoas estarei me referindo quando utilizar o termo 'movimento'. Nesse capítulo, em especial, quando estiver analisando as relações entre os movimentos, estarei prioritariamente indicando relações travadas principalmente entre suas lideranças. Os diferentes movimentos, dessa forma, só adquirem corpo e sentido, quando postos uns em relação aos outros nas diferentes situações aqui abordadas.

No entanto, não interessa para a presente pesquisa realizar um panorama da segmentaridade entre todos esses movimentos a partir do processo de segmentação. Assim, para se pensar a formação do MSTC, muito mais importante é pensar a segmentação do Fórum de Cortiços em relação à ULC e a sucessiva segmentação que levaria à constituição do MSTC. A partir de agora, realizarei, portanto, uma análise de algumas narrativas sobre todo esse processo, da ULC ao MSTC, passando pela experiência do Fórum de Cortiços, na medida em que influenciam na constituição do MSTC. Portanto, para se pensar diacronicamente toda a rede de relações que levou à constituição do MSTC, darei especial atenção às construções narrativas sobre as divergências entre as lideranças.

Em entrevista com Verônica Kroll, quando eu quis saber das condições de fundação do Fórum de Cortiços, movimento que ela coordena até hoje, ela deu a seguinte resposta:

> Olha, quando eu e mais três companheiras acabamos saindo da ULC por divergências políticas. Porque ajudamos a formar a ULC. E aí, a questão política é complicada. Quando eu acabei indo para a Argentina e conheci a forma de ocupação de prédio na região do Centro, começamos a ter o choque dentro do movimento. E... quando acontece isso, a gente não consegue mais ficar lá dentro. Saímos em 92, 93, nós começamos a reunir três regiões e demos o nome de Fórum de Cortiços.

As regiões reunidas por Verônica e mais duas coordenadoras foram os bairros do Brás, Vila Formosa e Ipiranga, não localizados em regiões centrais, apenas em 1995, segundo ela, "eu acabei vindo pra região do Centro. Organizar essa questão dos cortiços aqui nessa região do Centro".

Mas eu quis explorar um pouco mais as causas de sua saída da ULC, saber quais seriam essas "divergências políticas". Pedi que se possível ela entrasse um pouco mais em detalhes, ao que ela respondeu:

> Olha, divergência [risos] política é assim: as pessoas têm medo de perder o poder... E eu sou um tipo de pessoa que... eu não gosto de limitar ninguém, nem de podar ninguém, eu acho que o sol brilha para

> todos. E eu aprendi a fazer o que eu faço hoje, eu acho que todo mundo que tá aqui dentro dessa entidade, tem o direito de saber, de saber fazer... Porque a gente não é eterno... e as divergências políticas começam por aí... 'Olha, a Verônica está fazendo muita coisa, ela está aprendendo muito rápido, ela está indo muito longe, então, vamos tirar ela fora...'. Então, começou isso dentro da ULC e quando começam a podar você, a dizer que o que você está fazendo está errado e a gente sabe que não está errado, tem cem apoios de pessoas... Então começaram por aí as divergências políticas e chegou um... chega um momento que fica um clima tão chato que você não consegue trabalhar mais. A associação da Mooca, hoje, infelizmente está abandonada, está jogada... Quando eu estava lá dentro, era igual aqui, entra e sai de gente, reunião a gente fazia no posto de gasolina, a gente ia para os cortiços, que nem a gente faz hoje. Eu ia para os cortiços, o trabalho que eu mais adorava na minha vida era ir para o cortiço... sentar no cortiço, conversar com as pessoas, tomar um cafezinho aqui, comer um bolo aqui, aí escutar a vida de um... Então, você sabia da vida de um por um dentro do cortiço... Então eu fiz a minha militância desse jeito e aí as pessoas quando vêm meio de pára-quedas acham que tudo aquilo que você fez lá de baixo, para eles não vale nada, eles já vão cortando cabeça de um e aí foi o que não deu certo... algumas pessoas acabaram entrando dentro da entidade e deu no que deu... mas eu saí, mas quer dizer... Por outro lado, hoje as pessoas falam 'Verônica, ainda bem que você saiu fora, formou o Fórum, porque o Fórum [risos] tem um outro jeito de fazer as coisas'. Ainda bem, porque senão a gente estava patinando aí até hoje.

Vê-se, assim, que as causas acionadas por Verônica Kroll para o seu afastamento da ULC, identificadas como "divergências políticas", são representadas por ela enquanto desentendimentos entre ela e integrantes do movimento, em função de seu aprimoramento político.

Mas para se entender a rede de relações que levaria à constituição do MSTC, é preciso acompanhar narrativas de Manoel Del Rio e a constituição de outra entidade, a APOIO, ONG que o teve enquanto um dos fundadores. Atribuindo um novo deslocamento de lutas a uma outra crise econômica, Manoel Del Rio assim define o surgimento da APOIO:

> Em... 92... governo Collor, também teve outra crise dos diabos, muito desemprego, muitas fábricas fechando, que falam que é o neoliberalismo. Muito galpão vazio, muitas coisas assim. Então, eu me liguei numa luta ali que era a luta contra a fome, mas também tendo por base o grupo da moradia.
>
> *Do Betinho?*
>
> É. Do Betinho. Então, a gente chamava o pessoal da moradia para fazer essa campanha contra a fome. E aí quando terminou essa campanha, nós tínhamos gente em vários grupos de moradia, aí já não era mais só na Mooca, nós tínhamos em vários lugares.

> E aí, o movimento também, o movimento se divide muito. Como você já sabe. A mãe de todas as articulações do movimento de cortiços é a ULC. Mas aí a Verônica que era da ULC, saiu da ULC. Não era isso?
>
> *É.*
>
> M: Brigou lá, saiu da ULC. O Gegê também, parece que também era da ULC e saiu da ULC, não foi isso?
>
> *Foi. Me falaram isso.*
>
> É. Ele também era da ULC no início. Aí tem outros. E nós, nós que tínhamos esse trabalho aí, é... Eu também acabei me afastando lá da Mooca. Eu saí da Mooca porque eu fui mais para a política. Eu saí um pouco desse trabalho lá em 94. Que em 92, eu fiz uma avaliação que era necessário eleger o Suplicy. Para dar continuidade ao governo Erundina. Então, eu investi tudo para... porque eu achava que perdendo, seria uma grande derrota para os trabalhadores. Como foi. Então, mas depois eu me liguei a essa campanha contra a fome, nós organizamos vários grupos de moradia e fundamos a APOIO, que é isso aqui hoje.
>
> *Quando isso?*
>
> Foi em 92, 92 para 93. Fundamos a APOIO. Inicialmente, nós estávamos lá na região leste. Aí, a APOIO, nós tivemos como prioridade só trabalhar cortiço. E vir para a área central também. E aí, nós trabalhamos isso. Aí, nós estávamos numa crise imensa, o movimento de moradia entrou em crise porque o Maluf ganhou a eleição, 92, e aí ele parou todos os mutirões... Não teve mais projeto de habitação.

Atualmente, atuando em albergues na região central, a APOIO tem uma relação muito orgânica com o MSTC, o que também parecia ocorrer com o Fórum de Cortiços. Ou melhor, havia uma rede articulando Manoel Del Rio, Verônica Kroll e outras lideranças, que levou à constituição dessas entidades:

> *Só uma curiosidade. Ela* [Verônica Kroll] *saiu da ULC e montou logo o Fórum dos Cortiços?*
>
> Não, não foi logo. Nós já fazíamos o trabalho dentro da União [ou ULC?]. Então, os nossos grupos, eles eram da região leste. Então, o nosso grupo era dos sem-teto da região leste. Não tinha Fórum dos Cortiços, não tinha nada; não tinha MSTC, não tinha nada. Tinha a ULC. Só que como a Verônica tinha se desentendido lá e se separado, ela veio junto com a gente e os nossos grupos eram da leste, pertenciam à região leste. Dos sem-teto da região leste. Não tinha nada, aí...
>
> *Que era a UMM, no caso?*
>
> Que era a UMM. Exatamente. Aí, eu não sei porque cargas d'água, eu não me lembro disso porque eu estava trabalhando e eu só participava

> das reuniões finais. Aí a Verônica acabou fazendo uma articulação com o pessoal da Barra Funda, com mais da Casa Verde e... do Brás. Então, ampliou o grupo e aí... mas ainda não tinha nome. E aí, nós fizemos a ocupação do casarão aqui, do casarão do... da mansão do Santos Dumont, em 8 de março de 1997.

Os dois acionam o Fórum de Cortiços como o protagonista do início das ocupações organizadas de prédios vazios no centro de São Paulo em 1997. Mas logo ocorreram divergências entre Verônica Kroll e outros coordenadores do Fórum de Cortiços, o que levou a uma nova segmentação, originando o MSTC. Quando entrevistei Verônica Kroll, estava no início do meu campo e ainda não havia entrado em contato com o MSTC, não tinha conhecimento de nada a seu respeito, a não ser sua atuação no Centro; com isso, não pude perguntar sobre a criação do MSTC a partir do Fórum e ela também não mencionou nada a respeito.

Coletei, portanto, apenas narrativas de lideranças do MSTC. Manoel Del Rio, assim explica um problema que começou a haver no Fórum de Cortiços:

> Problema de... eu falei para a Verônica isso daí. Que nós ocupamos o Hotel São Paulo, ficamos lá uns 15, 20 dias. E depois houve muita pressão para desocupar. E minha posição é que não saísse [risos], não é? Como sempre. E... e a Verônica, como a Verônica começou a se ligar a um outro grupo político, ela fez a discussão lá e resolveram sair. Aí eu falei para ela que aquilo seria o fim do Fórum. Por que? Porque iam começar as dissensões internas, o próprio pessoal ia começar a não respeitar mais ela. E não deu outra, começou uma brigalhada no Fórum, que foi um negócio. Eu fui numa reunião da coordenação deles e eu mesmo falei: 'Bom, não dá'. Aí eles brigaram, sabe quando não é briga política?
>
> Sabe, aquele negócio, não leva para o lado político, leva para o lado pessoal e tal e tal. E aí, então, a Verônica saiu do nosso grupo, da APOIO; saiu da APOIO. E aí nós continuamos e mantivemos a idéia das ocupações, aí fizemos... nós não tínhamos nem nome também, formamos lá uma coordenação, aí nós ocupamos um hospital, o Hospital Vila Formosa, que estava vazio e está vazio até hoje. É... em julho, uma coisa assim. E aí o pessoal batizou de MSTC.

Manoel Del Rio aciona, assim, a APOIO e o Fórum de Cortiços como entidades quase coincidentes. O trabalho com cortiços e a reivindicação por moradia no Centro são acionados por ele e por Verônica Kroll como fundamentos de suas práticas políticas, o que levou à constituição dessas entidades, que como visto, só adquiriram sentido a partir da tessitura nas falas analisadas da rede de relações sociais, entre essas lideranças e outros atores, e de conexões entre questões como moradia popular, enfrentamento político, políticas públicas, cortiços, periferia e centro.

Em vez de tratar as divergências de Verônica Kroll como responsáveis pela criação do MSTC a partir do Fórum de Cortiços, Manoel Del Rio fala que o resultado dos desentendimentos foi a saída de Verônica da APOIO, cuja equipe, no entanto, permaneceu com a proposta de ocupações e foi justamente em uma ocupação que uma coletividade, coordenada por essa equipe da APOIO, foi batizada de MSTC.

Essa versão de Manoel Del Rio sobre a ligação de Verônica Kroll a um outro grupo político foi referendada por Solange Carvalho, tesoureira do MSTC, coordenadora de muitos grupos de base e atuante na zona leste desde 1994, tendo acompanhado Verônica no Fórum de Cortiços. A diferença de sua narrativa é que ela não se refere à APOIO em sua narrativa. A ligação com esse outro grupo político, segundo Solange, fez com que ela e outros coordenadores começassem a "perceber que a luta começou a ficar travada, então deu a perceber, né?". As instruções, assim, estariam vindo de fora, ao que ela me disse:

> Nós não somos atrelados a nada. Acho que quem faz luta não pode ficar atrelado a nada. Então, começou a ter divergência de opiniões. Não vai fazer isso, não vai... Olha, para você ter uma idéia, tanto que quando nós fomos ocupar o Matarazzo, ficou o povo todo reunido para sair, a União veio tentar impedir a nossa ação e daí a gente começou a perceber que quem dava as cartas não eram... as opiniões não estavam mais sendo ouvidas (...) E aí foi o ponto de discórdia de todo mundo e separamos

Nas duas narrativas, percebe-se o acionamento da perda de autonomia como responsável pelas divergências internas. Se havia motivos por certas atitudes de Verônica Kroll para que houvesse uma "briga política", esta logo se deslocou para desentendimentos pessoais entre os coordenadores, o que parecem ser justamente os principais motivos de criação de novos movimentos.

Ivateni de Araújo, a Neti, atual coordenadora geral do MSTC[35], teceu uma narrativa atribuindo outras causas à separação, mas que não deixam de responsabilizar atitudes de Verônica Kroll enquanto liderança. Ela usou uma interessante expressão para definir a constituição do MSTC a partir do Fórum: "Na verdade o MSTC, ele acabou se desmembrando, né? Então, as equipes que hoje estão no MSTC eram desse movimento". O desmembramento do MSTC, portanto, teria tido as seguintes causas:

> Então, por não concordar com uma... a linha que, até hoje, é tomada pela coordenadora, né? Ela não aceita uma eleição pra pôr outra pessoa, ela não aceita discussão dentro dum coletivo, ela não aceita

[35] Chamarei Ivaneti de Araújo, ao longo da dissertação, de 'Neti', por ser esse o principal modo pelo qual ela é tratada por praticamente todas as pessoas com quem entrei em contato durante a pesquisa de campo.

> nada, ela gosta de tomar a direção, ela sozinha; 'quem quiser vir, venha', atrás dela (...)
>
> *A Verônica?*
>
> É. Ela é assim, não sei se mudou, mas era assim, entendeu? 'Quem dá a linha sou eu'. Ela era assim, oh, ela tem um jeito forte. Que mais ou menos, só não tem um, o... Ela é mais ou menos assim como a... própria... Edinalva: quando ela tem para falar, ela fala.

E, como dito por Manoel Del Rio, foi a partir de uma ocupação que surgiu o nome MSTC. Solange assim relatou o evento:

> Aí no dia 31 de julho de 2000, nós fomos ocupar o hospital lá da zona leste que estava parado há mais de 10 anos. Construído lá, três torres. Nós fomos para lá, mas aí o hospital, ele entrou com uma ação e a reportagem foi e aí eles perguntaram de onde a gente era. E nós falamos que éramos de um movimento sem-teto do centro da cidade e ele pôs no jornal: "MSTC, Movimento Sem-Teto do Centro...". Aí nós adotamos o nome e está legalizado, tem CNPJ, ata registrada, estatuto, temos tudo.

Percebe-se, assim, como toda uma rede de relações sociais e conexões e associações entre diversos temas, práticas e discursos pelos atores leva à formação de movimentos de moradia e ao do MSTC em especial, como uma das maneiras encontradas para dar vazão à reivindicação por moradia popular no centro de São Paulo através de ocupações de prédios abandonados nessa região.

1.3 O centro de São Paulo como arena política

O MSTC foi batizado com o termo "centro" no nome, mas a que centro se refere o movimento? Embora haja uma predominância de suas ações em torno da reivindicação por moradia popular no centro de São Paulo, como já visto anteriormente, o MSTC não atua unicamente nessa região específica. Tendo isso em mente, perguntei para Solange o porquê de "centro" no nome, ao que ela me respondeu, como visto na narrativa acima, que o batismo fora realizado por atores externos ao movimento, por jornalistas. A primeira ação não foi no centro da cidade e sim na zona leste, na Vila Formosa; quando os jornalistas perguntaram a proveniência daquele movimento, os coordenadores responderam que eram "do centro" se referindo à localização da sede do movimento.

Neti, no entanto, respondeu de uma outra maneira, mas que não deixa de acionar o centro de São Paulo enquanto uma centralidade da "luta por moradia" do MSTC:

> *O nome do MSTC tem "centro", mas na verdade vocês têm grupos em várias partes...*
>
> É que a sede do movimento é no Centro. A luta é nas áreas urbanizadas, por moradia. Movimento Sem-Teto do Centro: pode ser o centro da Vila Formosa, o centro de Santo Amaro, a gente não especificou o centro, só o Centro. As áreas urbanizadas, onde tem acesso, onde tem todo o acesso: ônibus, saúde, escola, entendeu?
>
> *Não precisa ser no centro de São Paulo?*
>
> Especificamente não. É onde a família... Exemplo, tem um grupo lá em Parelheiros, então o centro mais próximo onde as famílias prefiram estar morando... não precisa vir para cá, para o centro velho.
>
> *Mas tem uma maioria que prefere o centro de São Paulo?*
>
> O Centro, prefere o Centro. Boa parte prefere o Centro.
>
> *E você? Prefere o Centro?*
>
> Centro.
>
> *Porque o Centro?*
>
> O Centro está próximo de tudo. Exemplo, se você está desempregada, você consegue ir à pé, entregar seus currículos no centro, nas lojas, nas pizzarias, enfim. E num bairro, já fica mais complicado. E é difícil, muitas vezes, quando você consegue um trabalho aqui no Centro, morando no bairro, na zona leste por exemplo, o vale transporte. Complicado.

Há, assim, uma maioria que prefere o Centro e ainda que a primeira ocupação tenha ocorrido na zona leste, a maior parte das ocupações posteriores ocorreu nessa região da cidade. Sua resposta em relação à sua preferência pelo Centro é ilustrativa dos principais motivos elencados pela maioria dos integrantes do MSTC. A opção pelo Centro se dá basicamente por questões de acessibilidade: maior oferta de trabalho, facilidade de locomoção diária, maior concentração de serviços de saúde e de melhores escolas para os filhos. Tal maioria, inclusive, já morava no Centro anteriormente à entrada no movimento e este passa a ser um instrumento de obtenção de melhores condições de habitação e, preferencialmente, definitivas. Ainda que Neti fale que a luta mais ampla do MSTC é por áreas urbanizadas, portanto, o seu discurso parte de uma dicotomia entre o centro e a periferia ou bairros. Assim, e isso é muito recorrente nos

discursos e práticas dos movimentos, a atribuição de sentidos ao centro da cidade tem como seu contraponto a periferia[36].

O conjunto das narrativas sobre o processo de formação da ULC também partia dessa dicotomia dentro de uma perspectiva de segregação espacial entre as duas regiões, o que concorda com o que muitos autores, dentre os quais destaco Caldeira (2000) e Kowarick (2000), chamaram de padrão de segregação centro-periferia, ou seja, as áreas centrais da cidade de São Paulo foram historicamente foco de investimentos públicos e privados, em detrimento da periferia, concentrando infraestrutura, serviços e renda e, consequentemente, tendo uma acentuada elevação dos custos de terra e imobiliários. A periferia passou a ser, assim, a região destinada aos pobres urbanos, pois era a região com custos de terra mais reduzidos, mas carente de infraestrutura, serviços e, principalmente, fontes de obtenção de renda. Essa segregação espacial se caracteriza, portanto, não só pela assimetria de condições de vida, mas também por um acentuado isolamento geográfico de muitas áreas periféricas, o que se reflete em maiores dificuldades cotidianas de transporte e acesso ao mercado de trabalho. Reforçando ainda mais essa segregação territorial, os programas habitacionais públicos para a população de baixa renda tenderam, também historicamente, a ser implementados prioritariamente na região periférica. Assim, os cortiços costumam ser a principal, quando não a única, opção para a população pobre morar no Centro, mas a elevados custos mensais (KOHARA; CARICARI, 2006).

Por outro lado, foi rentável partir inicialmente da rede de relações e das conexões entre questões em torno da "luta por moradia" para perceber o acionamento do Centro enquanto espacialidade onde se inscrevem as práticas do MSTC. E mesmo essa percepção do centro contraposta à periferia, configuração explicada pelo padrão de segregação centro-periferia, só adquiriu sentido a partir das conexões realizadas pelos atores entrevistados. Realizei um esforço, assim, de não comprometer a análise tomando as espacialidades como apriorísticas, o que poderia empobrecer a percepção do alcance dessas redes e conexões. A territorialidade do Centro é, assim, construída simbolicamente a partir das redes que o significam como objetivo pretendido da "luta por moradia". Como afirmam Telles e Cabanes (2006: 15):

> É um outro modo de interrogar essas realidades, que não parte de definições prévias e muitas vezes modelares de exclusão social, de

[36] Aprofundarei etnograficamente de maneira mais detida algumas das representações sobre o Centro nos capítulos 2 e 3.

> segregação urbana ou de pobreza, as quais, no mais das vezes, deixam escapar a rede de relações e práticas que conformam um espaço social.

Mas como minha etnografia tem como foco principal o MSTC e suas práticas no centro de São Paulo a partir, principalmente, de suas ocupações, torna-se importante a discussão de como essa região adquire sentido e, paralelamente, dota de significado as práticas políticas e cotidianas desse movimento específico[37]. Para tanto, ainda se faz necessário o acompanhamento de algumas redes que elegem o direito à moradia popular no centro da cidade como questão política central a partir do início das ocupações, prática adotada pelo MSTC, mas anterior à sua criação.

Se a ULC foi institucionalizada em 1991, somente em 1997 houve o início das ocupações de prédios abandonados no centro de São Paulo (CMSP, 2001). Havia duas dimensões que se articulavam na constituição das reivindicações por moradia popular: o não atendimento por parte do poder público das demandas dos movimentos e o elevado número de imóveis vazios no centro da cidade. Com isso, os movimentos iniciaram as ocupações como instrumento de pressão política.

Na entrevista que realizei com Verônica Kroll, acionei 1997 como uma baliza temporal (FARAGE, 2002), fundamental para se pensar as práticas dos movimentos de moradia. Com isso, acabei induzindo uma narrativa em que ela ressalta o protagonismo do Fórum de Cortiços em relação à luta por moradia, o que interessa de perto essa pesquisa, já que muitos atuais integrantes do MSTC participavam desse outro movimento na época:

> *É... uma coisa. Eu li um livro que foi publicado da Comissão de Estudos para Habitação, que foi uma... no começo da gestão Marta, que acho que a senhora falou que fez parte dessa comissão. E lá, é meio comum no discurso tanto dos movimentos sociais, até do próprio Nabil Bonduki, falar que a partir de 97, mais ou menos, teve um aumento da ação dos movimentos de moradia. Aí, a senhora mesmo falou que a partir de 97, o Fórum começou essas ocupações. Eu queria que a senhora falasse se realmente a gente pode pegar essa data assim, 97, e falar que foi um marco. E se pode pegar essa marca, por que teve esse aumento das ações? No caso, se foi um aumento*

[37] Com efeito, as práticas sociais no contexto urbano não podem ser dissociadas do espaço urbano em que se inserem (ARANTES, 2000: 84). Isso nos leva a um esforço de realizar uma antropologia *da* cidade e não uma antropologia *na* cidade, ou seja, não se pode realizar etnografias de práticas sociais como se elas estivessem isoladas das influências urbanas. "As paisagens são criadas pela ação humana e, ao se tornarem referências de tempo-espaço para as ações e experiências compartilhadas, elas por sua vez realimentam o processo histórico". A estruturação do espaço urbano e as práticas sociais nele inscritas estabeleceriam assim uma forte relação de interdependência.

realmente de todos os movimentos, se foi só do Fórum... e por que teve esse aumento.

Eu tenho orgulho, assim, dessa entidade ser a primeira entidade de ocupar prédio público, abandonado, no centro da cidade. Começamos no dia 8 de março de 97. Por quê? Primeiro porque a gente se deparou, e se depara até hoje, com muitos prédios abandonados, muitos imóveis sem função social no centro da cidade, enquanto as periferias já se encontraram com municípios vizinhos.

Então, a partir de 97, o que aconteceu? Era uma avalanche de despejos nos cortiços. Nós não tínhamos o que fazer com essa população. Para você ter uma idéia, tinha dia que tinha três despejos de cortiço. E era... parecia aquilo que eu te falei, um caminhão de boi indo para o matadouro, aquilo era o despejo. O que eu sempre costumo dizer é que a população do cortiço, ela está muito mais vulnerável para ir para a rua, para ir para o albergue. Ou voltar para outro cortiço. Porque a porta da saída é essa. E essa população vale menos do que o lixo da cidade de São Paulo. Se você pegar quanto a prefeitura investe na questão social da cidade e o quanto ela gasta com o lixo da cidade, quem tem mais valor? Com certeza é o lixo... E aí nós começamos essa discussão.

A outra questão que nós pegamos, nós fizemos uma luta muito grande, que era a questão do Estatuto da Cidade. Que aprovava e não aprovava. O Fundo Nacional de Habitação Popular, que nós coletamos um milhão de assinaturas. E a outra questão, contra os despejos da cidade de São Paulo. Nós chegamos a fazer atos na porta do poder judiciário, na porta dos juízes, para parar os despejos. Quando não tinha onde colocar essa população, nós começamos a fazer ocupações, é... a ocupar outros prédios... do Estado, vazios. O único prédio particular que nós do Fórum de Cortiços ocupamos foi o Hotel São Paulo, o resto tudo era prédio, que foi feito desocupação, os prédios do Estado. Então, a partir do...

Dentro do Estado, ou do município, federal também?

Olha, era Estado, Federal... municipal nós não chegamos a ocupar. E foi sim. O marco de 97, você pode ter certeza que nós do Fórum de Cortiços... eu tenho orgulho de ter feito isso. Porque se não tivesse feito isso, em 97, com certeza você não ia ler aquele discurso lá daquela Comissão, tá certo? [risos]. Então essa é a verdade.

Porque mesmo quem fez alguma coisa pelos cortiços, já no passado, a gente não consegue saber o que fez, como fez... Porque nada ficou registrado daquilo lá... nada! E eu tive uma preocupação muito grande de, bem ou mal, alguma coisa ser registrada.

Pela imprensa?

Pela imprensa, é... pela gente, nós temos filmes...

Ah é?

> Nós temos documentários. A gente... a gente tem... fomos para os debates, Plano Diretor, nós fizemos algumas coisas que... fomos muito fortes nesse momento, mas... Foi engraçado que em 96... o Secretário de Justiça do Estado, junto com o Governador Mário Covas, abriram o Fórum de Encortiçados da Secretaria da Justiça...
>
> *Fórum de quê? Desculpe...*
>
> Encortiçados, né? E aí eles falaram: "Nós vamos construir 10 mil unidades no centro da cidade.". Aí eu falei assim "Governador Mário Covas, nós não queremos 10 unidades, 10 mil unidades. Nós queremos 5 mil, mas que faça de verdade". Terminou 96, nada aconteceu, aí nós falamos assim: "A nossa negociação está encerrada aqui.". Aí, janeiro, fevereiro, nós não fomos para a CDHU, só fomos agilizar o movimento. Quando foi dia 8 de março, Bom Dia São Paulo [programa de rádio]: "Grupo de sem-teto invade [com ênfase] casarão do patrimônio histórico do Governo do Estado de São Paulo.". Que é assim a chamada da imprensa. Somos os bandidos. Viramos fora da lei para fazer a lei ser... cumprida. Mas aí sim... aí... deu, deu um choque na própria... sociedade de São Paulo, que eles não imaginavam... O próprio governo me conhecia, mas não acreditava que a gente tinha... que eu tinha decidido organizar mais de mil famílias para ocupar o casarão. Então nós ocupamos... aí em abril, dia primeiro de abril, "Dia da Mentira", nós ocupamos a Pirineus, no mesmo ano.
>
> *Era o quê na Pirineus?*
>
> Eram uns casarões da USP abandonados. E estavam à venda! E nós dissemos pro Governo: "Compra isso aqui e faz moradia.". Ele nunca fez. Aí depois, nós ocupamos, brigamos, aí ele fez... A 9 de Julho, que nós ocupamos dia 2 de novembro de 97, nós falávamos assim: "Olha, esse prédio é para reformar.", "Ah, mas não dá.", "Ah não dá? Então vamos mostrar para vocês como é que dá.". Duas mil [com bastante ênfase] famílias ocupamos o prédio do INSS na 9 de Julho. Como é que não dá? Então foi, esse marco foi muito importante para a questão do centro da cidade. Claro que aí era assim, aí dentro dos movimentos você tinha... tem mais movimentos na cidade de São Paulo, "Ah, o Fórum de Cortiços ocupou um prédio do Governo do Estado.". Aí, a ULC, por exemplo, ia lá e ocupava outro. Aí a gente conseguia ficar no prédio, às vezes eles ficavam, às vezes eram despejados. Aí vinha o pessoal do Gegê e ocupava outro. Então aquilo virou um... uma guerra... embate mesmo. Que não foi fácil, mas...

Há, no discurso de Verônica Kroll, o acionamento de uma polarização dicotômica entre os movimentos de moradia e o poder público que levou a interações conflituosas entre os dois segmentos. Essa modalidade de segmentaridade binária (DELEUZE; GUATTARI, 1996) também pode ser compreendida a partir de Bhabha (2005: 53), já que o "governo", pensado de maneira genérica, é a principal *contra-imagem* que significa a conformação de todos os movimentos enquanto sujeitos coletivos: "Cada objetivo é construído sobre o traço daquela perspectiva que ele rasura; cada objeto

político é determinado em relação ao outro e deslocado no mesmo ato crítico". A contra-imagem do Estado é, assim, definidora de uma identificação política dos movimentos de moradia.

De acordo com Verônica Kroll e outros discursos presentes no campo, os movimentos de moradia surgem assim como instrumento necessário e eficiente para o atendimento das demandas por moradia na região central de São Paulo. Se a única maneira que o poder público tem para resolver essas demandas é deslocar a população de baixa renda para a periferia, desprezando a população encortiçada que luta por permanecer no centro, local que traz benefícios que a periferia não oferece, então os movimentos de moradia vão reivindicar esses direitos através de práticas combativas como as de ocupação.

Outro trecho do discurso de Verônica, sobre a criação do Fórum de Cortiços, elucida a reflexão acima:

> Nós registramos o Fórum de Cortiços, foi em outubro de 97. Esse período de 93, 94... Na realidade, nós começamos mesmo a discussão do Fórum em 94, 95, 96. E a gente foi para os embates mesmo sem está no papel, mas era uma entidade que a gente estava formando. E dali para cá, a gente formou a entidade com uma outra característica, de fazer um embate político com propostas habitacionais para a região do Centro. Essa era a nossa proposta. Porque a gente sabia que nem o governo federal, municipal, estadual tinham propostas para a região do Centro. Então nós vimos com esse embate. Os casarões abandonados, os prédios públicos vazios, terrenos ociosos... eles... tem que ser construído moradia na área central, né? Então essa era a nossa proposta. Era e continua sendo até hoje.

No entanto, se realmente essa representação da alteridade dos movimentos em relação ao Estado é esclarecedora de representações que perpassam não só lideranças, mas a base desses movimentos, pode-se perceber que na própria justificativa para o início das ocupações há nuances em relação ao afastamento do Estado de alguns interesses das classes populares representados a partir dos movimentos de moradia.

Manoel Del Rio e Luiz Kohara são muito claros ao dizer que a gestão de Luíza Erundina (1989-1992) abriu um importante canal de interlocução com os movimentos de moradia. Além dos já mencionados mutirões de autoconstrução na periferia de São Paulo, tal gestão também teria incorporado em suas políticas habitacionais atendimento a moradores de cortiços, através de desapropriação, reformas ou construção de

empreendimentos no lugar dos antigos cortiços através de mutirões também autogeridos[38].

Contudo, as duas gestões municipais seguintes, de Paulo Maluf (1993-1996) e Celso Pitta (1997-2000), teriam suspendido esses atendimentos e privilegiado o de moradores de favelas através dos empreendimentos intitulados *Cingapura*[39], que além de não ter contado com participação dos movimentos de moradia, suspendeu atendimentos em andamento da gestão de Luíza Erundina. De acordo com Manoel Del Rio:

> Muitos mutirões estavam em andamento naquela época do Maluf e ele paralisou tudo, disse que tinha desvio de verba e jogou o TCM em cima. Bom, com o tempo provou que não tinha desvio de verba e estava tudo legal, mas aí ele paralisou isso daí, 4, 5... E aí, o movimento, ele entrou em uma crise, o movimento de moradia. E nós lá com nossa equipe já nos cortiços, em vários cortiços.
>
> E quando chegou 96 na avaliação da APOIO, nós refletimos isso aqui: 'Está uma crise danada'. Por quê? Não tinha projeto, não tinha nada para as pessoas. Então, nós fizemos a avaliação seguinte: 'Bom, não tem projeto, não tem nenhuma perspectiva, o jeito é ocupar prédio vazio'. E aí, nós tivemos como prioridade no nosso planejamento de trabalho fazer ocupação de imóveis vazios.
> (...) E aí, nós fizemos a primeira ocupação. Aí era com o Fórum dos Cortiços, que era a Verônica, uma das lideranças, junto com outras que estão no MSTC.
>
> *Porque essa tática de ocupação em prédio vazio, como é que começou?*
>
> Não, porque assim, começou pelo seguinte: 96 com o governo Maluf, o movimento de moradia não tinha nenhuma perspectiva, não tinha projeto, ele interrompeu todos os mutirões, todo o atendimento a movimento organizado e começou a fazer o Cingapura.
> Esse Cingapura, esse fiasco que tem aí hoje, essa coisa horrível. Que é mais pra encobrir as favelas do que pra resolver o problema das favelas. E... então, o movimento ficou sem perspectiva. E aí, ao lado disso, tinham muitos imóveis vazios.

Entretanto, ainda era necessário apreender os discursos em torno do deslocamento das práticas dos movimentos de moradia em favor de ocupações de prédios vazios, uma vez que a Associação dos Trabalhadores da Mooca já defendia a desapropriação de prédios, casarões e terrenos particulares vazios no centro de São

[38] Para mais detalhes, ver Caricari e Kohara (2006).
[39] O *Cingapura,* cujo nome oficial era Projeto de Urbanização de Favelas com Verticalização (Prover), foi financiado pelo BID e "consistia na substituição das moradias existentes por unidades habitacionais novas, construídas em conjuntos verticalizados nas próprias favelas, para alojar uma parte da população das favelas sob intervenção" (MARQUES; SARAIVA, 2005: 280).

Paulo, em 1990 (ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA MOOCA, 1990). A fim de esclarecer quais os meios anteriores de reivindicação por moradia popular no centro de São Paulo, obtive a seguinte narrativa de Luiz Kohara:

> *As ocupações só começaram em 97. De 91 a 97 como era a configuração da luta por moradia?*
>
> Olha, é assim, sempre existiram muitas ocupações sem a dimensão política. Por exemplo, a população de rua sempre ocupou, a gente sempre acompanhou moradias ou prédios ocupados; existia antes dos movimentos onde tivesse uma mobilização com, talvez uma visibilidade, também onde essas ocupações também fossem uma expressão política da necessidade de moradia. Era quase... a gente poderia denominar as ocupações anteriores como mais espontâneas. Então, em 97, depois assim, teve a gestão da Erundina, onde os movimentos e a Secretaria de Habitação, Superintendência de Habitação Popular assumiu as reivindicações dos grupos que existiam, o acúmulo que existia. A política que existia na gestão Erundina de transformar onde era cortiço em pequenos projetos habitacionais é uma sugestão das entidades dos movimentos sociais que a prefeitura assumiu como política pública. Aí, começaram algumas experiências, só que quando entrou a prefeitura do prefeito Paulo Maluf, ele paralisou todo o trabalho com cortiço. E aí, no Pitta, também se deu a continuidade da paralisação, não teve nenhuma iniciativa. E aí, os movimentos se viram diante de uma situação sem saída, porque a CDHU passou a conversar também a partir de 1993 com os movimentos sobre a possibilidade de ter um programa de cortiço, mas também fazia muitos anos, conversava, conversava e não saia.
> Então, a única estratégia que se viu possível, todo mundo que militava e o movimento aí que existia, estavam expandindo também na época outros movimentos, e a única forma de pressão social para políticas públicas para os moradores de cortiços era fazer ocupações.

Fica clara a diferença entre as gestões de Erundina (PT) e de Maluf e Pitta (ambos do antigo PPB) em relação aos movimentos de moradia. Se realmente há uma construção de uma contra-imagem (BHABHA, 2005) do Estado pensado genericamente e que justifica seu contraponto dicotômico na conformação dos movimentos, há nuances que permitem uma relativização dessa polarização. Ainda que o atendimento por parte da gestão Erundina seja pensado enquanto fruto da mobilização dos movimentos e de sua organização e "luta", esse atendimento é muitas vezes justificado pelo fato de Erundina ser do PT, partido associado pelas lideranças aos movimentos sociais.

Assim, as relações entre movimentos de moradia e poder público não podem ser pensadas apenas por oposição. A prefeitura, um dos segmentos do Estado, interage de distintas maneiras com as demandas dos movimentos, nesse caso específico condicionadas por vínculos partidários. As relações entre Estado e movimentos, portanto, adquirem uma contínua configuração de oposição e composição entre os dois

segmentos, que deve ser apreendida etnograficamente de maneira processual e não num aparente equilíbrio. É suficiente dizer que quando os diferentes movimentos também são pensados enquanto um único segmento, com dissolução situacional das diferenças entre eles, como nas narrativas acima, isso se dá em relação ao Estado, através de relações de oposição, como no início das ocupações, ou de composição, como nas parcerias entre os movimentos e instituições habitacionais da gestão de Erundina.

Com efeito, foi também em outra gestão municipal do PT, a de Marta Suplicy (2001-2004), que os convênios de autoconstrução foram retomados. Tal gestão abriu canais de interlocução aos movimentos de moradia e criou alguns programas de habitação de interesse social como o Locação Social e o Bolsa Aluguel, que atenderam integrantes também do MSTC.

No nível estadual, o programa criado pela CDHU, o Programa de Atuação em Cortiços (PAC), é tido como uma vitória dos movimentos de moradia, que teria sido resultado de uma "parceria" entre movimentos e essa instituição específica. Tal programa tem financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e pretende dar subsídios aos moradores de cortiços ou implementar reformas desses arranjos habitacionais. Já em nível federal, o principal programa de atendimento é o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), financiado pela Caixa Econômica Federal e que tem atuado principalmente na compra de imóveis abandonados ocupados pelos movimentos e sua reforma e posterior repasse para os moradores através de financiamento para população de baixa renda[40].

Todos esses programas são tidos, pelos entrevistados, como resultado direto da luta dos movimentos de moradia a partir de pressões políticas e negociações junto aos três níveis de governo e o conseqüente atendimento por suas instituições da área habitacional.

Manoel Del Rio tece uma narrativa de como esses programas habitacionais e um maior atendimento aos movimentos são reflexo da "luta por moradia", articulando em seu discurso uma interessante definição e ampliando seu alcance para uma luta que não seria apenas por moradia no Centro, mas pelo direito à cidade:

> E hoje também você tem muitos direitos, você tem política pública... Veja bem, por conta de toda essa luta, foi colocado na Constituição, no ano 2000, o direito à moradia porque moradia não estava...

[40] Esses programas e outras formas de atendimento habitacional serão melhores descritos mais à frente na medida em que entrarem na discussão etnográfica, em especial no capítulo 3.

Só em 2000? Nossa, que atraso...

Naquele artigo 6º, dos direitos sociais, não tinha moradia. Ele foi incluído como um projeto de lei, não sei de que senador foi, e foi colocado na Constituição.

E o senhor acha que isso foi resultado direto da...

Da luta!

Da luta dos movimentos?

Dos movimentos sociais, sem dúvida. Veja bem, nos Direitos Humanos, que o Brasil é signatário, tem o direito à moradia e da habitação, mas a Constituição de 88 não teve coragem de colocar isso. Deixaram de lado. E... também embora já tivessem lutas da moradia, não tinha a pressão que teve até o ano 2000. Tinha época que tinha 20 prédios ocupados aqui no Centro, por exemplo. Então, foi colocado o direito à moradia, foi aprovado o Estatuto da Cidade. É... o plano diretor incorporou algumas leis da política pública; foi aprovado, agora mais recentemente, o Fundo Nacional. Então, foi-se criando algumas políticas públicas para a área habitacional, e ele é decorrente dessa luta. Não tenho nenhuma dúvida disso. Se os trabalhadores tivessem ficado quietos, não teria nada.
Agora, a luta principal, aí o Centro, é... na verdade, a luta dos sem-teto, embora ela seja uma coisa que parece... a princípio, ela parece uma coisa muito... específica. O cara, ah, ele quer a casinha dele. Está certo, ele quer a casinha dele. Mas a luta dos sem-teto é uma luta assim, pelo direito à cidade, por transformar uma cidade mais humana, certo? Porque a cidade tem distorções, assim... inimagináveis, impensáveis.

Após a narrativa acima, durante a entrevista, Manoel Del Rio me mostrou uma cópia de um artigo de jornal (CARVALHO, 2004) com uma entrevista com o prefeito de Barcelona, Joan Clos, responsável pela revitalização da cidade para os jogos olímpicos de 1992. Del Rio teceu um paralelo a partir das falas do entrevistado sobre Barcelona e São Paulo e de como esta deveria seguir o exemplo da primeira. Defendia que para as cidades serem sustentáveis, elas deviam ser compactas a partir de um maior adensamento populacional, como deveria ser no centro de São Paulo, evitando a dispersão a partir do deslocamento dos segmentos populares para a periferia:

Então, essa luta dos sem-teto, quando se fala morar no Centro, compactar, ela é uma luta pra transformar a cidade em uma cidade viável. São Paulo é inviável. Como é que faz?
Não sei se você conhece a periferia, mas se você tiver oportunidade, o próprio movimento, nós temos vários trabalhos em várias pontas da cidade. Você vai andar lá e fala: 'pô, mas aqui não tem nada'. Lajeado: não tem emprego, não tem nada. Tem asfalto, tem aquelas coisinhas, mas não é cidade, o cara dorme ali. Aquilo não é cidade. Então, se você comparar com Barcelona, o centro de São Paulo daria pra morar,

> aqui a região da Sé, daria pra morar mais 300 mil moradores, mais ou menos. É rarefeita a densidade populacional aqui no Centro. Tem cerca de 160 habitantes por km2, quando um padrão razoável é de 400 a 450 habitantes/km2. Então, você teria uma cidade em 750 km², agora você tem uma cidade em 1500 km².
> Então, significa o quê? Transporte, deslocamentos, significa destruir matas ao seu redor, destruir fontes, destruir rios, significa espalhar lixo, se você pegar pelo meio ambiente, só pelo meio ambiente. Mas significa também que uma pessoa tem que se deslocar duas horas por dia pra ir até o seu trabalho. É uma série de impactos negativos, né?
>
> Então, a luta dos sem-teto, na verdade, quando se fala 'quero morar no Centro', nós falamos que tem que mesclar a população: você tem que ter classe alta, classe média e classe baixa. Porque hoje a cidade faz isso, a realidade faz isso. Você pega o Morumbi, quem que trabalha nos prédios? O pessoal que mora na favela do Paraisópolis, então como a cidade não resolveu esse problema, a realidade resolve.
> Quer dizer, como o poder público não disciplina isso, a realidade resolve, só que resolve da pior maneira possível.
> Então, a luta dos sem-teto, na verdade é uma luta pelo direito à cidade, transformar uma cidade mais humana.
> Não sei se isso te interessa. É interessante isso, não é?
>
> *Interessa sim. Muito interessante.*

O direito ao Centro é representado simbolicamente pelo entrevistado como sinônimo de direito à cidade. Nessa chave, o Centro é lugar de melhor infra-estrutura urbana e oferta de trabalho. A periferia se torna, por conseqüência, a negação da cidade e o seu aumento não planejado torna a cidade inviável, o que o leva a defender o adensamento populacional no Centro. No entanto, o responsável pela solução desse problema é o poder público. A "luta dos sem-teto", dessa forma, é obter um tipo de distribuição da população no espaço da cidade que o poder público não tem resolvido. O que o leva a afirmar que a realidade faz isso, mas de maneira perversa, como é o caso do bairro do Morumbi e a favela de Paraisópolis.

As análises de Tereza Caldeira (2000) sobre os padrões de segregação urbana que teriam prevalecido em diferentes momentos históricos na cidade de São Paulo podem lançar luz à análise que Manoel Del Rio realiza sobre as questões urbanas da cidade[41]. A dicotomia entre centro e periferia corresponderia ao segundo padrão, como já dito anteriormente, em que houve um acentuado processo de periferização da cidade

[41] O primeiro padrão de segregação é chamado de "cidade concentrada", teria prevalecido de 1890 a 1940 e se caracterizava por uma concentração e heterogeneidade da população da cidade em regiões mais restritas. Se não havia uma segregação espacial, já que pobres e ricos conviviam próximos, havia uma acentuada segregação social a partir da desigualdade das condições de habitação e do uso do espaço urbano.

com o deslocamento de classes populares para as franjas da cidade. Por outro lado, Morumbi e Paraisópolis representariam o terceiro padrão, segundo a autora, atualmente hegemônico, em que ricos passam a conviver mais próximos fisicamente dos pobres, embora afastados socialmente, através dos enclaves fortificados[42]. A sugestão de Manoel Del Rio para mitigar essas segregações sociais e espaciais é o de uma cidade mais compacta com proximidade entre todas as classes.

É interessante o uso do exemplo da revitalização de Barcelona por Manoel Del Rio a fim de defender uma cidade compactada onde os trabalhadores de baixa renda também tenham direitos de acesso ao centro de São Paulo, numa situação de convivência entre diferentes classes. Isso no sentido de que esse mesmo exemplo foi utilizado para fundamentar propostas contrastivas às dos movimentos de moradia em relação ao centro de São Paulo, como as da Associação Viva o Centro na década de 1990, que entrariam com um esforço de *gentrification*[43] da região para combater um suposto processo de degradação do centro de São Paulo.

Uma explicação estrutural para a existência de muitos prédios vazios no centro de São Paulo é dada por Frúgoli Jr. (2000), que parte do princípio de que tal região sofreu um processo de degradação devido à deterioração de parte de seus equipamentos urbanos e à redução de seu valor imobiliário. Essa degradação do Centro foi ocasionada pela mudança no sentido do desenvolvimento urbano em direção a outras áreas, que passaram a concentrar mais investimentos de capital, principalmente a partir dos anos 1960.

Com o intuito de reverter esse quadro, foi criada, em 1991, a Associação Viva o Centro, ligada a setores da economia, serviços, comércio e instituições privadas e

[42] O exemplo da interação entre os moradores de Morumbi e Paraisópolis é inclusive um dos casos paradigmáticos que Tereza Caldeira analisa como representantes dos enclaves fortificados. Para uma ampliação do enfoque das interações desses dois segmentos, com foco nas relações entre práticas filantrópicas contemporâneas e dinâmicas de segregação, tendo um dos campos essa região, ver Sklair (2007).

[43] Em linhas gerais, o conceito pode ser definido como resultado de intervenções que elegem determinadas áreas como centralidades, transformando-as em uma área de investimentos públicos e privados, mudando seus significados históricos e impondo novos usos e representações simbólicas de acordo com interesses de mercado. Via de regra, visam reverter processos de degradação urbana e sua principal conseqüência é a mudança da composição social dessas áreas em favor de uma ocupação de segmentos sociais de maior poder aquisitivo. Ainda que tais políticas adotem características particulares a partir dos diferentes contextos em que ocorrem, pode-se destacar como traços em comum seu forte caráter segregacionista e de controle da diversidade social. Os investimentos concentrados nas áreas urbanas se articulam com ações de expulsão ou controle de grupos das classes populares, como moradores de baixa renda ou de origem étnica distinta, invasores organizados de habitação, população de rua, prostitutas etc. Ver os seguintes autores que trabalham com o conceito: Harvey (1992), Leite (2002), Smith (1996) e Zukin (2000).

mesmo públicas da região central de São Paulo (FRÚGOLI JR., 2000). A dinâmica de atuação da associação pode ser apreendida por quatro ações principais: a) diagnósticos técnicos urbanísticos[44], b) um trabalho de divulgação positiva do Centro, c) a sensibilização dos poderes públicos para as questões do Centro e d) a busca de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada.

Os diagnósticos deram origem a propostas inspiradas em algumas experiências internacionais, como a do planejamento urbano em Barcelona, exemplo utilizado também por Manoel Del Rio. Frúgoli Jr. (2000) aponta algumas críticas à tentativa de mera transposição de propostas de intervenção ocorridas em outros contextos para realidades distintas como é o caso de São Paulo. Isso seria responsável por impor uma visão hegemônica de cidade, justificando práticas com fins previamente estabelecidos.

Agindo como um instrumento de interface entre as esferas federal, estadual e municipal do poder público, a Viva o Centro impulsionou, por exemplo, as reformas da Pinacoteca do Estado e da estação Júlio Prestes que tinham como objetivo uma freqüência das classes médias e altas na região central (FRÚGOLI JR., 2000). Assim, a Associação Viva o Centro teria realizado um esforço de imposição de usos e representações que atendem a interesses muito restritos, em favor de uma freqüência de classes de maior poder aquisitivo.

Atualmente, o papel da Viva o Centro já não é mais tão determinante, pois o poder local tem ampliado sua atuação, mas suas propostas para o Centro parecem ter se tornado o grande referencial para as intervenções urbanas na região[45]. Com efeito, as principais ações no sentido de promover uma *gentrification* da região seguiram os preceitos de se restaurar prédios de valor arquitetônico e histórico como forma de atrair um novo público de maior poder aquisitivo para a região e, com isso, mais investimentos. Isso se articulou a ações de expulsão ou controle dos segmentos mais populares, como prostitutas, moradores de rua e camelôs. É importante ressaltar que a questão de habitação nunca foi suficientemente contemplada por tais ações.

Vemos, assim, que uma questão que emerge nos anos 1990 é sobre esforços do poder público de promover uma *gentrification* da região central de São Paulo, que

[44] Os diagnósticos deram origem à propostas inspiradas em algumas experiências internacionais, como a do planejamento urbano em Barcelona. Frúgoli Jr. (2000) aponta algumas críticas à tentativa de mera transposição de propostas de intervenção ocorridas em outros contextos para realidades distintas como é o caso de São Paulo. Isso seria responsável por impor uma visão hegemônica de cidade, justificando práticas com fins previamente estabelecidos.

[45] Para um panorama da relação da Viva o Centro com as diferentes gestões do poder público, ver Frúgoli Jr. (2005).

entram em conflito direto com as reivindicações desses movimentos de acesso a essa região.

Mas como aparece a revitalização do Centro ou *gentrification* nas representações nativas nessa rede de relações em torno da "luta por moradia" no centro de São Paulo? Ainda que haja uma defesa por parte de muitos atores de que há um processo de *gentrification* no centro de São Paulo, coincidente com o início das ocupações, não há uma relação de causa e efeito nesses dois processos concomitantes. As causas mais acionadas são o direito ao centro de São Paulo e não ser deslocado para a periferia, como comumente os programas habitacionais faziam. A ULC, formada em 1991, tinha como pretensão justamente obter atendimento para famílias que já moravam na região central ou seus arredores, nos cortiços. Posteriormente, o não atendimento de reivindicações dos movimentos é que foi elencado como o principal propulsor do início das ocupações em 1997.

Embora as práticas de revitalização ou "higienização", como muitos chamam, não estejam fora dos discursos de suas lideranças e mesmo fora de sua pauta de reivindicação política, é como se o esforço de gentrification e as representações sobre o centro dos integrantes desses movimentos e mesmo a atuação política de suas lideranças estivessem em planos paralelos que por vezes se tocam, mas não cotidianamente. São, assim, propostas na maioria das vezes contrastivas sobre o centro de São Paulo.

Nessa dimensão, o Centro é pensado como local para ricos, ou melhor, região a que os pobres não têm direitos de acesso; e se há alguma discussão sobre higienização da região, ela é pensada enquanto constatação ou acirramento de algo que é estrutural: o centro é para os ricos e a periferia é para os pobres.

Em relação, especificamente ao MSTC, esse discurso apareceu poucas vezes durante minha pesquisa de campo (indicarei algumas nos capítulos seguintes). Mas basta dizer que a gestão municipal iniciada por José Serra (2005-2006) e posteriormente assumida por Gilberto Kassab (2006 em diante) é entendida muitas vezes como responsável por um fechamento de canais de interlocução com os movimentos de moradia e por um esforço de "higienização" da região.

Na tese do MSTC, redigida por Manoel Del Rio (ver Anexo I), há uma denúncia do déficit habitacional na cidade de São Paulo e do esvaziamento do Centro, concomitante com o inchamento das periferias. A tese propõe, com uso de dados estatísticos, que há um quadro de expulsão dos trabalhadores de baixa renda das regiões urbanizadas. As causas acionadas para esse grave problema habitacional para as classes

populares são quase todas estruturais, como baixos valores dos salários, desemprego, especulação imobiliária e "finanças públicas drenadas para o setor parasitário".

Ainda que os termos "revitalização", "higienização" ou mesmo "gentrification" não sejam mencionados, há uma articulação entre especulação imobiliária e investimentos públicos nas áreas urbanizadas, como no centro de São Paulo:

> Essa violenta migração interna é provocada por aqueles fatores apontados: baixo salário, desemprego, finanças públicas drenadas para o setor parasitário da economia e especulação imobiliária. Este último fator - especulação imobiliária - tem se revelado de grande eficácia, pelo fato de impedir o acesso dos trabalhadores de baixa renda à moradia, que ocorre devido aos preços extorsivos das terras e imóveis. Estes preços inviabilizam a construção de moradias populares. Assim que a região recebe investimentos públicos, fica aparelhada de equipamentos urbanos, e pronto! O preço dos imóveis dobra, os aluguéis sobem de preço. (Vide anexo I, grifos da própria tese)

Há, assim, uma alusão de que há investimentos públicos no centro de São Paulo, o que alguns atores, como veremos adiante, associam a um esforço de expulsão das classes populares. O esvaziamento de muitos prédios também atenderia a interesses particulares de seus proprietários que visariam uma especulação imobiliária, aguardando sua valorização. Esta última causa é bastante acionada nos discursos da coordenação do MSTC e que acaba por justificar as ocupações, já que esses prédios não teriam "função social".

Muitos estudos confirmam o alto número de imóveis vazios no centro de São Paulo[46]. De acordo com FCV (2006), por exemplo:

> Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísitca (IBGE, 2000), o número de imóveis vazios (254 mil unidades) é maior que a estimativa de déficit habitacional da cidade (203,4 mil unidades).
> Quase 10% dos domicílios vagos da cidade estão no centro, descumprindo sua função social. Isto, em números, representa cerca de 40 mil residências vagas. O maior índice é registrado na Sé, onde 26,84% dos 11.384 domicílios existentes estão desocupados. A área considerada pelo IBGE considera como centro a Administração Regional (subprefeitura) da Sé, que engloba os distritos da Sé, República, Santa Cecília, Consolação, Pari, Consolação, Liberdade, Brás, Bom Retiro e Bela Vista.

A etnografia aqui realizada permitiu, assim, indicar como o ponto de vista nativo dá inteligibilidade a esses processos urbanos. O que interessa aqui, portanto, é a correlação, realizada por parte dos atores envolvidos na "luta por moradia" entre a

[46] Ver, também, Aravecchia (2005), CMSP (2001), Frúgoli Jr. (2006) e Tsukumo (2007).

reivindicação por moradia popular e digna no centro de São Paulo e a existência de muitos prédios abandonados na região, que justificaria as ocupações como instrumento político[47].

1.4 As relações entre o MSTC e os outros movimentos: aproximações e contrastes

Embora fosse possível supor que o processo de segmentação da ULC tenha levado a uma oposição entre os diferentes movimentos constituídos, durante a pesquisa de campo constatei que há um princípio de segmentaridade[48] constante recortando as relações entre os movimentos de moradia. Assim há relações contínuas de oposição e composição, mas que só podem ser visualizadas a partir de algumas observações de algumas das relações que os perpassam. É claro que a rede de relações que articula esses movimentos é muito mais ampla, ou mesmo infinita, e escapa do escopo dessa pesquisa. Vou portanto me ater a algumas relações, presenciadas em campo, que permitem lançar luz ao MSTC enquanto sujeito coletivo.

Pretendo analisar, brevemente, como as diferenças e semelhanças entre essas diferentes coletividades são pensadas. Assim, se num primeiro momento, poderíamos pensar que o processo de segmentação que originou esses movimentos pudesse ser algo irreversível, em que esses segmentos somente se justapõem uns aos outros, percebe-se, tanto nas narrativas quanto na observação de algumas articulações que pude realizar, que nem sempre a relação entre eles é de oposição. Há, por diversas vezes, relações de apoio mútuo e articulações conjuntas para fortalecer certas práticas políticas, notadamente as de negociação com o poder público e participação em atos de

[47] Outra fonte que permite essa inferência é o relatório que sintetiza os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Estudos sobre Habitação na Área Central (CMSP, 2001) que apresenta muitos discursos de lideranças de movimentos de moradia. Composta em 2001, na gestão de Marta Suplicy portanto, tal comissão representou um canal de interlocução aberto entre a prefeitura e os movimentos, contando com representantes do poder público municipal, estadual e federal, do setor imobiliário, dos movimentos sociais, das organizações não-governamentais e ainda técnicos e professores universitários. A Comissão tinha como objetivo servir de subsídio para desenvolvimento de políticas públicas municipais de moradia popular no centro de São Paulo. Há uma constatação generalizada de que o abandono de muitos imóveis devem ser revertidos em moradia popular e que há descaso do poder público em relação à população pobre no Centro, o que tem levado à expulsão dessa população, por um lado, e somente investimentos habitacionais na periferia, por outro. Há também dados estatísticos e narrativas que atribuem o esvaziamento e abandono de imóveis por muitos anos no Centro a desinvestimentos nessa região.

[48] "Na verdade, a segmentação representa um dos modelos de 'relatividade social' acionados em qualquer sociedade: 'a segmentação é o arranjo relativo das alianças políticas de acordo com critérios genealógicos, *ou outros*, de distância social entre grupos em disputa' (HERZFELD 1987:156, apud Goldman, 2006:143).

mobilização coletiva sobre a questão de habitação de interesse social. Neti assim define algumas articulações entre os movimentos:

> Quando precisa, a gente se junta, só quando há necessidade de uma luta maior, senão cada um faz a sua. E assim eu digo tanto pra ULC como para o Fórum de Cortiços. Quando a gente precisa, a gente se unifica, pede uma agenda. Exemplo, já aconteceu, de pedir uma agenda com os movimentos do centro pra discutir a área central. Então, todos nós, a gente vai ter que afinar. Afina a viola e leva para a mesa de negociação.

Como visto anteriormente, os movimentos de moradia foram constituídos a partir de segmentações sucessivas a partir da ULC, por divergências políticas. Mas paralelo a isso, podemos dizer que há uma "tendência federalizante" os unindo num outro nível segmentar[49]. Exemplos disso são a União dos Movimentos de Moradia (UMM) e a Frente de Luta por Moradia (FLM).

Como visto no processo de formação dos movimentos de moradia, a UMM foi criada ainda na década de 1980 para articular diferentes movimentos e grupos que haviam sido criados no território paulistano. Atualmente, no estado de São Paulo, ela reúne movimentos não só da capital, como também do interior. Quando o MSTC foi constituído, continuou fazendo parte da UMM , mas se separou, levando consigo outros movimentos e realizando uma articulação que levou à formação da FLM. Atualmente, dentre os movimentos de moradia que atuam no centro da cidade, a ULC, o Fórum de Cortiços e o MMC estão na UMM. O MSTC e o MMRC estão na FLM.

Neti, coordenadora geral do MSTC, assim explica a saída do MSTC da UMM:

> Eu participava muito das reuniões da União e quando a União colocava proposta de fazer ato, eu já ia com uma contraproposta de fazer ocupações. Cada movimento filiado à União faria uma ocupação e colocava sua pauta do dia. Porque fazendo ato, tinha demanda que o problema era municipal, tinha demanda que o problema era estadual e tinha demanda que o problema era federal. Então, que levantasse os alvos, municipal, estadual ou federal, e que se fizessem as ações, ocupação. E eles me tinham, assim, muito como 'pedra no sapato'.
>
> Fui convidada a me retirar várias vezes. E aí, eu peguei e falei: 'Ah, é só vocês fazerem o pedido, então, para me retirar, eu me retiro'.
> Então, eles vinham com uma coisa assim... eu detesto, Carlos, quando... e quando se fazia o ato, avisava que ia fazer o ato para o governo.

[49] Goldman (2006) observou entre o movimento negro de Ilhéus um processo semelhante. Os diferentes blocos afro em Ilhéus também foram constituídos por segmentações sucessivas de movimentos embrionários. No entanto, o autor percebe que há, por outro lado, uma tendência federalizante, ou seja, uma associação desses segmentos em conselhos e associações para situações em que eles "têm que se relacionar com instâncias a ele exteriores, principalmente com o Estado". Por outro lado, "quando se trata das relações intergrupais, o princípio de segmentação parece operar com toda força" (GOLDMAN, 2006: 137).

> Exemplo, nós fomos fazer um ato na porta da prefeitura, quando era no Parque Dom Pedro, a UMM ligou para a assessoria da prefeita [Marta Suplicy], dizendo que nós íamos fazer um ato e que o ato era pacífico e que não se preocupasse. Entendeu? Que como era um ato, foi tirado, então não tinha mais como voltar atrás. Eu não gosto disso. Ou você é ou você não é. Eu não tenho que avisar o prefeito a hora que eu vou chegar com o povo na porta dele. Se ele quiser evitar do povo chegar na porta dele reivindicando, que ele atenda a demanda, cumpra as agendas.
> Então, eu tinha, tinha não, eu tenho muito isso. E eles eram contra as minhas falas.
> Então, eu fui conversando com algumas pessoas de dentro da União insatisfeitas: 'Olha, eu concordo com a sua fala. Eu gosto do seu jeito, quando você chega lá, você impõe. Eu gosto disso'.
> Eu conversei com o Manoel Del Rio, ele falou 'Oh, tenta trazer essas pessoas insatisfeitas, vamos fazer uma frente para a luta, uma frente de ação direta'. Aí, eu trouxe, convidei essas pessoas e fiz a fala da importância da gente ter uma frente de ação, uma frente de luta, se reunir pra fazer ações. E o Nelson veio nesse convite.

As diferenças de entendimento do que é a "luta", de como esta deve ser feita, leva, assim, a desentendimentos. A "luta" para Neti também pressupõe um caráter mais combativo, necessário para a negociação com os diferentes níveis do poder público e que deve se dar através das ocupações e não somente com atos. Percebe-se como o uso semântico comum deste termo entre os movimentos não quer dizer que as representações de "luta" sejam as mesmas, pois há conotações distintas. A partir do seu ponto de vista, também, fica clara a percepção de que as relações com o Estado têm que obedecer ao princípio segmentar deste, sendo necessário negociar diretamente com cada nível de governo.

As relações entre o MSTC e esses movimentos, portanto, são responsáveis por conformações identitárias e diferentes atuações políticas que ocorrem contrastivamente, o que também acarreta um processo de conformação do MSTC enquanto uma coletividade com características particulares, ainda que não fixas e não apriorísticas, uma vez que a observação dessas relações é uma das maneiras para se vislumbrar como o processo de construção de uma coletividade se elabora[50].

A defesa das ocupações também é enfatizada por Manoel Del Rio tendo como contraponto a UMM:

> Aí, o Movimento Sem-Teto do Centro fez... aí começou a haver várias ocupações, muitas delas. Houve uma vez que houve acho que 8

[50] No interior do MSTC, no entanto, as diferenças entre os movimentos não são muito objetivadas. A maioria dos seus integrantes os considera todos iguais e a escolha pelo MSTC e não por um outro movimento se dá muito mais por questões circunstanciais do que por afinidade ideológica.

> ocupações na mesma noite e aí a UMM também entrou. Porque, você sabe, ou ela acompanha ou fica pra trás. Então, eles fizeram também. Mas essa tática não é a tática da União, a tática da união é outra.
>
> *Qual é a tática da UMM?*
>
> Eles não querem ocupação para morar. É só para fazer pressão e negociar. Então, tanto é que eles fazem uma ocupação num dia e sai no outro; e nós achamos o contrário: você tem que tentar ficar pra criar o problema. Se você sair, na hora que você volta na missa, tudo foi pro vinagre. É o que acontece normalmente.

Outra atitude definidora da UMM seria essa outra "tática" de ocupações: ocupar apenas para pressionar e não para morar, como o MSTC costuma fazer, o que inclusive também foi um dos motivos de separação do MSTC em relação ao Fórum de Cortiços[51].

Em ato de que participei a convite de Verônica Kroll, do Fórum de Cortiços, em 7 de março de 2006, pude perceber a articulação em torno da União dos Movimentos de Moradia (UMM). O ato foi uma ocupação de uma agência do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) na Rua Xavier de Toledo, a fim de agilizar o processo de liberação de dez prédios em áreas públicas, pertencentes ao INSS. O Fórum estava lá, em função de dois prédios que estariam em processo moroso de tramitação para serem adaptados para moradia popular. Mas a oportunidade foi usada para um acúmulo de demandas por parte da UMM.

Dentro do prédio, havia bandeiras dos diferentes movimentos, o que permitiu lançar luz às articulações. Assim, havia a Central dos Movimentos Populares, associação mais inclusiva; União Nacional por Moradia Popular, com o lema em sua bandeira "Autogestão, Reforma Urbana e Participação Popular" e filiada a CMP; a UMM, filiada a UNMP; e alguns movimentos de moradia da cidade de São Paulo, como a UESTE e a Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste; do Centro, estavam o Fórum de Cortiços e a ULC. Esses últimos quatro movimentos são filiados à UMM. Percebe-se, assim, uma relação de segmentaridade de todos esses movimentos que ainda que tenham reivindicações próprias, reúnem-se situacionalmente em

[51] Bloch (2007: 87) discute o deslocamento dos objetivos das ocupações por parte de outros movimentos. Se inicialmente a intenção era ocupar imóveis vazios para morar, muitas lideranças teriam começado a considerar as ocupações como responsáveis por péssimas condições de habitação. Esses movimentos começaram a realizar ocupações breves para obter visibilidade e pressionar o poder público: "Segundo algumas lideranças, somente aparecem na mídia os momentos da ocupação e do despejo; todo o resto fica invisível ao poder público e à sociedade e quem sofre são as pessoas que vivem dentro das ocupações".

associações mais inclusivas para atender reivindicações mais amplas, numa espécie de agregação segmentar temporária que corresponderia a uma "tendência federalizante".

É interessante, na situação descrita acima e nas narrativas, a observação do princípio de segmentaridade em ação. A UMM é pensada enquanto um grupo, com características muito próprias, embora seja constituída por vários movimentos. Então, situacionalmente, há a dissolução de sua heterogeneidade e das diferenças entre os movimentos em prol da unificação em resposta a conjunturas específicas, como no enfrentamento ou negociação com o Estado, o que não quer dizer que eles deixem de ser grupos em outros níveis, muito semelhante ao modelo Nuer de segmentaridade proposto por Evans-Pritchard (2005).

Como contraponto à UMM, também num esforço do que poderia ser chamado de "tendência federalizante", ainda que com um alcance mais reduzido, foi constituída a FLM com uma proposta de ação direta a partir de ocupações e da articulação de outros movimentos com atuações identificadas à periferia da cidade. Como Manoel Del Rio afirmou:

> E... então, 2003, nós fizemos esse conjunto de ocupações e aí a gente chegou à conclusão seguinte: 'Bom, a luta pela cidade é uma coisa que tem que ser ampla'. O MSTC estava forte, mas ele estava só como movimento aqui no Centro. Então, já naquela luta, nós propusemos a vários outros movimentos da periferia que viessem na luta junto. E aí, por exemplo, a ocupação do Hotel Danúbio foi feita com o grupo da Unas, aqui do Ipiranga, com o grupo da... com o grupo da... e com o MSTC junto. As outras ocupações foram todas só do MSTC. Então, nós começamos uma relação com outros grupos e outras... na periferia. E aí que deu na Frente de Luta por Moradia, que reúne outros... hoje, tá mais ampliada.

Desde sua formação, houve um fluxo de diferentes movimentos participando ou saindo da FLM, por motivos que não pude levantar[52]. Dentre esses movimentos, há muitos que participaram das ocupações de terras urbanas na década de 1980 e dos mutirões na gestão Erundina.

Presenciei poucas oportunidades de interação entre as lideranças dos diferentes movimentos, mas uma em especial, foi muito importante para lançar luz às representações em torno da "luta por moradia" no centro de São Paulo e do MSTC, que

[52] Na última relação havia os seguintes movimentos, além do MSTC e do MMRC, atuantes no Centro: Movimento Habitacional e de Assistência Social (Mohas); Movimento Sem-Teto pela Reforma Urbana (MSTRU); Terra da Nossa Gente (TNG); Movimento de Moradia da Zona Norte (MMZN); Fórum de Moradia e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (FOMMAESP); Movimento Sem-Teto do Ipiranga (MSTI); Movimento de Moradia da Região Lajeado (MMRL).

parecia ter um papel importante, na figura de Neti. Essa oportunidade foi um "Encontro de Avaliação e Planejamento" para o ano de 2007, ocorrido em 7 de abril de 2007. Tal evento tinha como objetivo "debater a situação de famílias sem-teto na cidade de São Paulo a partir de dados regionais e municipais bem como os desafios e perspectivas que a atual conjuntura apresenta aos Movimentos Organizados" (programa distribuído durante o encontro). Propunha também analisar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal que pretende investir nas áreas de habitação e saneamento, "visando a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável e democrático, com cidades para todos e todas".

O encontro serviu como importante momento para ter acesso a alguns discursos em torno da necessidade da união dos diferentes movimentos. Cada liderança falou de suas reivindicações localizadas e fazia um apelo à união entre os movimentos para evitar ações de despejo e conseguir atendimento pelo "governo". Era comum o tratamento do "governo" enquanto entidade genérica responsável por reiteradas ações de desrespeito em relação aos "trabalhadores", "sem-teto", "famílias". Parecia ter um consenso de que a luta unificada e insistente era a única forma de atendimento habitacional a partir da visibilidade da questão da moradia e de fazer o "governo" tomar atitudes que fazem parte dos seus atributos. No entanto, o fato do PT estar no governo federal e a proposta do PAC foi vista como uma "conjuntura favorável", uma vez que tinha muito dinheiro para moradia popular, mas só com "muita luta" é que esse dinheiro viria "aqui para baixo". Em contrapartida, no nível estadual e municipal a "conjuntura" era vista como acentuadamente desfavorável.

A dicotomia centro-periferia foi colocada, já que alguns ainda pediam apoio do "pessoal do centro", como Luís, do MSTRU, que estava esperando esse apoio já que o contrário sempre acontecia. Outro participante disse que queria ter conhecimento do que ocorria no Centro, que queria participar, estar junto para que houvesse união, massificação. Nesse sentido, Manoel Del Rio defendeu a importância da construção desse "instrumento de luta por moradia", assim como a construção de associações nas diferentes regiões, embora o mais importante fosse a FLM articular todas essas lutas.

Hamilton, do MTSTRC, então participante da FLM, defendeu que quem realmente estava fazendo "luta" no centro de São Paulo era o seu movimento, o MMRC e o MSTC, e se referindo aos outros movimentos, disse que nunca havia sido ingênuo para acreditar na "luta institucional". Houve, assim, o acionamento da FLM como

aglutinadora de movimentos no centro, com características distintas que justificariam uma oposição binária em relação à UMM e aos movimentos que dela fazem parte.

Ao final, foram definidas ações coletivas, como caravana em nome da FLM para Brasília a fim de reivindicar verbas do PAC e uma ocupação no município. E para encerrar, Osmar, coordenador de movimento na zona leste, que tende a assumir o papel de coordenador geral da FLM, recebendo remuneração da APOIO e sempre presente na sede, chamou Neti para encerrar com os "gritos de ordem", quando ela passou a gritar "Reforma Urbana...", ao que todos respondiam "Já!"; em outro, ela gritava "Quem não luta..." e os outros completavam: "Tá morto!". No encontro, a importância do MSTC foi realçada, não só por esse encerramento, mas por uma certa centralidade nos discursos em torno do Centro.

Mas a FLM e o MSTC têm uma relação que parece ser mais próxima do que as entre a FLM e os outros movimentos. Os dois dividem a mesma sala e algumas lideranças dos dois são assalariadas da APOIO. Em algumas ocupações e atos, a coordenação pode se identificar como sendo da FLM para não atrapalhar negociações entre o poder público e o MSTC, assim como não levantar bandeira do seu movimento publicamente e sim da FLM.

Outro contexto de relação entre os movimentos de moradia foi um esforço do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, na figura de Luiz Kohara, seu coordenador, de promover fóruns semanais de discussão em 2007, tentando articular todos os movimentos em torno da moradia popular no centro de São Paulo. A chamada "Articulação dos Movimentos de Moradia do Centro", cujas reuniões aconteciam na sede do Centro Gaspar Garcia, propunha o fortalecimento da "luta por moradia digna no Centro". Nessas reuniões, eram discutidos temas mais abrangentes envolvendo a questão da moradia popular e o papel dos movimentos de moradia como discussão sobre os diferentes programas habitacionais, formas de obtenção de recursos, assessoria jurídica do Centro Gaspar Garcia contra despejos e suspensões de programas e esforços de combater a chamada criminalização dos movimentos sociais etc. Tal articulação contava com os seguintes movimentos: Fórum de Cortiços, ULC, MMC e MMRC, nas figuras de seus coordenadores.

Luiz Kohara, quando eu fui assistir a uma das reuniões me disse que essa articulação era necessária para evitar a dispersão de esforços e algo fundamental já que todos esses movimentos teriam a mesma origem e os objetivos seriam os mesmos.

A articulação realizou a "Campanha por Moradia Popular no Centro da Cidade

de São Paulo", e em um dos atos distribuiu um manifesto com os dizeres "Prédios Abandonados Não! Moradia Popular Sim!". O texto fazia uma denúncia da precariedade de habitações de "milhões de pessoas", defendendo o direito à moradia digna no Centro para a população de baixa renda a partir de uma exigência que os três níveis de governo repassassem os recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) para a viabilização de três mil unidades habitacionais na região central, priorizando as famílias atendidas no Bolsa Aluguel, como também as famílias com renda até 3 salários mínimos[53]. O manifesto indicava até mesmo locais para a construção dessas moradias.

Essa foi uma iniciativa mais abrangente que articulava diversos interesses mais amplos de propostas de mudança de legislação e de "lutas" para obtenção de direitos à moradia digna no centro de São Paulo. No entanto, se os principais movimentos estavam presentes, a ausência marcante era do MSTC.

No ato onde houve a distribuição desse manifesto e de adesivos da campanha teve participação das lideranças desses movimentos, com muitos integrantes das bases de seus movimentos. Tal ato consistiu na ocupação de um prédio na Rua do Ouvidor, que anteriormente havia sido uma ocupação do MMC, para denunciar a não reforma do imóvel mesmo depois de comprometimentos de sua transformação em moradia popular. Compareceu apenas uma coordenadora do MSTC com alguns poucos integrantes. Quando perguntei a ela o porque da ausência do MSTC nas reuniões, ela me disse que era por conflito de horários dos coordenadores, mas que o MSTC estava representado por Nelson, coordenador do MMRC, em nome da FLM.

Vê-se, assim, que ainda que haja uma oposição entre a UMM e a FLM, isso não impediu que alguns de seus segmentos realizassem alianças, embora sem a participação do MSTC. E a FLM foi utilizada como segmento mais inclusivo para justificar a ausência do MSTC.

Outra rede articuladora dos movimentos de moradia foi materializada no Dossiê elaborado pelo Fórum Centro Vivo (2006). Na publicação, há uma apresentação do Fórum, que "tem por objetivo articular todas as pessoas e organizações que lutam pelo direito de permanecer no centro e transformá-lo em um lugar melhor e mais democrático, contrapondo-se, assim, ao processo de renovação urbana e exclusão que vem ocorrendo em São Paulo" (FCV, 2006:9).

[53] Muitas lideranças se queixam de que não há programas habitacionais para a população nessa faixa de renda. Os programas criados pela gestão de Marta Suplicy, Locação Social e Bolsa Aluguel foram desenvolvidos visando esse segmento.

Tal publicação, defendendo que a gestão municipal de Serra e Kassab é responsável por um processo de *gentrification* em curso no centro de São Paulo, foi feita com a intenção de denunciar violações a direitos humanos das classes populares no centro de São Paulo que teriam sido cometidas pelo Estado brasileiro, em seus três níveis, envolvendo os poderes executivo, legislativo e juduciário. Aborda cinco segmentos cujos direitos têm sido violados: os sem-teto, os catadores de materiais recicláveis, a população em situação de rua, crianças e adolescentes em situação de rua e os comerciantes informais:

> A atual gestão Serra-Kassab, desde o início de 2005, demonstra que possui objetivos e forma de atuação distintos da gestão anterior, reduzindo em muito o diálogo com os segmentos populares e organizados. Ela cortou canais de participação instituídos e vem realizando inúmeras e sistemáticas ações que têm como conseqüência o deslocamento e a expulsão da população mais vulnerável, mais pobre, com fortes indícios da produção do fenômeno da gentrificação, bem como limpeza, de caráter não só físico, mas também social (FCV, 2006:11)

A elaboração do documento foi realizada por diversos entidades, entre ONGs, e movimentos sociais que tendem a se constituir e atuar de alguma forma a partir desses segmentos. Interessante notar que dentre as entidades realizadoras constam, dos movimentos de moradia, apenas a UMM e a FLM. Já entre as "entidades, movimentos sociais, grupos e organizações que aderem ao Dossiê", além das duas entidades, o MSTC, a ULC, o MMC, o MMRC, o que mostra que a UMM e a FLM não atuam apenas como resultado de uma "tendência federalizante", mas podem ser colocadas lado a lado às entidades que as compõem. Há, assim, um princípio de segmentaridade em que elas se unem, se opõem, mas não só, se articulam também enquanto entidades distintas.

As violações em relação a essa categoria são, basicamente, despejos forçados e interrupções de programas de Habitação de Interesse Social na região central, por parte da atual gestão municipal, considerados conquistas dos movimentos, todos durante a gestão de Marta Suplicy, como o Programa Ação Centro, Programa Morar no Centro, Perímetros de Reabilitação Integrada do Habitat (PRIHS), Bolsa Aluguel, Programa Locação Social e Mutirões autogestionários. O que acaba por tratar a gestão Marta frente ao PT como mais próxima dos interesses dos movimentos.

A publicação acaba por ser uma representação sobre a "luta por moradia" que emerge a partir dessa rede, realizando uma convergência dos diferentes discursos e

práticas dos movimentos de moradia, já que se trata de denúncias aos direitos de diversas categorias, inclusive os sem-teto. Isso leva à elaboração de propostas amplas como "participação popular e gestão democrática da cidade" e "função social da cidade e da propriedade urbana" e outras direcionadas a várias instâncias estatais[54], cujas diferentes atribuições deveriam ser convertidas em legislação mais adequada à constituição de moradia popular, implementação de programas habitacionais e uma não criminalização das práticas desses movimentos. Além disso, o dossiê também propõe ações específicas quanto às ocupações e vilas de moradores nas áreas centrais, inclusive à ocupação Prestes Maia.

Tentei mostrar como as diferenças entre os movimentos são produzidas por toda uma rede de relações e conexões entre práticas e discursos e que uma vez produzidas elas podem ser colocadas de lado, quando há interesses em comum. No entanto, a principal diferença acionada tanto por Manoel Del Rio como por Neti do MSTC em relação aos outros movimentos, notadamente os articulados pela UMM, é a defesa da ocupação para morar.

Uma vez percorridos alguns trechos do percurso que levou à sua constituição e ter definido os principais discursos e práticas que suas lideranças acionam em nome da coletividade, agora é momento de acompanhar algumas relações internas às fronteiras do que se convencionou chamar de MSTC.

1.5 Estrutura organizacional apreendida a partir das relações internas

Ainda que tenha diferentes conotações, múltiplas fronteiras, diferentes vínculos pessoais, inserções diferenciadas, a idéia de um movimento está sempre dada, mas cuja apreensão e efetiva atuação se dão de forma sempre situacional e essas fronteiras são marcadamente fluidas, como vimos a partir de algumas relações mais acima.

Pretendo aqui, portanto, indicar algumas relações que conformam as fronteiras que significam esse movimento enquanto sujeito coletivo, além de pontuar de maneira mais geral alguns aspectos que serão melhor explorados nos capítulos seguintes.

[54] Como à Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Câmara de Vereadores, Governo do Estado de São Paulo, poder judiciário do Estado de São Paulo, à polícia militar do Estado de São Paulo, à Assembléia Legislativa e ao Governo Federal.

Se num primeiro momento, eu pretendia pensar etnograficamente o MSTC a partir de sua base, de seus integrantes, percebi que não poderia pensar a articulação entre os diferentes movimentos e, principalmente, entre o MSTC e o poder público sem uma observação atenta de suas lideranças. Estas são responsáveis por delimitar a atuação política de toda uma coletividade que acaba por ser representada nativamente enquanto um movimento de moradia, ainda que esse termo deva ser aprofundado etnograficamente, pois seus limites e sua definição só podem ser percebidos situacionalmente.

Por outro lado, a chamada "base" é fundamental para a implementação de práticas coletivas. Portanto, outra configuração relacional que deve ser trabalhada é a das lideranças e suas bases, o que será feito a partir da análise etnográfica do MSTC nesse item e nos capítulos seguintes.

Durante o campo, assisti muitas reuniões semanais do MSTC, que constituem momentos de grande importância para pensar o processo de coletivização, a partir de uma observação atenta das relações entre a coordenação e a base; o processo de elaboração de discursos e representações acerca do poder público; o funcionamento que dava sentido à coletividade chamada MSTC; e o processo de construção de ações coletivas.

O local das reuniões, cujo termo nativo mais acionado é "sede" do movimento, fica numa sobreloja composta por dois andares, localizada na Avenida São João, próxima à Estação Santa Cecília. O aluguel dos dois andares é mantido por recursos da APOIO, que ocupa o primeiro andar. O segundo andar é dividido entre o MSTC e a FLM que, além de uma sala com um computador e telefone, havia um amplo salão retangular.

Ao fundo do salão, próxima ao janelão que tem vista para a Avenida São João, localiza-se uma mesa oval de compensado de madeira com cadeiras do mesmo material onde costumam se sentar os coordenadores do MSTC. Havia um sistema de som para que quem estivesse falando, usasse microfone. Ao longo do salão, havia muitas cadeiras de plástico para a platéia se sentar.

Às segundas-feiras, o salão era utilizado para as reuniões da FLM, às 18 horas, com principal participação dos coordenadores dos movimentos que dela fazem parte. Às quintas-feiras, aconteciam as reuniões da coordenação do MSTC, às 17:30, e as "reuniões ampliadas" ou "assembléias" do MSTC, às 19:30, com participação dos coordenadores e integrantes dos diferentes grupos de base e associações. As reuniões

específicas dos diferentes grupos de base aconteciam em diferentes locais nas regiões que os nominavam.

A pauta das reuniões era definida pelos coordenadores. Consistia basicamente em informes sobre negociações, propostas de ações como manifestações e ocupações, avaliações das ações, balanço das finanças e cobrança dos pagamentos mensais. Ou, como dito na carta de apresentação do MSTC: "reuniões semanais de reflexão, troca de informações e de experiências". Por vezes, havia "análises de conjuntura" realizadas por Manoel Del Rio, nome dado à análise de processos macroeconômicos e políticos e de como influenciavam na atuação do MSTC[55].

Em relação à coordenação do MSTC, ela é constituída por primeiro, segundo e terceiro coordenadores, que costumam orientar as reuniões, as ações, participam das decisões e das negociações com o poder público. Neti, que costuma se apresentar como coordenadora geral do movimento, é a primeira coordenadora. Além disso, há a primeira e segunda tesoureiras, Solange e Rita.

Essa hierarquia institucional, no entanto, não é tão ativada cotidianamente nas reuniões. Além do reconhecimento por parte da base, que freqüenta as reuniões, do papel principal de Neti frente ao movimento e de Solange, como tesoureira que costuma cobrar os pagamentos mensais, as outras pessoas são chamadas genericamente de "coordenadores" ou seu conjunto é intitulado "coordenação". Todos são também coordenadores de grupos de base em diferentes regiões, o que leva a um sentimento de maior proximidade de integrantes de seus grupos de base a eles do que em relação a Neti, por exemplo. Muitos se referiam aos coordenadores de seus grupos de base como "a minha coordenadora" ou "meu coordenador".

Essa existência de muitos grupos de base em diferentes regiões da cidade, portanto, acabava por condicionar segmentações internas ao MSTC. Todos os grupos têm coordenadores do MSTC, mas sempre há um coordenador tirado entre as próprias famílias, as pessoas que mais "se destacam", termo bastante utilizado para justificar a ascensão de alguém à coordenação. É claro que essa segmentação é trabalhada nos processos de coletivização do MSTC, ou seja, os diferentes segmentos, através de seus coordenadores, são instruídos a participarem de ações conjuntas como ocupações que

[55] A chamada "análise de conjuntura" não é exclusiva do MSTC. Em reunião do Fórum Centro Vivo a que eu assisti, por exemplo, Gegê, principal liderança do MMC se queixou de que as reuniões estavam ocorrendo apenas para dar informes e que era necessário realizar "análise de conjuntura", pois "é o que dá norte a qualquer debate político e vida a qualquer ser político". Vê-se, assim, aproximações tanto semânticas quanto de atuação entre os diferentes movimentos de moradia.

podem contar com representantes de diferentes grupos de base compondo a "demanda" de alguma ocupação ou projeto específico. Por outro lado, pessoas dos diferentes grupos, segmentados em diferentes territórios ou locais de reuniões, ainda que freqüentem as reuniões de quinta feira tendem a não se conhecer ou travar contato[56]

Os grupos de base também são fundamentais para pensar o processo de coletivização do MSTC, por serem responsáveis pela inserção e pelo que muitos coordenadores chamam de "formação" de novos integrantes. Nas reuniões são passados os regulamentos (vide anexo II), além de serem momentos onde há a conformação de discursos das péssimas condições de habitação e dos direitos à habitação e que é só através de "luta" que se consegue sua moradia digna. As ocupações também são defendidas como instrumento para obtenção da casa própria e os exemplos de atendimentos por programas habitacionais bem sucedidos costumam ser acionados para mostrar como a "luta" é recompensadora.

Numa das reuniões de um grupo de base a que assisti (30/11/2007), a coordenadora defendeu que é melhor pagar uma prestação de "algo que vai ser seu do que pagar aluguel". O atendimento não é "ganhar" a casa, pois nada seria de graça, o pagamento mensal seria justo. Muitos, depois de receberem seus apartamentos, estariam os vendendo, o que "suja o movimento", já que são resultado de tanta luta, tanto sacrifício. Com isso, resumiu o que seria o movimento: "nosso movimento consiste assim, é lutar por moradia". Em relação ao poder público, algumas pessoas chegariam a achar que o movimento era da CDHU ou da COHAB, achando que ele daria moradia. A coordenadora retrucou para os participantes do grupo que pelo contrário, o movimento "briga com eles". E que "a gente gosta dos políticos que atendem os pobres, mas se não atende, a gente cobra".

Nos primeiros contatos que realizei, mais formais, com perguntas mais diretas, sem ter desenvolvido uma relação de maior proximidade com alguns de meus interlocutores, era comum o discurso que depois de ter entrado no movimento, a pessoa aprendeu sobre seus direitos, sobre formas de reivindicação, de que somente a "luta" é capaz de fazer com que o "governo" faça cumprir suas obrigações.

Periodicamente, em geral uma vez por semestre, são organizados seminários para discussão de propostas e linhas a serem seguidas pelos grupos de base com

[56] Nesse sentido, a festa de encerramento das atividades do MSTC e da FLM, organizada pela APOIO, foi divulgada com o convite para todos os integrantes como uma forma das pessoas de "diferentes lutas" e diferentes regiões se conhecerem

presença obrigatória dos coordenadores, mas abertos às famílias dos diferentes grupos. Em uma das reuniões semanais (18/03/2007), uma das coordenadoras perguntou se alguém queria colocar alguma coisa sobre o seminário ocorrido no final de semana anterior. Houve muitas opiniões sobre a importância do momento para aprendizado de melhores formas de "luta". Neti, em tom alto, enfático, discursou sobre a importância da união para a luta, que não adiantaria querer fazer nada "individualizado". Cobrou mais visitas a cortiços, origem da maioria dos integrantes, porque o MSTC só teria chegado a esse ponto devido aos trabalhos nos grupos de base.

Houve depoimentos de quem havia conseguido atendimento por algum programa habitacional. Um participante disse que quando entrou para a luta, não conhecia seus direitos, não sabia da possibilidade de atendimento, mas que "vale a luta".

Neti expressou o que ela chamou de "medo da desmotivação da base", já que sem esta "a gente não faz nada". E a atual conjuntura seria de luta, que mesmo assim só é favorável quando a base se junta, referindo-se ao atendimento da ocupação Prestes Maia. A coordenação poderia estar preparadíssima, mas a base teria que apoiar sempre.

As reuniões ampliadas eram, portanto, em tom expositivo, momentos de trazer informações, explicá-las para a base com direito a dúvidas, mas sem muita interferência. Muitos integrantes, inclusive, chamavam esses momentos de "reunião dos grupos de base". Havia um esforço explícito, por parte de alguns coordenadores, de tornar as reuniões mais animadas, como forma de incentivo à participação das pessoas. Nas primeiras reuniões a que assisti, seu término se dava com um "pai nosso"; posteriormente, o fim passou a ser realizado por Neti, com o que ela chamava "gritos de ordem". Ela pedia a todos para estender o braço esquerdo para cima com o punho cerrado, e não usando microfone gritava "MSTC...", ao que muitos respondiam em coro "... a luta é pra valer", outro constante era "Quem não luta..." e o coro "...tá morto". Solange me explicou que essa mudança se deu, não que a religião não fosse importante, mas porque as pessoas estavam precisando de mais ânimo para a luta.

Os freqüentadores se dividiam muito quanto ao interesse nas reuniões. Alguns consideravam algo apenas obrigatório e se preocupavam mais em assinar a lista de presença para obter pontuação[57], outros que estavam em alguma "demanda" iam principalmente para ter acesso ao andamento das negociações, outros queriam reuniões mais objetivas, ao passo que outros consideravam as reuniões curtas demais, mas

[57] Para o sistema de pontuações, ver anexo II.

muitos achavam fundamental a participação, ou para se manterem bem informados, ou para participar, "contribuir para o coletivo".

Em relação à base, discutirei etnograficamente, nos capítulos seguintes, suas escolhas, trajetórias e representações sobre "o movimento" e como é estar "no movimento". Basta, por ora, dizer que há uma recorrência por parte da base[58] de tratar o MSTC enquanto uma entidade vinculada às lideranças, à coordenação, pensada enquanto sinônimo da coordenação. Mas há uma alternância dos sentimentos de pertencimento ao movimento; em determinadas situações, como em relação ao Estado, ou em caso de atendimentos ou despejos, o movimento é acionado por esses atores enquanto sujeito coletivo, a partir de uma composição entre base e coordenação.

Já em relação à chamada coordenação, presenciei a eleição do seu quadro, chamado de "Executiva" do movimento. Além dos primeiro, segundo e terceiro coordenadores gerais, e dos primeiros e segundos tesoureiros, havia também primeiro e segundo secretários e o conselho fiscal, composto de sete nomes. Na reunião anterior ao dia da eleição, Neti afirmou que o movimento era muito democrático e não podia se enraizar, ou seja, continuar sempre com as mesmas lideranças: "O movimento não é da Neti, não é da Jô, é de todos vocês" e concluiu dizendo que qualquer um podia se candidatar.

No dia da eleição (13/12/2007), com lista de presença registrada em cartório para validar a eleição, ninguém manifestou interesse de concorrer aos cargos de coordenadores ou tesoureiros, ou mostrou objeção à permanência dos mesmos nomes. Solange pediu que alguém se candidatasse ou indicasse alguém, dizendo que nem ela, nem Neti iriam ficar para sempre. Em relação aos primeiros e segundos secretário, cargos que não estavam ocupados, houve indicação de duas pessoas, assim como para o conselho fiscal, que houve uma mudança de cinco nomes.

Solange explicou que o processo de decisão se daria por aclamação, ou seja, as pessoas, que aprovassem os nomes, levantavam os braços. Rapidamente foi fechado o quadro, Neti inclusive sendo aprovada com a grande maioria das pessoas. Esse consenso quase majoritário não a impediu de reclamar da "inibição" do pessoal presente. Repetiu que aquele processo era democrático e mostrou seu aprimoramento enquanto coordenadora. No início, ela não sabia negociar, fazer ata, Solange que tinha que escrever para ela. Ela havia morado na rua, fez trabalho de base, foi secretária do

[58] Principalmente os moradores da Prestes Maia, meus principais interlocutores em campo.

movimento e disse que "É só ter força de vontade que vocês conseguem chegar onde eu cheguei", mas reafirmou que alguma hora ela precisaria descansar e que alguém teria que assumir.

Esse aprimoramento de Neti foi relatado a mim na entrevista que realizei com ela (04/04/2008) quando ela iniciou e findou sua trajetória afirmando que teria chegado no movimento por uma "necessidade". Tal trajetória, desde o trabalho como bóia-fria no interior de São Paulo ao trabalho como empregada doméstica em Ribeirão Preto, passando pela maternidade precoce, adquire um caráter de precariedade de condições de moradia, de vida e de saúde de suas filhas quando da sua vinda para São Paulo, acompanhando o marido no seu novo trabalho, juntamente com suas duas filhas menores. O desemprego do marido levou à redução do orçamento, que por sua vez teve como conseqüência a necessidade de morar em cortiços e dificuldades para obter alimentação até não poder mais pagar aluguel e ir morar na rua com sua família. A inserção no movimento de moradia, à época ainda o Fórum de Cortiços, se deu através de seu marido. Ambos começaram a participar das reuniões de um grupo de base e ocupou o antigo hospital Matarazzo, na região da avenida Paulista.

No início, ela não concordava "com esse negócio de ocupação": "Imagina! Pra mim, fazer uma ocupação? Quê isso! Eu tava tomando algo de alguém. Não podia ocupar. Porque se tinha um prédio, existia um dono". Seu marido a teria alertado sobre a outra possibilidade, de voltar a morar na rua, o que a fez querer permanecer na ocupação. Começou a participar das reuniões e assembléias na ocupação e disse que os discursos de Manoel Del Rio foram fundamentais para o deslocamento de suas acepções anteriores sobre ocupar um imóvel abandonado.

Como praticamente em todas as ocupações, inicialmente tinha uma cozinha comunitária que, pelo término dos alimentos arrecadados no momento da ocupação, seria desativada. Neti, com isso, organizou as famílias de seu corredor para obter alimentos, pedindo na rua devido ao que ela se referiu jocosamente como sua "experiência de pedinte", uma vez que ela tinha necessitado por morar na rua e em cortiços sem ter dinheiro para alimentação. Ela teria usado essa experiência e "socializado dentro de um coletivo".

Com essa atitude, uma das coordenadoras da ocupação a convidou para fazer parte da coordenação interna e sua inserção começou a partir desse ponto:

> Aí, eu fui participando da reunião, fui participando, ela orientou: 'Oh, quando a gente vier participar dessa reunião, traz um caderno e uma

> caneta, que é importante anotar'. Então, eu peguei essa mania de tudo querer anotar. Aí, fui participando, participando, e teve uma... uma reunião dentro do movimento, na qual, assim do nada, eu fui eleita secretária do movimento, por causa da mania. Porque eles me viam dentro da reunião ampliada, então, tudo eu anotava. Anotava... 'Então, a gente vai fazer a... vai ter novas eleições e a gente vai fazer'. Então, aí teve lá: 'Ah, eu indico fulano'. Bem democrático, assim: 'Eu indico fulano'. Aí, me indicou e eu saí como a secretária.
>
> E... e eu não sabia fazer nada disso: ata, pauta. Solange que foi me dando umas idéias: 'Oh, você começa assim...'. Para negociar, para ajudar na negociação, para ser secretária: 'Então, oh, vamos na negociação tal'. 'Gente, ao chegar lá o que eu faço?'. 'Anota'. Eu começava a anotar. 'Tem um seminário, então tira a Neti para ir'. Mas ao chegar lá, eu vou só escutar?'. 'Não, você vai defender'. 'Defender o quê? Então escreve aqui o que eu tenho para falar, o que eu tenho para defender'. Sabe? Muitas vezes eu me perdia nas falas, mas eu... se era aquilo que eu tinha que falar, eu catava o caderninho, ia lá e falava, entendeu? E aí, eu fui entendendo mais, aí fui eleita terceira coordenadora do movimento, terceira coordenadora...
>
> Aí, depois da terceira coordenadora, eu fui mais que assumindo como primeira, porque a primeira e a segunda estavam fazendo faculdade de direito. Então, para primeira e a segunda não era vantagem ser a primeira coordenadora [risos] e a segunda, porque tinha que assinar esbulho

E concluindo sua narrativa, ela define sua chegada à coordenadora do MSTC como responsável por uma grande melhoria de sua vida e pelo desenvolvimento de conhecimentos e ampliação de sua rede.

> Eu digo assim, por uma necessidade minha, eu consegui sair do corte da cana, do trabalho doméstico, vim para a luta, defender a causa social do trabalhador de baixa renda, consegui levar as propostas para fora, não saí de Guariba, de Ribeirão Preto para nada. Fui para Belo Horizonte discutir com outras entidades, fui para Brasília. Muitas vezes eu paro assim, quando a ficha cai, eu falo: "Meu Deus, hoje, eu tô sentada com o governo federal!" [com ênfase]. Discutindo propostas dentro de um âmbito para atender nossas famílias, que realmente necessitam. Estudo eu não tenho, mas o conhecimento, com o cacete que a gente vem tomando aí, pegou um certo conhecimento. Levei experiência para fora, fui convidada a fazer palestras fora do país. Isso é importante, sabe? É um passo...
> Eu estive em Montevidéu, dentro de um seminário que teve de cooperativas de habitação que existem que acaba financiando moradia para uma demanda. Eu estive em Londres, eu estive na Alemanha, eu estive na Espanha e no norte de Londres, numa cidadezinha pequena. É importante, porque foi financiado por uma entidade católica, gostou do meu depoimento, gostou também da mudança que eu tive com o movimento, não dá pra dizer que o doutor Manoel Del Rio não me ajudou, ajudou muito, ajuda a fazer esse resgate. Então, eu tive essa ajuda e consegui levar isso.

Mas outro trecho de sua entrevista é interessante para revelar a configuração da coordenação do MSTC, que paralelo à sua ascensão à primeira coordenadora, ela também teria sido indicada "dentro da própria entidade, da APOIO, que acaba dando uma força dentro da própria entidade. Como já elucidei nas narrativas sobre a formação do MSTC, essas duas entidades têm uma relação muito orgânica, sendo muito difícil definir fronteiras entre elas. Moradores da Prestes Maia tendiam a chamá-la de "ONG do movimento", enquanto uma coordenadora explicou numa reunião de grupo de base que a APOIO era "a entidade que coordena o MSTC". Há, assim, uma percepção de separação entre essas entidades, mas o acionamento da APOIO só se dá em relação ao MSTC.

Se inicialmente, a APOIO foi fundada para ser uma associação para captar alimentos distribuídos em algumas campanhas públicas de alimentação para redistribuição para as famílias a elas associadas, seu foco passou a ser cada vez mais direcionado a questões de moradia.

Atualmente, a APOIO tem convênios com a prefeitura para gerenciar alguns albergues em São Paulo e seus assalariados são compostos por integrantes do MSTC, não só coordenadores. Isso se justifica pela interface que ele percebe entre as categorias "sem-teto" e "população de rua":

> Veja bem, a população que a gente trabalha, os sem-teto, é meio parecida com a população de rua e dá certo, você põe eles para trabalhar, eles têm a linguagem do pessoal que trabalha de rua, eles têm o respeito, mais respeito, porque funcionário público não respeita esse pessoal.
> Eles têm mais respeito, eles têm mais... como é que é? Compromisso. Porque para fazer esse trabalho, tem que ter compromisso, porque se não tiver, não adianta.

E paralelo a isso, tem-se uma certa coincidência entre a equipe de coordenadores do MSTC e da FLM com a equipe da APOIO:

> Nossa equipe é uma equipe de assessoria. Que na verdade ela se confunde um pouco porque nós temos lideranças na equipe. Mas no nosso grupo, nós temos uma divisão de tarefas, cada pessoa é responsável por no mínimo dois grupos de base e algumas atribuições no MSTC e na Frente de Luta.
> Então, na verdade, e aí nós temos esse plano. A formação, assessoria jurídica, essas coisas que a gente faz para o movimento de um modo geral.

Nesse sentido, Neti e Solange, por exemplo, disseram que os salários que elas recebem pela APOIO são liberados, ou seja, elas não trabalham nos projetos da APOIO

propriamente ditos, mas recebem salários para exercer suas funções como coordenadoras do MSTC, assim como alguns coordenadores da FLM, o que revela mais uma vez a conformação de fronteiras fluidas também entre esses dois movimentos.

Além disso, Manoel Del Rio, apesar de não assumir cargos dentro da estrutura hierárquica do MSTC tem, como já visto, uma importância fundamental na elaboração de propostas e discursos deste movimento.

O movimento, portanto, ainda que tenha certas fronteiras definidoras de atuação, não pode ser pensado como isolado. Há uma extensa rede de relações que atribui significado a essa coletividade, da qual já abordei as relações entre ele e os diversos movimentos de moradia na cidade de São Paulo, que obedecem a um princípio de segmentaridade, e a instituições de outra natureza como o Fórum Centro Vivo, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e a própria APOIO.

Além disso, há alianças laterais como entre o MSTC e o PT, a partir de segmentos deste partido. Manoel Del Rio, por exemplo, é presidente do diretório zonal do PT e o MSTC também costuma apoiar candidatos para os níveis municipal, estadual e nacional da presidência e diretórios do PT.

Essas alianças laterais costumam obedecer a um princípio de segmentaridade, na medida em que a elas se opuseram outras alianças entre outros movimentos de moradia e outros candidatos para os mesmos cargos[59]. Por outro lado, o MSTC, assim como outros movimentos, acaba por ter representatividade também em segmentos do poder público, como por exemplo, enquanto participantes no Conselho Municipal de Habitação participando, assim, da definição e controle de políticas públicas de habitação[60].

O MSTC, portanto, construído a partir de uma confluência de interesses e separação de um campo múltiplo de temas, objetos, sujeitos em torno do "direito à moradia digna no centro de São Paulo", estabiliza-se enquanto um sujeito coletivo, mas que só adquire corpo e sentido a partir do acompanhamento da rede de relações que o perpassam continuamente. Não há um único sentido associado definidor dele enquanto movimento, não podendo ser tomado enquanto algo dado ou apriorístico. Vimos

[59] Outro exemplo de alianças laterais opondo coalizões foi a eleição para os conselhos tutelares da criança e adolescente, em que diferentes movimentos apoiaram diferentes candidatos, a fim de que esses fossem representantes dos interesses das famílias dos movimentos como criação de mais creches para suas crianças. Foi feita uma intensa campanha para eleição dos candidatos apoiados pelo MSTC entre seus integrantes.

[60] Neti foi eleita conselheira, assim como outras lideranças.

algumas das relações que o perpassam a partir de coalizões e oposições entre diversos segmentos. No capítulo seguinte, é momento de perceber como se dá a elaboração de processos de coletivização e outras relações que lhe dotam de significado a partir da discussão etnográfica sobre duas ocupações de prédios abandonados, locais acionados como marcas distintivas da sua atuação enquanto sujeito coletivo.

CAPÍTULO 2: Cotidiano e política: etnografia das ocupações Prestes Maia e Mauá

2.1 Ocupação Prestes Maia

2.1.1 Narrativas sobre o início da ocupação

A ocupação do prédio localizado na Avenida Prestes Maia pelo MSTC por mais de quatro anos constituiu um forte elemento simbólico de todo o campo múltiplo em torno do direito à moradia das classes populares no centro de São Paulo. Essa ocupação tornou-se foco de múltiplas atenções agregando atores dos mais diversos, sendo responsável por uma grande visibilidade pública da luta por moradia.

De acordo com relato de Manoel Del Rio, entre 2000 e 2001, houve interesse da coordenação do movimento pelo prédio que estava abandonado há mais de 15 anos. Segundo ele, mais ou menos nessa época havia saído o PAR (Programa de Arrendamento Residencial) da Caixa Econômica Federal, o que teria ocasionado uma "febre para procurar prédio para apresentar para o PAR":

> Então, nós fomos lá com o arquiteto e com o corretor, visitamos lá e o arquiteto começou a fazer o projeto e nós começamos a fazer a negociação com o proprietário. Aí pedimos reunião na Cohab, fomos lá com o proprietário... Aí, a Cohab falou que era possível, mas que o proprietário tinha que resolver o problema da documentação. E aí ficou essa negociação, aí quando esgotou essa negociação, que o Hamuche [proprietário do imóvel] não legalizava, então, agora a gente ocupa, mas paralelamente a isso, nós formamos o grupo da Prestes Maia.
> Então quando esgotou, não dá a negociação, então nós ocupamos. E aí, então, propusemos reiniciar a negociação; ocupamos e fizemos a renegociação novamente com a prefeitura. Quando o proprietário entrou com a reintegração de posse, eu entrei com recurso, aquelas coisas, mas não valeu nada. O que valeu mesmo foi que a prefeitura entrou e fez um ofício para o juiz dizendo que estava negociando o imóvel, então segurou a reintegração naquele início.
> Mas aí, nós fomos organizando, o pessoal falava que não dava para morar muita gente. E a gente: 'não, dá para morar, vamos arrumar e tal e tal'.

Neti, por sua vez, justificou o ato de ocupar o prédio como algo necessário frente ao não resultado pretendido a partir das negociações e à situação das famílias sem condições adequadas de moradia:

> Um prédio vazio, há mais de 17 anos, o proprietário com uma dívida de IPTU, a gente com uma demanda com as famílias com carta de despejo na mão. Então a gente fez um documento, encaminhou para a

> Secretaria Municipal de Habitação, reivindicando que esse prédio fosse reformado e repassado para as famílias por um programa habitacional para elas. De baixa renda. E aí ficou dois anos na mesa de negociação; enquanto isso, muitas famílias foram para a rua. Então, é importante lembrar assim, primeiro a gente levanta a situação do imóvel, leva para a mesa de negociação, faz o estudo de viabilidade, certo? Caso não tendo condições, é onde a gente ocupa. E todas as ocupações foram encaminhadas dentro de uma plenária do movimento, onde os coordenadores, junto com representação das famílias, falaram: 'Olha, não tem jeito, temos que ocupar'.
> Antes, a gente tenta negociar, tenta abrir negociação, tenta encaminhar sem que tenha necessidade de ocupar. Caso não tendo jeito, aí a gente ocupa. E aí, a negociação precisa continuar, porque aí com a ocupação, torna-se até mais emergencial, porque as famílias que estão ali realmente necessitam de um atendimento.
> O objetivo não é de ocupar por ocupar, é ocupar para um futuro atendimento, de preferência definitivo.

No dia 3 de novembro de 2002, algumas centenas de pessoas arrombaram o cadeado do portão de acesso pela Rua Brigadeiro Tobias e lá se instalaram provisoriamente, na ansiedade do risco de uma ação da polícia militar de expulsão das pessoas envolvidas.

O prédio é composto por dois blocos: um voltado para a Rua Brigadeiro Tobias, número 700, de 9 andares; e o outro de 22 andares na Avenida Prestes Maia, número 911. Originalmente funcionava no prédio a *Companhia de Tecidos*, cuja entrada era pelo bloco menor, onde ainda consta o nome da antiga empresa em sua fachada. A tecelagem foi à falência, o que ocasionou o abandono do local por alguns anos. Há aproximadamente 17 anos o imóvel foi arrematado em leilão por Eduardo Amorim e Jorge Hamuche, empresários do ramo de tecidos. No entanto, eles mantiveram o imóvel sem nenhum uso, além de não quitarem as dívidas acumuladas de IPTU e nem terem a documentação de propriedade regularizada, o que acabou por dificultar as negociações posteriores em torno da possível desapropriação do imóvel. Durante boa parte do tempo em que esteve abandonado, o prédio era ponto de tráfico de drogas e de usuários, identificados como "nóias", e de prostituição.

Além de suas amplas dimensões, capazes de comportar muitas famílias que vinham de condições precárias de moradia, a localização do prédio correspondia a um grande atrativo para muitos dos integrantes do movimento. A Prestes Maia é uma das avenidas de maior circulação da cidade, com grande concentração de variados tipos de serviços e uma das mais completas infra-estruturas da cidade, com ampla oferta de transportes, saúde e educação. O prédio localiza-se muito próximo à Estação da Luz, o

que corresponde a fácil acesso ao metrô e ao trem metropolitano; além disso, a região oferece linhas de ônibus para boa parte da cidade de São Paulo. Mas um dos principais motivos foram mesmo as oportunidades de geração de renda que essa região oferece, já que a maioria dos futuros moradores já trabalhava na região como ambulantes e catadores de material reciclável. Moradores de outras regiões também poderiam aproveitar toda a oferta de infra-estrutura e de atividades desse local específico.

No dia da ocupação, os integrantes do MSTC encontraram um espaço sujo, com muito entulho ainda da *Companhia de Tecidos*, com toda sorte de insetos e muitos ratos. O subsolo do prédio, que depois haveria de se transformar no principal espaço de sociabilidade da ocupação e de maior visibilidade externa, estava com um alto nível de água, com acúmulo de lixo e entulho.

Os ocupantes se fixaram em um dos primeiros andares e logo instalaram uma cozinha comunitária e espalharam colchões para que as pessoas pudessem dormir. Como não houve despejo imediato, foram chamados muitos integrantes do MSTC que já participavam dos grupos de base do movimento e que estavam aguardando alguma moradia, ainda que provisoriamente em ocupações.

Os novos ocupantes deram início a um mutirão de limpeza que durou alguns meses até que o prédio pudesse ser transformado num espaço habitável com condições de suportar as 468 famílias que ali se fixariam. Os números variam, mas todos afirmam que foram necessários muitos caminhões de lixo para retirar todo o lixo e entulho do local. Foram designadas comissões encarregadas das partes elétrica e hidráulica, que realizaram "gatos" para fornecimento de energia. A entrada de água pela rua era constante, como mostrava o subsolo submerso. Alguns moradores, então, instalaram uma bomba para drenar toda a água para fora e montaram uma rede de encanamento para os primeiros andares e, posteriormente, para uma caixa de água no topo do prédio, para que a partir daí a água fosse distribuída para os outros andares.

Seu Severino me relatou que no dia da ocupação, havia aproximadamente 250 famílias. Como no início só havia fornecimento de água e luz até o 15º andar, muitas famílias saíram para a ocupação da Plínio Ramos, coordenada pelo MMRC, e depois voltaram quando a água foi puxada para cima. Tal relato mostra como as fronteiras entre os diferentes movimentos são fluidas, já que há um fluxo entre as diferentes ocupações não se restringindo ao pertencimento a um movimento específico, mas principalmente a relações de parentesco e amizade.

Antes de ser abandonado, o prédio funcionava como uma indústria têxtil, e os diferentes andares eram depósitos, galpões de armazenamento e oficinas. Para essas funções, não havia divisórias e sim um único e amplo espaço livre em cada andar. A partir da ocupação, houve uma divisão dos andares em "espaços" para as famílias construírem seus "barracos" ou "quartos", como os moradores tendiam a nomear suas habitações. Pessoas idosas ou com alguma deficiência de locomoção tinham prioridade para ficar nos andares mais baixos. Além disso, houve a tendência de fixar pessoas que partilhavam de laços de parentesco e de origem no mesmo andar.

Como o prédio possuía muitas janelas em cada andar, o critério de definição de cada espaço era ter uma janela, de forma a permitir um arejamento adequado para cada família. Os moradores realizaram divisões com tábuas de madeirite, aproveitando muito do próprio entulho que estava no prédio. Portas foram improvisadas ou adquiridas em restos de construções da região. Cada "espaço" passou a ser um misto de sala, quarto e cozinha.

Em cada andar, havia apenas um banheiro para o uso de todos os moradores. Foram instalados vasos sanitários, apenas um chuveiro elétrico (para evitar sobrecarga elétrica), pias e tanques para lavar roupa e louça. Como a entrada principal no início do processo era pela Rua Brigadeiro Tobias, esse bloco passou a ser chamado de A, enquanto o maior, de 22 andares, virou o bloco B.

Esse quadro geral da ocupação foi relatado por muitos moradores, com poucas variações. Pode-se perceber como na construção da narrativa há um esforço de legitimar a construção coletiva de um espaço pelo movimento de moradia, a partir de uma forte organização, capaz de transformar um imóvel abandonado e sem uso, numa região privilegiada como o centro de São Paulo, em algo capaz de melhorar as situações de moradia de seus integrantes.

Tal construção narrativa permite vislumbrar os resultados obtidos a partir do processo de coletivização das famílias dessa ocupação que, nesse caso específico, acionam discursivamente a idéia de uma coletividade identificada como o MSTC. A ocupação Prestes Maia reflete, assim, um importante espaço a partir do qual foi possível realizar uma etnografia que revela como a heterogeneidade dos moradores convergia num sentido comum delimitando política e cotidianamente o MSTC.

Nesta primeira parte deste segundo capítulo o objetivo, portanto, é descrever etnograficamente as articulações entre as dimensões cotidiana e política dos moradores da ocupação Prestes Maia, com especial atenção às relações inscritas não só no prédio

mas configuradas em torno da ocupação, de forma a lançar luz ao processo de elaboração do MSTC enquanto resultado da coletivização das diferenças de seus integrantes.

2.1.2 Controle interno do cotidiano

Quando iniciei minha pesquisa de campo na ocupação Prestes Maia, as 468 famílias já estavam instaladas nos dois blocos. Seu cotidiano já estava condicionado pelas regras internas aprovadas em assembléia geral com todos os moradores.

Na portaria do prédio era possível observar a normatização da organização interna visível num regulamento, afixado na entrada, que denotava normas rígidas de comportamento coletivo, como controle de horários de entrada e saída e da esfera privada das famílias moradoras, como a proibição de bebidas alcoólicas e de brigas familiares[61]. Para ser aceito como morador da ocupação, era preciso que o interessado não tivesse problemas de dependência alcoólica e de drogas e que apresentasse certificado de que não possuía antecedentes criminais. Ele deveria participar inicialmente de algum grupo de base e morar primeiro nos últimos andares, exceto idosos e deficientes, já que o prédio não possuía elevador.

Ou seja, a esfera cotidiana e privada era fortemente regulada pelas lideranças num esforço de legitimação pública do movimento, além de oferecer condições de bem estar às famílias. Isso indica que as dimensões políticas e cotidianas das práticas e representações do movimento articulam-se de forma a pautar suas ações junto ao poder público, notadamente as de negociação para o atendimento das famílias sob sua coordenação por programas habitacionais.

Com efeito, uma hipótese levantada no meu projeto de pesquisa era que as regras que orientam a sociabilidade interna e mesmo a esfera privada dos seus componentes articular-se-iam às suas ações políticas e seriam indispensáveis para se apreender a dimensão simbólica que condiciona suas práticas e representações. De fato, a partir dessas idas a campo, minha hipótese se confirmou e passei a considerar o

[61] O texto do regulamento se iniciava da seguinte forma: "O objetivo deste Regulamento é estabelecer regras claras que garantam condições dignas de convivência coletiva às famílias moradoras. Este Regulamento após ser discutido e aprovado em Assembléia Geral, torna-se a LEI DA OCUPAÇÃO" [maiúsculas do próprio texto].

cotidiano como fundamental para a análise, pensando essa dimensão e a dimensão política dos integrantes desse movimento como fortemente indissociáveis.

A coordenadora geral da ocupação, à época do trabalho de campo, era Jomarina e havia um segundo coordenador geral, Zezinho. Além deles, a coordenação da Associação de Moradores da Prestes Maia era composta por coordenadores dos andares. Para cada andar foi designado um coordenador, responsável por mediar conflitos e garantir o respeito ao regulamento interno e o rodízio de limpeza dos espaços comuns, inclusive dos banheiros. Todos os dias havia limpeza, e cada família era responsável pela limpeza em um dia. Os horários eram definidos pela própria família, a partir de sua disponibilidade. Os próprios moradores, assim, passaram a ser responsáveis por toda a limpeza e manutenção do espaço, o que o tornou mais adequado a comportar tantos residentes.

Regularmente ocorriam as reuniões da coordenação da ocupação para decidir encaminhamentos e decisões a respeito das questões internas, principalmente em relação ao desrespeito do regulamento interno. Não pude participar dessas reuniões na Prestes Maia, só tendo obtido acesso na Mauá, mas pelo que muitos moradores me relatavam, esses momentos eram muito importantes para a organização interna. Além dessas reuniões, havia assembléias em momentos para passar informes e esclarecimentos sobre as contínuas ameaças de despejo e negociações com o poder público, além de decisões referentes a manifestações e outras ações coletivas. A maioria dos moradores não participava das reuniões na sede do movimento, o que transformava as assembléias em momentos importantes para a transmissão de informações e decisões tomadas pela coordenação. Todos os novos moradores tinham que passar pela coordenação, para não atrapalhar a negociação com o poder público.

O não respeito ao regulamento interno podia levar a formas de punição do morador, desde uma advertência à expulsão da ocupação. O termo comumente usado para quem fosse expulso era "excluído". Assim, tive acesso a muitos relatos sobre pessoas "excluídas" devido a problemas com bebida, brigas familiares e entre vizinhos, problemas com drogas e muitos outros casos, tratados como desrespeito à organização interna.

Além do regulamento interno afixado na portaria, por vezes a coordenação geral produzia cartazes reforçando certas regras específicas que vinham sendo desrespeitadas. Como exemplo, reproduzo dois textos afixados nos diferentes andares:

Atenção

> Comunicamos a todos moradores, se forem pegos mexendo em qualquer parte elétrica do prédio sem autorização, o mesmo será punido ou até mesmo com a exclusão do prédio.
> Ass.: A coordenação geral

> Atenção
>
> Estamos comunicando a todos moradores que a partir desta data o andar que for pego fazendo estoque de lixo ou jogando pela janela vai ser atuado com uma multa no valor de 150,00 reais.
> A higiene deste prédio faz parte de um respeito com os outros companheiros.
> Ass.: A coordenação geral

A coordenação geral, portanto, era a instância que decidia coletivamente o tipo de punição a ser empregada. Mas antes disso, os diferentes coordenadores exerciam esse papel de controle nos seus andares. Os coordenadores dos andares, por exemplo, tinham especial atenção ao controle das brincadeiras das crianças. Elas não podiam jogar bola, andar de patins e "bagunçar" muito, também por causa dos fios que atravessavam os espaços comuns, para não correr risco de incêndios. E em geral, todos tinham que "deixar tudo organizado do jeito que achou". Afixado num andar, por exemplo, encontrava-se o seguinte aviso, assinado por sua coordenadora:

> Todos os moradores:
> Fazer a limpeza do andar no seu dia certo. Quem não fizer a limpeza vai para a coordenação. Por favor, manter os dois banheiros e a lavanderia limpos e organizados. Não deixar restos de comida na pia nem nos ralos para evitar entupimentos.
> Limpeza é saúde.

A expressão "ir para a coordenação", que aparece no texto acima, era amplamente utilizada e costumava ser o primeiro aviso para que ações de desrespeito ao regulamento interno não se repetissem. Por outro lado, as qualidades pessoais dos coordenadores acabavam por ser acionadas enquanto condicionantes de uma melhor ou pior organização ou limpeza dos diferentes andares. Os tidos como mais sujos e sem tanta organização seriam conseqüência de um certo descaso de seus coordenadores. No terceiro andar do bloco A, por exemplo, coordenado por Tia Romilda[62], ela me disse

[62] Tia Romilda era assim chamada por ter sido cozinheira da cozinha comunitária inicial da ocupação, antes da divisão dos espaços, o que segundo ela fez com que muitos a tratassem de maneira carinhosa. Freqüentadora da Igreja Universal do Reino de Deus, morava com seu marido muito doente e tinha como rendimentos apenas sua aposentadoria. Frequentemente se queixava da falta de programas habitacionais para idosos em que ela pudesse comprar de fato seu imóvel, ter "sua casinha", segundo ela os programas contam com contribuições mensais que, ainda que reduzidas, não compram o imóvel, seriam espécies de "aluguéis". Usou como exemplo a Vila do Idoso no bairro do Pari, da prefeitura, que atenderia idosos

que seu andar se distinguiria dos demais por ser muito limpo e bem cuidado, já que ela seria "rigorosa" na cobrança do rodízio de limpeza.

Assim sendo, havia um contínuo esforço por parte da coordenação de coletivizar as diferenças internas no sentido do respeito dessas regras, para que o conjunto dos moradores fosse responsável por uma visibilidade positiva da ocupação e conseqüentemente do MSTC.

Nesse sentido, as principais críticas dos moradores em relação a seus vizinhos costumavam ocorrer justamente quando aconteciam desrespeitos a esse regulamento interno, como sujeira, brigas e não pagamento das taxas mensais[63]. Nessas críticas, os moradores atrelavam diretamente o respeito às regras e ao coletivo como fundamental para a obtenção da casa própria.

Impossível pensar o cotidiano da ocupação, portanto, sem considerar o fato dessas famílias serem integrantes de um movimento de moradia que visava obter-lhes atendimento por um programa habitacional. Para que as negociações com o poder público fossem satisfatórias, era necessário que a ocupação servisse de modelo de organização, freqüentemente apontado pela coordenação como importante para o atendimento no Centro e não na periferia.

2.1.3 Trajetórias, identidades, discursos e práticas das famílias

Em entrevista realizada com uma das coordenadoras da ocupação, ela me disse: "Todo mundo que está aqui estava nessa situação: ou despejado, ou para ser despejado, ou morando de favor". Além disso, ela me explicou que a opção pelo Centro era devido ao fato de ser uma região de fácil acesso à saúde, educação e trabalho e que qualquer pessoa deveria exercer seu "direito de escolher onde quer morar".

Com efeito, embora houvesse moradores originários de outros grupos de base do MSTC de outras regiões, a grande maioria das pessoas com quem travei relações durante o trabalho de campo já residia no Centro anteriormente à ocupação. O principal

---

com rendimentos de um a três salários mínimos. Ela se referia ao Centro como "coração de Jesus" por ter tudo de que precisasse, ainda que dissesse que o "verdadeiro centro" era na Paulista, pois era onde estavam os "magnatas".

[63] Havia uma taxa de condomínio de R$ 50,00 para os gastos mensais como despesas com manutenção, material de limpeza, água e luz.

tipo de moradia anterior nessa região eram os cortiços ou "pensões"[64]. Se os cortiços eram uma das poucas formas acessíveis de se morar no Centro, a inserção no movimento costumava se justificar justamente pelo objetivo de se conseguir moradia definitiva com melhores condições nessa região, para fugir aos altos valores de aluguel.

As principais maneiras pelas quais os moradores tomaram conhecimento sobre o MSTC foram através de divulgação realizada por coordenadores em cortiços ou de cartazes colados em postes e pontos de ônibus, assim como por divulgação de pessoas que já estavam no movimento, com quem os novos integrantes mantinham relações de amizade, profissionais, mas principalmente de parentesco. Era comum, por exemplo, que migrantes recém-chegados tivessem algum parente de seu local de origem participando de algum grupo de base ou mesmo morando na ocupação, que os convidava a participar.

Outro fato recorrente em muitos dos casos das inserções no MSTC era a resistência inicial a participar, a exemplo do que ocorreu com Neti, como mostrado no capítulo anterior. Muitos só tinham ouvido falar em "sem-teto" pelos noticiários televisivos. Via de regra, a partir das coberturas de ocupações, tendiam a achar que os sem-teto eram compostos de "baderneiros". Era comum o relato de que familiares ficavam preocupados com integrantes do movimento ao verem na televisão algum despejo violento. Geralmente quem traçava essa análise, imediatamente complementava como a inserção no movimento havia sido fundamental para a melhoria da sua vida, para o aprendizado de como reivindicar seus direitos e de que "com luta é possível obter sua casa".

Por outro lado, muitos entravam no MSTC e se dispunham a morar em uma ocupação por realmente não terem condições de pagar aluguel. Uma frase muito repetida pelos coordenadores em relação às condições pregressas à ocupação era "ou come ou paga aluguel" e a expressão "entrar para a luta" era comumente utilizada para se referir à sua inserção no movimento.

Se para alguns moradores morar na ocupação representava o não pagamento de aluguel e ainda o objetivo de obter sua casa própria através do movimento, para outros a ocupação acabava por ser uma representação simbólica da perda do padrão de vida

[64] O que vai ao encontro da discussão do capítulo 1 sobre a origem dos movimentos de moradia no centro de São Paulo. O termo "pensões" era amplamente utilizado em detrimento de "cortiços". Mas os dois se referiam basicamente ao mesmo tipo de arranjo habitacional: casas que contavam com muitos quartos alugados, banheiros e lavanderias comuns. A maioria dos moradores sempre aludia às pensões como muito caras para seu reduzido orçamento, frente às freqüentes condições insalubres desses lugares. Outra queixa freqüente era a da exploração dos intermediários na cobrança do aluguel e das taxas de água e luz.

anterior, pois ou haviam ficado desempregados, ou seus negócios tinham falido ou estavam passando por muitos outros problemas de ordem pessoal.

É claro que por mais que haja aproximações entre as condições de vida dos diferentes moradores, a opção pela inserção no movimento pode ser considerada subjetiva. Em muitas conversas com esses moradores no seu cotidiano, foi possível perceber que a busca pela casa própria carregava em si uma alta carga simbólica. Muitos costumavam se referir à sua futura casa sempre a partir do uso de pronome possessivo: "meu canto", "meu chão", "meu teto", "minha casinha", "meu pedacinho de chão" foram expressões muito corriqueiras durante o trabalho de campo. Isso sugere que a casa própria, muito mais do que apenas representar a não preocupação com o gasto mensal de aluguel e consequentemente com a melhoria da qualidade de vida, também simboliza espaço de privacidade, liberdade e segurança. Nessa chave, a casa a ser adquirida representaria um espaço próprio, onde o morador poderia exercer sua independência, não se subjugando às regras impostas pelo proprietário e o dinheiro gasto seria investido tanto para a compra como por possíveis reformas, além de oferecer condições para os filhos melhores do que as que os pais tiveram[65].

Embora se pudesse pensar que haveria uma identificação plena entre os moradores, já que todos moravam sob mesmas condições e compartilhavam o objetivo de obtenção da casa própria através do movimento, foi possível perceber diversas segmentações internas à ocupação.

Havia, por exemplo, uma estigmatização em relação ao bloco A. Quando iniciei meu campo, o bloco B, de frente para a Avenida Prestes Maia, correspondia à entrada principal da ocupação. Contando com 22 andares amplos com uma média de 13 famílias cada, foi o bloco apresentado por Seu Severino quando da minha primeira visita ao prédio junto com os alunos da disciplina que eu era monitor[66]. Quando ele explicou que esse era o bloco B e havia o bloco A, menor, logo mostramos interesse em conhecê-lo. Ele se mostrou relutante, já que este outro bloco era mais desorganizado e estava em piores condições de limpeza e manutenção, uma vez que seus moradores viriam, em grande parte, de favelas. Em outra visita de estudantes universitários, que acompanhei, o nosso 'guia' também disse que o bloco A era um "favelão". Alguns moradores do bloco

[65] Dentro das ciências sociais, muitos autores se debruçaram sobre o tema dos sentidos da casa própria. Ver, por exemplo, Durham (2004a) e Kowarick (2000).
[66] Visita essa já mencionada na introdução dessa dissertação.

B, quando se queixavam de moradores que jogavam lixo pela janela, falavam que os do bloco A eram ainda piores.

O bloco A, de frente para a Rua Brigadeiro Tobias, contava com nove andares de amplitude muito menor do que o do bloco B, sua disposição espacial era de um estreito corredor com os espaços de cada lado, e um pé direito menor, o que deixava o ambiente mais escuro do que o do outro bloco. Alguns moradores do bloco A, com quem conversei sobre essa separação, atribuíam essa estigmatização às diferenças físicas entre os dois blocos e também ao resultado de um incêndio acidental que danificou alguns dos andares.

Além disso, pode-se dizer que havia uma multiplicidade de pertencimentos e de categorias identitárias entre os moradores da ocupação, principalmente pelos diferentes tipos de trabalho desempenhados e locais de origem. A atividade que mais ocupava os moradores era a de camelô, mas também se encontravam catadores de material reciclável, garçons, manicures, faxineiras, seguranças. Boa parte deles escolheu morar no Centro por ser uma região com grande oferta de serviços e oportunidades para esses tipos de atividades.

Quanto à origem, tinha-se uma grande maioria de nordestinos, além de pessoas de outros países da América do Sul, dos quais se destacavam muitos bolivianos, que trabalhavam principalmente em confecções dos bairros do Brás e do Bom Retiro, localizados na região central de São Paulo.

Essa multiplicidade identitária acabava por pautar certas relações de sociabilidade interna da ocupação. No décimo primeiro andar do bloco B, por exemplo, todas as famílias partilhavam de laços de parentesco e eram provenientes do estado do Maranhão; elas inclusive promoveram algumas festas no subsolo com música *reggae*, ritmo que seria "típico" do Maranhão. Já no sexto andar, foram fixadas pela coordenação somente famílias bolivianas porque, de acordo com um boliviano com quem conversei, todos se entendiam, então o indicado seria eles ficarem juntos.

Em relação aos nordestinos, não pude perceber muitas estigmatizações ou segmentações internas por origem. As relações de alteridade com os bolivianos eram muito mais visíveis, pois estes eram tratados, por alguns, a partir de uma certa exotização: "Esse povo tem uns costumes estranhos, tomam sopa direto, não se incomodam de dormir no chão". Além disso, nas reuniões, a dificuldade de leitura dos sobrenomes dos bolivianos sempre provocava risos de quem lia listas de presença e, invariavelmente, entre a platéia.

Além disso, o tipo de trabalho desempenhado acabava por condicionar distintas formas de ocupação e freqüência do centro da cidade. Os camelôs são um exemplo disso, ao ocuparem ruas de maior circulação para um melhor acesso a potenciais compradores. A condição de algumas pessoas enquanto catadores de material reciclável, atividade também muito disseminada entre os moradores, condicionava igualmente distintas relações com os espaços comuns do prédio e a necessidade de habitação na região central da cidade. Eles construíram duas salas no subsolo do prédio para realizar armazenamento, separação e organização do material coletado para venda a depósitos de reciclagem. Em relação ao Centro, este era tido como a melhor região para encontrar materiais recicláveis e os catadores circulavam com suas carroças durante todo o dia pela região do prédio em busca de sua fonte de renda.

Em relação à reciclagem, o trajeto de catação de Seu Severino é ilustrativo da relação com o entorno: catava nas redondezas, no Bom Retiro e na Pinacoteca (a partir de um acordo para pegar papelão). Após separação do material, vendia para depósitos, principalmente na Favela do Gato e na Avenida do Estado, perto da Ponte Pequena, ambos também na região central.

Como afirma Carneiro da Cunha (1985: 206),

> a identidade é construída de forma situacional e contrastiva, ou seja, (..) ela constitui resposta política a uma conjuntura, resposta *articulada* com as outras identidades em jogo, com as quais forma um sistema. É uma estratégia de diferenças.

Assim, poderíamos pensar que essa multiplicidade identitária constitui um sistema que acaba por construir, a partir do pertencimento ao movimento, uma identidade que é contrastiva e situacional, a de sem-teto, resposta a uma conjuntura específica, a "luta por moradia". Ainda que haja uma multiplicidade, todas as identidades acabam por convergir por uma necessidade política a partir da ausência da casa própria, o Centro como espaço pretendido para moradia e a participação no MSTC[67].

As diferentes configurações identitárias acabavam por pressupor conseqüentemente diferentes modalidades de segmentaridade. Se em determinadas situações cotidianas, o trabalho e a origem podem determinar distintas formas de

[67] Uma afirmação de Goldman (2006: 139, nota 5) também lança luz a esse processo de construção da identidade de "sem-teto": "O único problema aqui é que essa multiplicidade de modos de identificação não é característica deste ou daquele sistema social ou cultural específico, mas a conseqüência universal do fato de que identidades são sempre o resultado do empobrecimento e da sobrecodificação de um número infinito de pertencimentos – a uma família, gênero, idade, região, religião etc.".

interação social e relações de pertencimento ao chamado "movimento", pode-se dizer que há um conjunto de segmentaridades lineares (DELEUZE; GUATTARI, 1996) – ligadas a atividades, processos ou episódios – entre os moradores, que correspondem à inevitável heterogeneidade entre eles. Essas segmentaridades lineares levavam, assim, à composição de segmentos que extrapolam os limites da ocupação e do próprio MSTC a partir de vínculos trabalhistas e de parentesco, por exemplo, e mesmo pertencimento a outros movimentos, como de catadores e movimentos feministas

Havia também uma modalidade de segmentaridade circular, ou seja, de círculos de pertencimento e sociabilidade mais restritos a mais amplos. No cotidiano da Prestes Maia, por exemplo, havia relações mais próximas em cada andar, a partir de relações de vizinhança e a divisão de tarefas como limpeza, mediadas pelo coordenador do andar; posteriormente o pertencimento à ocupação e a subordinação à sua coordenação geral; e, por último, o pertencimento ao MSTC.

Portanto, a partir dos processos de coletivização dentro e fora da ocupação, quando os moradores acabam por compor um sujeito coletivo de ação sob a rubrica de movimento de moradia, também situacionalmente em resposta política a uma determinada conjuntura, essas diferentes segmentações reúnem-se contrastivamente ao Estado numa modalidade de segmentaridade binária (DELEUZE; GUATTARI, 1996).

É claro que essas diferentes modalidades de segmentaridade não correspondem a tipologias estanques de relações, pois haveria uma predominância de uma modalidade apenas situacionalmente, a partir de diferentes pontos de vista. Como afirmam Deleuze e Guattari (1996:84): "Mas sempre estas figuras de segmentaridade, a binária, a circular, a linear, são tomadas umas nas outras, e até passam umas nas outras, transformando-se de acordo com o ponto de vista".

Vê-se dessa forma que, embora seja impossível falar num único discurso e numa única clivagem identitária, há certas aproximações de trajetórias dos moradores e ressonâncias nos diferentes discursos quanto à categoria sem-teto, pois essa categoria é acionada para mostrar a importância da "luta" pela casa própria. A ausência da casa própria é a marca da luta do movimento tomado enquanto coletividade. Ou seja, há uma construção identitária a partir de uma acentuada alteridade em relação ao poder público.

No entanto, mesmo essa ressonância identitária ocorria apenas em algumas situações, pois estavam em jogo, além da já citada multiplicidade identitária, diferentes acepções sobre o pertencimento ao movimento, o cumprimento das regras internas da ocupação e práticas que escapavam ou eram capturadas dentro da estrutura pré-

determinada de controle interno da ocupação. Havia, com efeito, um esforço de coletivização também dos moradores da ocupação, no sentido de seguir as regras internas a fim de favorecer as negociações com o poder público.

Se havia, por vezes, relações de alteridade dos moradores com a coordenação, identificando o movimento como exterior às famílias, em outras situações era possível perceber modulações desse vínculo de pertencimento ao movimento. A Promotora de Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital do Ministério Público do Estado de São Paulo, Mabel, como entrou com vários pedidos de despejo, adquiria situacionalmente um caráter aglutinador. Representada por muitos moradores como uma mulher insensível, era tida como a inimiga do "nosso" movimento. Havia, assim, além do fator aglutinador, a construção de uma contra-imagem (BHABHA, 2005) às famílias da ocupação, servindo de coletivização do movimento, ou seja, o movimento é pensado enquanto sujeito coletivo e não mais apenas como coincidente com a coordenação.

Esse tipo de representação da promotora pode ser generalizado para o chamado "governo" que, muitas vezes, é pensado enquanto um bloco unívoco. O governo é acionado enquanto uma contra-imagem (BHABHA, 2005) ao movimento, responsável pela conformação da imagem do MSTC que reforça certas características situacionalmente sob a forma de um grupo social. O que pode ser elucidado por alguns comentários freqüentes de alguns moradores, como: "Se desocupar, vai aumentar a população de rua. O governo prefere deixar o prédio com rato e barata do que a gente" (ou, às vezes, com "pobre", "necessitado", "sem-teto").

Frente à possibilidade de atendimento, os moradores apresentavam modulações de ambições. Todos queriam sua casa própria, mas a territorialidade onde morar, periferia ou centro, condicionava diferentes representações. Alguns diziam que não importaria o lugar, desde que tivesse sua casa própria. Outros, e aqui retomo o Centro como área de trabalho, não abriam mão do Centro. Seu Severino disse, certa vez, que no Centro havia facilidade para trabalhar com reciclagem, e se fosse para morar em outro local somente com salário digno.

Como vimos, a estigmatização corrente sobre os "sem-teto" era incorporada por muitos moradores anteriormente à sua inserção no movimento. Quando iniciei o campo, nos meus contatos iniciais era comum uma definição simples e direta do que era "sem-teto": aquele que não tem casa própria. No entanto, essa categoria passa a ser acionada somente a partir da inserção no movimento, sendo prioritariamente uma categoria política. Se o termo "sem-teto", politicamente, corresponde a uma forma de

autodefinição desses sujeitos, integrantes do MSTC que lutam para obter atendimento habitacional no Centro, cotidianamente tive acesso ao acionamento dessa categoria de algumas formas que não deixam de revelar a associação do termo à alta carga simbólica negativa, divulgada em especial pela grande mídia.

Os moradores tendiam a acionar a categoria "sem-teto" cotidianamente de maneira jocosa, a partir da apreensão de seu caráter estigmatizante, além de se referirem ao conjunto de moradores da ocupação ou de integrantes do MSTC. As queixas recorrentes sobre as difíceis condições de vida e de trabalho, frequentemente coibidas pelas ações da polícia como a atividade de camelô, além da dificuldade de se obter casa própria a partir dos baixos rendimentos eram explicadas muito mais pelo fato dessas pessoas serem "pobres" do que por serem "sem-teto". Percebe-se, assim, situacionalmente e contrastivamente, o acionamento identitário da categoria pobre, muito mais utilizada do que sem-teto.

Assim, a categoria "sem-teto" é percebida a partir das situações e discursivamente, refletindo a reivindicação pela casa própria a partir da ausência e de maneira contrastiva ao poder público. A ação do movimento se faz necessária uma vez que faltaria ao poder público o esforço de atender essas famílias através de programas habitacionais no centro da cidade. Assim, normalmente não é tanto a categoria "sem-teto" que é acionada contrastivamente ao Estado, mas a ação ou luta do movimento por moradia.

A identificação do MSTC com a obtenção da casa própria também é reveladora de outro tipo de marcador de diferença, o de gênero. Era chamativa a forte presença e atuação das mulheres. O documentário *Dia de Festa*, a partir de um enfoque em quatro mulheres pertencentes ao movimento, todas parte da coordenação, Neti, Silmara, Janaína e Ednalva, coletava depoimentos dessas mulheres que afirmavam que as mulheres eram mais ativas por terem maior cuidado com a casa. Em outro documentário a que assisti, uma moradora da ocupação Prestes Maia dizia que as mulheres eram mais participativas porque a obtenção da casa era uma necessidade das mulheres, ao passo, que os homens apresentavam uma atitude comodista[68].

Alguns moradores, tanto homens quanto mulheres, costumavam dizer que as mulheres são mais preocupadas com a casa, com a família, enquanto o homem é mais inconstante, não se preocupa tanto em ter bases, seria mais volátil, não estaria "nem aí".

[68] Não tive oportunidade de registrar o nome do primeiro documentário, mas o segundo, *Dia de Festa*, foi dirigido por Toni Venturi e lançado em 2006.

Independente do fato das mulheres serem realmente mais atuantes ou sua presença ser mais acentuada, o que vale a pena ressaltar é que as diferenças decorrem de distintas atribuições a ambos os gêneros. Como a casa e o bem-estar da família seriam preocupações comumente atribuídas às mulheres, a sua maior atuação seria justificada. Neti, por sua vez, na entrevista que realizei com ela, compôs uma interessante narrativa sobre as diferenças de gênero e sua influência na composição das práticas do MSTC[69]:

> *É... eu vejo muito você falando, em vários documentários que eu assisti e na Câmara Municipal, da importância das mulheres no movimento, na luta. Queria um pouco que você falasse como você vê o papel das mulheres, as diferenças entre homens e mulheres na luta.*
>
> Ah, tanto a mulher quanto o homem... Agora falando um pouquinho sobre questão de gênero, não é?
>
> *É.*
>
> Os dois... os papeis dos dois são importantes dentro do movimento social. A mulher, ela tem que ajudar... Vamos pegar um exemplo: quando o homem está fora, trabalhando, a mulher tem que estar nas reuniões participando, enquanto movimento. E o homem, até então, tem que entender que a mulher está vindo para a reunião. Porque existe um lado do homem que é muito machista: 'Você não está indo para a reunião, você está indo encontrar com outro'. E aquela coisa toda.
> Então, a participação da mulher, ela é muito importante, é muito importante [com ênfase]. Porque a mulher, ela é mãe, ela é a chefe da família, porque ela que... Tudo bem que o homem... vamos supor, agora está bem variado, mas vamos supor que o homem faz as compras dentro de casa, a mulher que faz a comida, a mulher cuida dos filhos, a mulher trabalha, está certo? Agora não, eu acho que agora... falando um pouco de nosso mundo atual, a balança está um pouco equilibrada. Tanto faz, os dois colocam alimentação, enquanto um vai fazer a comida, o outro vai descascar batata, então tem essa ajuda assim. Mas é importante a mulher.
> Antigamente, Carlos, a mulher ficava preocupada com o bem estar da família. Por exemplo, se o aluguel está atrasado, ela se preocupa; se não tem comida dentro de casa, ela se preocupa. E o homem mostrava sua preocupação, muitas vezes, no bar, no jogo: "Não, eu vou para o bar beber, eu vou tentar esquecer o problema. Eu vou jogar que eu esqueço o problema". Entendeu?
> Então, é por isso que eu sempre digo, é importante o papel da mulher dentro do movimento e mais importante ainda a compreensão do homem para que a mulher possa participar sem ter nenhuma restrição, nenhum medo. Não vai em busca de outro, vai em busca da conquista para os dois, para a família.

[69] As questões de gênero inerentes a esse campo mereceriam um aprofundamento mais atento, mas que fogem à proposta desta dissertação. Para uma etnografia que aborda com originalidade a interface entre questões de gênero e militância política, a partir de movimentos feministas, de caráter popular, ver Bonetti (2007).

Então, porque pela minha experiência, eu conheço, dentro do MSTC, muito mais mulheres. A grande maioria dos coordenadores das ocupações são mulheres. Então, você acha que tem um papel mais fundamental das mulheres na organização?

Ela é mais preocupada, ela é mais preocupada. Tem um tempo atrás que um repórter perguntou: 'Ivaneti, você não tem medo, você está dentro de uma assembléia, tirando encaminhamento, por exemplo, dando a ordem e o homem executando?'. Eu falei 'não' [risos]. Aí, ele fez uma pergunta para o homem: 'E você? Não tem medo de receber a ordem?'. Aí, ele falou, até brincando: 'Tenho'. 'Mas qual é o seu medo?'. 'Não, porque quando ela fala, ela fala com uma dureza que eu tiro o chapéu e eu tenho mesmo que fazer o que é tirado e o meu medo é até mesmo dela...', como é que foi a frase que ele usava? "Essa mulher, rapaz, quando tira dentro de um coletivo a punição, sai da frente! Pode ser homem, pode ser o que for, ela tira para punir mesmo, dá advertência mesmo. Então, a gente tem que andar certo ali, andar certo com essa mulher'.
Mas, na verdade, acho que devido à necessidade de todas nós, representantes, de todas nós que temos uma certa preocupação, acabou fazendo uma equipe de maioria mulher. Mas não sei se você percebeu, está sendo mais quebrado isso dentro da... do próprio movimento. Está sendo quebrado dentro da própria Frente de Luta, tem bastante homens participando, bastante mulheres. Mas nós já tivemos uma mesa, nós tivemos uma mesa onde eram 9 mulheres e o Manoel Del Rio. Então a gente falava assim: 'É nove muié e um mané' [risos]. Brincando. Mas tudo bem.
Então, a mulher, Carlos, ela tem uma preocupação maior com a família. Lembrando que a nossa luta, com essa questão de gênero, é tentar igualar isso. Direitos iguais. Mas mesmo assim, o cabelo dela fica mais branco que o do homem, ela se preocupa mais [risos].

2.1.4 O subsolo, a biblioteca e Seu Severino

O subsolo do prédio, onde anteriormente funcionava uma garagem[70], passou a ser totalmente utilizado para outros fins: além da biblioteca, havia uma brinquedoteca para as crianças e salas de reciclagem para os catadores tratarem o material coletado nas ruas. Além disso, o subsolo era constituído por um amplo espaço com muitas pichações e grafites com frases de efeito sobre a luta por moradia, o MSTC, as condições precárias de habitação; havia, também, diversas instalações com fotos de moradores, cartazes criticando as intervenções urbanísticas no Centro, que seriam fortemente "higienizadoras", ou seja, de controle e expulsão das classes populares. Além dessa rica iconografia, havia um palco com aparelhagem de som e alguns telões onde geralmente

[70]O subsolo era a garagem para entrada e saída de mercadorias da antiga indústria têxtil.

passavam documentários sobre movimentos de moradia em sessões organizadas pelos realizadores dos vídeos.

Apesar de todas essas intervenções externas no espaço, o subsolo também correspondia a um local privilegiado para as práticas de sociabilidade dos moradores como festas e espaço livre para as brincadeiras das crianças, além da realização das reuniões da coordenação interna do prédio e das assembléias.

Seu Severino, no início da minha pesquisa de campo, já era personagem importante da ocupação. Ele era continuamente procurado por quase todos os visitantes e jornalistas. Quando voltei pela segunda vez com a turma de alunos da USP, foi ele que nos guiou para conhecer o prédio e alguns moradores. Ele sempre repetia a narrativa sobre sua trajetória até à instalação da biblioteca.

Migrante do interior de Pernambuco, Seu Severino se orgulhava em dizer que se alfabetizou por conta própria, com uma pequena ajuda de seu tio. Veio para São Paulo nos anos 1960 e trabalhou por muitos anos na construção civil até que um grave acidente em 1992 o teria deixado impossibilitado de continuar nesse tipo de atividade. A partir daí, desenvolveu um problema circulatório em sua perna, o que o obrigou a tomar remédios continuamente e teve uma acentuada perda de renda, pois passou a só realizar "bicos" para sobreviver.

Alguns anos depois, conheceu Roberta, também migrante nordestina, que trabalhava vendendo frutas em uma barraca na região central. Ele se ofereceu para ajudar e logo já estavam morando juntos. O negócio prosperou e chegaram a ter sete barracas, com condições de alugar um apartamento na Avenida Rio Branco, mas o "rapa" da prefeitura municipal acabou por levar toda a mercadoria deles. Sem melhores perspectivas, começaram a catar material reciclável para obter alguma fonte de renda. Seu Severino e Roberta datam nesse período o início do acúmulo de livros. Inicialmente, encontraram no lixo a coleção completa dos livros de Monteiro Lobato e, a partir daí, não pararam mais.

Devendo muitos meses de aluguel do apartamento onde moravam, Seu Severino acabou por entrar em contato com o movimento e a participar de um grupo de base pouco antes da ocupação na Prestes Maia. Com a confirmação da "ação" de ocupação, participou ativamente no momento de entrada no prédio.

Com o fim de uma biblioteca anterior na casa de uma moradora, Seu Severino sugeriu à coordenação a criação de uma biblioteca no subsolo da ocupação, a partir de 600 títulos que ele já havia coletado no lixo. No fim da ocupação, esse acervo já

contaria, de acordo com Seu Severino, com aproximadamente 17.000 livros, devido a doações[71].

A biblioteca acabou por gerar um demasiado interesse pela imprensa e por documentaristas, o que gerou visitas inesperadas como a de José Mindlin, o maior bibliófilo particular do país, que pude presenciar, em 9 de dezembro de 2006. Fascinado pelo acervo obtido por Seu Severino, Mindlin mostrou-se preocupado com o destino dos livros, já que, quando ele foi à ocupação, as famílias sofriam risco iminente de despejo. Foi interessante notar que, apesar de sua visita e seu fascínio, Mindlin separou a importância da biblioteca da ilegalidade da ocupação, pois segundo ele a biblioteca não poderia permanecer num espaço "invadido".

Ainda que a biblioteca tenha virado foco de múltiplas atenções, a sua relação com a luta do MSTC era um tanto ambígua. Se o MSTC acabou por receber muito apoio a partir disso, por outro lado, havia por parte de algumas reportagens e atores diversos uma separação completa das duas dimensões da questão.

Com efeito, Seu Severino e Roberta tendiam a valorizar o papel da biblioteca enquanto principal elemento de divulgação positiva da ocupação, responsável pelos contínuos adiamentos das tentativas de reintegração de posse e pelo definitivo atendimento das famílias. Seu Severino tendia a valorizar seu papel junto à biblioteca, definindo sua atividade como um "trabalho cultural". Ele continuava seu trabalho diário de catação de material reciclável, mas a biblioteca passou a tomar boa parte de seu tempo, com as visitas rotineiras. Sua renda mensal chegou a diminuir de 600 reais para 400 reais, por causa da "correria da biblioteca".

No entanto, houve uma certa polarização entre Seu Severino e algumas lideranças, pois estas achavam que todo o interesse só se dava pela biblioteca e não pela situação dos moradores do prédio, já que poucos se predispunham a conhecer o restante da ocupação.

Havia, assim, posições antagônicas em relação à visibilidade da biblioteca e sua relação com a ocupação. Seu Severino e Roberta defendiam que a biblioteca dotou a ocupação de muita visibilidade e trouxe mais respeito para o movimento, já que antes eles eram tachados de baderneiros. A ocupação seria conhecida até internacionalmente por esforço unicamente dele e de Roberta, teria virado "um símbolo histórico", nas suas

[71] Interessante que quando eu mostrei interesse de obter narrativas dos dois sobre sua história e a biblioteca, Roberta me mostrou um dossiê com matérias veiculadas na imprensa onde estaria "toda" a história de Seu Severino o que tornaria repetitivo eu coletar essas narrativas.

palavras. As pessoas nem sabiam o que era a ocupação e teriam passado a visitá-la por causa da biblioteca e, por conta disso, os moradores começaram a receber ajudas, contribuições, apoios contra despejo etc.

Jomarina, coordenadora da ocupação, por outro lado, partia do princípio que as pessoas que visitavam a biblioteca não se preocupavam com os problemas dos moradores, nunca subindo para saber das condições em que viviam; a biblioteca não seria freqüentada pelos moradores, só por quem era "de fora"; a biblioteca não seria tão importante assim para a ocupação; "os de fora" faziam pesquisas e sumiam ou tiravam fotos que poderiam ser utilizadas pelo Ministério Público para promover o despejo das famílias. Jomarina defendia que a biblioteca era resultado do esforço da comunidade, não somente de Seu Severino e Roberta. Sua posse era, assim, também discutida e lança luz às diferenças entre o coletivo e os indivíduos na percepção do MSTC enquanto sujeito coletivo. Se para Seu Severino, a biblioteca era dele, para alguns coordenadores, a biblioteca era do movimento.

Pude constatar essa polarização logo no início do meu trabalho de campo. Ao longo do tempo em que este durou, fiquei ainda mais atento ao papel da biblioteca frente à ocupação e foi interessante registrar alguns deslocamentos das representações da coordenação em relação à sua importância, como veremos adiante. Impossível pensar a ocupação Prestes Maia sem toda uma rede de relações em torno da biblioteca e seu subsolo. Em vez de tomar a ocupação como algo isolado, livre de influências externas, tornou-se necessária a análise de diversas relações entre os moradores, a coordenação do MSTC e toda uma multiplicidade de atores externos à ocupação.

2.1.5 Rede de relações no subsolo

A fim de explicitar a rede de relações inscrita no subsolo do prédio, tendo como ponto focal a biblioteca e o esforço de alguns atores externos à ocupação de contribuir para a solução do problema dessas famílias e de como a biblioteca foi acionada por alguns atores como responsável pelo atendimento das mesmas, realizo abaixo algumas análises a partir de situações observadas em campo.

A primeira ida à ocupação foi devido a palestras em seu subsolo, oferecidas por professores universitários sobre o processo de revitalização no centro de São Paulo e o papel fundamental da ocupação frente a isso. Posteriormente, houve uma mostra de

vários documentários independentes sobre movimentos de moradia e ocupações em São Paulo e no Rio de Janeiro[72]. Uma das documentaristas presentes, Graziela, era do Centro de Mídia Independente, um coletivo muito presente na ocupação e em cujo site sempre são veiculadas notícias sobre os movimentos de moradia, assim como outros movimentos sociais e a questão das classes populares no Brasil de uma forma mais geral[73]. Ela passou seu documentário num telão no subsolo afirmando que ainda era um trabalho em andamento e queria aproveitar a oportunidade para promover debates que contribuíssem com a finalização do vídeo. Além disso, oferecia oficinas de vídeo para os interessados. Foi muito interessante notar como nesse momento havia muito poucos moradores presentes, mas, ao contrário, uma acentuada presença de estudantes, documentaristas e professores universitários.

Era como se, apesar de estarem sendo mostrados a partir das imagens dos documentários, os próprios moradores não se reconhecessem nos discursos e representações desses atores externos. Esse dia serviu de importante baliza para começar a pensar a relação de atores externos com a ocupação e, principalmente dos moradores em relação a todo esse interesse por eles, já que como constatei posteriormente, tal tipo de atividade era uma constante no local. Esse espaço de mediação, portanto, foi se revelando aos poucos um dos *locus* privilegiados para minha etnografia.

O subsolo, ou "salão" (termo mais acionado pelos moradores), era o espaço privilegiado para alguma dessas relações. Dentre esses atores externos à ocupação, era também freqüente a presença de jovens, universitários, arquitetos, artistas plásticos, documentaristas, que eram identificados de forma genérica entre os moradores como "artistas", classificação aplicada por muitos moradores, inclusive a mim. Seu Severino, numa intenção de valorizar seu "trabalho cultural" frente à biblioteca chegou a afirmar que se considerava um artista também.

Eles realizaram diversas instalações no subsolo, como imagens dos moradores com inserção de textos nos quais eles diziam quais eram seus sonhos, grafites, cartazes sobre *gentrification*, faziam intervenções na fachada do prédio também, como lambe-

[72] Em relação a São Paulo, foram passados vídeos, cujos nomes não tive oportunidade de registrar, sobre a ocupação de um prédio na Rua Plínio Ramos, no centro de São Paulo, organizado pelo Movimento de Moradia da Região Centro (MMC), focando em seu despejo e o posterior acampamento na frente do prédio por 200 pessoas despejadas. Além disso, houve vídeos sobre uma ocupação chamada *Chico Mendes* em Taboão da Serra, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto.

[73] Para maiores detalhes sobre sua atuação e um acompanhamento de algumas das ações dos movimentos de moradia, assumindo um ponto de vista de apoio aos movimentos e crítico ao poder público, ver o seu site: www.midiaindependente.org.

lambes, faixas, dentre outros. Essas intervenções costumavam publicizar quem eram os moradores, denunciar as práticas higienistas do poder público, alertar para os riscos de despejo e contribuir para o atendimento às famílias da Prestes Maia.

Certa vez, numa reunião para discutir a reciclagem do prédio e possíveis formas de escoamento do material por venda, conheci algumas pessoas que depois viria a encontrar freqüentemente na ocupação, como Pádua Fernandes, professor de direito da Uninove; Fábio Weintraub, da Editora SM, que disposto a contribuir para a biblioteca, chegou a dizer que havia uma proposta de sua editora para pagar um estagiário para lá trabalhar; e Yili, boliviana, que começou a freqüentar a ocupação enquanto representante do coletivo "Integração sem posse". Essa organização se caracteriza por realizar várias ações junto aos movimentos de moradia, em um esforço para evitar ações de reintegração de posse, o que fica claro pelo trocadilho feito para elaborar seu nome[74].

Yili sempre estava lá contribuindo de alguma forma, promovendo atividades no subsolo, fazendo divulgação nos andares das atividades realizadas. Nesse dia, quando cheguei, uma moradora, Marcinha, estava fazendo cartazes, por meio de xilogravura, cartazes anunciando a reciclagem feita no prédio com ajuda de Yili. Depois chegou Carolina, estudante de jornalismo do Mackenzie, que estava escrevendo um artigo sobre a ocupação.

Esses atores já estavam lá quando chegaram Seu Severino e Roberta, posteriormente chegaram moradores que trabalhavam com reciclagem. A reunião teve como pauta algumas propostas de trabalho coletivo para armazenagem e transporte para a reciclagem. Interessante notar, para a relação desses atores externos com os moradores e a dinâmica interna da ocupação, que, enquanto, ocorria os desdobramentos da reunião, começou a reunião da coordenação no subsolo. Quando mostrei interesse em assistir, o professor me disse que era coisa interna deles.

Uma palestra, realizada em 11 de novembro de 2006, num sábado, dia em que costumavam ocorrer esse tipo de atividades, assim como a exposição de documentários, contou com as apresentações de Aziz Ab´Saber e Ivone Daré Rabelo. O depoimento do geógrafo e professor da USP, Aziz Ab´Saber, foi muito ilustrativo de um certo tipo de apoio no meio acadêmico à ação dos movimentos de moradia. Com o título *O direito à*

[74] O "Integração sem posse", de acordo com Roberta, participou junto com o MSTC, em setembro de 2005, de uma ocupação da Secretaria de Municipal de Habitação até ser atendido por Orlando de Almeida Filho, Secretário de Habitação. A ação foi para evitar uma das muitas ameaças de despejo da ocupação. Aparentemente, eles ocuparam outras instituições. A ocupação da Secretaria teria contado com 400 pessoas.

cidade, a palestra transcorreu no subsolo com os palestrantes, Seu Severino e Jomarina localizados numa mesa e a disposição de cadeiras de plástico para a platéia se sentar.

O professor já havia ido algumas vezes à ocupação, doado livros, e no dia que Mindlin foi visitar a biblioteca, ele defendeu o direito das famílias de não serem despejadas porque estavam em estado de necessidade. Queria destacar apenas alguns pontos de sua apresentação que vão muito ao encontro de pressupostos da coordenação do MSTC e, por outro lado, validaram também a criação e importância da biblioteca.

Aziz Ab´Saber disse que apesar da ocupação daquele prédio parecer uma ousadia, as famílias tinham todo o direito de morar no prédio, mesmo que essa prática não fosse oficial e legal, usando como contraponto os vários atos de corrupção da classe política. Contestando a legalidade no Brasil, disse que o que é legal não quer dizer coisa nenhuma para os pobres. A localização da ocupação não era das melhores, mas também não era dos piores e se as famílias fossem desalojadas, preocupou-se com o destino das crianças, fato que os políticos não conseguiam entender. Afirmou que durante as eleições, ninguém ia ter coragem de tirar as famílias de lá para não perder votos, mas agora não mais, o risco de despejo estava mais iminente. Aconselhou às famílias que quanto mais elas cuidassem coletivamente do prédio, como já haviam feito na frente do imóvel, recentemente pintada, melhor para elas. Elas deviam cuidar não só da frente, como também dos seus espaços, para "esfregar na testa deles". Os governantes teriam que ajudar os moradores, porque "a terra vai comê-los da mesma forma que vai comer vocês". Indicou ainda algumas medidas mais pontuais de organização, como mutirões, reformas, mais sanitários com distinção entre masculino e feminino e um forte controle de quem entre e quem sai.

Em relação à biblioteca, disse que essa tinha que continuar, ser ampliada, modernizada, porque educação é fundamental, ao contrário do que os políticos pensam. O subsolo seria, ainda, alguma coisa de "espetacular", pois pobres migrantes foram capazes de reorganizar o prédio contra os interesses dos burgueses e concluiu: "Vamos continuar lutando".

Seu discurso muito se aproxima do das lideranças não só do MSTC como da maioria dos movimentos de moradia: colocou os governantes e os burgueses em oposição às famílias e incitou práticas de coletivização para o sucesso da ocupação e, acima de tudo, para garantir o atendimento por parte do poder público; e ainda defendeu o uso da biblioteca por seu potencial educacional.

Apesar desse discurso propositivo, em apoio ao interesse para as famílias da ocupação e para o MSTC, dois fatores devem ser ressaltados. A maioria da reduzida platéia era de fora, alguns moradores apareciam pela rampa de acesso, olhavam rapidamente e saíam; e a não citação, em nenhum momento, de que aquelas famílias eram organizadas por um movimento de moradia.

Após a palestra, Seu Severino se apresentou como fundador da Biblioteca Prestes Maia e disse que havia sido convidado para dar palestras em Itapecerica da Serra, o que lhe fez sentir bem, já que era um trabalho de auxílio a drogados, alcoólatras e uma oportunidade para levar conhecimento. Disse que lá seu trabalho era valorizado, mas que ali na Prestes Maia ele iria até o fim. Ainda fez algumas críticas à falta de proteção no país, já que para bater em camelô, para quem incomodava, tinha polícia. Mas os drogados incomodariam os moradores e a polícia não faria nada. Ele reivindicou esse direito, afirmando que era um sem-teto, mas um sem-teto civilizado, numa releitura positivada de sua identidade política, tida como estigmatizante.

Seu "trabalho cultural" fez com que ele fosse convidado não só para Itapecerica, mas em vários outros lugares como colégios particulares e públicos e até para um evento em Recife – 4º Festival Recifense do Livro: "A letra e a voz". Pedro Américo, poeta, teria feito o convite, depois de ter visto a entrevista com Seu Severino na revista Época.

Fábio Weintraub ainda disse que tinha conseguido que um posto médico disponibilizasse médicos, que estavam quinzenalmente oferecendo atendimento aos moradores, e também sugeriu a proposta de uma oficina de reciclagem para os moradores que trabalhavam como catadores.

Essa rede de relações entre esses atores externos e os moradores da ocupação foi responsável por atenuar as difíceis condições de vida de muitos moradores a partir de atendimentos de instituições de saúde, muitas contribuições, além de contribuir com algumas oportunidades de trabalho. Além disso, também gerou uma maior visibilidade e legitimidade da ocupação, o que por sua vez, paralelo às ações do MSTC, foi um dos fatores responsáveis pelo atendimento das famílias, como será mostrado no terceiro capítulo.

2.2 Mauá

2.2.1 A ocupação: descrição da ação, realização por três movimentos

Discutamos agora uma outra ocupação também na região central, a da Rua Mauá a fim de aprofundar etnograficamente as articulações entre as dimensões cotidiana e política do MSTC e lançar luz a uma diferença fundamental em relação à ocupação Prestes Maia e muito importante para a discussão sobre os processos de coletivização do MSTC: a ocupação foi realizada e se mantém a partir da articulação de três movimentos de moradia – além do MSTC, o MMRC e o MTSTRC.

O programa Bolsa Aluguel, criado pela gestão municipal de Marta Suplicy (2001-2004), pagava 300 reais de aluguel por unidade habitacional para uma família, sendo o pagamento realizado diretamente com o proprietário do imóvel. A assinatura do contrato foi realizada por um período de 30 meses que acabou por se findar somente em março de 2007, na gestão de Gilberto Kassab, que não renovou esse contrato.

Quando houve um acampamento em frente à prefeitura realizado pelo MSTC com a finalidade de reivindicar atendimento das famílias da Prestes Maia e também renovar os contratos de bolsa aluguel, foi firmado o seguinte acordo com a prefeitura municipal[75]:

> Termo de compromisso da prefeitura após o acampamento:
> A PREFEITURA SE COMPROMETE A:
>
> 1) providenciar junto à Secretaria de Habitação o cadastramento e encaminhamento dos moradores do Edifício Barão de Piracicaba, localizado a Alameda Barão de Piracicaba 165, atuais beneficiários do programa bolsa aluguel, no total de 28 (vinte e oito) famílias, objetivando o atendimento habitacional em imóveis da CEF - PAR, SEH-CDHU ou SEHAB-COHAB localizados na região leste da cidade, Subprefeituras Itaquera, Guaianazes, São Matheus e Cidade Tiradentes.
> Também serão atendidos no empreendimento Vila dos Idosos, localizado na Subprefeitura da Mooca, Bairro do Pari 3 (três) famílias, que se enquadrem neste programa de atendimento aos idosos.
> A cada uma das 31 (trinta e uma) famílias aqui citadas, será fornecido a ajuda de custo para fins de saldo de aluguel, transporte, mudança, a quantia única de R$300,00 (trezentos reais) a ser pago até dia 05 de Março de 2007.

[75] Esse acampamento será discutido mais detidamente no terceiro capítulo, pois foi fundamental para pensar a articulação entre o MSTC e o poder público no processo de atendimento das famílias da Prestes Maia.

No entanto, não houve nenhum atendimento e a maioria das famílias do MSTC atendidas pelo programa não tinha condições de continuar pagando o aluguel. Na reunião ampliada do MSTC de 22 de março de 2007, Neti passou o informe de que havia estado em reunião no Ministério Público Estadual, quando soube que a Secretaria de Habitação queria cancelar o programa Bolsa Aluguel e encaminhar todos os atendidos para um cadastro único, a fim de esperar um futuro atendimento definitivo.

Neti falou na reunião que as famílias atendidas pelo programa teriam que entrar na justiça contra o governo e não contra o proprietário dos imóveis alugados, já que a responsabilidade do pagamento dos aluguéis era da prefeitura. Além disso, avisou sobre uma "festa"[76] que ocorreria para atender essas famílias do Bolsa Aluguel e outras famílias, que mais tarde eu viria a saber se tratar da ocupação da Rua Mauá.

O imóvel onde morava a maioria das famílias atendidas pelo programa localizava-se na Barão de Piracicaba, também na região central da cidade; como o contrato de bolsa aluguel já havia sido cortado, as próprias famílias estavam arcando com o valor do aluguel, ao que Neti pediu: "Por favor, quem não pagou os 300 reais para o proprietário, pague. Porque eu moro lá e o proprietário está me cobrando. São só 300 reais, vamos sair de lá de cabeça erguida".

Num sábado, 24 de março de 2007, liguei para Roberta avisando que não pretendia ir à ocupação, a não ser em caso de haver Assembléia (eu ainda não tinha participado de nenhuma). Pedi para que ela me avisasse caso isso ocorresse. Ela disse que iria ter uma e que me ligaria para avisar.

Ela só me ligou no domingo, 25 de março, à tarde, para dizer que haveria uma Assembléia no mesmo dia às 22h30 e uma ocupação depois, o que já havia sido anunciado por Neti na reunião da quinta anterior. Perguntei se ela iria participar, e a resposta foi que da Assembléia sim, porque queria saber o que estava acontecendo, queria ficar por dentro. Já em relação à ocupação, não; demonstrou não ter nada a ver com isso.

Cheguei pouco antes das 22h30, encontrei Neti na porta, perguntei se haveria Assembléia, ela disse que seria apenas uma "conversa". Perguntei se haveria uma "ação", ela confirmou; perguntei se eu poderia participar, ela disse de maneira muito

[76] O termo "festa" é utilizado como forma de despistar possíveis esforços da polícia de evitar a ocupação, justificando a concentração de muitas pessoas e o uso de ônibus para o transporte. Era comum o pedido de que cada família levasse alimentos a fim de que fossem preparados coletivamente. Muitos moradores brincavam ao dizer que no primeiro aviso de uma "festa" acharam que era alguma comemoração de fato. Outro termo bastante utilizado, talvez até mais que "festa", para denotar o ato da ocupação é "ação".

simpática e receptiva que “claro que sim”, que eu poderia participar de tudo o que eu quisesse, das Assembléias, das ocupações, das manifestações etc.

Fiquei por um tempo ali na calçada, sozinho, para ver a movimentação. Foram chegando pessoas de fora, que eu julguei serem de outros movimentos. Foram recebidos calorosamente por eles.

Resolvi entrar, cumprimentei os porteiros que eu já havia visto outros dias. Desci, já havia algumas pessoas sentadas, não conhecia ninguém, a não ser alguns rostos de vista.

Fui pegar uma cadeira e vi que Edson, morador da Prestes Maia e cinegrafista amador, estava sentado à mesa com mais um senhor que eu não conhecia e que estava ouvindo um rádio a pilha. Perguntei se ele ia registrar tudo, ele confirmou, mas disse que não iria entrar, já que “quem entra não sai”. Disse que não havia trazido colchão e que não teria como dormir. Ele me disse que nas ocupações ninguém costuma dormir, todos ficam acordados na incerteza sobre a ação da polícia. O senhor que estava sentado disse que não sabia se participaria da ocupação porque não estava sabendo do que se tratava. Ele disse que não dá para fazer uma coisa sem saber o que é, “não é verdade?”. Confirmei.

Chegaram Felipe, que fotografava a Prestes Maia já há algum tempo, e Marcelo, que vinha à ocupação pela primeira vez com equipamento de filmagem. Eles seriam minha companhia mais freqüente durante todo o processo da ocupação.

Felipe aparentava estar um pouco apreensivo em relação aos riscos da ocupação. Marcelo permanecia quieto durante boa parte do tempo. Felipe disse que Roberta também tinha o avisado e dito para ele subir, para ela explicar como se comportar durante a ocupação, para tudo correr tranquilamente, já que em outras ocasiões houve confrontos com a polícia, envolvendo até tiros.

Propus de subirmos, mas Roberta e Seu Severino já estavam descendo. O salão estava ficando cada vez mais cheio, com muitas mulheres e homens de todas as idades. Tive impressão de ver mais mulheres na faixa dos 30 aos 50. Havia também crianças e pré-adolescentes brincando. Neti estava em um canto do salão sentada com outras pessoas e Manuelzinho andava de um lado para o outro, resolvendo assuntos de última hora.

Ficamos conversando eu, Edson, Seu Severino, Roberta e Felipe. Marcelo já filmava. Roberta disse para ficarmos ligados e longe da confusão; perguntou se eu iria entrar, espantou-se com minha afirmativa, falei que era importante para minha pesquisa.

Ela disse que era perigoso e que só ficaria do lado de fora. Felipe falou para ficarmos próximos e nos ajudarmos.

Seu Severino contou de outras ocupações. As piores foram a da Caixa Econômica Federal e a do quartel. Havia um setor que estava abandonado, mas cercado por outros departamentos ativos. Quando entraram, já havia uma comitiva de policiais os esperando com cachorros. Seu Severino pegou uma criança no colo e conseguiu escapar dos cassetetes, dos *sprays* de pimenta e dos gases. Posteriormente fiquei sabendo que foram realizadas muitas prisões nesse dia, essa tentativa de ocupação sempre era lembrada como uma das mais violentamente reprimidas.

Manuelzinho puxa Seu Severino para um canto e lhe confidencia algumas coisas. Seu Severino falou que eles estavam discutindo o equipamento a ser usado para arrombar a porta do prédio e que este estava localizado na Rua Mauá, onde o MSTC já havia ocupado alguns anos antes.

A coordenação mantinha em segredo o local da ocupação para não haver riscos da polícia ficar sabendo com antecedência e frustrar a ação. Um outro morador, nesse momento, alertou para o risco de que tantas pessoas andando até lá, sem ser de ônibus, como em outras ocupações, poderiam chamar a atenção da polícia. Uma viatura poderia ver rapidamente e acionaria a polícia, o que impediria a ocupação.

A Assembléia começa com Neti e Manuelzinho. Neti pede silêncio e grita "Boa noite!" e um enorme coro responde o mesmo. Nunca tinha visto o salão tão cheio. Ela pergunta por moradores da Santa Rosa, da Barão de Piracicaba, da 9 de Julho e da Prestes Maia. As pessoas respondem enfaticamente, todos mais ou menos em grupos distintos, exceto as da Prestes Maia que, por serem maioria, estão mais dispersas.

Ela fala que vai ter uma "festa" para a demanda do Bolsa Aluguel, para os integrantes do MSTC que moravam na Santa Rosa, Barão de Piracicaba e 9 de julho, imóveis antes atendidos pelo Bolsa Aluguel e que tiveram seus contratos suspensos, sem destinação para as famílias. O prédio é o da Rua Mauá mesmo. O objetivo era o de ficar e morar no prédio, então haveria "muito trabalho pela frente", eles deveriam "transformar o imóvel sem função social da propriedade em um lugar habitável".

Ela diz que tem um zelador lá dentro e pergunta alto: "Tem dez homens aqui?". Esses dez homens seriam responsáveis por colocar de maneira pacífica o zelador imediatamente para fora do prédio, para não configurar cárcere privado. Não é para "bater" nele, porque ele é trabalhador. Deveriam também cuidar da banca dele, a qual ele usava para vender alguns produtos como ambulante na frente do prédio, para

ninguém levar. “Não queremos mexer, pegar o que não é nosso, nosso objetivo é maior! Não vamos mexer nas coisas que não dizem respeito a nós”.

Depois Manuelzinho fala. Explica que essa linha de frente vai abrir o portão, ninguém deveria atrapalhar o serviço deles e só poderia entrar quando a porta fosse aberta, primeiro mulheres e crianças. Ele diz que ele e Neti são os comandantes e os demais ocupantes são os soldados. Faz uma planta no chão de cimento, riscando-o com um caco de cerâmica. “Vamos deixar a linha de frente trabalhar”. Todos deveriam entrar e virar logo à esquerda de forma rápida, para evitar os riscos.

Neti diz que todos devem estar unidos e ela mesmo iria morar lá, porque também estava sendo despejada do Bolsa Aluguel: “Hoje somos nós, amanhã podem ser vocês”. Diz também que já teve chance de ser atendida por uma carta de crédito, mas recusou, por ainda não ser sua hora, já que queria continuar na luta.

A linha de frente é composta por dez homens voluntários, quase todos muito jovens, na faixa dos 20 anos. Assim que é composta, vai na frente e as pessoas vão saindo, formando uma grande aglomeração na área da escada que dá acesso à portaria.

Eu me espremo na multidão, e como Seu Severino e Roberta não iam entrar e Felipe e Marcelo estavam demorando, eu me adianto para não perder nada. Ainda tento esperá-los lá em cima, até que eles chegam na calçada e seguimos juntos.

Há pessoas no caminho falando para irmos rápido, para correr; saímos do prédio, viramos à esquerda, atravessamos a calçada, a rua Brigadeiro Tobias e viramos a esquina chegando na rua Mauá. Com os gritos de “corre” uma mulher com a filha se assusta, acha que é a polícia, agarra a filha e ensaia voltar. Explico para ela, que continua em frente. Vou correndo, tendo a Estação da Luz à minha direita e nós três nos afastamos até nos reencontrarmos na frente, eles ficam registrando tudo. Esperamos um pouco e resolvemos entrar.

Quando chegamos, o portão já estava escancarado, com muitas pessoas entrando. Pergunto para um homem que está agilizando a entrada se eu posso entrar, ele diz que sim. O arrombamento do portão do prédio ocorreu por volta de meia-noite.

Entro, está muito escuro, há muita gente, vou seguindo o fluxo, atravessamos um pátio interno e chegamos numa sala que está abarrotada de pessoas. A linha de frente, com ferramentas, está tentando arrombar uma porta, quando conseguem, há uma barreira de tijolos por detrás, eles começam a destruí-la. Quando há uma abertura suficiente para alguém passar deitado, um homem da linha passa e as pessoas vibram. Andréia fala que na outra vez que ocuparam esse mesmo imóvel, eles entraram pela sala

contígua, onde é possível ver outra parede de tijolos. O homem volta e realmente o acesso ao prédio é pelo outro lado.

Nesse meio tempo, querem saber onde está o zelador, ninguém o encontra, nem suas coisas. Enquanto não se quebrou a primeira parede, pessoas fumam. Homens da linha de frente pedem respeito às crianças e para pararem de fumar, o que eles obedecem prontamente.

Quando a segunda parede finalmente é quebrada, as pessoas também vibram e se adiantam a transpô-la assim que possível. Eu espero o fluxo maior passar e vou com mais calma junto a ainda muitas pessoas. Em cada andar as pessoas já se apressam a encontrar e garantir um quarto.

Logo depois da quebra da segunda parede, alguém acha disjuntores que ligam a energia até o primeiro andar. Daí para cima, está tudo escuro, uso a lanterna do celular. Na escada, tem uma senhora idosa, carregada de coisas, eu a ajudo e vou com ela até o quarto andar, procurar um quarto ainda vago.

Chegamos num quarto, a senhora parece gostar. Ela procura outros, mas diz que vai ficar ali mesmo. Prefere ficar mais embaixo, pois tem problema de coração. Eu digo que é melhor ela garantir que depois haverá divisão.

Subo até o quinto andar para acompanhar o que está acontecendo. Do lado da frente do prédio, há pessoas nas janelas e numa sacada olhando os acontecimentos lá fora. Nessa sacada há uma grande bandeira estendida do MSTC. Lá fora, estão Neti, Manuelzinho, Seu Severino e Roberta e muito mais gente. Há três viaturas da Guarda Civil Metropolitana paradas, depois chegam policiais da Polícia Militar que conversam com Neti, escrevem algo num papel e vão embora.

As pessoas a todo tempo gritam frases de efeito e de protesto: “Quem não luta...”, ao que o coro lá fora responde “... tá morto!”. Entoam em ritmo musical: “Daqui não saio, daqui ninguém me tira!”. Depois vi nos registros da câmera de Marcelo que logo quando entraram, um rapaz gritava para todos irem para as janelas.

Mas a sacada já está cheia e vou procurando um lugar com um melhor ângulo de visão. No quarto 535 há uma senhora na janela, sozinha, Dona Lourdes, pernambucana. Ficamos conversando um bom tempo, ainda não é uma hora da manhã. Ela me conta sobre sua trajetória de vida, suas constantes migrações, seus filhos, suas filhas muito novas já com muitos filhos.

Ela trabalha como diarista, tem 53 anos e mora com uma filha, um filho e um neto na Prestes Maia. Outro filho foi “excluído” por defendê-la de um coordenador, que

acabou sendo expulso também, um pouco depois. Vejo lá fora que está chegando água, café e alimentos. Há uma constante interação entre os de dentro e os de fora. Neti ri e vibra o braço no ar com os gritos dos de dentro, que também pedem água e comida.

Desço. Na ampla sala onde havia a parede derrubada, há um longo balcão e muito entulho. As pessoas já estão limpando para transformá-la em uma cozinha comunitária. Há muita poeira. Ajudo a abrir as janelas, enquanto os homens vão trazendo as cestas básicas.

A sala é retangular, no canto oposto ao da antiga parede de tijolos, montam a cozinha. Trazem um fogão industrial com duas bocas e empilham os alimentos.

Um pouco antes da cozinha, vejo três caixas com muitos livros em hebraico, sobre judeus e sobre a Alemanha, sobre a Segunda Guerra Mundial. Percebo que os donos são judeus.

Depois encontro duas contas. Roberta já havia dito e pelo tipo de construção, tudo indicava que lá funcionava um hotel. A conta confirmou: Santos Dumont Hotel, aparentemente desativado desde os anos 1980.

Encontro com Felipe e Marcelo na já formada "portaria", com controle de quem entra e de quem sai.

Três meninas, pré-adolescentes, são expulsas porque estariam pichando as paredes. São denunciadas e Manuelzinho as põe para fora. A mãe de uma delas concorda.

Eu, Felipe e Marcelo ficamos subindo e descendo, conversando e registrando.

O prédio está em acentuadíssimo estado de degradação. No pátio interno há a sucata de um carro abandonado há muitos anos. Há muitos apartamentos e todos parecem gostar, principalmente os da Prestes Maia, já que aqui há quartos já divididos.

No pátio, é formada uma mesa onde pessoas jogam cartas. Há um outro grupo sentado no corredor de acesso e pessoas deitadas como podem próximas à portaria.

Na longa sala, onde já está instalada a cozinha, há pessoas dormindo em cima de papelões e tábuas de madeira que já lá estavam.

Eu e Marcelo subimos e encontramos Lucinha e Nina, com quem falamos por muito tempo. A conversa rendeu muito. Nina não gosta de trazer os filhos. A filha insistiu, solidária. Nina aceitou relutante, desde que a filha usasse boina para não ser reconhecida através da imprensa e perder o emprego. Mas nessa hora, a filha já havia ido embora.

Finalmente resolvemos subir para o terraço e ficar por lá, onde poderíamos sentar e descansar um pouco. Lá em cima é lugar de "pegação", segundo Felipe. De fato, há vários adolescentes se beijando; os rapazes contam vantagem, paqueram. Aparentemente há encontros de jovens de locais diferentes. Um do andar de baixo pergunta: "Tem alguém para eu catar aí?". Um rapaz da Prestes Maia fica com uma menina do MMRC.

Durante nossas conversas com os ocupantes, há brincadeiras o tempo todo: "Limparam os pés? Porque minha sala está com tapete persa!"; "Cuidado com os lustres"; "Meu closet é logo ali". A vista do terraço é magnífica: Estação da Luz, Parque da Luz, Estação Júlio Prestes. É possível ver a ocupação Prestes Maia também.

Umas 6 da manhã, resolvi descer. Fui em todos os andares e andei por toda a extensão de cada um deles. O sexto era o mais deteriorado, quase sem piso, devido à umidade. Mesmo assim, havia algumas famílias nos poucos quartos em melhores condições.

Todos os outros andares estavam ocupados, com muitas portas fechadas; em alguns apartamentos que estavam abertos, pude ver muitas pessoas dormindo, em colchões (trazidos ou que já estavam lá), lençóis, cobertores, restos de entulho como madeiras, móveis etc. Quase todos estavam cobertos, devido ao frio. Em alguns quartos havia famílias; em outros muitas pessoas; em outros só uma pessoa; em muitos, casais.

Havia muito entulho por todo o lado, principalmente móveis velhos e deteriorados. Fico sabendo que na outra ocupação, a família proprietária estava morando lá. A velha ficou assustada, achando que era assalto. O filho chegou a tomar café com eles. Os novos ocupantes tranqüilizaram a família, dizendo que eles não queriam fazer-lhes mal. Em três dias, a família foi embora.

Durante toda a madrugada, ficou pouca gente lá fora, principalmente os coordenadores. O chamado "apoio" costumava ser maior. Muitos estavam achando tranqüilo, sossegado demais; a polícia viria mais cedo ou mais tarde com tudo. Em relação à imprensa, inicialmente foi a Rede Globo, ao que todos vibraram visto a grande exposição que a ocupação teria; depois, Estado de São Paulo, Diário de São Paulo, Record, Rede TV e Bandeirantes.

No dia 27 de março de 2007, vi uma rápida matéria no Globo Notícias sobre um despejo pacífico de 90 famílias sem-teto de um prédio no Centro. Fiquei na dúvida se era o prédio da Mauá. Pela porta de entrada com uma escada, vi que não era. Mas, na dúvida, liguei para Carla para me certificar. Ela disse que continuava lá, que tinha

havido assembléia na segunda, 26 de março, às 20h30. As famílias já estavam se mudando para lá, já que quanto mais tempo ficassem ali, mais difícil seria tirá-las.

Em relação aos consertos e limpeza do prédio, partes do encanamento tinham que ser trocadas e as famílias já estavam limpando e tirando muito entulho em regime de mutirão. Houve uma divisão dos andares entre os três movimentos: os 1º e 2º andares ficaram com as famílias do MTSTRC; o 3º andar dividido entre o MMRC e o MSTC; e o 4º, 5º e 6º andares com o MSTC. Nesse início, as assembléias eram mais freqüentes, para encaminhar decisões e práticas a fim de adequar o prédio para as famílias nele residirem.

Na reunião ampliada posterior à ocupação, em 29 de março de 2008, Carmem, terceira coordenadora do MSTC e que estava coordenando a reunião naquele dia, estimulou as pessoas a falarem sobre a experiência da Mauá. Os depoimentos de alguns presentes, a maioria dos que participou estava presente à reunião, eram unânimes quanto à tranqüilidade dessa ocupação específica. Seu Severino disse que "foi a melhor ocupação que nós tivemos". Lucinha, com quem conversei durante a ocupação, disse que havia sido "bem tranqüila, bem organizada, sem desespero, sem tumulto, a mais fácil que tivemos" e completou afirmando que o pessoal estava consciente do que estava fazendo e que a negociação estava boa.

Com efeito, a efetivação da ocupação e sua tranqüilidade, sem repressão policial, foram consideradas enquanto reflexo de uma maior preparação da coordenação do movimento e de uma conjuntura favorável, muito em função do atendimento da ocupação Prestes Maia.

Carmem disse, na reunião, que a coordenação estava preparada e que todos estavam conscientes. O histórico de luta do movimento, de mais de 10 anos, foi responsável por essa maior preparação. No entanto, revelou receio de que houvesse uma desmotivação da base: "Sem a base, a gente não faz nada. A conjuntura de agora é de luta. A nossa conjuntura só é favorável quando a base se junta". Ressaltou que a coordenação poderia estar preparadíssima, mas a base teria sempre que apoiar. A conjuntura favorável foi conseqüência do acampamento de 11 dias, a partir do qual o movimento ganhou um grande respeito.

Durante a ocupação, quando as viaturas chegaram, os policiais já sabiam quem eram e qual era a luta: "Pela primeira vez, um PM apertou a minha mão!". Nem queriam pegar os documentos da Neti, tanto a GCM como a PM. Mas nem por isso, segundo

Carmem, os integrantes do MSTC deveriam se acomodar, pois "nossos direitos a gente só vai ter quando mostrarmos para a minoria capitalista nosso direito à moradia digna".

Complementou dizendo que eles que são trabalhadores só conseguem as coisas lutando. Vemos, assim, a coletivização fortemente acionada no discurso de Carmem: a importância da luta para conseguir o atendimento, mas que só se efetiva com união de todos num sentido comum, além do uso da categoria "trabalhadores" para se referir a esse segmento das classes populares.

O sucesso dessa ocupação foi responsável por discursos sobre expectativa de próximas lutas, mas não sem mais um apelo para a união e participação de todos: "Companheiros que têm medo de participar das ações, isso não pode acontecer. Não está tudo bem não, essa prefeitura que está aí, se não fosse pressão de Brasília...".

"Se vocês tiverem um amigo querendo moradia, falem só coisas boas, o medo da polícia é que mata. Os policiais nem quiseram entrar". Os policiais ainda disseram que não teriam direito de bater nos ocupantes. Ao que alguém replicou que essa não repressão teria sido somente agora, que já havia acontecido antes. Carmem respondeu que essa mudança foi ocasionada pela atual conjuntura, por isso que não daria para acomodar, era importante "estar em movimento": em se tratando de um movimento, seu nome já diria tudo.

Pediu então contribuições de todos para os novos moradores da Mauá, nem tanto de alimento, mas principalmente de material de limpeza para os mutirões. Além disso, era necessário montar várias equipes para cuidar do encanamento, luz, telhado, tirar entulho, já que era "preciso mostrar que o movimento é organizado", por um lado, e que "o imóvel não estava cumprindo sua função social", por outro.

Na reunião ampliada seguinte, no dia 05 de abril de 2007, na sede do MSTC, Solange disse que os presentes poderiam ir lá na Mauá, dar apoio e que o movimento estava se preparando para outra atividade, mas em nome da FLM, para não atrapalhar todas as negociações do MSTC. Estavam pensando em um local, mas chegou a informação de que já tinha sido ocupado.

Vê-se, assim, que o sucesso da ocupação é utilizado como exemplo para favorecer a coletivização dos integrantes do movimento em futuras ações, além de representar uma maior preparação do movimento. Por outro lado, a Mauá foi fruto de maior respeito adquirido pelo movimento o que ocasionou abertura de negociação quase imediata e a não repressão da polícia, contrariamente ao que costumava ocorrer, quando esse tipo de atividade era fortemente reprimido sem qualquer canal de negociação com

o poder público. Só que isso também revelou uma outra articulação do MSTC, dessa vez com a FLM. Percebe-se, como já visto anteriormente, que as fronteiras entre os dois movimentos são fluidas e situacionais, uma vez que nessa situação específica as famílias do MSTC devem se apresentar enquanto FLM, como estratégia política de negociação com o poder público.

Em relação ao proprietário, ao contrário do que aconteceu na Prestes Maia, ele não lavrou o boletim de ocorrência, nem entrou com pedido de reintegração de posse até o término do meu trabalho de campo, o que foi responsável por uma configuração muito distinta.

2.2.2 Relações entre os três movimentos

Obviamente que há muitas aproximações da conformação do controle interno da ocupação Prestes Maia com o da Mauá. No entanto, na primeira ocupação, devido ao campo condicionado pela iminência de despejo, acabei por privilegiar outras questões para a realização da etnografia, principalmente trajetórias e elaborações identitárias de seus moradores, a rede de relações no subsolo e o processo de atendimento de suas famílias. Já na Mauá, pude realizar observações mais atentas sobre o cotidiano, aprofundando as relações entre essa dimensão e a dimensão política das práticas do MSTC. Mas essas relações se inscreviam agora em outra configuração: a convivência entre três movimentos de moradia numa mesma ocupação. Neti assim explicou como se deu o início da articulação entre os movimentos:

> Bom, a gente do MSTC, uma parte das famílias que estão aqui eram atendidas pelo programa do Bolsa Aluguel. O Bolsa Aluguel, conforme ele foi terminando os contratos, não tinha renovação de contratos e a maioria das famílias estava correndo risco de ser despejadas. Só que as famílias, ou até mesmo a própria demanda do MSTC, não acreditavam, de repente, que esse imóvel daria certo na verdade. Então, não queria vir porque 'Poxa, eu vou ocupar meia noite e vou sair meia noite e meia. Eu vou para a rua de qualquer jeito'.
> Sabe aquelas pessoas que viveram no movimento há muitos anos e ainda não aprenderam? A gente teve aí uma parcela de famílias assim. Aí eu fiz um apanhado, dava mais ou menos 90, 100 famílias para ocupar aqui. Só que 100 famílias não seguravam, não seguravam. 100 famílias, eu digo, o titular que vinha: 100 pessoas. Então, eu chamei o Nelson, eu falei 'Nelson, eu estou precisando fazer uma ocupação e quero saber se eu posso contar com seu apoio'. Ele disse: 'Pode contar com meu apoio'.

> As famílias, até então, as do Nelson vinham: 'Olha, inclusive, eu estou com umas 10 famílias que estão precisando e pode contar com meu apoio que a gente vai com um número de famílias, mas dez, se der certo, vão ficar'. Então, está bom.
> Aí, conversamos com o Hamilton, eu chamei o Hamilton para uma conversa.

Assim, a ocupação localizada na Rua Mauá teve seus andares divididos entre os três movimentos. As famílias do MTSTRC ficaram com o primeiro e segundo andares enquanto o MSTC ocupou o sexto, quinto e quarto andares e parte do terceiro; esse último foi compartilhado por algumas famílias do MMRC. O salão onde funcionou a cozinha comunitária no dia da ocupação se tornou inicialmente um espaço de sociabilidade interna para realização de festas, como bailes funk para os adolescentes, mas depois algumas famílias do MMRC, que haviam sofrido despejo de uma outra ocupação, construíram "barracos" nesse espaço. Os moradores do prédio perfaziam um total de aproximadamente 120 famílias.

A entrada do prédio dava em um corredor por onde se tinha acesso a um pátio interno. O prédio se elevava em torno desse pátio, o que tornava cada andar um amplo corredor em forma quadrangular. Assim, os andares eram maiores do que na Prestes Maia, o que justificou a atuação de mais coordenadores por andar[77].

Ao contrário de Hamilton e Nelson, Neti foi morar na ocupação por também ter saído de um dos imóveis sem renovação do Bolsa Aluguel. Ela acabou por se tornar a coordenadora geral da ocupação e responsável por todas as negociações sobre encaminhamentos das famílias. Segundo ela: "E as negociações, o Nelson e o Hamilton disseram: 'Olha, com questão de negociação, fica tranqüila, negocia. O MSTC pode negociar a demanda como se fosse do MSTC. O que você falar, a gente assina embaixo'".

Tem-se, assim, outro exemplo de como as fronteiras entre os movimentos não são estanques; nas situações de negociação todas as famílias, independente do movimento do qual fazem parte, são consideradas como sendo do MSTC. Há uma construção de uma coletividade sob uma mesma rubrica com finalidades políticas. Por outro lado, o foco nas relações observadas na ocupação foi responsável por vislumbrar a conformação de algumas fronteiras responsáveis pela atribuição de sentidos aos diferentes movimentos.

[77] Com exceção dos andares coordenados pelo MTSTRC, que contavam com apenas um coordenador para os dois, os demais tinham uma média de três coordenadores.

Se já havia o desafio de coletivizar as famílias na ocupação Prestes Maia mesmo com todas as famílias pertencendo ao MSTC, agora a coordenação geral de Neti implicava um desafio que muitas vezes era entendido por ela como um desafio maior, no sentido de fazer com que famílias de três movimentos obedecessem às regras.

Foi possível observar, e muitos relatos comprovaram, que havia uma maior afinidade entre a coordenação do MSTC e do MMRC. Neti e coordenadores destes dois movimentos, por diversas vezes, queixaram-se de que o MTSTRC "não falava a mesma língua" que eles. Ou seja, a alteridade mais acentuada em relação a esse outro movimento se definia por dificuldades de comunicação. Um episódio em particular era sempre usado como exemplo dessa incomunicabilidade. Neti assim me relatou:

> Há um tempo atrás, a gente puxou aqui água, o MSTC, a equipe de manutenção do MSTC, puxou água, puxou luz e a água vinha muito pouquinho, então a gente ficava semanas sem água, vinha trinta minutos e ia embora.
> Aí, eles descobriram um ponto que mandava só para o primeiro e segundo andar, então ficou aquela indiferença. Sabe? Ficou uma coisa muito chata, constrangedora.
> Só que a gente continuava pagando o cara da Eletropaulo que vem buscar dinheiro aqui todo mês e a luz era pra todos.
> Aí, numa assembléia aqui para discutir questões internas, uma coordenadora falou: 'Não, vem cá, já que o MSTC está pagando a luz, é pra todos, porque a água não tem que ser para todos?' Vamos descer lá e decidir agora com as famílias.
> Chamaram uma assembléia extraordinária, na qual ele desceu, ele falou que não era mesmo para ter a água.
> Só que aí depois ele viu que o povo estava revoltado mesmo, aí ele abriu mão da água. Agora tem água pra todo mundo, não falta água para ninguém. E ele queria individualizar tudo, as participações.
> O MSTC e o MMRC faziam uma assembléia para discutir o prédio, ele fazia outra separada para discutir o prédio, então não estava dando certo.
> E para mim, assim, foi uma experiência que se for pra ter uma outra, eu sei quem são os companheiros com quem eu posso contar. Por exemplo, o MMRC, eu posso contar.

A expressão "individualizar tudo" elucida a dificuldade de coletivizar. Freqüentemente outra forma de se referir a essa individualização era afirmar que Hamilton "não pensava no coletivo" da ocupação. Por outro lado, esse mesmo episódio da água, se foi acionado para aludir à dificuldade de coletivização de todos os moradores a partir de uma acentuada alteridade com o Hamilton e seu movimento que implicava uma não compatibilidade de interesses, também foi considerado como uma baliza de mudança das relações. A partir daí, o nível de entendimento melhorou um pouco, apesar de Hamilton continuar sendo considerado como mais afastado dos

interesses dos outros dois movimentos. Uma coordenadora do MMRC, por exemplo, disse que com o MSTC a relação era aberta, ao contrário da relação com o Hamilton já que ele tinha suas próprias regras. Segundo ela "a relação com Hamilton não é amigável, é burocrática", já que se daria sempre através de seu coordenador na ocupação. Já as regras do MSTC seriam "praticamente as nossas".

As relações do MSTC e do MMRC com o coordenador do MTSTRC na ocupação eram tidas como melhores do que com Hamilton, o que posteriormente é que foi responsabilizado por uma maior abertura de entendimento interno no respeito às regras.

Por outro lado, em entrevistas e conversas iniciais com as famílias do MSTC e MMRC, elas tendiam a dizer que ali todos eram iguais já que a "luta" seria a mesma. No entanto, no cotidiano foi possível perceber que essa separação de regras e de decisões das famílias do Hamilton, moradoras dos primeiro e segundo andares, foi responsável muitas vezes por um certo isolamento de suas famílias e do acionamento de uma certa carga estigmatizante em relação a eles, que eram tratados pelas outras famílias como diferentes e mais desorganizados.

Outra maneira de estabelecimento de fronteiras entre os três movimentos era a identificação de cada morador pelo seu coordenador. Assim, raramente era dito que alguém era do MSTC ou MTSTRC, mas sim "da Neti" ou "do Hamilton"; da mesma forma as expressões "pessoal da Neti", "pessoal do Nelson" e "pessoal do Hamilton" eram comumente utilizadas pelos moradores como marcadores de diferenciação entre os três conjuntos de famílias. Percebe-se, assim, o papel fundamental do coordenador para a atribuição de sentido para os movimentos enquanto coletividades.

2.2.3 Reuniões da coordenação

Uma importante atividade para se pensar não só a organização interna como a articulação entre os três movimentos era a reunião da coordenação. Na ocupação Prestes Maia não pude participar dessas reuniões, o que torna pertinente sua descrição etnográfica na Mauá, de forma a ilustrar como se dá o processo de elaboração, discussão e implementação das regras internas da ocupação.

As regras de controle interno não diferiam muito da Prestes Maia. Além da coordenação composta por coordenadores dos seis andares do prédio, havia rodízio de

limpeza e controle de entrada e saída, o que não impedia que as reuniões de coordenação se dessem no sentido de discutir essas regras e formas de impedir desrespeitos a elas.

As reuniões costumavam acontecer às terças-feiras, às 21 horas, num salão[78], mas não regularmente, pela impossibilidade de conciliar os horários de todos os coordenadores. Muitas vezes elas só ocorriam quando havia a necessidade de resolver assuntos urgentes.

Numa das reuniões a que assisti, no dia 11 de março de 2008, foi colocada em pauta o controle na portaria. De acordo com uma das coordenadoras, embora estivesse pressuposta a necessidade de controle de entrada e saída, este não estava ocorrendo, o que deixava a ocupação "muito exposta". Segundo ela, a entrada ou saída deveriam se dar somente para atividades importantes como trabalho ou, no caso das crianças, ir à escola. Assim como estavam tendo casos de pessoas que estavam entrando "embriagadas" e com visitas, o que não poderia ocorrer.

A portaria era controlada por três pessoas em três turnos de oito horas e que recebiam um salário por seu trabalho. Uma mulher que atuava como porteira me disse que o critério para seleção dos porteiros, era ter "pulso firme" para evitar a entrada de pessoas sem identificação e bêbadas, por exemplo, e para evitar a saída de crianças e adolescentes sem autorização dos pais. Em muitas oportunidades em que eu permaneci na portaria pude observar a atitude incisiva com que os porteiros impediam a saída das crianças, às vezes mandando-as voltarem. Crianças só poderiam sair, mesmo para a escola, ou acompanhadas dos pais ou com autorização escrita destes. Havia um caderno na portaria em que os visitantes deveriam escrever seu nome e o apartamento para o qual estavam indo e mostrar um documento de identificação. Na portaria era possível observar o seguinte aviso:

> Atenção
> Está extremamente proibido:
> A entrada de visita depois das 22 hs, a entrada de bebida alcoólica, e pessoas que já foram excluídas.
> Ass: Coordenadores (não insistam)
> [nomes de todos os coordenadores dos três movimentos]

[78] Espaço onde se realizavam as reuniões, assim como algumas festas. Com o fechamento do salão inicial para a construção dos barracos dos novos moradores, esse outro salão, que costumava ser uma loja agora abandonada, passou a ser o espaço prioritário para essas atividades.

Mas as atitudes dos porteiros não impediram que problemas em relação ao controle da portaria fossem discutidos nessa reunião. Alguns dias antes, um casal não residente na ocupação havia entrado e o homem agrediu severamente a mulher, o que provocou a necessidade de criação de formas de controle a fim de evitar esse tipo de situação.

A dinâmica da reunião se caracterizava pela discussão dos assuntos em pauta, com propostas e encaminhamentos a partir da mediação de Neti. Assim, a discussão sobre a portaria, após outros exemplos a serem evitados, contou com algumas propostas. Neti disse que caberia aos coordenadores falar para os moradores que o controle da portaria era para sua própria segurança, "segurança conosco mesmo". Foi discutido que sem apresentação de documento na portaria, a entrada não seria permitida. Uma outra coordenadora sugeriu a confecção de crachás de identificação numerados para as visitas usarem enquanto estivessem no interior da ocupação já que segundo outra coordenadora a permanência do documento na portaria seria ilegal. Mesmo assim, muitas histórias foram contadas de pessoas que se negavam a mostrar o documento para o registro no caderno da portaria.

Segundo Manoelzinho, coordenador do MSTC e da ocupação, o porteiro também deveria ficar responsável de pegar o crachá de volta para dar baixa, a fim de evitar o que ocorria na Prestes Maia, onde muitas vezes o porteiro ficava procurando a visita quando esta já havia saído ou o contrário, depois das 22 horas a visita ainda não havia ido embora e, por falta de controle, não se sabia disso.

Ele deu mais um exemplo de um morador que brigou com o porteiro por este ter reclamado que ele estava sem camisa, e teria dito que era ele quem pagava o salário dos porteiros e que estes não tinham o direito de interferir. Foi dada uma orientação de que qualquer briga como essa, entre moradores e porteiros, a solução deveria se dar na coordenação. O morador deveria sofrer uma "advertência verbal" e caso repetisse, poderia pagar uma multa. Na Prestes Maia, a coordenação fazia a advertência de qualquer desrespeito às regras por escrito, e se o morador não comparecesse à reunião da coordenação ele seria punido.

Neti também perguntou se advertência aos moradores funcionaria de fato. Propôs que após três advertências o morador fosse excluído. Manoelzinho complementou que assim como em qualquer outra moradia, o visitante tem que "obedecer às regras da casa". Neti ainda aludiu ao fato de que ouvia muitas pessoas afirmando que nunca morariam numa ocupação já que pareceria "uma prisão" devido a

suas regras rígidas. Reafirmou que as visitas podem prejudicar o morador, causando sua exclusão, e o porteiro, assim "tem que bater o pé, sem medo".

Em outro momento em que eu estava na portaria, após essa reunião, o porteiro cobrou o documento de identificação de um visitante que retrucou, visivelmente contrariado, de que essa atitude seria um desrespeito ao seu "direito cívico" e que o porteiro não era policial. Neti desceu logo depois, o porteiro foi lhe comunicar sobre o ocorrido; Neti disse que nem sabia porque ele estava contando aquilo para ela, pois já havia sido tirado na reunião da coordenação que a atitude deveria ser essa mesma: só deixar subir após mostrar o documento. Concluiu dizendo que ele não devia ter deixado a pessoa subir.

Na reunião, houve também a proposta de que os moradores viessem pegar suas visitas na portaria a fim de evitar que desconhecidos entrassem. Assim, houve uma divisão de tarefas para que alguns coordenadores se responsabilizassem pelo levantamento da viabilidade de implantação de interfones para comunicação entre a portaria e os andares. Dois orçamentos diferentes deveriam ser levantados, quatro interfones para os corredores de cada andar, o que já havia funcionado em outra coordenação; e um interfone por apartamento. Uma das coordenadoras do MSTC propôs ver quantos apartamentos eram desse movimento, ao que Neti a repreendeu dizendo "você não está entendendo, aqui não é MSTC, não pode colocar só do terceiro andar para cima", o que mostra o esforço de coletivizar os moradores independente do movimento do qual fazem parte.

Manoelzinho ainda deu a idéia de que a "juventude" coletasse os nomes dos moradores. A "juventude" era a reunião de todos os jovens interessados a partir de 14 anos que moravam na ocupação. De acordo com uma de suas coordenadoras, suas reuniões semanais, além de discutir atividades de lazer e oportunidades do primeiro emprego, serviam para "instruir a juventude sobre a luta por moradia" já que elas só estavam ali pelos pais. A juventude se faria necessária para passar essa instrução "de um jeito mais interessante, para atrair os que não se interessam pelas reuniões normais"[79]. Segundo Manoelzinho, a juventude tinha que "começar a fazer isso aí, a gente tem que

[79] Também havia a juventude do MSTC e da FLM reunindo os jovens desses diferentes segmentos de maneira cada vez mais inclusiva. Janaína e Fernanda, coordenadoras da juventude da Mauá, por exemplo, participavam, junto com jovens de outros grupos de base do MSTC, da juventude deste movimento que por sua vez participava da juventude da FLM junto com jovens dos outros movimentos que dela faziam parte.

botar na cabeça dessa molecada que eles é que têm que tocar isso aqui", realçando a importância da participação ativa também dos jovens.

Em relação à limpeza, uma coordenadora disse que "a limpeza interna está terrível", o que acarretava a necessidade de se convocar uma assembléia. Esta funcionava, assim, como uma atividade coletiva envolvendo todos os moradores a fim de que houvesse a transmissão das regras e a importância da obrigatoriedade do seu cumprimento. Na ocupação, havia mutirão de limpeza no prédio aos domingos, quinzenalmente ou semanalmente, a depender da necessidade. A faxina nos andares se dava todos os dias, mas diferente da Prestes Maia, o rodízio de limpeza contava com mais pessoas para dar conta da maior extensão do andar, duas pessoas por corredor, perfazendo um total de oito pessoas nos quatro corredores.

Na reunião, Neti disse que gostaria que os outros andares seguissem o exemplo da coordenadora do quarto andar, Sônia. Quando um novo morador se mudava para o andar, ela já passava para ele seu dia específico de limpeza e o banheiro que deveria usar. Coletava contribuições dos moradores para a compra da cera e ela mesmo encerava, para não estragar o piso.

Jilânia, coordenadora do MMRC, queixou-se de que no seu andar, o terceiro, isso não iria dar certo, já que ninguém contribuía para a limpeza. Assim, Neti encaminhou três possibilidades de propostas: mutirão de limpeza, cobrança a mais no condomínio para material de limpeza ou "troca de experiências", como Sônia ajudar Jilânia a cobrar a cera no terceiro andar.

Para elucidar o processo de encaminhamento das decisões também foi interessante registrar a preparação para a festa de comemoração de um ano da ocupação. Foi feita a proposta de uma assembléia com todos os moradores com um grande bolo, refrigerantes e que se cantasse parabéns. Com isso, foram definidas "comissões" entre os coordenadores, que se ofereciam para cada aspecto necessário para a realização da festa como a feitura do bolo, a organização do salão, copos, compra de refrigerante e controle das despesas.

Além das discussões em torno da organização e controle internos, um outro tema discutido nessa reunião foi a formação de um time de futebol dos moradores da ocupação. Um dos moradores havia comunicado que já estava quase tudo certo, inclusive uma loja de calçados vizinha à ocupação talvez patrocinasse o time. Foi sugerida a tentativa de montar um campeonato para que todas as outras associações montassem times. Neti afirmou que "a nossa luta não é só por moradia", mas também

por busca de conhecimento, troca de experiências, conhecer outros companheiros e por lazer e esporte. O campeonato seria uma oportunidade para se conhecer outros "companheiros", como os da zona leste e, assim, evitar o isolamento e fortalecer a luta.

Apreende-se, a partir da descrição dessa reunião, que embora houvesse divergências e alteridades entre os movimentos, nesse momento houve uma ressonância na discussão e propostas entre os coordenadores, o que não se deu sem um esforço de Neti de deixar claro que todas as decisões deveriam ser aplicadas para todos os moradores independente do movimento.

Nessa reunião, assim como pelos relatos da articulação entre os movimentos, ficou clara a hierarquia interna liderada por Neti que ainda que houvesse uma queixa da individualização inicial de Hamilton, acabava por ser a principal pessoa nas decisões internas, além das decisões referentes ao processo de negociação.

Porém, em outra reunião da coordenação ficou claro que a segmentação interna condicionada pela convivência entre os três movimentos influencia igualmente as relações internas da coordenação. Neti alertou sobre a necessidade de se fazer uma avaliação dos coordenadores dos andares, mas deixou claro para os coordenadores do MMRC e MTSTRC que seria uma avaliação "só do nosso pessoal".

A avaliação transcorreu, inicialmente, priorizando os problemas dos andares coordenados pelo MSTC, como limpeza, reparos necessários, necessidade de pequenas reformas, possível proibição de criação de animais domésticos e sempre comparações com a Prestes Maia e de como lá algumas medidas deram certo e como poderiam ser replicadas na Mauá. Neti reclamou que estaria havendo uma perda do foco, já que se tratava de uma avaliação da coordenação e não dos problemas dos andares. A partir daí, cada coordenador realizou uma auto-avaliação.

Neti avaliou que os coordenadores estavam "deixando a desejar" e reclamou da ausência dos coordenadores da manutenção na reunião. E se queixou de que estava sentindo falta do apoio de algumas coordenadoras que sempre haviam sido próximas. Em relação a uma em especial, disse que estava se afastando da associação, não participando das reuniões na sede do MSTC, ao que ela se justificou dizendo que sua ausência foi devido a problemas pessoais. Neti, nesse momento, afirmou que precisava delas e chorou muito, disse que estava muito magoada, sentindo-se sobrecarregada por ter que coordenar tanto a ocupação como o MSTC e todas as negociações em relação às suas famílias.

Manoelzinho também se disse muito triste, mas após essa avaliação apenas das coordenadoras do MSTC, deu parabéns ao coordenador interno do MTSTRC, pois percebeu que podia contar com ele. O coordenador afirmou que realmente queria "ser um corpo só" e disse que havia pessoas nos primeiro e segundo andares que queriam ser independentes e que diziam que era com o Hamilton que se tinha que resolver; mostrou-se irritado por não ser respeitado como coordenador para essas pessoas. E os outros coordenadores o apoiaram, contestando essa atitude que poderia prejudicar o prédio inteiro.

Outra discussão logo em seguida foi justamente no sentido de coletivizar as diferenças entre as diferentes coordenações. Manoelzinho propôs uma revisão geral com detalhes técnicos no prédio, ao que Neti ressaltou diretamente para o coordenador do MTSTRC que seria para o prédio inteiro. Uma coordenadora do MSTC até inclusive concluiu: "Não é um coletivo só? Então tem que ser o mesmo coordenador de manutenção para todos".

Vê-se, assim, como o processo de coordenação da ocupação Mauá dessa vez contava com outro tipo de articulação muito distinta da Prestes Maia envolvendo três movimentos e o esforço de coletivizar essas diferenças, contestando as práticas consideradas individualizantes ou independentes. O prédio teria que ser "um corpo só", "um coletivo só", para que todas as famílias fossem beneficiadas. Mas essa união se dava a partir da coordenação geral de Neti o que nos leva mais uma vez a reafirmar como essas fronteiras são fluidas e podem ser dissolvidas situacionalmente a partir de finalidades específicas como o bem estar de todas as famílias e o processo de negociação a partir do controle interno da ocupação.

A coordenação de Neti, fortemente legitimada entre os moradores com quem travei contato, os do MSTC e do MTSTRC, podia ser apreendida a partir das crianças que sempre me diziam quais seriam as regras "de verdade", como o horário exato de recolhimento já que Neti havia dito[80]; muitos moradores também usavam expressões como "verdadeira mãe", diziam que com ela as coisas acontecem e muitas outras narrativas indicavam uma acentuada legitimação de sua liderança.

[80] As crianças da ocupação mereceriam um capítulo à parte. A partir delas, pude obter um conhecimento mais amplo da ocupação, de suas regras, das relações de vizinhança e observações muito interessantes sobre o cotidiano. Elas conheciam praticamente todos os moradores e estavam sujeitas muito intensamente ao controle dos coordenadores. Durante meu trabalho de campo coletei muitos dados com foco nas crianças, mas que infelizmente saem da proposta deste trabalho e terão que ficar para um outro momento.

Esse capítulo pretendeu ilustrar a conformação do cotidiano das famílias integrantes do MSTC a partir da etnografia de duas ocupações. O controle interno é tido como fundamental não só para o bem estar das famílias, mas como para favorecer as negociações. No próximo capítulo, focarei na outra configuração relacional fundamental para se pensar o processo de significação do MSTC enquanto coletividade: as relações com o poder público.

CAPÍTULO 3: O atendimento às famílias da ocupação Prestes Maia: relações do MSTC com o poder público

O MSTC ocupou o prédio na Avenida Prestes Maia por mais de quatro anos. Durante esse período, as diferentes instâncias do poder público dividiram-se quanto à reintegração de posse ou à desapropriação do imóvel. A partir do acesso a diversos documentos, pude acompanhar o desenrolar do processo de despejo ao longo desse período, bem como as diferentes posições no interior do poder público, tendo em vista as diferenças e complementaridades entre suas esferas municipal, estadual e federal.

Esse acompanhamento veio a reforçar ainda mais a proposta analítica de não se considerar os movimentos de moradia unicamente como contraponto dicotômico ao poder público, já que este poder possui diversas instâncias que interagem com o movimento, algumas de forma até mesmo conciliadora, chegando a convergir com as demandas do MSTC. Tal constatação torna pertinente um enfoque analítico a partir das múltiplas articulações entre os dois. Impossível dissociar a configuração relacional do MSTC com o poder público sem considerações sobre as relações internas que também significam o MSTC enquanto sujeito coletivo. Por isso, concomitantemente à análise etnográfica de como esse processo de atendimento lança luz às relações entre o MSTC e o poder público, será analisada a articulação dessas relações no processo de coletivização das famílias.

3.1 As ameaças de despejo

Faz-se necessário um pequeno balanço do processo de encaminhamento da reivindicação dos proprietários do imóvel de reintegração de posse, a resistência do movimento em permanecer no local até que suas demandas fossem atendidas e os conflitos e negociações originados a partir daí. Tive acesso a documentos dos anos de 2003 e 2006, mas as tentativas de reintegração e as contínuas revisões do processo continuaram durante todo o período da ocupação e, desse modo, o despejo foi uma ameaça recorrente. A análise do processo nesses dois anos específicos torna-se particularmente interessante do ponto de vista comparativo, pois os dois períodos se referem a diferentes gestões municipais da cidade de São Paulo, com distintas articulações com os movimentos de moradia. Em 2003, era a gestão de Marta Suplicy,

do PT, e em 2006 passou a ser a gestão PSDB-PFL, iniciando-se com José Serra (PSDB) e, atualmente, tendo à frente Gilberto Kassab (ex-PFL, agora Democratas).

Os proprietários entraram na justiça com o pedido de reintegração de posse no início de 2003. Em 12 de março daquele ano, o então juiz da 25ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo expediu a ordem de reintegração, uma vez que o imóvel estaria "sendo reiteradamente invadido", com as seguintes instruções:

> Expeça-se mandado de reintegração de posse. Requisite-se auxílio de força policial. Oficie-se à Prefeitura Municipal da Capital para que acompanhe o cumprimento da medida e, se o caso, disponibilize o necessário aos invasores. Citem-se as pessoas indicadas na inicial, certificando-se o nome de outros eventuais responsáveis pela invasão[81].

Nesse caso, a ordem judicial trata a ocupação somente pelo seu caráter ilegal, considerando os moradores infratores e propondo como punição o imediato despejo. Não está em pauta o encaminhamento dessas famílias para qualquer programa habitacional e nem o destino das mesmas, uma vez despejadas. Ainda que o juiz fale em "disponibilidade do necessário" para os moradores, não há nenhuma especificação à solução dos problemas de habitação dessas pessoas. A classificação dos moradores enquanto "invasores" e da ocupação enquanto "invasão" deixa bem claro alguns conflitos em torno das práticas dos movimentos. Enquanto estes usam o termo "ocupação" para legitimar suas ações e elucidar o fato de que eles buscam soluções para suas demandas, muitos setores do poder público e a própria imprensa tendem a usar a expressão "invasão" para denotar meramente o caráter ilegal dessas ações e deslegitimar a reivindicação por moradia desses movimentos sociais.

Em resposta a essa ordem judicial, há um ofício do então Secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano da gestão municipal de Marta Suplicy, Paulo Teixeira, determinando o cancelamento do despejo, argumentando o que segue:

> Os imóveis reintegrados estavam abandonados há alguns anos pelos proprietários, o que ensejou sua atual ocupação por cerca de 250 famílias, ou aproximadamente 1000 pessoas, inclusive inúmeras crianças, que não tinham onde se abrigar face ao candente problema habitacional que atualmente aflige grandes contingentes populacionais urbanos.
> Tendo conhecimento do problema esta municipalidade está apoiando negociações entre os proprietários do imóvel e a Caixa Econômica Federal – CEF, objetivando o seu arrendamento para os atuais ocupantes, com utilização do PAR – Programa de Arrendamento

[81] Conclusão da Possesórias em Geral (Reintegração, Manutenção, Interdito), relativas ao Processo nº 000.03.018530-0. Fl. 37/42. São Paulo, 12.3.2003.

> Residencial, destarte solucionando o litígio de modo menos dramático para estes e também sem causar prejuízo para os proprietários[82].

Tal argumentação apresenta um caráter muito distinto da determinação judicial anterior. Mesmo sendo originária do poder público, esse ofício reflete uma certa sensibilização com o problema de moradia dessas pessoas de baixa renda e propõe uma solução a partir do atendimento por um programa habitacional. Ainda assim, a proposta se pretende conciliadora com os interesses dos proprietários.

Posteriormente, a mesma Secretaria Municipal, em outro ofício[83], decreta o imóvel de interesse social para desapropriação através do decreto nº 43.729 (publicado no Diário Oficial do Município no dia 6 de setembro de 2003), afirmando que estaria elaborando e contratando projeto de viabilidade técnica para que as famílias fossem atendidas pelo PAR. Anexado ao ofício, estava uma cópia do supracitado Diário Oficial em que não só esse imóvel, mas vários outros na área central eram decretados de interesse social.

Tal postura se constitui enquanto importante reflexo das articulações entre os movimentos de moradia e a gestão Marta Suplicy em relação à questão de moradia popular. A partir dessa gestão, houve a abertura de canais de interlocução com os movimentos, com o intuito de contemplar a questão da habitação. Logo no início do mandato da prefeita, por exemplo, foi lançado o Programa "Reconstruir o Centro", com propostas de intervenção nessa região. Entre elas, havia a proposta "Morar Perto" que inicialmente propunha ações integradas nas centralidades da cidade e não apenas na região central da cidade (MARQUES; SARAIVA, 2005). Posteriormente o programa Morar Perto foi reduzido para essa região específica e passou a se chamar "Morar no Centro", que incluía diversos programas e iniciativas, tais como Locação Social, Intervenção em Cortiços, Perímetros de Recuperação Integrada do Habitat (PRIHs) e Bolsa Aluguel (MARQUES; SARAIVA, 2005 e FCV, 2006).

A articulação do Programa "Morar no Centro" foi realizada, a partir de 2004, pela Ação Centro, subordinada à Emurb, e envolvendo muitas secretarias na sua

[82]OFÍCIO do Secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano Paulo Teixeira para o Juiz de Direito da 25ª Vara Cível do Foro Central da Capital, nº 469/SEHAB-G/2003. Prefeitura do Município de São Paulo/Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano/Superintendência da Habitação Popular – HABI, 6.6.2003.

[83]OFÍCIO de André Isnard Leonardi, respondendo pelo expediente da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, para o Juiz de Direito da 25ª Vara Cível do Foro Central da Capital, nº 834/SEHAB-GABINETE/2003. Prefeitura do Município de São Paulo/Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano/Gabinete do Secretário, 24.10.2003.

execução. De acordo com o Dossiê do FCV (2006), o programa Ação Centro previa cerca de 130 iniciativas a partir de um financiamento de 100 milhões de dólares do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). "Uma parte importante dos recursos deste programa, ainda que muito reduzida (cerca de 15%), estava prevista para o investimento em projetos de Habitação de Interesse Social (HIS) na região central" (FCV, 2006: 22).

As ações do Morar no Centro que interessam mais de perto essa pesquisa foram os programas Bolsa Aluguel e Locação Social. O primeiro, como já citado no segundo capítulo, atendeu muitas famílias no centro de São Paulo, inclusive do MSTC. Instituído pela resolução CMH número 4 de 30 de janeiro de 2004, o programa oferecia um valor de 300 reais para famílias de baixa renda alugarem um imóvel por um prazo de 30 meses, já o Programa Locação Social (Resolução nº 23/2002) visava atender pessoas com rendimentos de até três salários mínimos a partir de pagamentos, em imóveis construídos pela prefeitura, de no máximo 15% da renda mensal de cada família.

Ainda segundo o Dossiê (FCV, 2006: 22), "O programa Morar no Centro consistiu em uma forma de intervir no centro por meio da ampliação do uso residencial dessa área da cidade, com a construção ou a melhoria de alguns imóveis para famílias de baixa renda". Os recursos estipulados para as intervenções, além do BID, contavam com investimentos do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) através da Caixa Econômica Federal e do Fundo Municipal de Habitação (FMH). Em relação à discussão da aplicação dessa última fonte de recursos, a gestão da Marta Suplicy instituiu um até então inexistente canal de interlocução institucional com os movimentos de moradia que foi a criação do Conselho Municipal de Habitação através da Lei nº 13.425/02. Tal conselho passou a ser composto por 48 integrantes, "englobando o conselho do FMH e tendo composição paritária entre representantes do governo, dos movimentos de habitação e da sociedade civil" (MARQUES; SARAIVA, 2005: 287).

Há uma certa divergência entre as duas obras citadas em relação ao FMH, ao passo que o Dossiê (FCV, 2006: 22) afirma que foi durante essa gestão em que o fundo foi criado, Marques e Saraiva (2005: 286) afirmam que só houve uma flexibilização das regras do FMH "para permitir investimentos a fundo perdido para unidades habitacionais (Resolução nº 23/2002), sendo os subsídios contabilizados em uma conta especial para racionalização da gestão".

Independente do período exato de criação do FMH, o que nos importa mais de perto é a configuração durante a gestão de Marta Suplicy de um contexto de abertura de

diálogo com os movimentos, a partir de sua integração na discussão da aplicação do FMH. Outro fator que comprova essa composição com a prefeitura foi a constituição da Comissão de Estudos sobre Habitação na Área Central[84], formada, dentre outros, por representantes da prefeitura e dos movimentos de moradia para a elaboração conjunta de propostas para a questão da moradia.

Porém, é necessário afirmar que durante a gestão Marta a questão da moradia popular acabou por ser timidamente contemplada, como ilustra o fato de que os objetivos expostos no ofício de imóveis decretados de interesse social nunca foram concretizados. Além do Bolsa Aluguel, o programa de Locação Social só contou com duas iniciativas concretizadas até o término da gestão: 486 unidades para moradores da Favela do Gato e 137 unidades no Conjunto Residencial Olarias[85].

Como vimos, o programa inicialmente intitulado "Reconstruir o Centro" também passou por várias mudanças, com uma redefinição de prioridades, incluindo a aplicação de recursos do BID para a realização de projetos como a reforma arquitetônica do Mercado Municipal, visando atrair um público de maior poder aquisitivo (FRÚGOLI JR., 2005)[86].

Por outro lado, a maior convergência de interesses entre os movimentos de moradia e a gestão de Marta Suplicy era tida, por muitos dos coordenadores de diferentes movimentos, como mais favorável do que as gestões anteriores (e também a posterior), ainda que fossem criticados seus muitos limites.

Voltando às ameaças de despejo sofridas pelos moradores da Prestes Maia, o ato de decretar o imóvel de interesse social foi interpretado justamente como resultado de uma articulação positiva com a gestão de Marta Suplicy, mas que não pôde ser concretizado por problemas de documentação dos proprietários, além do cancelamento

[84]"Essa Comissão de Estudos foi constituída com o objetivo de analisar a situação da área consolidada da cidade, em particular seu esvaziamento econômico, imobiliário e populacional, e propor medidas para incrementar o uso habitacional na região, em particular no que se refere à moradia de interesse social" (CMSP, 2001:1).

[85]O empreendimento Parque dos Gatos conta inclusive com uma associação do MSTC.

[86]Já vimos como o FCV no Dossiê criticou a reduzida parcela de 15% dos recursos do BID para iniciativas de Habitação de Interesse Social, mas a crítica a essa parceria com o BID ainda é ampliada: "O Fórum Centro Vivo (FCV) participava da Coordenação Executiva Provisória da Ação Centro e seus membros sempre se posicionaram criticando a pequena parcela de recursos destinados para inclusão habitacional e social e o grande volume de recursos destinados a outros investimentos que terminariam por valorizar a região como um todo. Com relação a isso, é importante deixar claro que o FCV sempre teve uma postura bastante crítica em relação à própria concepção do programa e às exigências do BID de, por exemplo, medir o sucesso do programa como um todo por meio de indicadores de valorização imobiliária. Sabe-se que a valorização imobiliária é contraditória à manutenção da população de baixa renda por meio da reabilitação de cortiços e reforma de prédios abandonados" (FCV, 2006: 22, nota 11).

da desapropriação pela gestão seguinte. Perguntei a Neti as causas do fracasso da desapropriação do imóvel e ela assim respondeu:

> Não deu certo por uma questão assim: a Prestes Maia, ela teve um problema que o proprietário não tinha toda a documentação, o que ele tinha era uma carta de arremate de um leilão. E para tentar buscar financiamento do governo federal para reforma do imóvel, o Prestes Maia tinha que não ter nenhuma dívida. Porque, vamos supor que a gente apresenta o Prestes Maia para o governo federal, ele não pode ter nenhuma dívida, certo? Aí, dá para adquirir, fazer a compra, reformar e passar para as famílias. Mas ele tinha dívida de IPTU, está certo? E o proprietário não tinha documentação. Foi tentada uma desapropriação, tinha sido feita a aplicação do DIS, Decreto de Interesse Social, mas não deu para encaminhar por causa disso. Não tem como comprovar que o imóvel era dele. Não tinha documento e tinha que pagar um custo e ele se negava a pagar para poder ter o documento, tudo legalzinho, o Hamuche e o Eduardo Amorim.

Manoel Del Rio deixou clara a relação do decreto de interesse social com o que considera um contexto político mais favorável, contrapondo a ação da gestão de Marta Suplicy de desapropriar o imóvel e intermediar negociações para o atendimento pelo PAR à interrupção desse processo pela gestão municipal seguinte:

> Nós começamos de olho no Prestes Maia em 2000, 2001. Vou contar rapidamente, mas foi toda uma engenharia que, primeiro, ela também foi viável porque tinha a prefeitura do PT; num outro governo, não seria possível o Prestes Maia, não teria vingado como vingou o Prestes Maia (...) Então, foi toda uma engenharia que foi se fazendo, que culminou na desapropriação do Prestes Maia, né? No período da Marta.
>
> *Teve mesmo a desapropriação?*
>
> Teve o DIS, que chama. Decreto de Interesse Social. E ele só não foi desapropriado mesmo, porque o seguinte: o proprietário devia aqueles impostos e então para você desapropriar, você só pode desapropriar na justiça. Então, a prefeitura queria pagar os 2 milhões que ele queria, só que o juiz mandou depositar sete milhões, que era o valor do imóvel. Só que a prefeitura não queria fazer isso porque ele devia cinco de IPTU. Então ficou nessa pendenga, nesse litígio jurídico com a prefeitura e coisa. Aí, a Marta perdeu, o Serra assumiu e cancelou a desapropriação. Porque ia rolar, ia correr na justiça até se chegar a um acordo. Eu falo para o pessoal que nós ganhamos o Prestes Maia na política e perdemos também na política.

Com o fim da possibilidade de desapropriação, o pedido de reintegração de posse continuou em processo, envolvendo diversos setores do poder público, como a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, a Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital

do Ministério Público do Estado de São Paulo, instituições responsáveis por programas habitacionais como a COHAB, além da polícia militar, dentre outros. Os proprietários do imóvel prosseguiram exigindo o direito à reintegração de posse, ao passo que a coordenação do MSTC, através de apoiadores e uma assistência jurídica, continuou a reiterar recursos de adiamento do despejo enquanto o encaminhamento das famílias para programas habitacionais não fosse definido.

No ano de 2006, por exemplo, foi elaborada uma carta que ilustra uma importante articulação da rede de relações dos movimentos de moradia. Referente ainda ao mesmo processo, o documento em questão foi redigido por Cíntia Beatriz Müller, representante do COHRE – Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos[87]. O assunto da carta é assim explicitado:

> Da inconstitucionalidade do uso de força policial e da desocupação forçada como forma de solução do conflito fundiário. Solicitação de abertura de negociações e mediação do conflito fundiário urbano com a intervenção do Sr. Dr. Juiz de Direito Carlos Eduardo Fontacini da 25ª Vara Cível do Fórum Central de João Mendes, da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Ministério da Justiça, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, da Prefeitura de São Paulo e do Governo do Estado de São Paulo para evitar que pessoas de baixa renda venham a ser despejadas sem acesso à moradia adequada[88].

Escrita em resposta à nova ordem de despejo, a carta faz um pedido para que o Juiz "revogue a ordem de despejo das 468 famílias que ali vivem, tomando medidas para prevenir qualquer tipo de deslocamento forçado de tais famílias, garantindo-lhes o direito à moradia e permanência no edifício Prestes Maia". Tem-se aqui uma ação de agentes externos ao movimento e não representantes do poder público. Como já dito anteriormente, pude observar que o MSTC contou durante esse período com o apoio de diversos agentes e instituições como o COHRE, o que ocasionou sucessivos adiamentos da ordem de despejo.

Essa constituição de coalizões com diferentes organizações e agentes representa uma das práticas políticas fundamentais observadas em campo e que eram sempre lembradas tanto pela coordenação como pelas famílias. Para além da "tendência federalizante" (GOLDMAN, 2006), ou seja, a reunião temporária de movimentos de

[87] O COHRE (Centre on Housing Rights and Evictions) é uma organização internacional de defesa do Direito Humano à Moradia Adequada. A autora dessa carta é representante da seção Programa das Américas, cuja sede se localiza na cidade de Porto Alegre-RS.

[88] CARTA da Pesquisadora do COHRE – Programa das Américas para o Juiz de Direito da 25ª Vara Cível do Foro Central da Capital, referente ao processo nº 583.00.2003.018530-4. Porto Alegre, 9.2.2006

moradia em oposição ao Estado, como a FLM, houve uma confluência de esforços e apoios de ONGs, professores universitários, artistas, do Fórum Centro Vivo, de setores da igreja católica e de outras religiões e muitos outros agentes e organizações. Essa coalizão foi, assim, de grande importância, se não para garantir o atendimento, ao menos para evitar as contínuas ameaças de despejo. Essas coalizões podem ser entendidas enquanto "redes movimentalistas" (DOIMO, 1995), o que também parece orientar muitas práticas de movimentos sociais urbanos, não só no Brasil, como em outros países da América Latina. Alvarez, Dagnino e Escobar (2000: 37) elencam fenômeno semelhante e que poderia ser generalizado para muitos movimentos, mas é esclarecedor dessa rede de apoio às famílias da Prestes Maia:

> Em outras palavras, as teias dos movimentos abrangem mais do que suas organizações e seus membros ativos; elas incluem participantes ocasionais nos eventos e ações do movimento e simpatizantes e colaboradores de ONGs, partidos políticos, universidades, outras instituições culturais e convencionalmente políticas, a Igreja e até o Estado que (ao menos parcialmente) apóia um determinado objetivo do movimento e ajuda a difundir seus discursos e demandas dentro e contra as instituições e culturas políticas dominantes.

Como vimos, a reivindicação inicial era a desapropriação do prédio e o conseqüente atendimento pelo PAR, que repassaria o imóvel para os moradores através de financiamento, e que durante a gestão do PT, teve uma negociação favorável nesse sentido. No entanto, a COHAB, posteriormente, realizou uma avaliação técnica e desistiu da desapropriação devido à inviabilidade econômica do seu uso para habitação de interesse social, visto que o custo final das unidades habitacionais ficaria muito acima do valor estipulado para atender às famílias de baixa renda.

A partir daí, a coordenação do MSTC continuou a negociar maneiras de obter atendimento por algum programa habitacional. Contudo, o discurso continuou sendo muito claro: eles não queriam nada de graça, queriam que as famílias tivessem o direito de comprar sua casa própria através de financiamento e o direito de morar no Centro. Sobre o fim do esforço de desapropriação pela prefeitura, Manoel Del Rio teceu uma narrativa sobre a possibilidade efetiva de transformação do imóvel em moradia popular:

> *Na Prestes Maia, por exemplo, que teve a desapropriação, mas aí acabou voltando atrás. No caso, a luta de vocês é por desapropriação, mas no caso que houvesse uma reforma também no prédio?*
>
> Tinha um projeto para 249 apartamentos. Tinha não, tem [com ênfase]. 249 ou 229 apartamentos no Prestes Maia. Era a desapropriação e a reforma. E estava fechado.
> E é possível de fazer? É. Perfeitamente possível.

Essa semana fui visitar o Hotel São Paulo. Está lá. Uma luta de cinco anos pra sair, mais de cinco. Foi 2000, [há] oito anos.
É possível? É possível. O Hotel São Paulo ficou fechado tantos anos.
O Prestes Maia é possível. O poder público, o Estado brasileiro, ele não trabalha com a população pobre, ele trabalha para 30% da população, que tem acesso a direitos, essas coisas.
Porque é possível transformar um prédio desses? Vixe, com os pés nas costas. Não só o Prestes Maia, como a Mauá.

E com valor baixo para as famílias?

Baixo. Sem dúvida. Subsídio. Hoje, por exemplo, a CDHU, ele dá o subsídio de 15 mil nos predinhos que ele faz. Se a CDHU der esse subsídio de 15 mil, você pega financiamento na Caixa de mais 30 mil, você faz o Prestes Maia e o cara paga 30 mil.
Porque também ninguém quer moradia para não pagar. Mas você pode combinar, o governo dá um subsídio e financia o resto num programa da Caixa.
Em vez de fazer essas coisas da CDHU, que eles fazem, que é um problema, que o cara compra do governo e depois pára de pagar. Sabe? Pára de pagar, aí vende para o outro, vira aquela zona.

(...)

E, então, aí o governo sabe, entende? Ele dá a contribuição dele. O governo pode fazer o seguinte, pode dar 20 mil de subsídio para essas famílias de baixa renda, dá 20 mil de subsídio, pega lá 20, 25 mil financiado do cara e vai ver como ele paga! Porque deseduca a população, esse negócio de ficar dando, dando, dando. E vai morar nas coisas do governo, aí o cara não respeita mesmo.
Então, solução tem, dinheiro tem. Você viu aquele caso, agora, absurdo da Ponte Estaiada? Aquela ponte que estão fazendo no Morumbi, Estaiada, bonita e tal. E aí retiraram a favelinha do lado lá, despejaram a favelinha, aquele drama lá e tal. Quantos milhões estão gastando naquela Ponte Estaiada? Quantos milhões essa porcaria desse Fura-Fila, que não serve para nada?
Então, o poder público tem dinheiro, mas não é para os de baixo. Então, os de baixo têm que ocupar, têm que lutar... Eu acho que lutam pouco até. Se você quer saber, minha opinião é assim. As coisas só não estão melhores porque o pessoal luta muito pouco. E luta muito pouco porque não tem agentes sociais, não tem gente organizando a população.
Os partidos... Bom, os partidos ligados à população, não tem quase nenhum. Mais é o PT que tem alguma ligação com as bases sociais, mas mesmo o PT está deixando de estimular as bases sociais; a Igreja está deixando de estimular, só rezando. Porque na população pobre, você tem que ter o agente social, o organizador, a pessoa que vê mais longe, a pessoa que fala 'você tem esse direito, vamos lá lutar por esse direito, não fique esperando'. Mas se cria toda uma ideologia da pessoa ficar esperando ou rezando. Deus vai resolver o problema. A parte espiritual, ela é importante, mas ela não pode servir de acomodação.
Então, teria que ter mais agentes sociais para estimular a população a buscar o direito.

> Dinheiro tem, o Brasil tem dinheiro, tem muito dinheiro, o poder público. É que ele não serve a população de baixo.

O diagnóstico desfavorável da COHAB contribuiu para os argumentos do Ministério Público do Estado de São Paulo em razão do despejo. Além de citar o parecer da COHAB, a Promotora de Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital, Mabel Schiavo Tucundava Prieto de Souza, já citada no segundo capítulo, argumentou a urgência de tal despejo, evocando o grave risco ao qual as famílias moradoras da ocupação estariam sujeitas. As precárias instalações elétricas, sem dispositivos de segurança, ofereceriam ameaças de incêndios, além das condições de habitação que não seriam adequadas para tantas pessoas coabitando em espaços tão exíguos[89].

De fato, as condições de habitação realmente eram precárias, mas até a maioria dos próprios moradores concordava com isso. Em vários relatos e no cotidiano, a insatisfação com tais condições era patente. A coordenação do MSTC sempre deixou muito claro que o objetivo do movimento não era que as famílias continuassem morando no prédio tal como estava, mas que ele fosse desapropriado e reformado para atender condições mais satisfatórias e, então, repassado às famílias através de financiamento. Como a COHAB elaborou um parecer desfavorável, o MSTC tentou outras alternativas durante esse período, como verbas federais ou que as famílias fossem realocadas para outros destinos.

Interessante notar que, ainda que o ofício escrito pela promotora mostre uma espécie de sensibilização com as condições de habitação das famílias, em nenhum momento ela explicita opções de encaminhamento dessas famílias. A tentativa de agendar uma data para o despejo passou por vários adiamentos e em novembro de 2006, a polícia militar pediu para que o despejo ocorresse no início de março, devido às dificuldades da ação e do grande número de pessoas envolvidas[90].

---

[89]MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Liminar de pedido de reintegração de posse redigido por Mabel Schiavo Tucunduva Prieto de Souza, 95ª Promotora de Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital. São Paulo, 9.5.2006.

[90]SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA. Polícia Militar do Estado de São Paulo. Ofício Nº 7BPMM-652/03/06 do Comandante do 7º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano ao Exmo. Sr. Juiz de Direito da 25ª Vara Cível. Assunto: Data para realização de Reintegração de Posse. Referência: Ofício nº 000385/2006-mmsdv (Processo nº 583.00.2003.018530-4/000000-000. Ordem nº 310/2003). São Paulo, 13.11.2006.

3.2 Início das negociações

Após um período de ausência desde o final de 2006, retomei o campo no dia 29 de janeiro de 2007. A partir dessa data, acompanhei mais de perto o processo que culminaria com a reintegração de posse definitiva em 15 de junho do mesmo ano. Para a análise etnográfica que realizo a partir de agora, descrevo a conformação da rede de relações em torno desse processo, com especial atenção às articulações entre o MSTC e o poder público; os diversos atores e grupos envolvidos, notadamente apoiadores de um encaminhamento definitivo para essas famílias; e as relações internas ao MSTC, pensando igualmente a construção das representações dos moradores sobre esse processo.

Inicialmente, a data marcada para o despejo seria no dia 4 de março de 2007. Roberta me disse que achava, quando retomei o campo, que tal data estava muito iminente para que houvesse um despejo de fato. A coordenação já teria iniciado um processo de negociação com a prefeitura, inclusive tendo realizado uma manifestação na Praça da Sé, a partir da qual as negociações com o secretário municipal de habitação estariam bastante favoráveis.

Em tal manifestação, Seu Severino escreveu uma faixa com os dizeres:

> Senhor juiz, pergunto ao senhor o que acha de jogar 468 famílias na rua e a biblioteca comunitária Prestes Maia com mais de 15.000 livros na rua e a escola popular Prestes Maia na rua. O senhor é contra a educação? O senhor chegou ao cargo que o senhor chegou foi através de quê?

O texto deixa por demais evidente a importância atribuída à biblioteca por Seu Severino. Por outro lado, segundo ainda Roberta, haveria "muita gente" ajudando para tentar evitar o despejo, referindo-se principalmente aos "artistas". Além disso, a coordenação tentou apoio da Defensoria Pública, em um esforço de impedir o despejo.

O MSTC montou um acampamento em frente à prefeitura no dia 5 de fevereiro para solicitar uma audiência com o prefeito Gilberto Kassab, com o propósito de reivindicar o adiamento do despejo, além de um encaminhamento para outras famílias atendidas pelo programa Bolsa Aluguel. Com esse intuito, redigiram a seguinte carta:

> Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade de São Paulo
> "Dr. Gilberto Kassab"
>
> Somos moradores do Edifício Prestes Maia, 911 e ao todo constituímos um grupo de 468 famílias. Neste local vivemos,

> trabalhamos, nossos filhos freqüentam a escola e ainda constituímos uma biblioteca com acervo de 15 mil livros.
> Somos, ainda, mais 140 famílias pertencentes ao Programa Bolsa Aluguel e Locação Transitória e que juntos, somamos aproximadamente 4.000 pessoas (crianças, idosos e trabalhadores em geral). Sob ameaça de despejo.
> Para nós, famílias do Edifício Prestes Maia, o Juiz insiste no "despejo", porque a COHAB desistiu da desapropriação do imóvel.
> Não entendemos essa decisão da COHAB, pois o proprietário deve 5.800.000 (cinco milhões e oitocentos mil reais de IPTU), quase o valor do imóvel.
> Já, nós, famílias do bolsa aluguel e locação transitória, estamos com os contratos vencendo em fevereiro e março deste ano e a COHAB nos informou que estes não serão renovados. Isto contraria a lei.
> Isto significa que nossas famílias serão jogadas na rua e que esta decisão da Prefeitura representa, para nós e toda a sociedade brasileira, uma grande desgraça!
> É como se abrisse uma grande CRATERA sob os nossos pés, é como se fossemos sugados por um imenso buraco, sem saída e sem socorro para nossas vidas!
> Por isso, senhor prefeito, estamos aqui. Queremos uma audiência com o senhor para encontrar uma saída Digna para nossas famílias.
> Precisamos que os contratos do Bolsa Aluguel sejam renovados e que nossas famílias do Edifício Prestes Maia sejam atendidas em outros projetos até que o imóvel seja desapropriado, transformando em moradia popular, atendendo a sua função social. Assim senhor Prefeito, podemos evitar o aprofundamento da imensa CRATERA SOCIAL existente no BRASIL.
>
> São Paulo, 05 de fevereiro de 2007
> MSTC – Movimento Sem Teto do Centro

O major responsável pela ação de despejo, compelido pelo Juiz e pela Promotoria a efetivá-lo, foi no dia 8 de fevereiro até a ocupação e, em assembléia com os moradores, afirmou que não restavam opções a ele a não ser cumprir a ordem judicial.

Durante o período do acampamento, em despacho proferido no dia 13 de fevereiro, o Tribunal de Justiça de São Paulo determinou o dia 25 de fevereiro para a reintegração de posse da Prestes Maia[91], antecedendo, assim, a data. A partir de minhas idas a campo e conversas com moradores, constatei que eles se dividiam entre a esperança de que o despejo fosse adiado e conseguissem obter suas casas próprias no Centro e a incerteza em relação à possibilidade de que fossem despejados e que não tivessem opção de moradia, tendo que morar na rua.

[91]TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fórum Central Civel João Mendes Júnior - Processo nº 583.00.2003.018530-4. Despacho proferido: Fls. 1.057/1.058. São Paulo, 13.2.2007.

Mas houve uma forte mobilização em torno do acampamento na Prefeitura, com apoio da Frente de Luta por Moradia (FLM), na figura de alguns de seus coordenadores; Osmar, coordenador da FLM, frequentemente estava lá e até mesmo respondia pelo MSTC no atendimento a jornalistas, policiais e estudantes interessados. Isso mostra mais uma vez uma relação entre o MSTC e a FLM que não pode ser pensada unicamente entre entidades distintas, muitas vezes se confundindo os papéis e as fronteiras entre ambas. Em relação ao programa Bolsa Família, ele me disse que eram entre 1.200 e 1.500 famílias atendidas em toda a cidade.

O acampamento de cobertura de lona e alguns colchões e sofás, na calçada do viaduto do Chá, contou também com uma forte presença de moradores do Prestes Maia que organizaram uma cozinha comunitária e mesmo os que não lá dormiam, reservavam algumas horas por dia para dar apoio. O acampamento perdurou até o dia 17 de fevereiro, com reiteradas ameaças da polícia militar de retirá-los do local. Também foi constituída uma comissão do MSTC para ir à Brasília tentar obter verbas do Ministério das Cidades para uma possível desapropriação do prédio da Prestes Maia.

As lideranças do movimento negociaram em Brasília e houve uma articulação entre as esferas federal, estadual e municipal, através do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal; Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo e CDHU; e da Secretaria Municipal de Habitação e COHAB, respectivamente. A proposição era atender não só as famílias da Prestes Maia, mas também integrantes do movimento em outras condições, inclusive os que estavam correndo risco de serem despejados com o fim do Programa Bolsa Aluguel. Assim, no dia 17 de fevereiro, foi assinado um termo de cooperação entre o MSTC e a Prefeitura de São Paulo. Como conseqüência desse acordo, o acampamento chegou ao fim.

Esse documento propunha um encaminhamento para as famílias atendidas pelo Programa Bolsa Aluguel, mas como já vimos no capítulo anterior, o não cumprimento desse atendimento foi responsável pela ocupação da Rua Mauá para que essas famílias morassem. Em relação à Prestes Maia, a passagem do documento que se reveste de interesse para a discussão ora proposta e que foi o início da definição da articulação entre as três esferas do poder público é a seguinte[92]:

COMPROMISSOS

A PREFEITURA SE COMPROMETE A:

[92]O termo de cooperação na íntegra está no anexo III.

(...)

2) em conjunto com o Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal, Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo e CDHU, Secretaria Municipal de Habitação e COHAB, encaminhar nos dias 22 e 23 de Fevereiro soluções conjuntas para atender definitivamente a ocupação do edifício localizado a avenida Prestes Maia, conforme cadastro elaborado pela SEHAB-HABI. A Pauta da reunião a ser proposta pela Prefeitura consistirá do seguinte:

a) pela Prefeitura: atendimento emergencial as famílias cadastradas através de pagamento de aluguel provisório no valor de R$300,00 (trezentos reais) por mês, pelo prazo de 6 (seis) meses. Atendimento no programa de locação social às famílias, que não possuem condição de aquisição de imóveis, nos empreendimentos Parque do Gato e Olarias, na medida em houverem unidades disponíveis.

b) pelo CDHU: construção, reforma, carta de credito, de unidades habitacionais para as famílias cadastradas, unidades essas localizadas na região metropolitana da cidade de São Paulo.

c) pela CEF: financiamento aos moradores das unidades através dos programas do Governo Federal e Ministério das Cidades como PAR, FAT, Resolução 460 e outros, ajustando a condição de pagamento de cada família.

d) ação conjunta dos Poderes Públicos envolvidos para o atendimento das famílias que foram beneficiadas pelo programa bolsa aluguel, pelo fato de sua não renovação, para encontrar uma solução habitacional adequada nos termos Inquérito Civil 11/2006 promovido pelo GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE INCLUSÃO SOCIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

e) Ação conjunta dos Poderes Públicos envolvidos junto a Policia Militar e a Justiça Estadual para prorrogar a reintegração de posse do Edifício Prestes Maia para facilitar a remoção das famílias de forma ordeira e organizada para os locais de atendimento e moradia descritos acima.

Embora houvesse um acordo firmado a fim de atender todas as famílias, a reunião agendada para negociação e adiamento do despejo aconteceria apenas alguns dias antes da data para o despejo, que continuava agendada para o próximo dia 25. Isso implicava muito pouco tempo para "encaminhar soluções" e não havia ainda uma especificação mais concreta dos destinos dos moradores. Com efeito, houve uma interessante mobilização de distintos atores demandando um adiamento da ordem de despejo.

No dia 20 de fevereiro, por exemplo, José Celso Martinez Corrêa[93] foi ao salão da ocupação encenar trechos de sua peça e fez paralelos entre a "resistência" dos moradores em permanecer no prédio e a luta dos sertanejos em Canudos: ambos teriam tornado um espaço improdutivo em algo produtivo para famílias necessitadas. Ele também se mostrou muito preocupado com o curto prazo para o despejo. Tal evento contou com a presença de muitos moradores, além de setores da imprensa e de muitos documentaristas e fotógrafos amadores. Outra presença que despertou atenção foi a do senador pelo PT Eduardo Suplicy que, conjuntamente com José Celso, discursou e prestou depoimentos em favor de uma solução para o problema das famílias e do adiamento da desocupação. Suplicy sugeriu que o movimento aproveitasse a missa anual na Catedral da Sé no dia seguinte, quarta feira de cinzas, para realizar uma manifestação e convidar o prefeito Gilberto Kassab a visitar a ocupação para conhecer a situação dos moradores, já que o evento contaria com a sua presença.

No dia seguinte, compareci à missa, mas o prefeito não foi e a coordenação do movimento preferiu não realizar nenhuma manifestação para cumprir os termos do acordo. Mas durante a missa, um dos bispos presentes, por intermédio do senador Suplicy, falou no púlpito em favor das famílias e ao final pediu uma oração. Tal atitude refletiu numa grande repercussão com muitos dos jornalistas presentes interessados na questão da ocupação.

No dia posterior ao da missa foi anunciado que o despejo seria adiado por 60 dias[94], em função dos resultados das negociações nas reuniões propostas no termo de cooperação. Os moradores realizaram, no dia 25 de fevereiro, inicialmente agendado para a desocupação, uma grande festa para comemorar a "vitória" obtida no subsolo da ocupação Prestes Maia. Vitória essa tida, até mesmo por muitos moradores críticos à coordenação do movimento, como do movimento enquanto sujeito coletivo, ou seja, vitória de todos e não só da coordenação, explicitando, assim, uma diferente modulação de pertencimento ao MSTC.

No dia anterior ao marcado para o despejo, 24 de fevereiro de 2007, estavam agendados alguns eventos no "salão". Dentre esses eventos, houve um ato ecumênico,

[93] Ator e diretor que estava encenando no seu teatro, o Oficina, em São Paulo, uma peça baseada nos *Sertões* de Euclides da Cunha.

[94] TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fórum Central Civel João Mendes Júnior - Processo nº 583.00.2003.018530-4. Despacho proferido: Fls.1077, 1072, 1078 e 1083. São Paulo, 23.2.2007.

com as presenças de um padre católico, um rabino e um pai de santo. Logo após o ato, Jorge Hamuche, um dos proprietários do prédio, foi visitar a ocupação. Em conversa com Neti na portaria do prédio, mediada pelo rabino, Hamuche sugeriu a mudança do nome e estatuto do movimento para que ele se tornasse uma ONG e assim buscasse aportes financeiros, já que haveria verbas, como a porcentagem do ICMS, disponíveis para habitação de interesse social. Com essa mudança, o movimento eliminaria políticos do meio, o que seria muito benéfico. Ainda se queixou que dentro do prédio ele não podia fazer nada legalmente, só se as famílias o desocupassem. De acordo com ele, durante todo o tempo da ocupação, eles só esperaram o governo, sendo que ali não teria condições de ser atendido pelo PAR, ao que Neti retrucou dizendo que daria sim para ser atendido pelo PAR.

Hamuche, dizendo que o prédio teria uma alta dívida de IPTU, afirmou que com a anistia da dívida, seria possível resolver comercialmente uma finalidade para o prédio, já que o metro quadrado poderia ser mais barato do que na Avenida Berrini, mas essa localização seria muito melhor.

Neti afirmou que já havia um projeto de reforma do prédio e a criação de 249 unidades, sendo pelo PAR no bloco B e Locação Social no bloco A. O projeto já estaria pronto, mas teria barrado na dívida de IPTU que deveria ser quitada para a efetivação do projeto.

Hamuche disse que o movimento não olhou comercialmente o prédio e que teria que vender para alguém reformar, já que sairia muito caro para ele mesmo fazê-lo. Disse que a partir da integração da Estação da Luz com a nova linha do metrô, haveria uma enorme valorização de toda a região e que, portanto, mesmo se houvesse atendimento pelo PAR, em 10 anos as famílias acabariam vendendo seus apartamentos devido à valorização do imóvel, já que "o capitalismo é um trator", em suas palavras. Segundo ele, a rede de hotéis Íbis, inclusive, teria mostrado interesse em transformar o prédio num hotel, já que a diária seria mais barata, mas perdeu a oportunidade, pois o prédio estava ocupado. A grande preocupação do proprietário era, assim, a indisponibilidade do prédio para fins comerciais.

Neti disse que a conversa não poderia parar ali, deveria ocorrer uma discussão com o Ministério das Cidades. O rabino sugeriu o agendamento de reuniões entre os dois, o que Hamuche concordou, mas que para isso as famílias precisariam sair, a fim de que houvesse a reforma do prédio.

O rabino concluiu a conversa dizendo que queria ver um abraço entre eles, o que realizaram, mas aparentando estarem pouco à vontade.

Vê-se, assim, o antagonismo de propostas. Enquanto Neti, coordenadora do movimento, estava debatendo maneiras de transformar aquele imóvel em moradia popular, o proprietário se preocupava com uma destinação comercial e foi capaz de colocar a especulação imobiliária a seu favor, em direção contrária às propostas do movimento. A ocupação Prestes Maia adquire nesse episódio uma alta carga simbólica, opondo interesses irreconciliáveis em relação ao centro de São Paulo. A possibilidade de *gentrification* da região é colocada pelo proprietário contra a permanência daquelas pessoas que, por sua vez, reivindicam o objetivo de se fixar na região.

Outro momento de discussão sobre a Prestes Maia foi na sede do Fórum Centro Vivo. Em reunião no dia 22 de fevereiro para discutir o plano de ação para o ano de 2007, com presenças de Gegê (MMC), Nelson (MMRC), Sebastião (Movimento da População de Rua), representantes do Conselho de Segurança Alimentar, de movimentos feministas, universitários e outros apoiadores, como o professor da UNINOVE Pádua Fernandes.

Discutiram-se, dentre diversos assuntos envolvendo as classes populares no centro de São Paulo, o adiamento do despejo da Prestes Maia e maneiras de apoio, ainda que sem nenhuma resolução concreta. Alguns afirmaram que o despejo, assim como a não renovação do programa Bolsa Aluguel e a possibilidade de implosão do edifício São Vito sem encaminhamento específico para suas famílias eram reflexo de uma higienização do Centro, que existiria de fato, apesar de Andrea Matarazzo (Secretário Municipal de Coordenação das Subprefeituras) e a prefeitura negarem. Muitas críticas foram direcionadas à prefeitura e, especialmente, a Andrea Matarazzo que teria dito em entrevista na Rede Globo que, como qualquer outro contrato de aluguel, o do Bolsa Aluguel também tem um fim, o que foi visto na reunião como um absurdo, já que não se poderia tratar o atendimento às classes populares da mesma forma que um contrato particular de aluguel[95].

[95] Boa parte desses atores presentes freqüentava a Prestes Maia, estava na missa no dia anterior, participava de muitas manifestações e realizava muitas ações de apoio à ocupação. Pádua Fernandes, por exemplo, disse que entrou com recurso na OEA, na Comissão de Direitos Humanos. Fez uma denúncia, mas a comissão não teria jurisprudência adequada, pois só tratam de direitos civis e políticos, mas não o direito à moradia. O professor de direito estava, portanto, realizando um esforço de convencer que esse último direito era sim da área deles, apesar de não haver precedentes. Ao final ainda reiterou que qualquer cidadão pode fazer isso. Não pude acompanhar os desdobramentos do encaminhamento desse processo, mas esse episódio ilustra de que maneiras é possível reivindicar o direito à moradia a partir de uma ocupação, como uma ilegalidade pode se converter em direito.

Com a assinatura do termo de cooperação, teve início a procura de imóveis e empreendimentos para o atendimento das famílias por parte da coordenação do MSTC. No entanto, a perspectiva de atendimento não se concretizou imediatamente, a não ser pela proposta de atendimento de 72 famílias pelo Programa de Arrendamento Residencial (PAR) da Caixa Econômica Federal, para empreendimentos já prontos em São Miguel Paulista, na periferia paulistana. As demais famílias iriam ser atendidas posteriormente por programas da CDHU, em parceria com o governo federal, através da Caixa Econômica Federal.

Alguns moradores criticaram esse atendimento num bairro da periferia, perguntando "Cadê a luta por moradia no Centro? Cadê o MSTC?", refletindo assim uma atribuição de sentido ao MSTC enquanto movimento politicamente identificado ao centro de São Paulo. Além disso, a renda necessária para o atendimento era acima de 900 reais, além do que muitos, inclusive na lista, podiam pagar: "Tem gente que não ganha nem para comer, quanto mais 900". Por outro lado, a leitura da lista dos representantes das 72 famílias por uma coordenadora, na sede do MSTC, foi seguida da seguinte frase: "Essas famílias que eu chamei, parabéns! É com luta que se consegue a moradia!".

Apesar da coordenação do MSTC ter definido uma lista por sorteio, não houve nenhum encaminhamento durante quase todos os 60 dias de adiamento do despejo. No dia 23 de março, praticamente um mês depois desse adiamento, técnicos da COHAB foram à ocupação para conhecê-la e começar o processo de visitas a prédios no Centro, para ver viabilidade de compra. A coordenação ofereceu um café da manhã no salão da Prestes Maia aos técnicos e conversaram amistosamente sobre os encaminhamentos do processo. Walter Abraão Filho, diretor comercial da COHAB, disse estar contente por finalmente, depois de 29 adiamentos de despejo, terem chegado a um acordo quanto ao atendimento das famílias residentes na ocupação. Neti agendou uma visita com corretores aos imóveis com possibilidade de compra. No entanto, apesar de Neti ter me falado que a COHAB iria "facilitar o máximo possível" e que todas as famílias só sairiam da ocupação para serem atendidas, o processo ficou em total morosidade até a semana que precedia o domingo, 15 de abril, data da desocupação reagendada.

Além da demora do atendimento, no dia 10 de abril policiais militares foram à ocupação para avisar sobre o despejo no dia 15, domingo. Não presenciei esse evento, mas não houve muita variação nos relatos que ouvi. Os policiais teriam "invadido" o prédio, fortemente armados, de maneira a intimidar os moradores. Cerca de 20 homens

"avisaram" que no domingo até as 11h30 não haveria mais ninguém no prédio. Esse episódio acabou por acentuar ainda mais o clima de tensão e incerteza frente ao despejo.

Somente no dia 11 de abril, assistentes sociais da COHAB foram conferir os dados do cadastro dos moradores a serem atendidos. Na noite do mesmo dia, houve uma assembléia no subsolo do prédio com todos os moradores, para que a coordenação os esclarecesse sobre os encaminhamentos da COHAB antes do despejo[96]. Manoel Del Rio iniciou a assembléia creditando o atendimento à unidade das famílias. Disse que o "grande segredo" da Prestes Maia era essa união mesmo com tantas brigas entre os moradores. Ainda afirmou que os moradores deveriam "carregar para onde for essa unidade" e que a Prestes Maia recebeu todo tipo de ameaças, mas não se dobrou. Esses "ataques", segundo ele, viriam de toda a parte: miséria e desemprego, responsáveis pela falta de moradia; judiciário, citando o Juiz e a promotora Mabel. Ainda criticou duramente a visita do grupo de policiais que "entraram fortemente armados, aterrorizando moradores". Eles teriam feito isso porque se tratava de uma população pacífica, trabalhadora, ao que ele perguntou: "Vocês acham que eles vão invadir a casa dos ricos?". Contrapôs as ameaças oriundas dessas instâncias do poder público ao apoio de professores universitários, estudantes, Centro de Mídia Independente, advogados e Integração sem Posse.

Uma das lideranças disse que essa visita tardia da COHAB refletia seu "desespero", já que "não concretizou nada do acordo". A proposta dessa instituição era dar um auxílio aluguel para as famílias por seis meses, até que a compra de imóveis no Centro fosse viabilizada, auxílio que poderia ser renovado por mais seis meses. As lideranças refutaram que o prazo para as famílias se deslocarem e encontrarem alguma moradia era muito exíguo e que ninguém sairia do prédio enquanto não houvesse alguma definição mais concreta. Havia também um esforço de que as famílias que recebessem o auxílio não se afastassem do movimento, para não desmobilizá-lo e para que houvesse de fato a compra dos imóveis[97].

[96] As assembléias eram avisadas na portaria num quadro. Essa, por exemplo, foi anunciada com o seguinte texto: "Assembléia Geral hoje, 20:30. Compareçam todos". As assembléias também eram acionadas por muitos moradores como momentos de obtenção de informações fidedignas. Uma moradora, nessa ocasião, assim falou da importância que atribuía às reuniões propostas pela coordenação: "Cada um diz uma coisa, eu prefiro pegar direto da fonte".

[97] Nesse primeiro momento, foram identificados quatro edifícios com possibilidade de compra e transformação em moradia popular: na Rua Martinho Prado, na Avenida 9 de Julho, na Alameda Eduardo Prado, na Rua das Carmelitas e na Rua Avanhandava. Todos os endereços se localizam na área central de São Paulo. Segundo Neti, os valores de cada unidade teriam preço final entre 28 e 32 mil reais.

Em relação à polícia, Neti questionou sua visita ao dizer que foi uma "truculência", sem mandato e que o batalhão da região geralmente agendava com a coordenação antes de realizar qualquer visita. O comandante do batalhão da região nem saberia dessa ação de alguns policiais. Neti havia estado em reunião com a COHAB e, segundo ela, já havia algum tempo que a coordenação vinha procurando prédios, sem fazer nenhum tipo de ação em nome do movimento, para não atrapalhar o processo de negociações.

A coordenação e a COHAB teriam encontrado a solução: atualizar o cadastro das famílias e um cheque nominal às famílias no valor de 1.800 reais, para que as famílias pudessem alugar imóveis por seis meses enquanto os prédios não fossem comprados.

No dia seguinte, as assistentes sociais continuaram o cadastro, mas à noite o Diretor Comercial da COHAB, Walter Abraão Filho, compareceu à ocupação e numa assembléia com os moradores disse que não haveria mais despejo naquele domingo e que não admitiria polícia dentro do prédio. Ele havia conseguido um adiamento por 30 dias para que a prefeitura tivesse o tempo necessário para atender as famílias.

Falou ainda sobre a importância das famílias para o governo municipal e que trabalhara durante 35 a 40 dias preocupado com o destino das famílias. Esclareceu as novas duas opções para as famílias: 1) Auxílio aluguel de 300 reais por mês durante seis meses até que os imóveis no Centro fossem comprados; 2) Unidades de um empreendimento já pronto da CDHU em Itaquera, um bairro na periferia da cidade. Segundo ele, as famílias que optassem por Itaquera já poderiam se mudar imediatamente.

Afirmou, por fim, que o dinheiro necessário para a compra dos imóveis no Centro já estava disponível. A CDHU compraria inicialmente e depois seria ressarcida pela Caixa Econômica Federal.

O Diretor ainda se disponibilizou a passar toda aquela madrugada no subsolo, conversando e cadastrando todas as famílias e as dividindo de acordo com suas opções: Centro ou Itaquera. Mostrou-se sensibilizado com a situação precária de moradia das famílias na ocupação e prometeu que resolveria o problema de todos. Houve uma comoção por parte da maioria das pessoas presentes, muitas palmas, gritos de alegria, abraços. No entanto, alguns moradores mostraram-se reticentes quanto à "boa vontade" da prefeitura.

O Diretor ainda disse que o prefeito Kassab havia sido muito claro com ele ao dizer que as famílias só sairiam de lá com tudo resolvido. As condições de atendimento seriam subsidiadas e afirmou que o compromisso de atendimento era de verdade, sério, realizado com a posição de Gilberto Kassab e que ele, o Diretor Comercial da COHAB, tinha a honra de pilotar esse processo. Segundo ele, a verba foi adquirida com a ajuda de Neti nas negociações.

Dessa forma, ele e mais um funcionário da COHAB fixaram-se na biblioteca para atender a todos. Havia muitas pessoas no subsolo, como eu nunca antes havia presenciado, formando filas e o cadastro durou até cinco e meia da manhã.

3.3 Centro ou periferia? Ponderações reveladoras de diferentes territorialidades

Uma vez que o objetivo inicial do MSTC era lutar pelo direito à moradia na Prestes Maia, ou no centro de São Paulo, foi interessante observar que as famílias atendidas dividiram-se quanto às suas escolhas. Morar no centro ou periferia implicava distintas formas de relação com a cidade e diferentes oportunidades de acesso a trabalho, saúde e educação. Se morar no Centro poderia representar uma melhor acessibilidade a esses serviços, poderia, por outro lado, acarretar em maiores gastos mensais. Além disso, havia uma constante dúvida se realmente o poder público atenderia as famílias no Centro ou se essa atitude só serviria para desarticular o movimento, uma vez que as famílias já não estariam concentradas num mesmo espaço. Os moradores da ocupação tiveram que decidir entre as duas possibilidades em um só dia e a observação de suas ponderações sobre a melhor escolha revelou importantes desdobramentos sobre o papel dos movimentos de moradia e a relação destes com o centro de São Paulo.

Uma frase muito dita por moradores que haviam optado por Itaquera era “Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”. Como nunca haviam contado com atendimento por parte do poder público, duvidavam de que realmente seriam atendidos, caso aceitassem o dinheiro do auxílio aluguel sem documento algum que lhes garantisse de que conseguiriam suas unidades habitacionais no Centro. Um morador que havia decidido por Itaquera assim resumiu suas apreensões: “Pega a grana, passa seis meses e depois? Qual a garantia que a gente vai receber esses prédios? Para mim é melhor o Centro, mas tem esse medo aí”.

Por outro lado, muitos idosos que necessitavam de auxílios médicos constantes, pessoas que trabalhavam no Centro e mães com filhos em boas escolas na região optavam por continuar morando com um melhor acesso, respectivamente, à saúde, trabalho e educação.

As ponderações eram muitas e a questão dos gastos mensais envolvidos era muito avaliada pelos moradores que preferiam o Centro, mas consideravam que em Itaquera os custos de moradia seriam consideravelmente menores.

Uma moradora me contou, posteriormente, que durante toda a madrugada, ficou na "rabiola" da fila para pensar muito sobre sua decisão, que seria muito importante, para a vida toda. Ela tinha que fazer contas, calcular etc. Comparou essa decisão ao casamento e ao voto, já que esses momentos são decisões e escolhas que definem o resto de sua vida.

Outra dimensão do problema era a reduzida renda de muitas famílias. As unidades habitacionais eram destinadas à população de baixa renda para que as famílias pudessem pagar um reduzido valor mensal do financiamento pela sua casa própria. Mas muitas pessoas tinham uma renda familiar mensal inferior a um salário mínimo. Apesar da predisposição em atender a todos, os programas habitacionais ainda são incapazes de atender boa parte da população desempregada ou com subempregos. Mesmo assim, o Diretor da COHAB prometia para cada família nessa situação que ela conseguiria sua casa própria.

Ao final do atendimento, Walter Abraão disse para Neti que o poder público lhe devia desculpas e elogiou o movimento como modelo de organização. Afirmou que o país tem que criar um modelo habitacional que os movimentos não têm conseguido.

No dia seguinte, o prefeito Gilberto Kassab foi pessoalmente à ocupação por convite do Diretor da COHAB, mostrou-se afável com crianças, cumprimentou muitos moradores e fez um discurso de que graças ao esforço conjunto das três esferas de governo as famílias puderam ser atendidas. Disse que a Prefeitura mostrou sua preocupação com as famílias e seu empenho em resolver seus problemas e que a desocupação havia sido adiada por um total de 60 dias e não mais de 30. Uma das lideranças, por sua vez, disse que o Prestes Maia estava "fazendo história".

Percebe-se, assim, uma certa mudança no comportamento da Prefeitura em relação à luta por moradia. Se num primeiro momento o prefeito e o secretário municipal de habitação não abriram espaços de diálogo com o MSTC, após o acampamento e a articulação entre as três esferas do governo, passaram a mostrar uma

maior sensibilização com as famílias e um certo empenho na solução dos seus problemas habitacionais – ainda que tenham mostrado mais urgência em remover as famílias do que apresentar soluções rápidas e concretas.

Outra questão relevante foi perceber os deslocamentos das práticas, representações e discursos dos moradores e das próprias lideranças em relação às propostas iniciais do movimento. Como os programas habitacionais tendem a alocar as famílias na periferia da cidade e o Centro continua como uma opção relativamente cara para a população de baixa renda, as ponderações das famílias foram importantes para perceber distintas atribuições de sentido à "luta por moradia", ao objetivo de obtenção da casa própria e ao direito de morar no Centro.

Embora a maioria das famílias tenha optado pelo Centro ou Itaquera durante a madrugada do atendimento da COHAB, até a desocupação definitiva da Prestes Maia ainda ocorreram mudanças das opções de alguns moradores.

Em reuniões do MSTC anteriores ao fim da ocupação, algumas lideranças alertaram os moradores da Prestes Maia de que ficaram sabendo que muitas pessoas estavam convencendo famílias que já haviam optado pelo Centro a mudar para Itaquera, já que era mais "garantido". As lideranças pediram que quem estivesse fazendo isso, parasse imediatamente, uma vez que o movimento se responsabilizaria pelo atendimento de todos.

Outras mudanças foram ocasionadas pelas regras de atendimento da CDHU. Cerca de quarenta pessoas solteiras não puderam ser atendidas em Itaquera, mesmo esta sendo sua primeira opção, já que a CDHU não atendia solteiros. Alguns outros moradores também mudaram de opção em função da grande distância do empreendimento da CDHU em relação ao Centro, pois consideravam o local muito "isolado".

Há que se destacar as propostas para os novos locais de moradia. Numa reunião ampliada do MSTC, Manoel Del Rio sugeriu a todos que instalassem uma biblioteca, um grupo de base e realizassem uma festa em cada um dos novos prédios, tanto em Itaquera como no Centro.

A biblioteca da Prestes Maia passou, assim, a adquirir papel fundamental nas novas moradias. No início das discussões sobre o futuro da biblioteca, as lideranças rejeitaram o auxílio de estudantes que propuseram seu acondicionamento temporário em salas da USP, afirmando que o mais importante era o destino dos moradores. Como ocorreu o atendimento, passou-se a incorporar a biblioteca nos rumos a serem tomados

pelos moradores. Vejo esse deslocamento como uma percepção por parte da coordenação da importância e visibilidade que a biblioteca de Seu Severino acabou por dotar a ocupação da Prestes Maia. No entanto, ainda que tenha havido inclusive uma reunião com os "artistas" para definir os rumos da biblioteca e a continuidade desse apoio, a biblioteca acabou por ficar em segundo plano[98].

As famílias que optaram pelo Centro receberam o cheque do auxílio aluguel e sua grande maioria se mudou do prédio primeiramente. Essas famílias representavam a grande maioria, perfazendo um total de mais de 300 famílias. Embora a COHAB estivesse à frente de todo esse processo de deslocamento, foi outra instituição municipal que distribuiu os cheques em sua sede, a HABI Centro, que, inclusive, já havia feito um primeiro cadastro dos moradores logo após a ocupação.

No entanto, as famílias que decidiram por Itaquera, aproximadamente 150, apesar de terem realizado o cadastro na CDHU antes do recebimento do auxílio aluguel por parte das outras, só foram atendidas no dia 15 de junho e o prédio da Prestes Maia foi lacrado no dia seguinte.

3.4 O atendimento em Itaquera: desafio à coletivização

O discurso em defesa da coletivização pôde ser apreendido em relação a algumas pessoas que foram atendidas em Itaquera. Em reunião posterior ao atendimento, somente com ex-moradores da Prestes Maia (23/10/2007), Manoel Del Rio perguntou onde seria a festa para comemorar a mudança para os novos prédios no Centro, já que a coordenação, nesse momento, estava em processo de avaliação dos então cinco prédios a serem comprados. Paralelo a isso, haveria cartas de crédito para as famílias de maior renda que poderiam ser usadas para aquisição de imóveis em qualquer região. Cada pessoa poderia, assim, escolher, mas Manoel Del Rio incentivou mesmo essas pessoas a fixarem residência no Centro.

[98] Seu Severino e Roberta montaram uma biblioteca em Itapecerica da Serra em uma ONG que trabalha com crianças e adolescentes. A parte restante do acervo da biblioteca da Prestes Maia foi transferida para a ocupação da Rua Mauá, com o objetivo inicial de ficar guardada até uma definição dos diferentes locais para onde seria desmembrada. No entanto, até o término do trabalho de campo, os livros na ocupação Mauá só estavam numa estante sem nenhum tipo de organização de seu acesso tanto para moradores como para atores externos. Não houve também criação de nenhuma biblioteca nos prédios em Itaquera.

Ele disse que essa tinha sido a maior vitória do MSTC, mas que poderia ser passageira. Para evitar isso, reforçou a importância das famílias se manterem organizadas em cada novo local de moradia, já que a organização interna seria fundamental para "manter a conquista" e a união para superar as dificuldades. Essa organização e união eram fundamentais não somente entre as famílias, mas conjuntamente com o MSTC, a FLM e a APOIO, já que "a nossa luta não se restringe à moradia".

Utilizou como contraponto algumas pessoas que estavam residindo em Itaquera e que não queriam o movimento. Pediu para que os presentes não se deixassem levar "por esse tipo de gente, que cospe no prato que comeu". Uma mulher que estava presente no momento, em apoio ao que Manoel Del Rio estava dizendo, afirmou que uma vizinha em Itaquera havia dito isso, ao que ela se mostrou contrariada.

Manoel Del Rio afirmou que o fato dessas pessoas não quererem saber mais do movimento, do partido (PT) e da APOIO era um "suicídio" e que elas estavam esquecendo os cinco anos com o movimento. Essa atitude seria uma "covardia" porque só teria ocorrido após a aquisição do apartamento. De maneira exaltada, chamou-as muitas vezes de "Judas", traidoras do movimento. Essa "traição" teria sido responsável por, até aquele momento, as pessoas em Itaquera ainda não terem creches e segurança, que só seriam obtidas, assim como outras benfeitorias, através da união.

Segundo ele, se esse afastamento do movimento era justificado por problemas que teriam ocorrido na Prestes Maia, eles mesmos deveriam ter denunciado antes. Conclamou todos a denunciarem quaisquer problemas, reafirmando que "a gente não quer pessoas assim aqui no meio". Repudiou a atitude de denúncia somente tantos anos depois, sendo que havia as oportunidades das reuniões semanais para tanto.

Concluiu, dizendo que cada prédio tinha que se organizar e que os presentes não poderiam se contentar só com a moradia, até onde chegaram, pois "quando uma pessoa se acomoda, está morta". Disse que "no que depender da gente, podem contar, mas vocês têm que fazer sua parte, expulsar esses 'Judas'".

Em outra reunião (13/11/2007), foi dito por um coordenador que alguns moradores em Itaquera estavam vendendo seus apartamentos recém-adquiridos. Isso foi interpretado como conseqüência da falta de organização ocasionada pela saída do movimento. Segundo ele, essas pessoas estariam vendendo-os a valores baixos, repassando o resto do financiamento para o novo morador, algo que o MSTC nunca deixaria ocorrer.

Neti, em reunião da executiva do MSTC (22/11/2007) se disse envergonhada pelo fato dessas pessoas estarem vendendo os apartamentos. Os valores de venda estariam entre 6 e 10 mil reais, o que só daria para comprar algo em favelas e que não estariam dispostos a pagar os 57 reais da prestação. Disse que essas pessoas estavam enganadas se achavam que poderiam fazer isso "em cima das costas do movimento" e que "nossa luta é por moradia", e que as mesmas só teriam a opção de ir para a favela e torrar esse dinheiro. Outra coordenadora disse que o movimento realiza uma "briga ferrenha com o governo" para obter atendimento e essa minoria acabaria prejudicando as pessoas que pagam as prestações.

Em outra oportunidade (25/11/2007), visitei o conjunto habitacional em Itaquera. A localização dos prédios era entre Itaquera e Guaianazes, quase no limite leste do município de São Paulo. Os prédios de quatro andares contavam com apartamentos de dois quartos em modelo padrão da CDHU. No geral, as pessoas com quem conversei se mostravam satisfeitas com o apartamento, apesar de muitos se queixarem da longa distância em relação ao centro da cidade, que a partir daquele momento passou a ser identificado principalmente por "cidade", numa alusão à sua maior oferta de infra-estrutura e serviços.

De fato, alguns moradores apresentaram discursos muito próximos aos criticados por Manoel Del Rio. Essas pessoas disseram não querer mais receber ordens e criticaram muitos problemas da Prestes Maia como "bagunça" e falta de pagamento das taxas de condomínio; para evitar isso, queriam ter suas próprias regras, não mais dependentes do movimento. Para isso, houve uma organização de um condomínio, com contratação de uma empresa para gerenciá-lo.

Por outro lado, muitas pessoas continuavam freqüentando as reuniões do MSTC e participando de ações propostas por sua coordenação. No dia em que estive lá, houve inclusive uma mobilização para votar em Manoel Del Rio para o Diretório Zonal do centro de São Paulo do PT. Neti chegou a afirmar, em uma das reuniões, como foi bem recebida em muitas casas e que muitas pessoas queriam sim saber do movimento.

A maioria que optou pelo Centro, tendia a dizer que não se arrependia de sua opção, argumentando que os prédios em Itaquera eram muito distantes, carentes de serviços e infra-estrutura. De acordo com uma pessoa com quem conversei, que após a Prestes Maia se fixou na Mauá à espera do atendimento no Centro, as pessoas que optaram por Itaquera teriam se precipitado, por medo do não atendimento. Agora muitos não tinham como pagar, tendo que vender os imóveis. As reclamações seriam

constantes, pois teriam que pegar até três conduções para chegar ao Centro: "O pessoal se animou e depois mudou de idéia".

Mas o que nos interessa de perto é o esforço de se replicar o modelo de controle e funcionamento interno das ocupações nos novos prédios no Centro a fim de não se repetir o problema de Itaquera. Isso se daria a fim de manter coesão e conseqüente controle dos moradores pelo movimento.

3.5 A lentidão do atendimento: conflitos e negociações com o poder público e internos ao movimento

O atendimento às famílias da Prestes Maia teve como principal causa acionada pela coordenação o acampamento e a perseverança em continuar no local. Por outro lado, a negociação em Brasília teria gerado resultados favoráveis por se tratar de uma gestão do PT, mais uma vez mostrando uma percepção dessa relação com esse parido como mais articulada do que com políticos de outros partidos.

Esse atendimento era reiteradamente acionado nas reuniões pelos coordenadores como uma vitória histórica e inédita e, como tal, utilizada como exemplo de como a união e a organização deveriam ser replicados em outras experiências, ou seja, era um mecanismo discursivo para favorecer a coletivização dessas pessoas. Em reunião ampliada na sede do MSTC (26/04/2007), Manoel Del Rio comentou que o resultado positivo aos moradores da Prestes Maia foi resultado de "cinco anos de luta", que ainda não haviam acabado e que também foram precedidos de um ano de preparação. O MSTC deveria também aproveitar o que ele chamou de "momento propício", já que depois do acampamento, o quadro havia mudado. No final do ano anterior, todos estavam desanimados, não havia diálogo do poder público com o movimento, não havia moradia no Centro, ao passo que agora tudo havia mudado. Ainda afirmou que a partir dos prédios obtidos, as famílias deveriam partir para outros prédios.

Essa conquista não deveria refletir acomodação. Em outra reunião, Solange, tesoureira, ao combinar uma viagem a Brasília para tentar obter recursos federais do PAC, perguntou retoricamente: "Mas se eles estão atendendo, para quê ir para lá?". Segundo ela, o atendimento era resultado direto do fato do movimento "estar lutando", o nome "movimento" já diria tudo: "a gente sempre tem que estar se movimentando".

Em sentido próximo, Manoel Del Rio, na mesma reunião, disse: "Nós estamos ganhando a luta, mas ainda não nocauteamos o adversário".

O atendimento favorável guarda relação explicativa com uma percepção da relação com o poder público como conflituosa, pois o atendimento só ocorre a partir de esforço e reivindicação do movimento, não havendo uma predisposição do poder público.

Por outro lado, a relação com o PT quase sempre desconstrói esse caráter conflituoso, como o fato de Lula estar na presidência e de como isso contribuiu para o atendimento. Manoel Del Rio, ao tecer uma narrativa nesta mesma reunião sobre o histórico da ocupação Prestes Maia, disse que a ocupação ocorreu no mesmo dia em que o movimento elegeu Lula, o que seria uma forma de ajudá-lo. Como conseqüência o dinheiro agora era do presidente, referindo-se à verba do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), dentro do PAC, destinada a subsidiar as moradias dos ex-moradores da Prestes Maia.

O FNHIS foi instituído na gestão do Presidente Lula (Lei no. 11.124, de 16 de junho de 2005); gerido pelo Ministério das Cidades, propõe o investimento em habitação para população de baixa renda dentro do programa mais amplo chamado PAC, formatado a fim de promover investimentos em infra-estrutura privilegiando habitação e saneamento. Inicialmente, o FNHIS estava previsto somente para transferência direta da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Posteriormente, foi sancionada uma lei (Lei no. 11.578, de 26 de novembro de 2007) permitindo que os recursos do FNHIS pudessem também ser aplicados por meio de repasse a entidades privadas sem fins lucrativos, categoria na qual se incluem os movimentos de moradia[99].

Essa alteração da lei foi tida por muitos dos coordenadores de diferentes movimentos como uma conquista direta das lutas dos movimentos de moradia e que foi facilitada pelo fato de Lula, do PT, considerado um aliado, portanto, estar no poder.

No entanto, embora o comprometimento de atendimento às famílias moradoras da ocupação Prestes Maia tenha sido firmado em meados de 2007, até o final da minha pesquisa de campo o atendimento definitivo às famílias no centro de São Paulo ainda não havia sido concluído. Isso acabou por ocasionar muitos desdobramentos tanto nas

[99] Para mais detalhes, ver www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao.

relações do MSTC com o poder público como nas relações internas ao MSTC, notadamente nos seus processos de coletivização.

Nesse item, portanto, desenvolverei uma discussão etnográfica a partir do extenso acompanhamento que realizei de todo o processo de atendimento, o que revela muito também sobre o funcionamento do Estado em relação à implementação de políticas públicas, já que se trata, nesse caso, de uma articulação entre os três níveis de governo. Além disso, a aplicação dos recursos federais provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) revelou representações e articulações distintas em torno dos três níveis, condicionadas não apenas por diferentes atribuições, mas também por diferentes vínculos partidários e relações pessoais.

Por outro lado, o atendimento resvalou em questões urbanas da cidade de São Paulo, como os altos custos dos imóveis no Centro e as regras de aplicação desses recursos que impossibilitaram uma agilização do processo.

Essa lentidão do atendimento acabou por ser importante para a abordagem etnográfica da coletivização do MSTC, uma vez que houve uma multiplicidade de reações a essa lentidão, mas que foi coletivizada em prol da não desarticulação do movimento.

Desde a definição do atendimento, alguns coordenadores discutiam a possibilidade de se ter reuniões exclusivas para os moradores da Prestes Maia que esperavam atendimento no Centro. Isso se efetivou no segundo semestre de 2007, logo depois da desocupação definitiva do prédio. Essas reuniões ocorriam às terças-feiras na sede do MSTC e seu acompanhamento se revelou de grande importância para a discussão etnográfica desse processo.

Esses momentos eram usados principalmente para os esclarecimentos sobre o andamento das negociações para as famílias que estavam esperando e tinham na coordenação principalmente Neti e Jomarina, que tomaram a frente do processo de negociação. Comecei a acompanhar essas reuniões somente em outubro e logo fiquei a par de alguns detalhes do atendimento. O governo federal disponibilizaria para cada família cerca de 27.650 reais do FNHIS como subsídio, a CDHU complementaria o restante para chegar ao valor final da unidade. Esse complemento da CDHU seria um financiamento para as famílias, que pagariam somente esse valor em prestações e não pagariam o FNHIS, que seria não reembolsável[100]. Como eram valores diferentes para

[100] Foi dado um exemplo de um prédio, cujo valor de cada unidade sairia por 42 mil reais; a família financiaria, portanto, apenas a diferença, 14.350 reais.

as diferentes unidades, Neti disse que a separação das famílias seria de acordo com a renda familiar.

Mas como o mês em questão já era outubro, os seis meses de aluguel já estavam se aproximando do fim, e como ainda não havia definição do atendimento, tornava-se necessária a renovação da verba para pagamento de aluguel. Neti afirmou que a COHAB pagaria mais dois meses do auxílio, o que esperava que não fosse necessário, pois antes disso cada um já deveria estar na "sua casinha".

Com a desocupação da Prestes Maia, os ex-moradores foram para diferentes lugares, mas a maioria se concentrou na região central, principalmente em cortiços e alguns na ocupação da Mauá. Essa última opção se revelou uma alternativa aos altos preços de aluguel cobrados na região, até mesmo em cortiços, que também contavam com restrições em relação a famílias com crianças.

Na reunião seguinte (16/10/2007), Jomarina orientou que quem morasse em ocupação teria seu caso resolvido por último, pois não seria justo, já que a verba era para pagar aluguel e não para morar em ocupação. Pediu transparência de todos, uma vez que a COHAB estava sendo transparente nas negociações. Neti, alertando para a necessidade mais urgente de quem estava pagando aluguel, também orientou para que todos fossem transparentes, pois a COHAB é que teria que analisar e decidir se pagaria a verba para essas pessoas: "Não sou eu que vou mentir. Não mintam. Vamos usar de transparência. Porque quando a gente for cobrar, vamos cobrar direito. A nossa luta não é por 600 reais, é por moradia".

Na reunião seguinte (23/10/2007), foi realizada a leitura dos nomes das pessoas que deveriam retirar seu cheque. O auxílio foi renovado não por dois, mas por mais quatro meses. Neti, no entanto, disse que em conversa com a COHAB e a CDHU, houve a previsão de que até o Natal, cada um já estaria em sua nova casa; sugeriu que o valor dos últimos dois meses só seria necessário para as despesas com a mudança e pediu para que quem morasse em ocupações, iniciasse procura por algum lugar para pagar aluguel. Disse que a COHAB não pediria esses comprovantes de aluguel, mas a CDHU sim.

A maioria das pessoas que moravam na Prestes Maia e, nesse momento, estavam na Mauá até deram início à procura de possíveis locais, mas, com poucas exceções, a maioria não conseguiu encontrar valores de aluguel dentro da faixa dos 300 reais, além das já ditas regras contra crianças em cortiços, que impossibilitaram principalmente famílias mais numerosas de obter alguma moradia. Até onde acompanhei, isso não

incorreu em prejuízo para essas famílias que até o fim do campo ainda contavam com possibilidade efetiva de atendimento.

As relações de negociação com a COHAB e suas regras para o fornecimento do auxílio aluguel passam, assim, a interferir no próprio processo de coletivização das famílias à espera do atendimento, no sentido de respeito coletivo tanto para não dificultar o processo de negociação como para não prejudicar suas famílias. Paralelamente, a COHAB e a CDHU, tomadas enquanto instituições, apresentam distintas reações à mesma questão.

Na reunião do dia 6 de novembro, foram comemorados os cinco anos da ocupação Prestes Maia, com um bolo ao final. Esse momento foi mais um exemplo de como a conquista do atendimento foi utilizada para favorecer a coletivização dos presentes. Manoel Del Rio afirmou como a Prestes Maia representara uma "longa caminhada", como fôra responsável pela melhoria da vida de muitas pessoas que lá moraram e que sua principal lição foi que não se pode parar de se organizar e lutar, já que o Brasil é uma "máquina mortífera de duas pontas": uma de ricos cada vez mais ricos sem abrir espaço para a outra ponta, a dos pobres. Afirmou que ninguém tinha bola de cristal para previr o final, mas que deu certo, foi um investimento. Mas uma vez falou que a saída para todos os problemas é coletiva. Referiu-se à Prestes Maia como uma "conquista extraordinária", que não tinha notícia de outra vitória assim.

Referiu-se aos cinco anos como "maravilhosos" e afirmou em relação ao poder público: "Se eles lá estiverem nos enganando, vamos dar uma rasteira e se eles não cumprirem, vamos ocupar o Prestes Maia de novo?", ao que a grande maioria respondeu em coro: "Vamos!".

Neti havia estado em reunião de negociação e disse que esta havia sido bastante produtiva. Afirmou que o recurso para a compra dos imóveis já estava disponível e que as famílias poderiam começar a ser chamadas. A COHAB teria pedido para a coordenação dividi-las por renda. Para isso, pediu para ninguém "colocar o chapéu onde a mão não alcançar, não mentir porque não pode pagar". Os apartamentos seriam menores do que em Itaquera, já que moradia no Centro era uma opção cara.

Explicou que a renda a ser informada era familiar para financiamento de até 240 meses, mas a renda de todos os integrantes ficaria comprometida até o término do financiamento. Na reunião, Walter Abraão Filho, Diretor Comercial da COHAB e principal interlocutor dessa instituição nas negociações, disse que os prédios comprados não poderiam ser "favelizados". Neti contrapôs a esse risco o que ela chamou de "briga"

durante anos na ocupação para combater lixo, ter higiene e não ter varal de roupas de frente para a avenida. Muitas pessoas, nesse momento, queixaram-se do acúmulo de lixo que tornaria a ocupação mais feia.

Neti alertou que se as pessoas não tomassem cuidado nos novos locais de moradia, a vizinhança poderia fazer um abaixo-assinado para retirá-las. Disse que gostaria que as pessoas não fossem tratadas como "sem-teto ou ex-sem-teto", o que demonstra, mais uma vez, o acionamento situacional do termo a partir de uma carga simbólica depreciativa e estigmatizante.

A negociação em torno da compra dos imóveis estava se dando a partir da coordenação do MSTC, mas a verba prevista poderia ser utilizada por cada família individualmente. O uso da verba para a compra de prédios inteiros se justificaria pela redução do preço final de cada unidade para cada família.

Nessa reunião com as famílias da Prestes Maia, oito pessoas disseram que queriam procurar por conta própria, individualmente, ao que Neti deixou claro que elas não poderiam trocar de opção depois. Alertou para os elevados preços no Centro, não só para compra, mas também as taxas de condomínio. Pediu para essas pessoas que quisessem procurar individualmente, e não coletivamente, que não "viessem procurar a gente".

Em relação aos solteiros, muitos dos quais não puderam ser atendidos em Itaquera, disse que já tinha até havido discussão que não ia haver atendimento para eles nem no Centro, mas que a coordenação já havia conseguido. Eles iriam morar em kitnetes, perto do metrô. Quando alguém quis saber o endereço exato desse prédio, Neti respondeu de maneira bem-humorada: "Te garanto que é no Centro, mas você já está querendo saber demais". Durante todo esse acompanhamento, a definição dos prédios que seriam comprados era feita em total sigilo, somente a coordenação tinha acesso a essas informações. Neti argumentava nas reuniões que se as pessoas ficassem sabendo antes, poderiam querer conferir o prédio o que poderia comprometer as negociações não só com o poder público, mas com os proprietários.

A declaração de renda constituía um problema sempre levantado durante as reuniões. A renda familiar, no geral, era muito reduzida, o que levantava discussões sobre a possibilidade efetiva de arcar com o financiamento. Uma dúvida muito recorrente nas reuniões vinha de pessoas que se auto-definiam enquanto "autônomas", trabalhando principalmente como camelôs, mas também catadores e diaristas; queriam

saber como proceder para declarar sua renda. Neti freqüentemente respondia que uma declaração de próprio punho referendada por duas testemunhas seria o suficiente.

Na reunião de 13 de novembro, Neti esclareceu que a demanda já havia sido dividida por renda pela coordenação. Um dos coordenadores, usando o contraponto de Itaquera, disse que seriam cinco grupos diferentes nos respectivos prédios, dos quais quatro já estavam definidos. A organização seria necessária para que houvesse pagamento de condomínio e para que cada um assumisse sua responsabilidade: "O movimento faz sua parte, mas cada um tem a sua obrigação".

Os prédios ainda não estavam prontos, pois sempre haveria alguma coisa a fazer. O coordenador disse que a espera pela reforma implicaria numa espera ainda maior; sugeriu assim que as famílias já se mudassem de maneira organizada para iniciar a reforma e quaisquer melhorias já dentro do imóvel. Alguns presentes mostraram-se descrentes em relação a essa possibilidade. Uma mulher comentou que isso nunca iria acontecer coletivamente, já que nem todos fariam, ao que outra retrucou que só faria a sua própria reforma.

Manoel Del Rio falou que tinha que ficar claro que esse atendimento estava ocorrendo devido ao dinheiro do governo de Lula, enfatizando "que nós elegemos" e brincou perguntando se alguém ali tinha votado em Alckmin[101], em caso positivo devia ser "maluco da cabeça".

Houve uma orientação de regras a serem obedecidas nos novos prédios como respeito aos vizinhos, não escutar música com volume alto, manter limpeza a fim de "morar bem no Centro". Jomarina, referindo-se à localização de um dos prédios próximo à Rua Augusta, brincou ao falar que quando era doméstica trabalhou nessa rua chique e que agora iria morar lá.

Neti falou sobre a dificuldade do movimento ser aceito no Centro, pois os prédios não são como em Itaquera. Fez uma analogia das diferenças entre as duas regiões com uma balança de dois pesos, duas medidas: no Centro, os apartamentos seriam menores, kitnetes ou de apenas um dormitório, mas é uma região que oferece empregos; em Itaquera, ao contrário, os apartamentos até seriam maiores, mas faltaria asfalto, ônibus e implicaria altos gastos para se procurar emprego.

Outra questão é que morar no Centro seria uma opção mais cara, pediu então para que as pessoas presentes confiassem na coordenação que faria uma "boa escolha e

[101] Referência a Geraldo Alckmin, candidato pelo PSDB derrotado no segundo turno por Lula nas eleições presidenciais de 2006.

justa". Deu mais uma vez o que chamou de "boa notícia": os solteiros seriam contemplados nos mesmos prédios que casais e famílias, o que representava algo histórico.

Em relação à renda, Neti informou que cerca de 70 famílias receberiam acima de 1.500 reais, o que se situa na maior faixa de renda. Em relação a algumas pessoas que declararam não ter nenhuma fonte de renda, haveria de ter uma conversa com a coordenação, mas tranqüilizou-as afirmando que seriam atendidas, embora tivessem que encontrar formas de conseguir arcar com as despesas de condomínio. Neti afirmou em outro momento[102] que Jomarina e mais algumas coordenadoras da Prestes Maia é que estavam à frente do processo de separação das famílias por renda. Neti, como não havia morado nessa ocupação, não conhecia todas as famílias, restringindo-se a fazer a negociação. Segundo ela, os cinco projetos atenderiam três faixas de renda: baixa, média e alta (acima de 1.500 reais).

Foi pedido mais uma vez que as pessoas fossem honestas na declaração de renda, uma vez que o mais importante seria pagar o condomínio, já que o valor mensal do financiamento não sairia tão elevado. Neti ainda orientou que os próprios moradores deveriam escolher o grupo para coordenar a associação em cada novo prédio e definir coletivamente o valor do condomínio que, segundo outro coordenador, se fosse cobrado por empresas, como em Itaquera, implicaria em valores mais altos.

Em 27 de novembro, Neti iniciou a reunião da seguinte forma: "Boa noite, companheiras e companheiros de luta! Vamos passar o Natal na casa nova ou não?". Disse ter boas notícias, os encaminhamentos estavam satisfatórios e houve a separação das famílias em seis projetos. Tarefa essa que teria se revelado difícil, mas a comissão coordenada por Jomarina teria realizado um esforço de separar as famílias com dignidade, de acordo com a necessidade de cada um, por renda, mesmo os que a tinham reduzida, além de também atender os solteiros. Concluiu afirmando que todos seriam contemplados.

Manoel Del Rio, além de enfatizar a necessidade de organização nesses novos prédios, disse que estava sendo empreendido pela coordenação o esforço para que as famílias se mudassem ainda antes do ano novo, ainda mais porque moradores de cortiços e favelas estavam precisando do apoio do movimento, que nesse momento estava focado na questão da Prestes Maia.

[102] Na reunião da executiva do MSTC em 22 de novembro de 2007.

Neti anunciou que no domingo seguinte a partir de nove horas da manhã haveria conversas separadas com os grupos dos seis projetos a fim de discutir como seria a associação de cada prédio, definir a coordenação, as necessidades de reforma geral e as especificas para cada prédio. Essas ações seriam fáceis para quem havia morado na Prestes Maia; afirmou que a "classe média fala que sem-teto é desorganizado, que leva tudo", mas ao contrário, nas visitas de levantamento dos prédios, viu um prédio de "classe média alta" de onde haviam levado até vaso sanitário[103].

Esse primeiro momento de separação em seis projetos esclarece como se deu a articulação entre os níveis de governo em relação ao atendimento. A prefeitura, através da COHAB, ficou responsável pela execução do atendimento, realizando cadastro, levantado os prédios a serem comprados junto com a coordenação do MSTC e sendo responsável pelo pagamento do auxílio aluguel**.** Mas os projetos contavam com atendimentos de verbas públicas de atendimento habitacional dos outros níveis de governo, o federal e o estadual. O governo federal entrou com o FNHIS, enquanto o governo estadual entrou com carta de crédito e subsídio do Programa de Atuação em Cortiços através de verbas do BID.

No domingo em questão (02/12/2007), Neti coordenou todas as seis reuniões nas quais apresentou os aspectos físicos dos prédios e apartamentos e as reformas necessárias para os prédios, além de adaptações necessárias para os apartamentos, sem explicitar a localização exata, para não "atrapalhar negociação em andamento". Explicou que seria tirada uma administração pelos próprios moradores, a quem caberia negociar todos os custos necessários, tanto para a reforma como mensais. Foi explicada a composição dos valores da carta de crédito e dos subsídios num cartaz, deixando claro qual seria o valor total que cada família deveria pagar mensalmente até completar o financiamento. As pessoas com quem conversei tendiam a achar o valor final a ser pago muito mais barato do que esperavam, alguns inclusive comemoravam o fato de que ia sobrar dinheiro por mês para realizar reformas e comprar móveis para a casa nova.

Sempre havia uma discussão da importância das pessoas pensarem no coletivo e não no individual, como do esforço de pagamento dos condomínios para que ninguém saísse prejudicado,

[103] As alteridades que significam "sem-teto" enquanto categoria identitária tendiam a ser nomeadas a partir de termos como "classe média", "ricos", "poderosos" etc. "Sem-teto", ao mesmo tempo em que assume uma carga simbólica pejorativa marcada pela ausência e por uma estratificação por renda, tem, nessa situação descrita, num momento de reivindicação por moradia no Centro, uma leitura positivada tendo como contraponto a alteridade da classe média que, ao contrário do que se supunha, veio a desenvolver práticas atribuídas, de maneira preconceituosa, aos sem-teto.

Neti sempre pedia para que ninguém se sentisse melhor ou pior do que os outros projetos, já que independente da renda, todos foram atendidos com dignidade. Neti pediu ainda que as pessoas não ficassem no que ela chamou de "efeito sanfona", ou seja, ser atendida dentro de um dos projetos, mas mudar de idéia diversas vezes sobre em qual prédio se fixar. Isso poderia comprometer todo o processo de definição dos moradores de cada prédio e atrasar ainda mais as negociações de compra.

Mesmo sem a localização exata, foi descrito o entorno com os serviços e infra-estrutura oferecidos na região. Em relação a um dos prédios, por exemplo, Neti disse que o prédio era bonito, tinha apartamentos já individualizados, era localizado numa região de classe média alta e que por isso teve mais negociação do que os outros prédios. Afirmou que as pessoas a morarem ali deveriam "aprender a morar com dignidade", sem atrapalhar os vizinhos. Segundo ela, a "dignidade" seria fundamental para quem quer morar no Centro. A ocupação havia sido uma aprendizagem, mas agora o momento era outro; pediu cuidado com volume do som, com as crianças, lixo e disse: "Vocês deixam de ser sem-teto para serem proprietários, mas sem perder suas raízes".

Nas reuniões seguintes, era sempre explicitado o andamento das negociações para cada prédio e os coordenadores sempre alertavam para o preço final a ser pago muito inferior ao valor de mercado dos imóveis.

As negociações envolviam principalmente os proprietários e a COHAB, através de Walter Abraão Filho, seu diretor comercial. Apesar de alguns prédios estarem com negociações mais adiantadas do que outros, Walter teria dito a Neti, pouco depois dessa reunião de domingo, que só estava esperando esse trabalho da coordenação da separação nos diferentes projetos e que estava se esforçando para que a mudança de todos ocorresse ainda antes do Natal.

No entanto, essa definição dos projetos ocorreu já no início do mês de dezembro e as negociações com os proprietários, além da liberação das verbas, não se concluíram até o final do ano. Na última reunião do ano voltada para a demanda da Prestes Maia, no dia 18 de dezembro, Jomarina lamentou que o atendimento iria demorar um pouco, mais do que o esperado e que as pessoas teriam que usar ainda todo o auxílio aluguel.

Neti afirmou que Walter iria usar a listagem realizada pelo movimento dos seis projetos, já que agora seria "responsabilidade deles", aludindo ao papel da COHAB de levar adiante as compras dos prédios a partir da articulação entre os níveis de governo para a liberação da verba e compra dos imóveis. Neti, no entanto, quis deixar claro que "a gente vai ficar com um olho aberto, outro fechado" e que "qualquer coisa, a gente vai

fazer luta". Perguntou: "Alguém aqui tem medo de fazer luta, de ocupar de novo se for preciso?", ao que ela mesmo ressaltou que "a gente não está brincando de casinha" e que faria pressão para que ocorresse efetivamente o atendimento. A forma de pressão seria a volta à antiga moradia, a ocupação Prestes Maia.

Neti se revelou triste e desanimada, mostrando sua identificação com muitos dos presentes e nem ela, nem as demais pessoas que estavam à frente das negociações tirariam férias na espera da solução mais rápida para o atendimento. Na saída, alguns se revelaram descontentes com o atraso, outros resignados, ainda que não esperassem tamanho atraso.

O início do ano não trouxe definições mais concretas dos atendimentos. As reuniões de terça-feira continuaram, havia esforços de agendamentos para que as pessoas começassem a ser atendidas, mas sem grandes avanços.

Já em 12 de fevereiro de 2008, Jomarina em uma dessas reuniões se dirigiu às pessoas que não agüentariam mais tanta demora e que estariam pensando em desistir dizendo que "tudo é uma grande luta". Se não tivesse havido luta, as famílias não teriam conseguido, mas que o atendimento não depende só do movimento e sim dos três níveis de governo.

Neti informou que em visita à COHAB, técnicos voltaram a pedir os mesmos documentos que já haviam solicitado em dezembro, e que negociaram um prazo de 15 dias. Neti quis saber o porquê do atendimento só sair nesse momento, quando a verba do aluguel já estava chegando ao fim, ao que os técnicos responderam que não dependia só deles, mas também de todos os trâmites burocráticos da CDHU. A verba do FNHIS já teria sido liberada.

Neti ainda afirmou que as famílias em necessidade teriam sua situação discutida "no coletivo" e que se até o término desse novo prazo não houvesse atendimento, "depois sinto muito, mas nós vamos voltar à nossa origem", referindo-se à Prestes Maia e que ficariam lá o tempo que fosse necessário até o atendimento. No entanto, finalizou que achava que isso não seria necessário.

Em relação aos projetos, houve uma remodelação de dois, que foram unificados em somente um novo prédio. Um dos prédios estava com o custo unitário muito elevado. O outro era na Rua Avanhandava, o que gerou problemas nas negociações para que famílias do movimento lá se fixassem. Neti explicou como nessa rua havia "restaurantes chiquérrimos", com "calçada privatizada" e que teve que ouvir na mesa de negociação que se as famílias da Prestes Maia se mudassem para lá, ia ter pagode, som

alto e outras práticas que não condiziriam com a freqüência local. Ela se mostrou muito indignada e triste com essas afirmações e a não aceitação pelo entorno do prédio. Em outra ocasião, disse sentir "vergonha e dor no coração ao mesmo tempo", mas acabou aceitando, porque ela havia sido informada sobre até mesmo um possível abaixo-assinado para retirar as famílias[104].

Por outro lado, enquanto se esperava o prazo de 15 dias, foi realizada uma visita das pessoas do chamado projeto 2 ao prédio em que elas morariam (13/02/2008). Localizado na Rua Martinho Prado, foi representado como otimamente localizado, com acesso fácil e bem atendido por serviços e infra-estrutura, embora muitos se queixassem do espaço reduzido, já que se tratavam de kitnetes. Todos consideraram essa visita como sinal de que as negociações estavam em bom andamento. No entanto, a demora extrapolou o prazo de 15 dias.

O excessivo atraso levou a uma multiplicidade de reações por parte das famílias. Muitos se mostravam desanimados e descrentes que o atendimento ocorreria de fato; outros adotaram uma atitude de resignação, já que essa demora seria característica inevitável do "governo" no atendimento aos mais pobres; outros se mostravam impacientes e indignados.

Inclusive uma pessoa resolveu organizar um grupo para ir à COHAB pedir informações, o que foi duramente criticado por Neti, que em reunião com os moradores da Prestes Maia falou aberta e diretamente com essa pessoa que as negociações estavam certas e se encaminhando e que essa pessoa não poderia "atravessar" dessa forma. Outra coordenadora, logo após Neti, afirmou que não poderia haver "rachas no movimento", que a negociação é uma responsabilidade de Neti, pela qual ela é continuamente cobrada tanto pela executiva como pela demanda da Prestes Maia. Pediu para que todos dessem "crédito para essa coordenação" e que Neti não assina nenhum papel sem falar com as famílias e que fica "até feio para o movimento se as famílias começarem a cobrar" independentes da coordenação; esse tipo de atitude seria exatamente o que "eles", o poder público, queriam, que as pessoas não se entendessem com a coordenação.

Na reunião do dia 11 de março de 2008, Neti iniciou dizendo que algumas decisões deveriam ser tomadas naquele dia. Embora mais uma vez fosse haver

[104] A revitalização da Rua Avanhandava, capitaneada pela família Mancini, costuma ser apresentada como um exemplo bem sucedido de "revitalização" do centro de São Paulo, por atrair uma freqüência de setores de maior poder aquisitivo. Ver, a esse respeito, Folha de São Paulo, 19.1.2007.

renovação do auxílio aluguel, as reuniões com a COHAB não estariam avançando. Neti frequentemente relatava detalhes das negociações e de como ela estava sendo pressionada por todos que estavam ansiosos pelo atendimento.

Mas, nesse momento, mais um problema pareceu ter atrasado o atendimento. Uma parcela do FNHIS para a Prestes Maia, por um erro na documentação foi para uma outra região de São Paulo. Com isso, a disponibilidade da verba estadual não seria suficiente para atender à demanda da Prestes Maia.

"Uma andorinha sozinha não faz verão, a luta não é para vocês, é de vocês". Com essa frase, Neti propôs que o que as pessoas decidissem, a coordenação faria, disse estar ao lado da base e querer saber se a base estava com o MSTC também. Com isso, ela propôs três diferentes opções: 1) Formar uma comissão para procurar o Ministro das Cidades e depois, se houvesse necessidade, reocupar a Prestes Maia; 2) Reocupar a Prestes Maia e depois procurar o Ministro; ou 3) Somente receber a verba e aguardar o investimento.

Neti conversara por telefone com a Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães, vinculada ao Ministério das Cidades, a fim de esclarecer o problema da documentação; essa conversa não resolveu a questão. Com isso, a proposta de encontrar o ministro se justificava por ele ser hierarquicamente o principal responsável pelo FNHIS e pela possibilidade dele não estar sabendo desse problema.

Por aclamação, a maioria definiu pela constituição inicial de uma comissão para falar com o ministro. Esse encontro seria um momento de explicar a ele o que estava ocorrendo para que o mesmo pudesse tomar atitudes. Além disso, Neti disse anteriormente que sempre estava levando alguém da demanda Prestes Maia para as negociações, a fim de que ela e a coordenação não fossem os únicos na transmissão das informações.

A partir daí, houve a formação da comissão da qual eu também fiz parte, com o intuito de acompanhar esse processo, além das reuniões de negociação. As tentativas de encontrar o Ministro pessoalmente acabaram se revelando infrutíferas, mas Neti, no intuito de esclarecer as informações sobre a efetiva aplicação do FNHIS agendou reuniões na HABI-Centro e na Caixa Econômica Federal. Também conseguiu encontrar com Inês Magalhães, quando esta realizou uma visita oficial na região metropolitana de São Paulo, em contato anterior por telefone, ela teria dito para Neti que estava interessada em ver como o governo estadual e o municipal estavam agindo, porque estes não estariam se entendendo.

Nessas conversas, o processo burocrático de aprovações e composições entre a Caixa Econômica Federal e a CDHU se revelava cada vez mais complexo. Cada fonte de recursos contava com processos institucionais de difícil apreensão para os integrantes da comissão. Mas Inês Magalhães tranqüilizou Neti sobre a efetiva aplicação do FNHIS.

As mudanças nas regras do jogo, já acertadas anteriormente em relação aos seis projetos, assim, passaram por uma redefinição, uma vez que o dinheiro não foi liberado da forma e na época esperados. Nas reuniões, Neti se esforçava ao máximo para transmitir com a maior fidelidade possível o teor dessas negociações e os valores exatos dos investimentos. Pessoas da comissão, inclusive eu, eram acionadas para explicar diante dos presentes o teor dessas reuniões, mas havia mais incertezas do que certezas.

Ao término do campo, as negociações não haviam avançado muito, mas as famílias continuavam recebendo o auxílio aluguel à espera do atendimento. Em contato posterior, Neti me disse que o próprio Presidente Lula assinara a liberação da verba do FNHIS destinado ao atendimento das famílias da Prestes Maia. Algumas pessoas que estão à espera do atendimento me disseram, já no mês de outubro de 2008, que cada família receberá uma carta de crédito da CDHU de acordo com sua renda e pagará o financiamento apenas do valor referente à subtração do total do valor da carta pelos subsídios estaduais e federais. Mas, essas cartas seriam empregadas, em seu conjunto, para a compra de três prédios no Centro.

3.6 Múltiplas articulações entre o poder público e o MSTC

Os alertas de Ruth Cardoso (1984) servem para pensar essas relações multifacetadas do MSTC com o Estado, quando a autora discute os enfrentamentos teóricos sobre a emergência dos novos movimentos sociais urbanos. Ao tratar os movimentos como resposta espontânea ao autoritarismo e à incompetência dos governos, "a atenção dos cientistas se volta para este sentido 'oposicionista-democrático' das massas urbanas e deixa na sombra a atuação do Estado" (idem: 219). Assim, enquanto esses pesquisadores tratavam os movimentos sociais a partir de seu caráter dinâmico, heterogêneo, espontâneo e conflitivo, o Estado foi tratado de maneira empobrecida: "vemos que a bibliografia passa a desconsiderar progressivamente a análise específica das funções do Estado, permanecendo apenas com o seu caráter

disciplinar e autoritário como um pano de fundo em que se projetam as análises concretas" (idem: 218).

A prática etnográfica se revela de suma importância para se pensar essas relações multifacetadas. Analisando uma etnografia realizada sobre três movimentos de resistência à política habitacional, Ruth Cardoso alerta para o caráter processual e dinâmico das relações entre os movimentos e o poder público, em que "os personagens assumem identidades diferentes e vão mudando seu significado, o que permite compreender os efeitos da atuação de uns sobre os outros" (idem: 225)

A seguinte afirmação é esclarecedora das relações do MSTC com o poder público em relação ao atendimento da ocupação Prestes Maia:

> A continuação da campanha supõe contatos com esferas específicas do Poder Público que podem atuar de maneiras distintas e muitas vezes contraditórias. O conjunto dos órgãos públicos, apesar de submetido a orientações básicas comuns, desenvolvem políticas parciais com objetivos diversificados e oferecem à população usuária faces bastante diferentes. Além do mais, as políticas habitacionais mudam de rumo de tempos em tempos, atendendo a novos objetivos políticos ou a incentivos de fontes financiadoras internacionais (idem: 226)

Ruth Cardoso, assim, contesta a suposição de um Estado apenas centralizado, adotando uma única forma de relação com os movimentos, o que corrobora a etnografia desse processo de atendimento da Prestes Maia.

Vimos como, ainda que haja certas orientações básicas comuns no interior do Estado, seus diversos segmentos assumem, do ponto de vista processual, dinâmicas variadas. Assim, o próprio poder judiciário tem instâncias que tratam a ocupação unicamente pelo seu caráter ilegal, repudiando essa forma de prática política, uma vez que estaria indo de encontro ao direito à propriedade privada. Por outro lado, outras instâncias do mesmo poder judiciário foram acionadas e conseguiram adiar o despejo. A rede movimentalista (DOIMO, 1995) também atuou nessa relação com as instâncias jurídicas. Assim, além da assessoria jurídica do MSTC na figura da APOIO, o COHRE entrou com pedido de cancelamento da reintegração de posse, e o professor universitário entrou com pedido em um tribunal internacional. Isso é ainda mais claro quando se observa a variação das atitudes do poder executivo municipal condicionado pelas diferentes gestões.

Por outro lado, se a etnografia revelou o caráter segmentar do Estado, seu caráter centralizado também reverberou com total força nas práticas do MSTC. Durham

(2004b: 288-9) indica duas formas de organização dos movimentos sociais urbanos que se complementam: 1) organização *formal*, através de mecanismos de representação a partir da eleição de uma diretoria executiva; e 2) organização "comunitária", que , "ao evitar a institucionalização da representação, demanda a participação permanente de todos, tanto no processo de tomada de decisão como na própria execução".

É claro que é difícil realizar uma morfologia do MSTC a partir de características fixas e estáveis, mas essa indicação de Eunice Durham permite pensar como a relação com o Estado é responsável por um esforço de centralização do MSTC a partir de sua coordenação, que assume um papel representativo nas negociações e que convive com o processo democrático interno de tomada de decisões. Por outro lado, a mesma autora afirma que é a carência de bens e serviços que define a coletividade possível, nesse caso a ausência da casa própria:

> Vimos que os movimentos se articulam pela formulação de uma *carência coletiva*. Os indivíduos mais diversos tornam-se iguais na medida em que sofrem a mesma carência. A igualdade da carência recobre a heterogeneidade das positividades (dos bens, das capacidades, do trabalho, dos recursos culturais). No movimento, diante da mesma carência, todos se tornam iguais e vivem a experiência da comunidade" (2004b: 289)

Assim, se ao mesmo tempo em que a relação com o Estado pressupõe uma centralização do movimento, há uma acentuada fragmentação interna que deve ser coletivizada ou reunida, ainda que temporariamente, para favorecer o processo de negociação. Se, no plano público, na relação com o "governo", o movimento se coloca como uma coletividade de iguais, vimos como o atraso do atendimento foi responsável por uma complexa articulação interna de reunião de múltiplas segmentações.

O que pôde ser demonstrado etnograficamente nesse capítulo é que o Estado, assim como o MSTC, também obedece a princípios de segmentaridade, alternando momentos de centralização e segmentação. Fez-se necessário abordar, a partir da noção de segmentaridade, essa percepção da rede de relações envolvendo o MSTC e o poder público.

Ficou claro que o Estado não pode ser tratado unicamente como centralizado em contraponto a outras unidades segmentares. O poder público, embora tenha segmentos e funções que poderiam ser tratados enquanto fixos e estáveis, segue, na verdade, princípios de segmentaridade no sentido de oposição e composição contínua, tanto entre seus segmentos como em relação a segmentos externos, como os movimentos de

moradia. É claro que se trata aqui de aspectos específicos do Estado, quais sejam, as instituições responsáveis por políticas públicas de habitação, mas a partir disso, foi possível ver a flexibilização de seus segmentos.

Por outro lado, o Estado também obedece a princípios de centralização o que, por sua vez, supõe uma centralização dos segmentos que a ele se relacionam que, nesse caso, seria a organização do movimento e sua estrutura representativa e centralizada para negociar com o poder público.

No entanto, vimos que o Estado passa por uma alternância entre centralização e segmentação. As instituições dos três níveis teriam funções pré-estabelecidas, o que poderia levar à percepção de uma segmentaridade fixa e estável. Todavia, mais importante do que apenas diferenciar essas funções, é a percepção dos membros do MSTC que interessa aqui, já que se trata de uma pesquisa etnográfica.

Vimos como contextualmente essa relação pode se dar de uma forma mais complementar, não pensada unicamente por oposição. Assim, se o "governo" tende a ser pensado enquanto contraponto dicotômico, vimos pelas práticas e pelo próprio discurso da coordenação do MSTC como a articulação com esses diferentes segmentos é variável.

A relação não é pautada unicamente por uma oposição binária e marcada por conflitos. No atendimento, houve diferentes posições no poder público, como ficou claro a partir da análise do processo judiciário. A prefeitura alternou sua articulação com o MSTC devido às diferentes gestões. Se o fato da primeira gestão ser do PT ocasionou a desapropriação, a segunda, tida como menos propensa a diálogo com os movimentos e menos preocupada com as classes populares, cancelou o que a primeira havia feito.

Por outro lado, a articulação dessa gestão com os outros dois níveis fez com que essa se colocasse como articuladora e facilitadora do processo de atendimento. Se, inicialmente, a relação era de oposição, a partir do atendimento às famílias houve uma composição ou mesmo complementaridade de interesses. A articulação foi capaz de fazer com que a COHAB alterasse suas formas de atuação, ao oferecer uma verba emergencial não prevista nos seus programas habitacionais.

A verba, mesmo tida como originária a partir de uma articulação favorável com o presidente Lula, demorou a ser aplicada por problemas burocráticos que extrapolam a composição com os movimentos. Houve uma relação segmentar entre os três diferentes níveis no que concerne a sua articulação. A reivindicação do movimento ocasionou,

portanto, essa composição instável entre os três níveis de governo, envolvendo sua complexa burocracia, mas a partir de um comprometimento do atendimento.

Assim, o Estado obedece a princípios de segmentaridade tanto internamente, a partir da difícil articulação em torno da liberação da verba, como em relação ao movimento. A negociação com o movimento, centralizado, condicionou deslocamentos de práticas de atendimento e composição contextual dos diferentes setores, composição essa dificultada pelas regras de atendimento, desconhecidas pelo movimento, o que levou a múltiplas respostas dentro do movimento. Este – centralizado e coletivizado – procurou ações tanto de pressão, como a possível reocupação da Prestes Maia, como de negociação, como busca de esclarecimentos nos diferentes segmentos do Estado.

Não há, assim, somente dois pólos unívocos, fechados, com características estáveis e fixas nessa relação. Não se pode pensar essa relação unicamente a partir de antagonismos postos para dialogar a partir de uma relação conflituosa. Em relação ao atendimento, por exemplo, foi possível perceber essas múltiplas articulações ocasionadas por essas relações segmentares.

A noção de segmentaridade pode, assim, contribuir para um entendimento sobre os movimentos sociais e o Estado que não os trate de forma inequívoca e fixa, como pólos antagônicos e sempre pensados contrastivamente. Tal enfoque pouco revela sobre a multiplicidade de interesses, práticas e propostas de moradia popular para o centro de São Paulo.

Deleuze e Guattari questionam "por que voltar aos primitivos, quando se trata de nossa vida?" (1996: 77), o que constitui o fio condutor de toda a argumentação dos autores para mostrar que não há uma total distinção entre sociedades "primitivas", que seriam segmentadas, e sociedades "com Estado", supostamente centralizadas, como se supunha, afinal de contas "não só o Estado se exerce sobre segmentos que ele mantém ou deixa subsistir, mas possui sua própria segmentaridade e a impõe" (idem: 78).

A esse respeito, algumas análises de Márcio Goldman (2001: 76) tornam-se muito pertinentes. O autor reitera a premissa de que segmentaridade e centralidade estatal se opõem e se combinam simultaneamente. No entanto, isso não implica o fato de que o Estado funcione de modo inteiramente centralizado e quaisquer outras unidades obedeçam a princípios segmentares:

> Ainda que a estrutura segmentar do Estado seja em geral 'dissimulada', ela existe; ao mesmo tempo, unidades claramente segmentares são continuamente cooptadas pelo aparelho de Estado, passando a obedecer a uma lógica de centralização. Entre

segmentaridade e Estado, as relações são de oposição e de composição, e se o 'caráter necessariamente segmentar de, virtualmente, qualquer Estado-nação' (Herzfeld apud Goldman, 2001: 76) tende a ser desconsiderado pelos antropólogos, é preciso reconhecer que a segmentação permanece – ao menos conceitualmente – um componente paradoxalmente necessário do nacionalismo estatal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentei, ao longo desta dissertação, versar sobre os processos de coletivização de um movimento de moradia atuante no centro de São Paulo. A premissa básica que segui é a de que para se pensar a sua atuação enquanto um sujeito coletivo, há que se lançar luz aos processos situacionais e relacionais de convergência da heterogeneidade dessa coletividade, num sentido de práticas e discursos comuns para o atendimento por programas habitacionais no centro de São Paulo.

Se, como vimos, não se pode pensar o MSTC enquanto uma entidade apriorística e dada, a presente etnografia mostrou as amplas e complexas redes de relações e conexões, a partir das quais emergem os múltiplos sentidos do MSTC enquanto sujeito coletivo.

Dessa forma, no primeiro capítulo, narrativas sobre o seu processo de formação e a própria descrição etnográfica de relações entre os movimentos e internas às suas fronteiras sempre fluidas, permitiram lançar luz à necessidade de criação do MSTC e, também, à questão de como essas relações esclarecem sobre seus processos de coletivização.

Essa última dimensão, central para essa pesquisa, foi discutida no segundo capítulo a partir das articulações entre cotidiano e política, com base em duas ocupações organizadas por sua coordenação.

Nesses dois capítulos, pudemos perceber como a apreensão dos significados do MSTC enquanto coletividade foi enriquecida a partir de princípios de segmentaridade. Por um lado, estes lhe dotam de sentido enquanto um sujeito coletivo a partir de discursos e práticas de coletivização que, sempre situacionalmente, acabam fazendo com que múltiplas segmentações convirjam num sentido comum. Por outro lado, pudemos ver como outras relações de composição e oposição muitas vezes não se enquadram nessas fronteiras.

Mas como é da coletivização do que se trata principalmente, quando há uma dissolução de múltiplas segmentações momentânea e situacionalmente, a relação do MSTC com o poder público se torna de suma importância. Afinal de contas, é muito em relação ao Estado que essa coletividade se (re)constrói e se (re)significa continuamente. No terceiro capítulo, foi possível ver como essas relações adquirem um caráter dinâmico e variável, a partir de um foco nesses processos relacionais.

No entanto, muitos autores alertam sobre alguns riscos para os movimentos nas suas relações com o Estado. Ruth Cardoso (1984), por exemplo, atenta para a questão de que os atendimentos por parte do poder público, ainda que tenham deslocamentos e possam ocorrer como decorrência direta das reivindicações populares, normalmente levam à sua fragmentação e separação. Em outro texto (CARDOSO, 1994), a mesma autora alude a estudos que acabam por associar o momento de institucionalização dos movimentos sociais à sua cooptação pelo Estado.

Goldman (2001: 84) também discute como essas relações com o Estado podem levar a processos de captura dessas unidades segmentares que a ele se opõem:

> A *captura*, dizem Deleuze e Guattari, é a "essência interior", ou a "unidade", de todas as formações estatais, e o Estado é capaz até mesmo de imprimir sua forma aos grupos que a ele se opõem ou aos movimentos que dele tentam escapar.

Todavia, essa afirmação não leva o autor necessariamente a uma conclusão pessimista, uma vez que a esses "mecanismos de captura e conjugação respondem sempre, e incessantemente, as conexões, resistências e linhas de fuga".

Se a relação com o Estado pode levar à fragmentação, de um lado, ou à cooptação de outro, ou mesmo à sua captura pelo aparelho estatal, a etnografia aqui realizada, pensando as relações que recortam o MSTC a partir do conceito de segmentaridade, não deixou de revelar aspectos positivos na sua prática política.

Como vimos, divergências políticas ocasionaram a formação dos diferentes movimentos de moradia, inclusive do MSTC. Este se constituiu a partir de uma segmentação do Fórum de Cortiços que, por sua vez, também já havia se separado da ULC. No entanto, essas divergências políticas, mais do que ocasionadas unicamente pelas relações entre os integrantes desses movimentos, tiveram como uma das causas fundamentais justamente a relação com o poder público.

As diferentes concepções de como a "luta" deveria ser realizada, ou seja, como deveriam se configurar as práticas políticas de reivindicação de atendimento por políticas públicas de moradia popular no Centro, foram fundamentais para essas segmentações. No entanto, em vez de considerar essas separações apenas por seu caráter negativo, vimos como isso não impediu que esses segmentos se reúnam contextualmente, seja a partir de uma "tendência federalizante", sob a UMM e a FLM, seja apenas como dois ou mais movimentos para demandas específicas. As próprias

UMM e FLM, que costumam ser representadas e agir a partir de oposições, também podem se relacionar a partir de composições.

A segmentação, pelo seu caráter dinâmico, reversível e contextual, coaduna com as interpretações dos próprios integrantes dos movimentos, que pensam as relações entre os movimentos de moradia a partir de um processo contínuo e indissociável de oposição e composição.

Se as relações com o poder público podem ocasionar essas articulações entre os movimentos, também justificam a formação de coalizões com organizações de outra ordem, como ONGs, universidades, setores religiosos, artistas, e muitos outros agentes e organizações, o que dota os movimentos de moradia e, especialmente em nosso recorte etnográfico, o MSTC, de maior preponderância na correlação de forças com o poder público.

Mas a segmentaridade, como vimos, também recorta o Estado, o que se torna claro tanto nas práticas como nos discursos dos próprios integrantes dos movimentos. Tratar o Estado como bloco unívoco e inimigo contra o qual a "luta" tem que ser direcionada, corresponde a processos também observados, e justifica até mesmo a legitimidade do movimento e sua construção enquanto sujeito coletivo. Por outro lado, vimos como o MSTC também interage com diversos segmentos do Estado de maneira variável e dinâmica. Assim, em vez de supor unicamente práticas mais conflituosas ou combativas como a realização de ocupações, vimos como estas podem ser precedidas de negociações ou mesmo ocasionar negociações a partir de contextos de composição ou oposição entre o MSTC e os diferentes segmentos estatais.

Ainda que não tenham conseguido mudanças estruturais e amplas no atendimento habitacional para a população de baixa renda, os movimentos de moradia conseguiram alguns avanços importantes. A alternância entre negociação e conflitos, e entre centralização e segmentaridade, das práticas políticas de tais movimentos ocasionaram atendimentos a demandas de seus integrantes, que tiveram condições de se fixar no centro da cidade, com maior concentração de infra-estrutura, serviços e ofertas de oportunidades de trabalho, além da constituição de algumas políticas públicas habitacionais para atendimento nessa territorialidade específica.

BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. "Introdução – O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos". In: _____ (orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

ARANTES, Antonio Augusto. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

ARAVECCHIA, Nilce Cristina. *Da luta pela terra urbana à luta pelo direito à cidade: a militância política desafia o conhecimento técnico*. São Carlos, SP: Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Dissertação de Mestrado, 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA MOOCA. *Salário e moradia: a luta é uma só*. São Paulo: *mímeo*, agosto de 1990.

BARNES, J. A. "Redes sociais e processo político". In: Feldman-Bianco, Bela (org.). *A antropologia das sociedades complexas*. São Paulo: Global, 1987.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

BLOCH, Janaína Aliano. *O direito à moradia: um estudo dos movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo.* São Paulo: Universidade de São Paulo; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Dissertação de Mestrado, 2007.

BOISSEVAIN, Jeremy. "Apresentando 'Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões'". In: Feldman-Bianco, Bela (org.). *A antropologia das sociedades complexas*. São Paulo: Global, 1987.

BONETTI, Alinne de Lima. *Não basta ser mulher, tem de ter coragem: uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife-PE*. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais. Tese de Doutorado, 2007.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.* São Paulo: Edusp/Ed. 34, 2000.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Relatório final da Comissão de Estudos sobre Habitação na Área Central*. Vereadores: Nabil Bonduki (presidente), Ana Martins, José Laurindo de Oliveira, Marcos Zerbini e Ricardo Montoro. São Paulo, 2001.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Negros, estrangeiros*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARDOSO, Ruth. "Movimentos sociais urbanos: um balanço crítico". In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. (orgs.) *Sociedade e Política no Brasil Pós 64*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

_____. "A trajetória dos movimentos sociais". In: DAGNINO, Evelina (org.) *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. "O saber, a ética e a ação social". In: *Manuscrito. Revista Internacional de Filosofia*. Vol XIII, n. 2, 1990.

CAVALCANTI, Gustavo C. V. *Uma concessão ao passado: a trajetória da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Dissertação de Mestrado, 2006.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. "Platô 9: 1933 - Micropolítica e Segmentaridade". In: *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia* Vol 3. São Paulo: Editora 34, 1996.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

DURHAM, Eunice R. *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004a.

DURHAM, Eunice R. "Movimentos sociais: a construção da cidadania". In: _____ *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004b.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FARAGE, Nádia. "Instruções para o presente: os brancos em práticas retóricas Wapishana". In: Albert; Ramos (org.). *Pacificando o branco. Cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Editora Unesp/Imprensa Oficial/IRD, 2002.

FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *A antropologia das sociedades complexas*. São Paulo: Global, 1987.

FÓRUM CENTRO VIVO (org.). *Violações dos direitos humanos no centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas. Dossiê de denúncia.* São Paulo, 2006.

FRÚGOLI JR., Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. "O centro de São Paulo: mudanças recentes e a questão da moradia social". *Paper* para o *Séminaire international de recherche: Reínvestir le "centre"*. Paris, 2006.

_____. *Sobre o alcance do conceito de gentrification para pensar sobre intervenções urbanísticas em áreas centrais de cidades brasileiras: o caso de São Paulo*. Texto apresentado no "Primer Congreso Latinoamericano de Antropología", no Simpósio "Ciudad y ciudades" (coordenado por Mónica Lacarrieu e por Heitor Frúgoli Jr.), em Rosario, 11 a 15 de julho de 2005.

GALLOIS, Dominique Tilkin. "Introdução: Percursos de uma pesquisa temática". In: _____ (org.) *Redes de Relações nas Guianas*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

GELL, Alfred. "Strathernograms, or, the semiotics of mixed metaphors". In: *The Art of Anthropology. Essays and Diagrams*. London/New Brunswick: The Athlone Press, 1998.

GOLDMAN, Márcio. "Segmentaridades e movimentos negros nas eleições de Ilhéus". *Mana. Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 2, p. 57-94, 2001.

_____. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. "Mais além da 'cultura': espaço, identidade e política da diferença". In: ARANTES NETO, A. A. (org.). *O Espaço da Diferença*. Campinas-SP: Papirus, 2000.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HERZFELD, Michael. *Anthropology Through the Looking Glass. Critical Ethnography in the Margins of Europe*. New York/Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

KOHARA, Luiz Tokuzi; CARICARI, Ana Maria (org.). *Cortiços de São Paulo: soluções viáveis para habitação social no centro da cidade e legislação de proteção à moradia*. São Paulo: Mídia Alternativa, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos; Salvador-BA: CESE, 2006.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

LARAIA, Roque. "Ética e antropologia – Algumas questões". *Série Antropologia*, n. 157. Brasília: UNB, 1993.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2005.

LEACH, Edmund R. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

LEITE, Rogério Proença. "Contra-usos e espaço público: nota sobre a construção dos lugares na *Manguetown*". *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* vol. 17, nº49, junho de 2002, p. 115-134.

MARCUS, George. "Ethnography in/of the World System: the emergence of multi-sited ethnography". *Review of Anthropology,* vol. 24, 95-117, 1995.

MARQUES, Eduardo; SARAIVA, Camila. "As políticas de habitação social, a segregação e as desigualdades sociais na cidade". In: *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

MAYER, Adrian C. "A importância dos 'quase grupos' no estudo das sociedades complexas". In: Feldman-Bianco, Bela (org.). *A antropologia das sociedades complexas*. São Paulo: Global, 1987.

MINTZ, Sidney. "Encontrando Taso, me descobrindo". In: *Dados. Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 27, n.1, 1984.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Vagner Gonçalves et alii (org.). *Antropologia e seus espelhos*. São Paulo: FFLCH/USP, 1994.

SKLAIR, Jessica. *Relações de segregação: novas práticas filantrópicas entre a elite paulistana*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Dissertação de Mestrado, 2007.

SMITH, Neil. *The new urban frontier: gentrification and revanchist city*. Londres/Nova York: Routledge, 1996.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org.) *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

TSUKUMO, Isadora T. L. *Habitação Social no Centro de São Paulo: legislação, produção, discurso*. São Paulo: Universidade de São Paulo; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Área de Concentração: Habitat. Dissertação de Mestrado, 2007.

WAGNER, Roy. "Are There Social Groups in the New Guinea Highlands?". In: Leaf, Murray J. (ed.) *Frontiers of Anthropology: An Introduction to Anthropological Thinking:* 95-122. New York: D. Van Nostrand Company, 1974.

ZUKIN, Sharon. “Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder”. In: Arantes Neto, Antonio Augusto (org.). *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papirus, 2000.

Artigos de Imprensa

BAPTISTA, R. “Entidades de sem teto promovem ato no centro para pedir verbas”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6.7.2005, p. C4 (Cotidiano).

BRUM, Eliane. “Isso é um crime”. *Época*. Nº 421, 12 de junho de 2006.

CAMPOS, Cleiton. “A vida na (des)ocupação”. *Rolling Stone*, nº 9, junho de 2007.

CAPRIGLIONE, L. “Sem-teto critica Lula e promete invasões”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26.4.2004c, p. C1 (Cotidiano).

CARVALHO, M. C. “Entidades querem ‘efeito São Vito’ ampliado”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17.08.2003, p. C11 (Cotidiano).

CARVALHO, Mário César. “SP tem de se tornar uma cidade compacta”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10.10.2004, p. C3 (Cotidiano).

FERNANDES, F. “ ‘Nem conseguimos tirar as coisas’, diz ex-ocupante”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26.10.2004, p. C3 (Cotidiano).

FERNANDES, F.; RAMOS, V. “Sem-teto invadem 7 imóveis em São Paulo”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2.11.2004, p. C4 (Cotidiano).

FOLHA DE S. PAULO. “150 famílias invadem prédio”. São Paulo, 1.8.2004, p. C7 (Cotidiano).

FOLHA DE S. PAULO. “Movimentos se reúnem para decidir novas ações”. São Paulo, 21.4.2004, p. C4 (Cotidiano).

FOLHA DE S. PAULO. “Sem-teto invadem imóveis da União em SP”. São Paulo, 8.3.2005, p. C3 (Cotidiano).

FOLHA DE S. PAULO. “Sem-teto promovem onda de invasões”. São Paulo, 20.4.2004, p. C1 (Cotidiano).

FOLHA DE SÃO PAULO. *Um dia histórico: nasce a primeira rua revitalizada do centro de São Paulo*. Informe publicitário. São Paulo, 19.1.2007.

LÍSIAS, Ricardo. “O sonho e o despejo”. *Carta Capital*. Nº 386, 29 de março de 2006.

MENA, F.; FERNANDES, F. “Cercado, grupo de sem-teto deixa prédio”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9.11.2004, p. C7 (Cotidiano).

Documentos

CARTA da Pesquisadora do COHRE – Programa das Américas para o Juiz de Direito da 25ª Vara Cível do Foro Central da Capital, referente ao processo nº 583.00.2003.018530-4. Porto Alegre, 9.2.2006

CONCLUSÃO da Possesórias em Geral (Reintegração, Manutenção, Interdito), relativas ao Processo nº 000.03.018530-0. Fl. 37/42. São Paulo, 12.3.2003.

OFÍCIO do Secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano Paulo Teixeira para o Juiz de Direito da 25ª Vara Cível do Foro Central da Capital, nº 469/SEHAB-G/2003. Prefeitura do Município de São Paulo/Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano/Superintendência da Habitação Popular – HABI, 6.6.2003.

OFÍCIO de André Isnard Leonardi, respondendo pelo expediente da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, para o Juiz de Direito da 25ª Vara Cível do Foro Central da Capital, nº 834/SEHAB-GABINETE/2003. Prefeitura do Município de São Paulo/Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano/Gabinete do Secretário, 24.10.2003.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Liminar de pedido de reintegração de posse redigido por Mabel Schiavo Tucunduva Prieto de Souza, 95ª Promotora de Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital. São Paulo, 9.5.2006.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA. Polícia Militar do Estado de São Paulo. Ofício Nº 7BPMM-652/03/06 do Comandante do 7º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano ao Exmo. Sr. Juiz de Direito da 25ª Vara Cível. Assunto: Data para realização de Reintegração de Posse. Referência: Ofício nº 000385/2006-mmsdv (Processo nº 583.00.2003.018530-4/000000-000. Ordem nº 310/2003). São Paulo, 13.11.2006.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fórum Central Civel João Mendes Júnior - Processo nº 583.00.2003.018530-4. Despacho proferido: Fls. 1.057/1.058. São Paulo, 13.2.2007.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fórum Central Civel João Mendes Júnior - Processo nº 583.00.2003.018530-4. Despacho proferido: Fls.1077, 1072, 1078 e 1083. São Paulo, 23.2.2007.

Sites consultados

www.caixa.gov.br/habitacao

www.midiaindependente.org

www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao

ANEXOS

ANEXO I

POR UM PROGRAMA HABITACIONAL PARA OS TRABALHADORES SEM-TETO DA CIDADE DE SÃO PAULO

(TESE APROVADA NA ASSEMBLÉIA GERAL DO MSTC – DEZ/2003)

A questão habitacional na maioria das cidades brasileiras é gravíssima. Estatísticas revelam que, no Brasil, o déficit habitacional atinge 6.656.526. Entretanto, encontram-se vazios 6 milhões de domicílios.

Desse modo, não se trata apenas de construir novas unidades mas adotar políticas abrangentes para resolver a questão habitacional.

A cidade de São Paulo expressa bem esse quadro dramático nacional. Um milhão e 900 mil pessoas moram em favelas (FIPE, 94). Um milhão em cortiços. Cerca de três milhões vivem em moradias precárias. Esta realidade se agrava a cada ano que passa. O número de favelados evoluiu de um milhão e duzentos mil, em 1990, para quase dois milhões no ano de 2000. O número de cortiços também aumentou. As moradias precárias nas periferias (áreas não urbanizadas) cresceram assustadoramente. A população de rua atinge quase 15 (quinze) mil almas.

Os fenômenos que geram o drama habitacional na cidade de São Paulo são vários. Mas, a base principal está:

a) Nos valores miseráveis dos salários. Estes não cobrem nem um terço das necessidades básicas dos trabalhadores de baixa renda;

b) No desemprego que atinge 2 milhões pessoas. Isto agrava ainda mais a situação dos trabalhadores sem-teto;

c) Na violenta especulação imobiliária que eleva o preço dos imóveis e dos aluguéis (enquanto a inflação medida pelo IPC na vigência do Plano Real foi de 92,5%, os aluguéis subiram 538,68%);

d) Finanças públicas drenadas para o setor parasitário (agiotas e rentistas) nacionais e internacionais. Somente a Prefeitura de São Paulo é obrigada a imobilizar mais de um bilhão de reais por ano. Juntando os diversos entes

federados, mais de 40% das finanças públicas vão para os cofres do setor parasitário, improdutivo.

Estes fatores combinados excluem os trabalhadores sem-teto das regiões urbanizadas. São empurrados para a periferia, que não pode ser considerada área rural e tampouco espaço urbano, pois não é nem uma coisa, nem outra. Em muitos casos, são áreas de mananciais. E ali ficam atirados às moscas, pois a lei de manancial impede a construção de equipamentos urbanos nessas regiões.

Todos os dados estatísticos revelam: os trabalhadores de baixa renda não têm acesso à moradia digna e, por conseqüência, estão excluídos das regiões urbanizadas. Enquanto só no Centro expandido da cidade encontram-se mais de 400 prédios e terrenos inteiros fechados ou sub-utilizados por mais de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos.

O Censo do IBGE/2000 quantificou a contradição habitacional da cidade de São Paulo. Ao lado de 420.327 domicílios vazios e ociosos, existem milhões de trabalhadores sem-teto. A população do centro da cidade diminuiu em 20% (vinte por cento): saíram 101.327 pessoas dessa região urbanizada nos últimos dez anos, deixando quase 20 mil domicílios vazios.

A tabela seguinte revela um quadro mais amplo da expulsão dos trabalhadores de baixa renda das regiões urbanizadas para bairros periféricos:

MIGRAÇÃO POPULACIONAL INTERNA NA CIDADE DE SÃO PAULO – CENSO IBGE /2000			
Bairros periféricos sem urbanização	***Acréscimo de população em % 1991/2000***	***Bairros centrais urbanizados***	***Saída de população em % - 1991/2000***
Anhangüera	+210,30	Pari	-31,82
Cidade Tiradentes	+97,92	Brás	-26,93
Parelheiros	+84,36	Bom Retiro	-26,47
Vila Andrade	+77,08	Sé	-26,04
Grajaú	+71,34	Itaim Bibi	-24,34
Iguatemi	+69,99	Cambuci	-22,79
Jaraguá	+56,17	Santo Amaro	-20,91
Perus	+52,73	Pinheiros	-20,66

Marsilac	+40,45	Vila Guilherme	-19,97
Lajeado	+39,92	Jardim Paulista	-19,85
Jardim Ângela	+36,71	Barra Funda	-19,03
Vila Jacuí	+39,09	Liberdade	-18,88
São Rafael	+39,25	Consolação	-18,45
Tremembé	+30,95	República	-17,89
Itaim Paulista	+30,26	Santa Cecília	-17,15
Capão Redondo	+25,26	Morumbi	-15,34
Brasilândia	+22,49	Campo Belo	-14,93
Guaianases	+20,60	Lapa	-14,58
Campo Limpo	+19,67	Jaguará	-13,75
Cidade Líder	+19,31	Casa Verde	-13,70
Cangaíba	+18,27	Mooca	-12,21
São Domingos	+17,67	Tucuruvi	-11,36
Vila Curuçá	+17,63	Alto de Pinheiros	-11,79
Cachoeirinha	+17,24	Carrão	-11,19
Jardim Helena	+17,07	Moema	-10,15
Parque do Carmo	+16,77	Vila Prudente	-10,70
Jardim São Luís	+16,00	Vila Medeiros	-10,02
Itaquera	+14,72	Socorro	-09,46
Cidade Dutra	+12,59	Butantã	-09,46
Ermelino Matarazzo	+11,53	Água Rasa	-09,75
Campo Grande	+11,16	Limão	-09,30
Raposo Tavares	+09,28	Santana	-09,18
Sapopemba	+09,46	São Lucas	-08,62
Rio Pequeno	+08,66	Vila Maria	-08,31
Sacomã	+07,68	Penha	-07,44

A migração de aproximadamente 600 mil pessoas da cidade de São Paulo para as cidades-dormitórios, como Itaquaquecetuba, Francisco Morato, Ferraz de Vasconcelos etc., obedece à mesma lógica revelada pela tabela acima.

Ligado ao fenômeno da expulsão dos trabalhadores de baixa renda das regiões urbanizadas, acompanha o processo de constituição de grandes bolsões de moradias

precárias, que são os cortiços e favelas. Seja, os trabalhadores são forçados a sair de uma situação razoável e, para fugir do aluguel, vão morar nas favelas, à beira de rios, áreas de risco ou em habitações completamente degradadas. Embora estas moradias encontrem-se no meio da cidade, os trabalhadores vivem amontoados e sem as mínimas condições de usufruir da vida urbana.

Segundo o Centro de Estudo da Metrópole, A CADA OITO DIAS A CIDADE GANHA UMA NOVA FAVELA. De 1991 a 2000, foram erguidas 464 favelas. Em média, 74 pessoas se tornavam faveladas por dia. Enquanto a população da cidade aumentou no período (1991-2000) em 8%, o número de favelados cresceu 30%.

Essa violenta migração interna é provocada por aqueles fatores apontados: baixo salário, desemprego, finanças públicas drenadas para o setor parasitário da economia e especulação imobiliária. Este último fator - especulação imobiliária - tem se revelado de grande eficácia, pelo fato de impedir o acesso dos trabalhadores de baixa renda à moradia, que ocorre devido aos preços extorsivos das terras e imóveis. Estes preços inviabilizam a construção de moradias populares. Assim que a região recebe investimentos públicos, fica aparelhada de equipamentos urbanos, e pronto! O preço dos imóveis dobra, os aluguéis sobem de preço.

Os programas habitacionais hoje existentes, como PAR e PAC, não atendem às famílias com renda de até 3 salários mínimos. E são extremamente tímidos para enfrentar os desafios encontrados. Deste modo, os trabalhadores de baixa renda não são atendidos e continuam sendo expulsos das regiões urbanizadas.

Diante da situação exposta, é necessário agir em duas direções de forma combinada:

1. Destinar o máximo de recursos públicos possíveis a fim de implantar um programa habitacional que atenda as famílias de baixa renda e fixe os trabalhadores nas áreas urbanizadas, perto do mercado de trabalho, acompanhado de programas sociais complementares. Consolidar políticas públicas permanentes para atender famílias de até 3 salários mínimos.

2. Criar instrumentos de política de desenvolvimento urbano que disciplinem o uso da propriedade urbana, colocando-a em prol do bem coletivo, implantando a função social da propriedade. Utilizar os instrumentos legais já existentes, como a Constituição Federal, o Código Civil, o Estatuto da

Cidade, o Plano Diretor, para dar função social aos imóveis vazios, abandonados. Mas é necessário avançar mais, é preciso edificar Leis que agilizem e tornem efetivos os instrumentos de desapropriação e até de expropriação de propriedades abandonadas. Sem atacar a especulação imobiliária de modo adequado, a cidade não acolherá seus trabalhadores.

Para concretizar os objetivos dos trabalhadores sem teto de baixa renda, devemos aprovar as seguintes medidas:

1. Plano Integrado de Desenvolvimento Social, capitaneado por projetos habitacionais (prioridade absoluta) e implantado especialmente nas regiões urbanizadas - para que os trabalhadores de baixa renda deixem de ser expulsos das regiões servidas de equipamentos urbanos e morem perto do trabalho. Para tanto, é preciso combinar diversas frentes de investimento social:

1.1. Emergência habitacional – Destinar de imediato 100 prédios vazios e abandonados para atendimento de emergência de 10.000 famílias, que estão sendo despejadas e/ou morando em condições precárias, famílias de até 3 salários mínimos. Os prédios deverão ser destinados aos movimentos organizados que os adaptem com o esforço dos atendidos, assessorados por equipes técnicas, mas que sirvam de moradia já.

1.2. Destinar o máximo de recursos possíveis para programas habitacionais a fim de atender trabalhadores sem-teto de baixa renda de até 5 salários mínimos. Destinando 70% dos recursos para atender famílias de até 3 salários mínimos e 30% para atender famílias de 3 a 5 salários mínimos. Orientando-se pelas seguintes medidas:

1.2.1.Disponibilizar 10.000 (dez) mil moradias/ano nas regiões urbanizadas. Especialmente naquelas onde as expulsões dos trabalhadores sem-teto são maiores (conforme último Censo, ver tabela pág. 2). Mas, especialmente em regiões onde o movimento de moradia organizado reivindica projetos. Desenvolver, em larga escala, na região do Centro Expandido, o programa de Locação Social;

1.2.2. Promover a regularização fundiária, por meio do Programa Lote Legal;

1.2.3. Reurbanizar favelas, começando por aquelas que estão em situação mais precária;

1.2.4. Fornecer cesta de material para quem possuir espaço para construir e/ou carta de crédito para compra de moradia ou reforma;

1.2.5. Desenvolver projetos de saneamento do meio ambiente e arborização visando regularizar as moradias em área de manancial;

1.2.6. Criar o Fundo Municipal de Habitação Popular, canalizando todos os recursos do Governo Estadual, Federal, Municipal e outros, com o objetivo de executar os programas habitacionais do Município.

1.3. Apoio complementar aos trabalhadores de baixa renda - Projetos educacionais: cursos de alfabetização, supletivos, profissionalizantes, nas comunidades organizadas para atender os trabalhadores de baixa renda;

1.4. Plano de emergência para desempregados e trabalhadores de baixa renda: frente de trabalho, bolsa-escola, bolsa-trabalho e renda mínima para apoiar os moradores de rua;

1.5. Assegurar o ingresso nas escolas e creches de todos os filhos de trabalhadores com renda de 0 a 3 salários mínimos;

1.6. Implantar espaços culturais que viabilizem a participação dos jovens e de todos os integrantes das famílias de baixa renda.

2. Participação popular - os projetos habitacionais e sociais devem:

2.1. Ser desenvolvidos em parceria com o Movimento Social Organizado, que indica a demanda e supervisiona a implantação dos programas;

2.2. Garantir a participação e controle da comunidade atendida;

2.3. O grupo de famílias deve contribuir e acompanhar a execução do empreendimento por meio da auto-gestão. Que seja constituída uma Associação de Moradores para dar continuidade aos programas de desenvolvimento social. Essa Associação, ligada a um movimento social mais amplo, será responsável pela gestão do espaço, após a entrega do projeto aos moradores.

3. Aprovar Instrumentos de Política de Desenvolvimento Urbano, pautando-se pelo Estatuto da Cidade/Projeto de Lei nº 181/1989, cujas diretrizes devem orientar a utilização do estoque de propriedades imóveis, destinando-as para fins sociais. Aprovar de imediato as seguintes medidas:

3.1. Incidência de imposto (predial e territorial), fortemente progressivo para imóveis vazios, sem utilização por mais de ano e dia. Rever a isenção do IPTU pelo tamanho e valor do imóvel. Cobrar pela quantidade de imóvel, um imóvel isento, os demais progressivo;

3.2. Que a valorização dos imóveis, decorrente de investimentos públicos, seja tributada pela Contribuição de Melhoria, a fim de que o investimento social volte para ser utilizado em moradia popular e fins sociais;

3.3. Que os proprietários inadimplentes, devedores de impostos da Prefeitura, sejam obrigados a ceder sua propriedade em troca dos débitos tributários. Esses imóveis só poderão ser utilizados para fins sociais. Utilizar as normas existentes no Estatuto da Cidade, Código Civil, Plano Diretor, e construir legislação para esse fim;

3.4. Que os imóveis fechados por mais de dois anos sejam desapropriados e devem ser reutilizados para moradia popular;

3.5. Que todas as propriedades imóveis provenientes de enriquecimento ilícito (da corrupção, sonegação de impostos, tráfico de drogas) sejam desapropriadas sem indenização a seu injusto possuidor e destinadas a investimentos sociais, especialmente moradia popular;

3.6. Que em toda cidade urbanizada, especialmente nas áreas centrais da cidade, sejam reservadas áreas para assentamento de população de baixa renda (ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social);

3.7. Que os imóveis de outros entes federados (Estado, Governo Federal), Autarquias e Fundações Estatais existentes no Município, sem destinação específica, sejam utilizados para projetos de moradia popular e equipamentos sociais.

Recomendação: Realizar um amplo mapeamento das propriedades imobiliárias a fim de localizar os latifúndios urbanos, grileiros, devedores de impostos, bem como o uso real de cada imóvel (terrenos e edificações), qual a valorização de cada empreendimento etc. Estas informações deverão ser objeto de ampla discussão que servirá de base para formulação de política urbana e do que é a função social da propriedade.

4. <u>Organização e instâncias de decisão do MSTC – Movimento Sem Teto do Centro.</u>

O MSTC constitui-se de organizações de base – Grupos de lutadores por moradia, estruturados nos bairros, em comunidades. Esses Grupos são a porta de entrada da família no Movimento. Onde os participantes seguem um Regulamento aprovado pelo MSTC.

Outra instância de participação são as Associações de Moradores. Em cada Projeto conquistado ou Ocupação estruturada será constituída uma Associação de Moradores, com personalidade jurídica própria, Estatuto e Regulamento Interno, e grupo de coordenadores que empreendem a gestão do Projeto. Esta Associação é filiada ao MSTC e segue as diretrizes aprovadas no MSTC.

As decisões serão tomadas em Assembléias Gerais. Nesta instância, elege-se sua direção e definem-se os rumos e passos a serem traçados pelo Movimento.

A Diretoria do MSTC e Conselho Fiscal constituem a Direção Executiva. A Direção Executiva reúne-se com a Coordenação Geral, formada por representantes dos Grupos de Base e das Associações de Moradores.

5. <u>Diretrizes do MSTC – Movimento Sem Teto do Centro</u>

O MSTC seguirá as seguintes diretrizes:

a) Por meio da luta permanente e legítima, pleitear recursos públicos para o desenvolvimento de programas habitacionais e sociais, que atendam as necessidades das famílias de baixa renda, sem-teto;

b) No processo de luta por moradia, organizar as famílias o máximo possível, em grupos de base, em associações de moradores e no próprio MSTC. Estas organizações devem ser autônomas e permanentes, porém articuladas no MSTC. Os procedimentos devem assegurar a participação democrática das pessoas e famílias. Também devem garantir o desenvolvimento das famílias e de suas lideranças, para que seus participantes sejam agentes de suas próprias diretrizes;

c) Articular-se, unir-se, somar o máximo possível com outros grupos populares de luta por moradia, prioritariamente, mas também com outras lutas populares. Em primeiro lugar, para conseguir seus objetivos específicos. Em segundo lugar, mas combinado com o primeiro, buscar a construção de um movimento social forte, que ataque as causas das desigualdades sociais;

d) Nas conjunturas eleitorais, engajar-se na eleição de governos e parlamentares, comprometidos com a luta e interesses do povo pobre;

e) Eleitos governos democráticos e populares, estabelecer parcerias para implementar projetos habitacionais e/ou sociais de interesse dos sem-teto que permitam assegurar implementação de políticas públicas permanentes de interesse popular.

São Paulo, dezembro de 2003

ANEXO II

Regulamento dos Grupos de Base

1. POR QUE ESTE REGULAMENTO

O objetivo deste regulamento é garantir a democracia interna em nosso Grupos de Base. Garantir a participação de todos, a igualdade de condições, evitando que haja injustiças ou privilégios.

Nosso Movimento cresceu muito. Com centenas de famílias participando, fica difícil conhecer todas as pessoas, o grau de participação de cada um e a disposição de luta. Por isso, é necessário ter regras claras, desde que sejam discutidas e aprovadas por todos.

2. INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA

Os Grupos de Base organizados pelo MSTC não estão vinculados a nenhum partido político, crença religiosa ou a qualquer outra instituição. Individualmente, cada pessoa pode ter seu partido, sua religião, etc. mas o Grupo de Base, enquanto tal, está aberto a TODOS os trabalhadores, sem distinção.

3. QUEM PODE PARTICIPAR DO MOVIMENTO

Os moradores dos quintais, cortiços, pensões, favelas da região e os trabalhadores das fábricas, do comércio e serviços:

- que moram de aluguel
- que vivem de favor ou em casa de parentes
- que recebem renda de até 10 salários-mínimos
- maiores de 18 anos, ou acima de 16 anos, desde que tenham vida própria
- e que tenham disposição para lutar coletivamente

Obs.: Não podem participar pessoas que, embora paguem aluguel, são intermediários, isto é, realugam cômodos.

4. COMO DEVE SER A PARTICIPAÇÃO:

- É obrigatório comparecer a todas as reuniões, atos, passeatas, ocupações, palestras, festas ou qualquer manifestação organizada pelo MSTC.
- A ocupação é a forma mais importante de luta. É o verdadeiro teste para medir a disposição de luta, o companheirismo, o grau de compreensão de cada um a respeito do

problema da moradia. É preciso participar desde o primeiro dia. Quem não participa das ocupações decididas pelo conjunto, fica fora das futuras conquistas.

- Ninguém pode participar no lugar de outro. Ou seja, ninguém poderá representar um participante do Movimento. Devem sempre estar presentes o marido, ou a mulher, ou filhos solteiros com mais de 18 anos que morem junto com os pais.

- É importante não apenas estar presente, mas participar ativamente, com interesse, dando opiniões, sugestões, colaborando nas tarefas necessárias ao funcionamento do grupo, integrando as comissões de trabalho. É indispensável agir com solidariedade, companheirismo, respeito mútuo e sinceridade para com todos. É preciso ter humildade, reconhecer os próprios erros, ser compreensivo para com os outros companheiros. Assumir e cumprir os compromissos.

- Convidar amigos e vizinhos para participar, trazendo mais pessoas para o Movimento.

- Ninguém pode entrar no Movimento pensando em conseguir moradia para depois revendê-la.

5. FUNCIONAMENTO DO GRUPO: DEMOCRACIA INTERNA

a) Instância de decisão: nas reuniões são tomadas as decisões pelo conjunto das famílias que participam do Grupo, observando-se as decisões das plenárias e assembléias do MSTC, que são as instâncias coletivas superiores.

Deve-se garantir o máximo de democracia possível nas reuniões, estimulando a participação de todos, incentivando a tomar a palavra, dar opiniões, sugestões, fazer as críticas, etc. O máximo de atraso tolerado nas reuniões é de meia hora. Quem chegar depois, fica com falta.

Quem se ausentar por dois meses, sem apresentar nenhuma justificativa, deixa de fazer parte do Movimento.

b) Coordenação: cada Grupo de Base deve eleger, em reunião ampla, 01 Coordenador para representá-lo no conjunto da Coordenação do MSTC. São tarefas desse Coordenador:

- encaminhar as decisões das reuniões, cumprindo rigorosamente o que foi decidido pelo Grupo. Nenhum Coordenador decide nada sozinho.

- representar o Grupo de Base em todas as atividades do MSTC.

- encaminhar todas as deliberações da Coordenação do MSTC junto a seu Grupo.

6. SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA:

O Grupo de Base deve ter um Fundo para cobrir os gastos que se fazem necessários durante as lutas. Por isso, cada família participante deve contribuir com uma taxa mensal deR$ 5,00 (cinco reais). Devem ser organizados também bingos, festas, rifas e outras atividades. Este fundo deve servir para os gastos de:

- aluguel de ônibus, quando necessário para as idas às manifestações, etc.
- impressão de boletins específicos ou qualquer outro material gráfico;
- pagamento ao MSTC da taxa mensal de R$ 2,50 (dois reais e ciincoenta centavos) por família participante.

O Coordenador deve fazer uma prestação de contas mensalmente, em reunião do Grupo. Nenhum Coordenador está autorizado a pegar dinheiro individualmente. Se o fizer, será expulso do Movimento.

7. SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS PARA ENTRAR NOS PROJETOS CONQUISTADOS:

A participação das famílias nas atividades do Grupo e do MSTC será traduzida em uma pontuação, de acordo com o tempo e o grau de participação, a saber

a) para cada reunião: 1 ponto
b) participação em atos: 3 pontos cada
c) participação em comissão de trabalho: 1 ponto
e) contribuição financeira: 1 ponto a cada mês que contribuiu.

Carteira de membro do Grupo: a cada participante cadastrado no Grupo será entregue uma Carteira, onde serão feitas as anotações referentes à sua participação.

A cada conquista, a Coordenação do Grupo deve fazer um levantamento de todos os participantes, para definir quem se credenciou para o Projeto, a partir dos critérios acima, e submeter à Assembléia do Grupo, convocada para esse fim.

Observações:

- participar de ocupação é critério de seleção; quem não participou de ocupação está automaticamente fora do projeto conquistado, podendo continuar participando do Grupo de Base.
- desde que morem juntos, o casal tem direito a uma casa.

- o solteiro pode participar do Grupo de Base, com direito a entrar num projeto de habitação. No caso de mais de um solteiro de uma mesma família, vai um para cada projeto.
- quem quiser mudar de projeto, deve dirigir-se à Coordenação e desistir do projeto do qual participa. A partir daí, ele entra na lista de reserva do projeto pretendido, sem nenhuma garantia. Se houver alguma desistência, ele passa a integrar o novo projeto. Se não, fica aguardando outro.

8. PUNIÇÕES:

Todos os casos de não cumprimento de qualquer um dos ítens deste regulamento serão primeiro discutidos na reunião do Grupo de Base. Reconhecida a falta, cabe ao Grupo decidir e aplicar a punição necessária, que poder variar entre a suspensão e a expulsão do grupo. As pessoas em questão terão direito de defesa na reunião. Em casos mais difíceis, a Coordenação do MSTC pode contribuir para avaliar e auxiliar na decisão.

ANEXO III

(SP) Termo de cooperação entre Prefeitura e MSTC

TERMO DE COOPERAÇÃO

Pelo presente termo de cooperação, as partes abaixo assinadas, assumem os compromissos abaixo descritos, que se comprometem reciprocamente a cumprir:
PARTES:

Prefeitura do Município de São Paulo, neste ato representada pelo assessor especial do Gabinete, Sr. Wagner Gama, autorizado através de contato telefônico pelo Secretário Municipal da Habitação Orlando de Almeida Filho.

MSTC - Movimento dos Sem Teto do Centro, neste ato representado por sua representante Ivanete de Araújo.

COMPROMISSOS

A PREFEITURA SE COMPROMETE A:

1) providenciar junto à Secretaria de Habitação o cadastramento e encaminhamento dos moradores do Edifício Barão de Piracicaba, localizado a Alameda Barão de Piracicaba 165, atuais beneficiários do programa bolsa aluguel, no total de 28 (vinte e oito) famílias, objetivando o atendimento habitacional em imóveis da CEF - PAR, SEH-CDHU ou SEHAB-COHAB localizados na região leste da cidade, Subprefeituras Itaquera, Guaianazes, São Matheus e Cidade Tiradentes.
Também serão atendidos no empreendimento Vila dos Idosos, localizado na Subprefeitura da Mooca, Bairro do Pari 3 (três) famílias, que se enquadrem neste programa de atendimento aos idosos.
A cada uma das 31 (trinta e uma) famílias aqui citadas, será fornecido a ajuda de custo para fins de saldo de aluguel, transporte, mudança, a quantia única de R$300,00 (trezentos reais) a ser pago até dia 05 de Marco de 2007.

2) em conjunto com o Ministério das Cidades e Caixa Econômico Federal, Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo e CDHU, Secretaria Municipal de Habitação e COHAB, encaminhar nos dias 22 e 23 de Fevereiro soluções conjuntas para atender definitivamente a ocupação do edifício localizado a avenida Prestes Maia, conforme cadastro elaborado pela SEHAB-HABI. A Pauta da reunião a ser proposta pela Prefeitura consistirá do seguinte:

a) pela Prefeitura: atendimento emergencial as famílias cadastradas através de pagamento de aluguel provisório no valor de R$300,00 (trezentos reais) por mês, pelo prazo de 6 (seis) meses. Atendimento no programa de locação social às famílias, que não possuem condição de aquisição de imóveis, nos empreendimentos Parque do Gato e Olarias, na medida em houverem unidades disponíveis.

b) pelo CDHU: construção, reforma, carta de credito, de unidades habitacionais para as famílias cadastradas, unidades essas localizadas na região metropolitana da cidade de São Paulo.

c) pela CEF: financiamento aos moradores das unidades através dos programas do Governo Federal e Ministério das Cidades como PAR, FAT, Resolução 460 e outros, ajustando a condição de pagamento de cada família.

d) ação conjunta dos Poderes Públicos envolvidos para o atendimento das famílias que foram beneficiadas pelo programa bolsa aluguel, pelo fato de sua não renovação, para encontrar uma solução habitacional adequada nos termos Inquérito Civil 11/2006 promovido pelo GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE INCLUSÃO SOCIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

e) Ação conjunta dos Poderes Públicos envolvidos junto a Policia Militar e a Justiça Estadual para prorrogar a reintegração de posse do Edifício Prestes Maia para facilitar a remoção das famílias de forma ordeira e organizada para os locais de atendimento e moradia descritos acima.

O MSTC SE COMPROMETE A:

1) Comparecer, através de sua representante legal as reuniões a que for convocado, no sentido de facilitar as conversações dos Poderes Públicos envolvidos, em especial nos dias 22 e 23 de Fevereiro de 2007.

2) Comparecer em reuniões ou audiências junto a Justiça Estadual, Ministério Público ou Policia Militar para colaborar na remoção das famílias do Edifício Prestes Maia, seja prorrogando prazos para desocupação ou elaborando cronograma para a remoção das famílias.

3) Colaborar na oferta de unidades habitacionais às famílias juntamente com a COHAB, CDHU e CEF para que haja o atendimento habitacional no prazo mais rápido possível.

4) Facilitar e colaborar com os agentes públicos, assistentes sociais, policiais militares no cadastramento das famílias no interior do edifício Prestes Maia.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Termo de Cooperação esta sendo assinado em caráter de emergência pela Prefeitura e MSTC, sendo que o Ministério das Cidades - CEF e Secretaria Estadual de Habitação aderiram ao presente através de contatos telefônicos.

Os integrantes do MSTC se comprometem, a desocupar de imediato a via pública e calcada do viaduto do Chá, onde estão instalados em acampamento provisório, retirando por conta própria todos seus bens e objetos, se comprometendo a não ocupar novamente a via pública para que não sejam dificultadas as negociações.

Nesses termos, os representantes das partes firmam o presente.

Pela Prefeitura: Wagner Gama.
Pelo MSTC: Ivaneti de Araújo.